



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Raoni Machado Giralдин

Antropologia do Capitalismo na Sala do Empreendedor

Brasília
2022

Raoni Machado Giralдин

Antropologia do Capitalismo na Sala do Empreendedor

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB) como requisito para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Orientadora: Dra. Kelly Cristiane da Silva

Brasília
2022

MG516a Giralдин, Raoni Machado.
Antropologia do Capitalismo na Sala do Empreendedor/
Raoni Machado Giralдин – Brasília, 2022.
193 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2022.
Orientadora: Dra. Kelly Cristiane da Silva

1. Antropologia. 2. Capitalismo. 3. Empreendedorismo. 4. Economia. 5. Santa Maria. 6. Distrito Federal. I. Kelly Cristiane da Silva. II. Universidade de Brasília. III. Departamento de Antropologia. IV. Título

Raoni Machado Giralдин

Antropologia do Capitalismo na Sala do Empreendedor

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB) como requisito para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social.

Trabalho aprovado.
Brasília, 21 de janeiro de 2022:

Dra. Kelly Cristiane da Silva
Orientadora

**Dr. Alberto Fidalgo Castro - Universidad
Complutense de Madrid**
Avaliador

Dr. Emerson Ferreira Rocha - UnB
Avaliador

Dra. Gleicy Mailly da Silva - UNICAMP
Avaliadora

**Dr. Gustavo Lins Ribeiro - Universidad
Autónoma Metropolitana/UnB**
Avaliador

Dra. Adréa da Silva Lôbo - UnB
Suplente

Brasília
2022

Lista de ilustrações

Figura 1 – A Região de Santa Maria e o DF.	33
Figura 2 – Configuração urbana de Santa Maria e a região central.	34
Figura 3 – A Administração Regional de Santa Maria em meio aos prédios da região central.	34
Figura 4 – Fachada da Administração Regional de Santa Maria.	35
Figura 5 – Rascunho da disposição das mesas mais recorrente do campo na Sala do Empreendedor.	40
Figura 6 – Patrícia contando com meu auxílio para preencher a lista de presentes para o evento do Programa Próspera DF.	41
Figura 7 – Primeiro resultado da busca por imagens de “Independência Financeira”. . .	161
Figura 8 – Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas às perguntas: “Para você, o que é ser uma pessoa empreendedora? Você se considera uma?” . .	171

Lista de abreviaturas e siglas

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRB	Banco de Brasília
BRB	Banco de Brasília
CEBRAE	Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho, de 1 de maio de 1943
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CREA	Conselhor Regional de Engenharia e Agronomia
EMPRETEC	Empreendedores e Tecnologia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIPEME	Programa de Financiamento a Pequena e Média Empresa
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MEI	Microempreendedor Individual
MIT	Massachusetts Institute of Technology
ONU	Organização das Nações Unidas
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio
PIB	Produto Interno Bruto
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Sistema Eletrônico de informação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SERASA	Serviços de Acessoria S.A.
SIPEME	Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas
SPC	Serviço Brasileiro de Proteção ao Crédito
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Agradecimentos

Quem pegar esta tese para ler deve ter em mente que se trata de um mergulho no mundo das relações que constituem atividades econômicas. Seja abrindo uma empresa ou escrevendo uma tese, nem sempre conseguimos ter noção real da quantidade de pessoas envolvidas em tornar tais empreitadas possíveis. Assim, agradecer às contribuições para a produção de algo é abrir as portas para as relações íntimas que tornam o mundo social possível e creio ser esta uma tarefa indispensável.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Odair e Deusamy. A meu pai por me apresentar a antropologia e por sempre prestar todo apoio para minhas escolhas nesses últimos anos. Ser filho de um professor universitário sem dúvida é um privilégio que poucos possuem e se mostra, no meu caso, peça fundamental para que esta pesquisa pudesse vir a ocorrer. Agradeço também às minhas irmãs Irepti e Imaru que, mesmo longe, também puderam ajudar a tornar este período mais fácil. Minha mãe sabe que o melhor agradecimento sempre foi em nossos abraços trocados, o que é a minha forma preguiçosa de dizer que não conseguiria expressar satisfatoriamente minha gratidão aqui, por escrito. Piadas à parte, sua vivência enquanto mulher que tira sua subsistência do ambiente doméstico de forma autônoma em muito impacta minhas aspirações para escrever esse trabalho e a ela dedico os frutos desta análise.

Agradeço minha irmã Maíra por ter me recebido em Goiânia a partir da pandemia do COVID-19 e por ter sido a pessoa que dividiu casa comigo enquanto esta tese foi escrita. Para ela são meus agradecimentos pelas conversas, muitas vezes sem nexos, acerca das aflições gerais da pós-graduação. Agradeço a Pedro Antônio, meu irmão mais novo e que agora passou no vestibular e adentra a vida acadêmica, pelo apoio durante este período, ajudando a tornar a rotina mais leve. Agradeço também a Daisy Jorge, vizinha de Goiânia e companheira de doutorado de outra área, pela amizade na cidade nova e, principalmente, pelas dádivas alimentares que devem pautar as boas relações de vizinhança, na minha modesta opinião.

Agradeço a Andreza Ferreira, com quem pude compartilhar anos de companheirismo no período em que estive em Brasília, principalmente neste doutorado quando pudemos construir muitas bases para enfrentar momentos tempestuosos na vida de alunos de doutorado, sem as

quais eu também não poderia ter concluído este percurso. A ela, juntamente com seus pais Luiz e Maria Luiza, também são meus agradecimentos por me apresentar a Santa Maria. Gostaria também de lembrar de amigos e amigas de Brasília, colegas de curso ou não, que também estiveram diretamente presentes em minhas rotinas acadêmicas e não-acadêmicas: Luiz Carlos Lages, Cibelle Canto, Rafael Maximiliano, Marina Fonseca, Ivo Lima, Will Pena, André Justino, Gabriela Cunha, Renata Nogueira e seu companheiro Fábio, Carlos Oviedo, Lucivânia Gosaves, Maria Luiza Vietes, Ana Carolina Oliveira e todas as demais pessoas do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG/UnB). Assim como meus colegas de departamento, fundamental foi o trabalho na secretaria do curso pela Rosa Cordeiro, Jorge Máximo, Thaís Raggi, Fernanda Leite, Laise Tallman, Antônia Silva (Branca) e Fernando, que sempre me trataram da melhor forma possível em meio às idas e vindas à UnB. Deixo aqui meu enorme agradecimento à minha orientadora Kelly Silva por constantemente me lembrar do que é importante ser dito e por ter sugerido movimentos fundamentais para a construção de meu argumento.

Por fim, agradeço a cada uma das pessoas que dispôs parte de suas trajetórias de vida para esta pesquisa. Sem elas nada do que foi feito poderia ter qualquer sentido. Agradeço a João e Alberto por terem sido colegas de trabalho que ajudaram enormemente a abrir os caminhos na pesquisa. Patrícia e Sarah, entretanto, merecem espaço especial aqui. Sua atenção não se limitava aos atendimentos, com ambas dedicando parte de seu tempo para tirar minhas dúvidas e me ajudar a ter com quem conversar ali. A amizade construída ao longo destes meses de pesquisa é algo que tenho certeza que vai se perpetuar neste e em outros espaços. Agradeço a todos e todas que trabalhavam na Administração Regional de Santa Maria pela recepção, pelas orientações e pelo café que perfumou e energizou nossos trabalhos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Chega
O momento em que é preciso se abdicar pra caminhar
Chega
O momento em que é preciso se matar
Preciso se matar pra viver

Djonga

Resumo

Esta tese realiza um esforço em qualificar “empreendedorismo” enquanto tema de estudo antropológico. Para tanto, enfatizo aspectos colhidos em estudos do campo da Ciência Econômica, onde assumo que empreender se torna uma forma de engajamento com a economia de mercado capitalista a despeito do lucro e a partir da lógica de apropriação, o que também é vista enquanto uma questão de gênero e raça na constituição do mercado de trabalho brasileiro. A pesquisa de campo etnográfica foi realizada na Sala do Empreendedor de Santa Maria, Distrito Federal, Brasil, onde apresento os atendimentos a Microempreendedores Individuais (MEIs) enquanto um mecanismo pelo qual o Estado traduz aspirações econômicas pela necessidade de se apoiar o empreendedorismo, que passa a ser visto como incipientes em atividades econômicas autônomas e de pequeno porte. Digo que essa é uma forma também de pensar em trabalho a partir da necessidade das pessoas se tornarem “empendedoras de si”, criando mercadorias e “comprando a própria mão de obra“. No contexto estudado, longe de ser um processo simples e evidente, assumir obrigações e aspirações empreendedoras pode ser fatores de acúmulo de trabalho e sofrimento.

Palavras-chaves: Antropologia; Empreendedorismo; Capitalismo; Economia; Santa Maria; Distrito Federal

Abstract

This thesis makes an effort to qualify “entrepreneurship” as a theme of anthropological study. To do so, I emphasize aspects collected in studies from the field of Economic Science, where I assume that entrepreneurship becomes a form of engagement with the capitalist market economy in spite of profit and from the logic of appropriation, which is also seen as a gender and race issue in the constitution of the Brazilian labor market. The ethnographic field research was carried out in the Entrepreneur Room of Santa Maria, Federal District, Brazil, where I present the services provided to Individual Microentrepreneurs (MEIs) as a mechanism through which the State translates economic aspirations by the need to support entrepreneurship, which is seen as incipient in small and autonomous economic activities. I say that this is also a way of thinking about labor from the need for people to become "self-entrepreneurs," creating goods and “buying their own labor. In the context studied, far from being a simple and obvious process, taking on entrepreneurial obligations and aspirations can be factors in the accumulation of work and suffering.

Keywords: Anthropology; Entrepreneurship; Capitalism; Economy; Santa Maria; Federal District

Sumário

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Uma tese no Pandemicídio	14
1.2	Algumas premissas econômicas	15
1.3	Uma antropologia do capitalismo	24
1.4	Atendimentos e Especialistas	28
1.5	A Sala e o Contexto Etnográfico	32
1.6	Os temas da Tese	42
2	ORIGENS E USOS DE UM CONCEITO	45
2.1	Ciência Econômica e (neo)Liberalismo	46
2.2	A noção de empreendedorismo a partir da Ciência Econômica	52
2.2.1	Empreendedorismo Enquanto Função	54
2.2.1.1	Schumpeter	56
2.3	Empreendedorismo por Ocupação	61
2.3.1	Inovação, comportamento e arranjos organizacionais	67
2.4	Empreendedorismo Enquanto Híbrido	72
2.5	Um conceito contemporâneo de risco	76
3	EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL	82
3.1	Economia dos Comportamentos	86
3.2	Privatizações e Investimentos Públicos	89
3.2.1	SEBRAE	91
3.2.2	A Categoria de Microempreendedor Individual - MEI	94
3.3	Governo digital e incentivos ao pequeno negócio no DF	100
3.3.1	Prospera	105
3.3.2	Programa Pequenos Reparos	109
4	DINÂMICAS DO ATENDIMENTO EM SANTA MARIA	114
4.1	O Autoatendimento Mediado	117
4.2	Observando calendários e firmando compromissos	123
4.2.1	Processos de Endividamento	129
4.3	Volume de Trabalho e Divisões por Gênero	133
4.4	Aposentadoria, Licenças e Adoecimentos.	138
5	CONFRONTANDO MUNDOS ECONÔMICOS	144
5.1	Como Administrar seu Negócio	147

5.1.1	As entidades da economia de mercado	149
5.1.2	Trabalho e Investimento	153
5.2	Marketing e Profissionalismo	164
5.3	MEIs e Capital	170
5.3.1	Encolhimento do Doméstico	174
6	CONCLUSÃO	178
6.1	Mediações	183
	REFERÊNCIAS	188

1 Introdução

If I ruled the world, imagine that.

Nas¹

1.1 Uma tese no Pandemicídio

A pesquisa de campo para esta tese foi realizada de agosto de 2019 a março de 2020, a partir de quando as medidas de isolamento social encerraram prematuramente o contato presencial. Apesar dos fatos impossibilitadores, tive sorte por ter conseguido reunir material suficiente para dar continuidade à produção da tese, o que não foi o caso de muitas outras pesquisas de antropologia, que precisaram ser totalmente interrompidas ou repensadas mediante o fechamento das principais vias de contato nos nas quais se baseia a etnografia.

Conforme produzi meus dados de campo para o período de escrita, observei o mundo atravessar diversas fases da pandemia. Tais eventos foram responsáveis pela proliferação dos trabalhos autônomos, seja por motivo de desemprego ou pelas novas configurações do teletrabalho feito a partir de casa. No contexto brasileiro, ter que trabalhar remotamente ou continuar as atividades presenciais se tornou uma escolha para muitos, envolvendo a necessidade de disponibilizar o espaço doméstico para a exploração do próprio trabalho ou arriscar a saúde nas atividades presenciais em condições de risco. Um dos temas discutidos aqui é a forma pela qual o acirramento dos processos de exploração do trabalho constrói bases para a eliminação de outras formas de sociabilidade que não aquelas permeadas pela produção de mercadorias e pelo trabalho vendido no mercado. Assim, as condições de trabalho entram como elemento crucial na experiência da pandemia e no direcionamento dos esforços para seu combate. É a partir desse contexto que considero acertado o conceito “pandemicídio” de Bookbinder (2020), pois evidencia o direcionamento das medidas adotadas mediante uma crise de saúde pública

¹ *Se eu mandasse no mundo, imagine só* (tradução nossa).

para a eliminação de segmentos populacionais que não tem as mesmas condições de suportar a pandemia. Considero ser possível traçar diversos paralelos entre a situação norte-americana na administração Trump, discutida no livro, e a forma pela qual a pandemia foi conduzida no governo Bolsonaro no Brasil.

Minhas reflexões acerca da pandemia se encerram aqui. Apesar de ter sido um processo que se desenrolou em meio à pesquisa, seria necessário um conjunto próprio de ferramentas para observar os fatos econômicos aqui investigados sob a luz da saúde pública. Mesmo não tendo impactos catastróficos no período de campo, escrever uma tese em isolamento pandêmico criou um invólucro emocional denso a ser rompido diariamente na escrita. Sendo este um documento, fica para as leituras futuras desta tese a avaliação dos impactos que a pandemia teve nas pesquisas científicas realizadas durante sua ocorrência. Tal empreitada nem sempre é tarefa fácil para as próprias pessoas envolvidas diretamente no processo, como foi meu caso.

Lutemos!

1.2 Algumas premissas econômicas

Esta é uma tese sobre economia a partir de uma perspectiva antropológica. Considero por economia o modo pelo qual uma sociedade mantém e atualiza os processos de produção e troca, não somente de coisas, mas também de pessoas. Estes fenômenos estruturam uma sociedade de modo total, não apenas em um campo isolado (POLANYI, 2000; GREGORY, 2015; GRAEBER, 2011; GUYER, 1995; MAUSS, 2018). É a partir deste ângulo que observo a construção do empreendedorismo em atendimentos e eventos realizados na Sala do Empreendedor de Santa Maria, Distrito Federal, Brasil. Esta tese demonstra como a existência do empreendedorismo é fruto de uma produção sociotécnica, abordada a partir de sua figuração no Distrito Federal e como ele se atualiza através de mediações locais em Santa Maria.

Empreendedorismo é visto a partir de seu caráter descritivo, sendo um conceito acionado e significado dentro deste que é o campo escolhido para minha observação etnográfica. Entretanto, esta tese não abre mão do diálogo com teorias e visões explicativas do empreendedorismo, que visam extrair de casos particulares um conjunto de abstrações de maior alcance. Esta relação pode ser entendida como uma tensão por não se tratar de um debate pacificado nas

Ciências Sociais, sendo preciso reconhecer os limites em estabelecer a descrição em detrimento da explicação ou vice-versa (LAPLANTINE, 2004). Ficam postas as possibilidades do debate aqui desenvolvido de construir tanto um “retrato” de como o empreendedorismo surge como uma categoria local com usos específicos por pessoas e instituições, assim como de analisar sua concomitante capacidade de explicar fenômenos sociais amplos e de longa duração, pois debater propostas da Ciência Econômica e da constituição do campo do trabalho no Brasil também é um objetivo da tese. Dito de outra forma, o empreendedorismo existente em atividades “informais” e de pequeno porte é tanto pauta de especialistas (caráter explicativo) como uma prática local, aqui descrita por tecnologias que permitem o “sequestro” do espaço doméstico, a fim de vertê-lo em um ambiente de trabalho voltado para a produção de mercadorias (caráter descritivo).

Falo do contexto doméstico como um ambiente qualificado enquanto possuidor de capacidades produtivas, mas que precisaria ser melhor “moldado” para a atividade empreendedora. Assim, argumento que o registro de Microempreendedor Individual (MEI) é uma forma de promover o empreendedorismo entre camadas de baixa renda no Brasil pela incorporação e modulação destas atividades produtivas. Para citar um exemplo dos casos etnográficos, temos o “autoatendimento mediado” (apresentado no capítulo 4), definido como uma tecnologia que envolve modos de relação interpessoal e acesso a meios técnicos digitais para que o MEI possa ser concretizado, compreendendo também um projeto de desenvolvimento econômico na formalização dos pequenos negócios pela Administração Regional de Santa Maria. Este tipo de atendimento acaba por desempenhar um papel de compensação de insuficiências surgidas no acesso individual aos diversos sistemas digitalizados de governo, articulando práticas pedagógicas, políticas e econômicas. Demonstro também que a Sala do Empreendedor é um espaço que permite a agência feminina das atendentes que lá trabalhavam mediante a prestação de auxílios que extrapolavam passos protocolares.

Esta tese lida com a tensão presente em se buscar entender como que um fenômeno como o empreendedorismo se assenta e reproduz uma forma de conhecimento que promove a separação da economia de outras esferas do social, ao mesmo tempo em que se mantém enquanto um processo totalizante. É desta forma que faço uso de autores como Wagner (2010) e Latour (1994) para apontar processos que caminham de forma reversa ou mesmo nos bastidores das ciências (econômicas) e que desafiam a explicação por seus próprios termos. Empreender é um processo

que constrói e opera um conhecimento compartimentalizado da vida econômica ao mesmo tempo em que, de formas não tão evidentes, produz subjetividades que dizem respeito à vida social como um todo. É necessário, assim, considerar este pensamento enquanto um ato moralizante (GEERTZ, 1968), definindo problemas e propondo soluções de forma concomitante.

Este é um dos fenômenos que compõem a noção ampla de economia adotada aqui: as relações sociais e os processos de engajamentos físicos para que as pessoas possam ser produzidas para habitar um mundo social possível, ao mesmo tempo em que constroem este mesmo mundo. Empreender pressupõe a adoção de uma visão baseada no fato de que esferas da vida social e econômica podem ser separadas, onde economia seria tratada em termos utilitários. Depende da criação de mundos a serem apresentados e assimilados ao propor certos mitos sobre o que seria a “cultura”, com vantagens e insuficiências de um coletivo nacional imaginado (ANDERSON, 2006), assim como de diversos grupos que o comporiam internamente. Argumento que esta também é uma maneira de evidenciar a atribuição de valor do trabalho no Brasil, ainda hereditário de assimetrias coloniais e escravocratas (SOUZA, 2019).

O foco específico da pesquisa foi o contexto de produção, que deve ser entendido aqui a partir de Marx (2013a) enquanto característica do trabalho, ou seja, “produção” enquanto atividade do trabalho produtivo, que é um modo de engajamento com o meio físico capaz de produzir valores de uso socialmente compartilhados (MARX, 2013a). É a partir deste metabolismo social que sentido social e esforço pessoal despendido podem ser comparados. No âmago de um conceito de sociedade marxiana, existem as formas pelas quais estão organizadas as atividades de trabalho, atividades produtivas na medida em que incorporam a produção de sentido mediante situações em que pessoas e coisas entram juntas em processo transformativo.

Esta produção não é discutida aqui por um contato direto com os espaços onde engajamentos entre corpo, materiais e meios de trabalho ocorrem, mas por situações onde se viam presentes pessoas responsáveis por e interessadas em discutir processos de trabalho. Trabalho se faz presente a partir da sua discussão em meio a “casos” de atividades econômicas autônomas onde Estado, especialistas e moradores de Santa Maria se encontravam na Administração Regional para a prestação de auxílios, negociações, reclamações, etc.

Considero que na base de uma antropologia econômica há a necessidade de entender como que as sociedades significam, estabelecem escalas de valor para esforços físicos e mentais

desprendidos nesta ou naquela atividade, na produção de um objeto tal, em determinado local e visando uma circulação específica. Postular a centralidade do trabalho não significa assumir a existência da economia capitalista, pois como discute Gregory (2015) a respeito da economia da dádiva apresentada inicialmente por Mauss (2018), há toda uma forma de organizar a economia que não depende da troca de mercadorias. Sahlins (2017), por sua vez, tem na organização do grupo doméstico uma forma de trabalho própria, marcada por uma noção de autossuficiência material que difere de princípios capitalistas de produção de excedente com intuito de venda.

Doméstico deve ser entendido aqui enquanto relações que combinam tanto o aspecto familiar e redes de parentes, como a utilização de um mesmo espaço para a produção em sentido amplo. Foi minha intenção acentuar, desde o começo da pesquisa, a necessidade de compreender a existência do empreendedorismo não somente inscrito no mercado, mas partindo do pressuposto de que sujeitos podem estar inseridos em mais de um sistema econômico. Ou seja, para além do modo capitalista de produção, haveria outras formas de organização da produção a nível social que até mesmo o antecederiam. Engels (2010), em “The Origin of Family, Private Property and the State” aponta de forma inédita a preponderância da família enquanto organização produtiva, baseando-se em estudos etnográficos do século XIX, como Henry Morgan.

Fortes (2011) define grupo doméstico enquanto domínio social estabelecido em relação ao domínio político-jurídico. É definido a partir da função de produção de pessoas até que estas atinjam um determinado nível de maturidade social e enquanto uma condição disseminada socialmente pelo fato de que toda pessoa possuiria, ao mesmo tempo, uma condição doméstica e uma político-jurídica. Assim “poder-se-ia dizer que o domínio doméstico é o sistema de relações sociais, através do qual o núcleo reprodutivo é integrado ao meio-ambiente e a [sic] estrutura da sociedade como um todo.” (FORTES, 2011, p.18). Considero um aspecto importante a ser assinalado aqui a produção de pessoas enquanto uma atribuição central deste domínio social, compreendendo as atividades de cuidado, educação, alimentação e manutenção do ambiente doméstico. É uma dimensão social muitas vezes invisibilizada enquanto potência produtiva em si.

O grupo doméstico não deixou de ser um espaço considerado pela economia capitalista. Entretanto, este era visto historicamente enquanto espaço de consumo dos produtos frutos do trabalho produtivo ou anexo aos locais de trabalho. Desde a Revolução Industrial, o ambiente do-

méstico também funcionou como espaço de terceirização de determinadas atividades produtivas dentro de um sistema conhecido como "Cottage-System" ou "Putting-Out System".

Putting-Out system: A merchant-coordinator supplies the raw materials, owns the work-in-process inventories, and makes contracts with the individual entrepreneurs, each of whom performs one of the basic operations at his home using his own equipment. Material is moved from station to station (home to home) in batches under the direction of the merchant-coordinator (WILLIAMSON, 1998, p. 2015)².

A capacidade do sistema de produção capitalista em transpor os espaços de trabalho tradicionalmente pintados na imagem da grande fábrica é postulado contemporaneamente pela análise do capitalismo eletrônico-informático (RIBEIRO, 2018). A utilização de sistemas tecnológicos específicos enquanto formas de captura de tempo e esforços pessoais existe dentro de um sistema que "comodifica" a relação com a informação em um período histórico em que o acesso aos meios digitais de comunicação se torna algo disseminado globalmente. A "economia do clique" ou "da isca", como é discutido por Ribeiro, revela-nos os modos pelos quais as relações de consumo e trabalho são mascaradas pela noção de "usuário", que acessa a Internet a partir do espaço doméstico. Esforços a serem empregados na utilização destes sistemas é algo central para a expressão local do empreendedorismo via MEI e é mais explorado nos capítulos 4 e 5.

O que apresento aqui é a definição do doméstico não somente enquanto espaço social de consumo e/ou de produção terceirizada, mas como unidade produtiva autônoma, dentro do paradigma de pequenos empreendimentos, que são os casos analisados etnograficamente. Ou seja, o doméstico passa a ser acionado não somente para ser um espaço de fornecimento de mão de obra anexa a unidades produtivas maiores, mas enquanto espaço que deve ser capaz de organizar toda a atividade produtiva, segundo lógicas específicas. Desta forma, faz-se necessário analisar os modos pelos quais o discurso empreendedor exige um comprometimento pessoal (e doméstico) com a constituição de objetos produzidos na qualidade de mercadorias e do trabalho como trabalho abstrato, o que será mais discutido no capítulo 5.

Para além da definição de Meyer Fortes (FORTES, 2011), é necessário considerar o doméstico enquanto espaço marcado por tensões, o que é explorado por autoras na crítica feminista marxista.

² "Sistema de Putting-Out: Um coordenador comercial fornece as matérias primas, possui os inventários de trabalho em processo e faz contratos com os empresários individuais, cada um dos quais realiza uma das operações básicas em sua casa usando seu próprio equipamento. O material é movido de estação em estação (casa para casa) em lotes sob a direção do coordenador comercial (tradução nossa)."

O doméstico é o contexto onde o domínio econômico patriarcal pode ser colocado em relativa suspensão na medida em que mulheres chefiam determinados processos produtivos em uma mesma unidade (*household*).

Rather than being seen as governed by a hegemonic structure or set of rules like a patriarchal mode of production, the household is represented as a social site in which a wide variety of class, gender, racial, sexual and other practices intersect. Because this site is not subsumed to an overarching and stable social system (capitalism or patriarchy being the usual suspects) it can be theorized as a locus of difference and constant change. Each local instance is constituted complexly and specifically, unconstrained by a generic narrative or pattern from which it may only problematically stray (Gibson-Graham, 2006, p.68)³.

Meu esforço foi observar o trabalho em todos os engajamentos produtivos, procurando partir de um referencial analítico que não operasse o silenciamento de atividades centrais para a vida social. Não opero uma separação entre o que seria trabalho doméstico e o que seria o trabalho que produziria valor de uso social (produtivo). De forma alguma este é um movimento inédito, sendo há muito tempo pauta de estudos feministas sobre economia e trabalho. A contribuição destes estudos nos levam a pensar nas críticas à economia capitalista a partir das relações produtivas no ambiente doméstico, como quando se levantam questões acerca dos limites do trabalho assalariado (COLLINS; GIMENEZ, 1990; FEDERICI, 2019). A própria separação entre espaços públicos e domésticos é uma distinção cuja rigidez pode ser questionada na própria antropologia (STRATHERN, 2014). Politicamente, a luta pela evidenciação destas atividades permite vislumbrar saídas aos modelos coloniais de dominação pelo mercado. Assim, podemos considerar os movimentos de trabalhadoras domésticas no Brasil, por exemplo, enquanto interseccionalidades emancipadoras (Bernardino-Costa, 2015) diante das problemáticas do trabalho anteriormente citadas.

Também não se trata de trabalho somente enquanto uma instituição política e econômica ou como uma simples representação de atividades manuais, mas sobretudo um aspecto íntimo da vida social. Em outras palavras, é preciso pensar “em termos de trabalho, não de emprego” (VATIN, 2014). Enquanto sistema produtivo, a economia neoliberal qualifica como, quando e

³ “Em vez de ser visto como governado por uma estrutura hegemônica ou um conjunto de regras como um modo patriarcal de produção, o lar é representado como um local social no qual uma grande variedade de práticas de classe, gênero, raça, sexual e outras se cruzam. Como este local não é subsumido a um sistema social abrangente e estável (sendo o capitalismo ou o patriarcado os suspeitos habituais), ele pode ser teorizado como um locus da diferença e da constante mudança. Cada instância local é constituída de forma complexa e específica, sem constrangimentos por uma narrativa ou padrão genérico do qual só pode se desviar problemáticamente” (tradução nossa).

onde devem ser aferidas recompensas aos esforços individuais investidos na compra e venda do trabalho-mercadoria. Há um regime de verdade que nos diz que os ganhos pessoais são diretamente proporcionais aos esforços empreendidos (premissa meritocrática). Entretanto, procuro demonstrar que conforme o papel do dinheiro entra em cena, o discurso passa a ser de que, a partir de escolhas acertadas, este seria o verdadeiro responsável por “gerar” o lucro. Esta visão ganha preponderância sobre a noção de que os ganhos estão diretamente relacionados ao trabalho pessoal realizado durante um certo tempo. Desprendido de atividades produtivas concretas, os ganhos por investimento soam como prêmios de loteria ou extração de riquezas minerais, tal como foi observado em situações de campo. Descolado do tempo de trabalho, a atividade empreendedora também desafia os modos pelos quais comumente são contabilizadas as contribuições previdenciárias, antes condicionadas pelo período assinado na carteira de trabalho. Argumento que tais efeitos não são pontuais para os sujeitos, sendo responsáveis pela construção de subjetividades de forma ampla.

Trabalho na atividade empreendedora é observado a partir dos modos pelos quais esta experiência passa a ser significada enquanto mercadoria no mercado. Aborda a valorização, ou mesmo a “valoração” (FOUCAULT, 2008) do esforço a partir das relações financeiras. Este é um campo onde a antropologia pode fornecer investigações riquíssimas, com a antropologia do trabalho discutindo os sentidos econômicos dos engajamentos com diversos meios. A proposta de uma construção do valor pelo esforço é algo que permite evitar constantemente a necessidade de uma dimensão institucionalizada para que o trabalho tenha vida social. Reforço que trabalho não é algo que depende da existência de estruturas “trabalhistas”, tais como os arranjos institucionais mencionados. Estes aparecem enquanto uma interface necessária junto ao Estado e mecanismos de governo para que a economia capitalista de mercado possa continuar enquadrando processos da vida social (MAZZUCATO, 2014; NEIBURG, 2004; SANTOS, 1979; RANGEL, 2019).

O meio dos esforços é o espaço das mediações, dos contatos com ferramentas de diversas ordens. É o meio do envolvimento corpóreo e localiza a produção a um contexto específico, pois cria rastros que são, em grande medida, simultaneamente locais e interpessoais. Não envolve somente a criação de objetos, mas a criação e manutenção de pessoas, acúmulos de riquezas pela construção de relações (GUYER, 1995). Trabalhar é estar em relação física direta com o mundo físico, envolvendo o esforço pessoal, mas também é a possibilidade de se engajar com a

própria capacidade transformativa dos materiais (INGOLD, 2007). No capítulo 4 de *Stone Age Economics*, Sahlins (2017) propõe uma interpretação interessante para a ideia de *hau* presente no *Ensaio Sobre a Dívida* de Mauss (2018). Este não seria um espírito do doador que se mantém em um objeto trocado numa economia de dívida maussiana, mas uma própria noção local da fertilidade que perpassa pessoas e coisas, o que ele faz ao propor novas traduções para os termos na língua nativa, citados por Mauss. É desta forma que vejo o trabalho aqui: enquanto uma atividade que promove desgastes necessários aos esforços, mas que ao mesmo tempo coloca a pessoa em contato não somente com um grupo de praticantes desta ou aquela atividade, o que Jean Lave chama de “comunidades de prática” (LAVE; WENGER, 1991), mas com potências criativas ou mesmo fecundantes que são compartilhadas por pessoas e coisas.

Assim, em diversos momentos, esta pesquisa esteve diante de como significar o esforço no trabalho. Segundo a visão de especialistas do campo empreendedor com os quais me deparei, tratava-se de uma escolha ruim a pessoa apenas se esforçar para a satisfação do sustento material. Direcionar os esforços para “oportunidades”, por sua vez, era tido como um investimento (literalmente falando) na elaboração de novos produtos para o mercado. Afirmo que estas são duas formas distintas de lidar com a economia: uma preocupada na manutenção da unidade doméstica e uma a partir da construção de mercadorias e estabelecimento de preços sobre o trabalho e o mercado. O empreendedorismo voltado para atividades de pequeno porte cria uma cisão entre estes dois modos de produção, impossibilitando, a princípio, sua coexistência, tal como faz ao criar mercadorias a partir do trabalho em casa, caso recorrente nos casos de produção de comida. Assim, o MEI incorpora elementos novos ao sistema capitalista, não somente ao inserir mercadorias, o que intrinsecamente o compõe por ser ele parte da agenda empreendedora, mas ao se apropriar dos modos de produção do espaço doméstico, como a dependência de outros membros do grupo para a realização de atividades diversas. Tais forças se tornam mais visíveis nos casos de pessoas que passam a ter que trabalhar em casa com a ajuda dos familiares, enquanto forma de manutenção da condição de MEI.

Aqui serão abordados os modos pelos quais certas lógicas econômicas se colocam diante de fronteiras a serem ultrapassadas, incorporando mais atividades, antes não classificadas como empreendimentos e pessoas antes tidas como não empreendedoras. Escolho o termo “fronteira” não como forma de marcar, a partir do meu ponto de vista analítico, o que já estaria “de fora” ou

que nunca foi antes incorporado ao sistema de produção capitalista, mas enquanto um anseio presente e autoproclamado desse próprio sistema que equipara desenvolvimento com expansão. Esta deveria ocorrer sobre domínios antes não classificados como adequados a este modo de produção. É importante considerar que não se trata de uma simples substituição de “um modo de produção pelo outro”. Em um arranjo social podemos pensar em um modo de produção dominante associado a outros modos de produção justamente como sua forma de manutenção (MEILLASSOUX, 1972).

While liberal economists and sociologists find, as usual, nothing but psychological or demographic explanations of these phenomena, economic investigation shows clearly that, once people are compelled to undertake wage-earning activities in order to pay taxes and gain some cash, if the capitalist system does not provide adequately for old-age pensions, sick-leave and unemployment compensations, they have to rely on another comprehensive socio-economic organization to fulfill these vital needs. Consequently, preservation of the relations with the village and the familial community is an absolute requirement for the wage-earners, and so is the maintenance of the traditional mode of production as the only one capable of ensuring survival. [...]. Because of this process of absorption within the capitalist economy, the agricultural communities, maintained as reserves of cheap labour, are being both undermined and perpetuated at the same time, undergoing a prolonged crisis and not a smooth transition to capitalism (MEILLASSOUX, 1972, p.102-103) ⁴.

Considerar o empreendedorismo enquanto contrastivo de modos de produção distintos não deve ser pensado, assim, enquanto o rompimento com a “dependência” que um modo de produção dominante possui sobre o outro, pois não creio que estamos diante de uma nova estruturação econômica que reorganiza relação como aquela entre público e privado. Conforme os casos etnográficos adiante exploram, é sobre um conjunto muito específico de relações que se assentam na definição do ambiente doméstico enquanto *locus* do empreendedorismo. Tais transposições ou “transbordamentos” (conceito que uso no capítulo 5) precisam ser vistos enquanto tensões, muitas vezes penosas, para quem adentra este campo de relações. Assim, não se trata de um processo de alteração ou transformação, mas de precarização e intensificação. O MEI, por exemplo,

⁴ “Enquanto economistas liberais e sociólogos não encontram, como de costume, nada além de explicações psicológicas ou demográficas sobre esses fenômenos, a investigação econômica mostra claramente que, uma vez que as pessoas são obrigadas a empreender atividades assalariadas para pagar impostos e ganhar algum dinheiro, se o sistema capitalista não prevê adequadamente as pensões de velhice, as compensações de doença e de desemprego, elas têm que contar com outra organização sócio-econômica abrangente para atender a essas necessidades vitais. Consequentemente, a preservação das relações com a aldeia e a comunidade familiar é um requisito absoluto para os assalariados, assim como a manutenção do modo tradicional de produção como o único capaz de garantir a sobrevivência. [...]. Devido a este processo de absorção dentro da economia capitalista, as comunidades agrícolas, mantidas como reservas de mão-de-obra barata, estão sendo minadas e perpetuadas ao mesmo tempo, passando por uma crise prolongada e não por uma transição suave para o capitalismo (tradução nossa).”

traz em si aspectos da relação entre estes modos de produção ao promover formalização e "desregularização" de forma concomitante. "Formaliza" atividades domésticas ao mesmo tempo em que rompe com elementos que compõem este mesmo modo.

Os deslocamentos das atividades de trabalho para fora dos espaços exclusivamente dedicados para tal conectam-se com demandas do mercado por mais flexibilidade nos modos de contratação, o que acaba sendo uma outra palavra para redução de gastos com mão de obra. A autonomia, aspecto central para o empreendedorismo, ganha roupagens com a agenda política dos últimos anos no Brasil. Ao pautar uma defesa das contratações flexibilizadas, as alterações nas leis trabalhistas, em 2017, retiraram da responsabilidade dos empregadores fornecer diversos meios de trabalho para pessoas contratadas fora do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (ANTUNES; PRAUN, 2020).

Farei aqui algumas considerações a respeito do contexto geral de escrita da tese, seguidas do modo pelo qual pude adentrar questões econômicas no Distrito Federal, mais especificamente na região de Santa Maria. Por fim, apresento os temas em mais detalhes a partir das divisões presentes nos capítulos.

1.3 Uma antropologia do capitalismo

Trabalho não é um conceito proclamado enquanto atributo único ao sistema capitalista, mas como o cenário da dominação pelo trabalho através do estabelecimento do valor de troca de mercadorias e este como sendo a melhor forma de pautar atividades produtivas. É desta forma que considero o capitalismo como um sistema de produção que se constitui a partir de objetos-mercadorias e a captura do trabalho através do estabelecimento do valor de troca no mercado que não surge de forma espontânea, mas a partir da criação de condições para que a venda não seja somente lógica como necessária. Este processo se deu pela criação de mercados nacionais e pelo estabelecimento dos enquadramentos legais para definir as condições de suficiência econômica de uma classe trabalhadora que se formava a partir dos mesmos processos (POLANYI, 2000).

Adoto a denominação "Estado" para indicar um elemento central do processo de estabelecimento do modo de produção aqui referenciado. Uso a grafia com termo maiúsculo, principalmente para evidenciar como este define uma entidade com capacidade de atuação, tal como

o “Eu” e tal como “Capital”, no caso de Marx (2013a). Estado também existe enquanto uma abstração oriunda de um processo de imaginação de uma comunidade por meios de veiculação de informações e notícias em um território político (ANDERSON, 2006). Assim, interessa ao pensamento econômico, que emerge na etnografia, imaginar a relação entre “Eu”, “Capital” e “Estado”, conceitos que precisam ser “reimaginados”, produzidos e reinseridos constantemente. Sendo esta uma pesquisa realizada dentro de uma estrutura do poder público no Distrito Federal, é a partir da escala local que trabalho com as figuras que entram na constituição destes imaginários.

A qualificação do que é o capitalismo também não está solta ou é explorada de forma exaustiva, mas proponho vê-lo a partir de um eixo que é o empreendedorismo. Afirmo ser esta uma questão no sistema de produção capitalista com problemas, métodos de investigação e soluções específicas dentro deste próprio sistema. Define um campo de discussão entre especialistas e aparece em diversas nuances daquilo que pôde ser observado em campo. Adoto uma postura crítica do modo pelo qual o discurso empreendedor vem sendo implantado e a validade tanto de posições que afirmam ser o Brasil um país com uma “vocação empreendedora” pela quantidade de trabalhadores e trabalhadoras autônomas, discursos que costumam vir acompanhados da sugestão de que esta “vocação” ainda não é direcionada para o empreendedorismo propriamente dito. Como contraponto, analiso o contexto atual como uma repercussão de processos de reestruturação de economias nacionais a partir da década de 1970, que contribuíram para a acentuação de desigualdades mundo afora por um processo de erosão de direitos e poder econômico de classes trabalhadoras (HARVEY, 2005; GRAEBER, 2011; STANDING, 2016; MARTIN, 2002).

Toda antropologia é uma antropologia no capitalismo por uma questão de contexto histórico. Pessoalmente, vou mais longe e digo que toda antropologia seria, em grande medida, uma antropologia do capitalismo, mesmo quando não acionaria estas palavras para si. Aqui quero pontuar uma angústia com a possibilidade de uma antropologia do empreendedorismo e do capitalismo em geral. Principalmente a partir das reflexões de Wagner (2010), busco apontar a capacidade da própria análise antropológica ser uma constante invenção do que é cultura ao mesmo tempo em que se busca a explicação. No campo etnográfico, o desafio colocado está em tratar de um contexto social complexo de forma a não reificar processos problemáticos importados de um outro contexto. Reificar um problema pela sua crítica é imaginar cultura no

sentido wagneriano, mas partindo de premissas danosas e sem contar com a autopercepção local, em muitos casos. Para isso, por exemplo, Wagner aponta os problemas em se imaginar fenômenos culturais enquanto “recursos” (WAGNER, 2010), conceito que enquadra um meio social a partir de noções de escassez e extração no capitalismo industrial. Da mesma forma, dentro dos estudos sobre empreendedorismo entre populações moradoras de favelas no Rio de Janeiro, Tommasi (2016) aponta para como os discursos de valorização da atividade empreendedora constantemente pressupunham uma “potência criativa” da favela para as adversidades, o que caracterizaria as tais comunidades enquanto gestoras de atitudes empreendedoras. Assim, é preciso ver a atividade empreendedora em si, apresentada diante de todos os problemas e projetos com os quais as trajetórias pessoais reais precisam lidar. Um enraizamento etnográfico é necessário para que não se imagine o empreendedorismo pelos mesmos mecanismos que o promovem como sofrimento: pela simplificação das motivações pessoais e pela romantização da miséria e da precarização das condições de trabalho.

É desta forma que o conceito de “cultura” é imaginado no contato com esse “outro” a partir de metáforas econômicas (WAGNER, 2010)⁵. Não considero a proposta de Wagner uma necessidade de se “estranhar o familiar” para estudar relações de mercado, mas um olhar para o modo como noções de mundo são relacionais em sua concepção. Neste caso é mais interessante observar como o capitalismo precisa se imaginar a partir de um outro sistema econômico do que tentar uma via de mão única analítica a partir da “outrificação” do capitalismo. Uma das possibilidades que emergem desta proposta é a capacidade de dar espaço para outras visões de sociedade sem ser pela via da mera “interpretação” de “outras visões”, mas como crítica direta a processos mais englobantes. Sendo a economia um processo social com a magnitude aqui apontada, considero serem necessários tais ajustes de percepção.

Em outras palavras, uma etnografia do capitalismo precisa estar disposta a voltar boa parte de suas questões para o próprio contexto cultural de quem faz antropologia, enquanto processo atrelado à crítica do próprio modo de produção capitalista.

⁵ Um considerável desdobramento da proposta de Wagner está em pensar em como a “cultura” é uma categoria de entendimento criada para satisfazer ansiedades de nossa própria configuração social. Em outras palavras, cultura não seria uma entidade em si, mas sempre um produto relacional. As culturas existem pelo fato delas serem inventadas. O mesmo processo aconteceria em via oposta, onde a outra pessoa também “inventa” uma cultura no contato. Não é preciso assumir a posição de um “outro” para ter condições de olhar melhor para onde se está, pois no jogo da invenção da cultura todo movimento é duplo.

In other words, rather than ask the standard anthropological question Why do people in a foreign culture respond in the way they do to, in this case, the development of capitalism? we must ask about the reality associated with our society. For this is the question that their fantastic reactions to our nonfantastic reality force upon us, if only we have the wit to take heed. By turning the question this way we allow the anthropologist's informants the privilege of explicating and publicizing their own criticisms of the forces that are affecting their society—forces which emanate from ours (TAUSSIG, 2010, p. 16)⁶.

Ao se construir enquanto uma disciplina que privilegia a pesquisa de grupos em pequena escala e a partir de um longo período de tempo (MALINOWSKI, 1976), a antropologia faz com que temas de alcance geopolítico amplo, como o empreendedorismo, necessitem de uma qualificação metodológica mais adequada. Não posso fazê-la sem antes apontar como parte do desafio de abordar temas como capitalismo vem da dificuldade presente em não fazer uma equiparação entre alcance populacional e profusão de sentidos sociais. Estudá-lo é se adentrar em dinâmicas que desafiam constantemente a estabilidade de conceitos antropológicos de sociedade (WAGNER, 1974; STRATHERN, 2014; COOK; LAIDLAW; MAIR, 2016).

Esta pesquisa realiza uma antropologia “na” Sala do Empreendedor e não “da” Sala do Empreendedor porque esta é a antropologia feita por mim enquanto estive naquele espaço, movimentando questões que não se encerravam ali. Não somente no momento em que pude sentar e dar fio ao texto, lá também pude fazer antropologia, pois não estava somente absorvendo informações a serem depois depuradas. A rotina de pesquisa estava constantemente permeada pelo debate acerca do estado das coisas com quem trabalhava e com quem era atendido. Minhas opiniões sobre assuntos diversos eram constantemente acionadas, seja para ajudar nos atendimentos em si, seja para “bater papo” nos pequenos intervalos.

A sala é em si o espaço, local onde eu estive na maior parte do tempo. “Sala” com letras maiúsculas é usado aqui para indicar a denominação institucional: “Sala do Empreendedor de Santa Maria, DF”. Vale a pena ressaltar que a sala é “do Empreendedor”, não “da Empreendedora”. O nome do espaço é posse de ou mantém relação direta com esta figura sempre presente na pesquisa: o empreendedor de sucesso (ou de fato) como um homem branco, autônomo e

⁶ “Em outras palavras, em vez de fazer a pergunta antropológica padrão, Por que as pessoas de uma cultura estrangeira respondem da forma como respondem, neste caso, ao desenvolvimento do capitalismo? devemos perguntar sobre a realidade associada à nossa sociedade. Pois esta é a pergunta que suas fantásticas reações à nossa realidade não-fantástica nos impõe, se ao menos tivermos a astúcia de tomar em consideração. Ao fazer esta pergunta, permitimos aos informantes do antropólogo o privilégio de explicar e divulgar suas próprias críticas às forças que estão afetando suas forças sociais que emanam das nossas (tradução nossa).”

ambicioso. É meu interesse aqui também desvendar os modos pelos quais a noção de sucesso da atividade empreendedora passa pelo acionamento da imagem masculina e branca em momentos diversos.

1.4 Atendimentos e Especialistas

Interessado em ir atrás das redes de relações que permeiam a discussão sobre empreendedorismo no Brasil, estabeleci o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como ponto central para a pesquisa num primeiro momento. É possível afirmar que esta instituição possui uma presença estabelecida no Brasil, com sua logomarca aparecendo de forma recorrente em propagandas, suas atividades anunciadas em telejornais da mesma forma que serviços públicos, para citar alguns exemplos. Pensando num contexto institucional no qual a minha etnografia se inseria, considereirei ser este um ponto de irradiação de relações num “mapa de relações dominantes” (SMITH, 2006). Leio-o como um ponto de partida, onde considerava estarem concentradas visões de pessoas reconhecidas no meio empreendedor como especialistas, tendo como indicador inicial o alcance populacional e territorial de uma instituição, seja ela pública ou de caráter misto como o SEBRAE, que apresentarei com mais detalhes no decorrer da tese.

Utilizo o termo “especialistas em empreendedorismo” para caracterizar um grupo de pessoas que faz o uso de empreendedorismo enquanto um conceito explicativo (LAPLANTINE, 2004). Com isso se estabelece que tais pensadores, consultores, administradores, palestrantes e funcionários do SEBRAE o utilizam como uma chave interpretativa que ao mesmo tempo analisa situações ocorrentes quanto almejam sua potencialização como projetos futuros. Nesta visão, o empreendedorismo passa a ser algo positivado e, especificamente no contexto estudado, algo a ser reafirmado constantemente.

Dei início ao trabalho de campo com a análise da atuação do SEBRAE em redes sociais, notícias a nível local e nacional. De forma concomitante, dediquei um bom tempo para a leitura de textos de Ciência Econômica sobre origens e usos do conceito empreendedorismo (*entrepreneurship*). Esta permitiu que eu tivesse uma introdução a termos que não são caros à antropologia. Essa “entrada bibliográfica” não é tida aqui como uma atividade separada do

“campo presencial”, mas justamente como um treinamento, o aprendizado de uma “linguagem”, atividade esta que é tida como fundamental para uma boa pesquisa de campo, de acordo com manuais clássicos da pesquisa em etnografia (MALINOWSKI, 1976; Evans-Pritchard, 2005).

Esse vocabulário não deixa de ser uma forma de organização do mundo, uma “cosmologia” de um sistema capitalista de escala global no sentido de Ribeiro (2013). Partindo desse contato, por assim dizer, com a “linguagem empreendedora”, busquei os fatos etnográficos que pudessem ser os espaços por onde esta linguagem ganharia corpo. É desta forma que delimito o SEBRAE como um dos atores centrais para minha pesquisa também por considerar que organiza uma série de eventos, consultorias, ações de marketing, parcerias em torno de um fomento à “atividade empreendedora” de micro e pequenas empresas no Brasil.

Não havia dúvida, desde o começo, de que este se tratava de um campo onde uma multiplicidade de conhecimentos são revistos constantemente. Ou seja, trata-se de uma pesquisa junto a uma instituição que não se “rendia” de prontidão às interpretações da antropologia, mas que tinha um próprio time de pensadores de temas econômicos. Pelo *site* da instituição é possível acessar uma série de publicações e bancos de dados sobre empreendedorismo no Brasil e no mundo. Outra parte importante da página é a “Loja SEBRAE”, por onde é possível acessar e se inscrever em atividades diversas, algumas gratuitas. Muitos dos títulos das palestras continham as seguintes expressões: “como planejar seu negócio”, “educação financeira”, “formação de preços”, “como aumentar seus rendimentos”, “*marketing* de negócios”, entre outras.

A entrada em campo contemplou minha ida a uma destas palestras onde, a partir da conversa com algumas atendentes na agência do Gama, no Distrito Federal, recebi as informações para contato com a Agência Sede do SEBRAE no DF. Escolhi começar pelo Gama por ser a única agência na região Sul, que também contemplava Santa Maria. Foi meu interesse de pesquisa observar a atuação do SEBRAE na região onde morei por muitos anos e onde, por muito tempo, teci relações pessoais que me colocava também na condição de cidadão-pesquisador, interessado em trabalhar não somente em prol de uma pesquisa em antropologia, mas em busca de uma melhor compreensão de fenômenos econômicos da região, a fim de que estes possam novamente ser estudados e apropriados por pessoas dali. Voltarei a estes aspectos mais adiante.

No SEBRAE Sede no DF, conversei com pessoas do atendimento e em cargo de chefia. Tais interações foram feitas através de diálogos semi estruturados ao longo de algumas semanas.

Ali pude conversar a respeito das rotinas de atendimento e negociar como poderia manter um contato com a instituição. Situações de atendimento serão discutidas em capítulos posteriores, mas foi a partir do contato com a sede que pude ver a centralidade deste espaço para discussão, instrução, negociação, entre outras relações que giravam em torno dos casos majoritários: Os Microempreendedores Individuais (MEI). A partir desse contato, defini que as impressões gerais a respeito do MEI existentes nas situações de atendimento seriam uma forma de evidenciar como o empreendedorismo vem se articulando no campo que havia delimitado para o meu trabalho. Considerei ser interessante poder acompanhar o cotidiano de um espaço de atendimento, onde as pessoas viriam com as mais diversas demandas para atividades econômicas e como estas demandas encontrariam a posição de especialistas neste campo econômico.

Ali fiquei sabendo que o conjunto de questões trazidas pelas pessoas para o atendimento, ou seja, as demandas por informação e intervenção do SEBRAE eram pensadas a partir do conceito de “dores” do MEI, o que servia para designar carências de informação, educação e acesso a atendimento adequado, por exemplo. De acordo com dados sobre os quais eu tive apenas acesso via comentários gerais repassados durante as conversas no SEBRAE Sede DF, as duas principais dificuldades do MEI giravam, de forma geral, em torno da necessidade de gestão financeira e acesso a crédito. De acordo com os exemplos apresentados, muitas pessoas que conseguiam um empréstimo, acabavam gastando-o com a compra de bens, como veículos, o que não seria uma decisão acertada para os negócios. A gestão financeira também era vista como uma questão de educação básica, que deveria ser reforçada em termos de responsabilidade pelas escolhas de uso do dinheiro desde sempre. Mesmo para as pessoas que se mostravam interessadas em adquirir ambos, dinheiro e educação financeira, primeiro seria preciso dedicar-se à educação financeira antes de se ter acesso a qualquer empréstimo.

Entre as pessoas que trabalhavam na Sede, pude, ao longo de algumas semanas, conversar não somente sobre o atendimento, mas também a respeito de temas de cunho mais geral, da articulação do empreendedorismo com aspectos da sociedade brasileira. Assim, por exemplo, a ausência de políticas públicas voltadas para a promoção do empreendedorismo seria um problema a ser enfrentado no Brasil. Comentários feitos a respeito dos descompassos vistos na questão do empreendedorismo, conectaram-no com a questão do trabalho informal no Brasil. Foi salientado que existiria uma questão cultural “por trás disso tudo”, uma educação inadequada

no nível básico. O contraste máximo, então, seria entre as pessoas que “não teriam muita noção de futuro” e aquelas que conseguiam entender que empreender seria estabelecer metas e planos de longo prazo. Promover o atendimento às pessoas, ali na agência, mediante a falta de um nível de educação básica foi apontado como um grande entrave para o trabalho.

Apesar das insuficiências estruturantes da sociedade brasileira tal como foram apontadas, o MEI era defendido como uma “iniciativa incrível”. Traria muitos benefícios para uma população que trabalhava de forma informal e que seria totalmente desassistida pelo Estado. A instauração do MEI teria sido uma forma de “realmente olhar para uma situação e fazer algo a respeito”. Dessa forma, tornava-se necessário fazer com que as pessoas tomassem noção de como o acesso a um registro de empreendedor poderia significar muito para o modo de trabalho. O primeiro modo pelo qual isso foi evidenciado e que é um caso que se repete em alguns momentos desta tese é em relação ao regime previdenciário, que garantia ao MEI uma cobertura básica pelo menor preço entre as alternativas disponíveis para a contribuição individual.

A adesão ao MEI deveria ser uma via dupla, onde o acesso a uma cobertura social mediante a posição de empreendedora deveria ser acompanhada do comprometimento em se manter uma postura empreendedora, precisando não somente “tomar conta” do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) criado, para dar um exemplo, mas também demonstrar interesse em buscar novos conhecimentos e expandir o negócio. É desta forma que o MEI era apresentado: uma “porta de entrada” para o mundo empreendedor e empresarial.

Passadas algumas semanas de negociação para a realização da pesquisa junto ao SEBRAE, o que parecia povoar o cotidiano dos atendimentos eram os desencontros sobre as obrigações do MEI, a necessidade de acesso à educação para um entendimento básico, além de uma necessidade de motivação para que as pessoas praticassem o empreendedorismo. Mediante minha anunciada intenção de conhecer mais a fundo esses desencontros, foi-me sugerido que eu “precisava fazer uma pesquisa mesmo“, o que entendi que se traduziria em montar um questionário com pelo menos 10 perguntas. Submeti as questões que havia colocado no papel até ali e recebi algumas sugestões do que alterar antes de pensar em como poderiam ser aplicadas para estudar os atendimentos.

Negociações subsequentes acabaram por revelar que seria inviável a aplicação do questionário com a densidade esperada no espaço da Sede, por questões de tempo dos atendimentos. Foi a

partir deste contato, entretanto, que pude tomar conhecimento da parceria entre o SEBRAE e as Administrações Regionais do Distrito Federal que, segundo me foi dito, poderia me ajudar a entender as dinâmicas do empreendedorismo e o MEI a partir dos contextos locais. Então, direcionei minha pesquisa para as Salas do Empreendedor, especificamente a de Santa Maria.

1.5 A Sala e o Contexto Etnográfico

Atualmente, já tendo passado o período de campo, as Salas do Empreendedor encontram-se definidas enquanto ações da Secretaria de Estado de Empreendedorismo, criada a partir da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em maio de 2020, como uma medida de enfrentamento do cenário de retração econômica na pandemia global do COVID-19, a partir do investimento nos negócios de pequeno porte. Anteriormente, durante o período da pesquisa de campo, tratava-se de uma parceria direta com as Administrações.

Os empreendedores que precisam regularizar, abrir ou baixar empresas podem contar com as Salas do Empreendedor, localizadas nas seguintes Administrações Regionais: Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, IBRAM, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, SAI, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA/Estrutural, Sobradinho, Sobradinho II, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão, Vicente Pires.

As Salas do Empreendedor dinamizam o atendimento aos empreendedores, especialmente a legalização de negócios informais que se enquadrem nos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e está integrada ao Programa Simplifica PJ, que coordena no Distrito Federal a abertura de novas empresas, a regularização e o licenciamento de empresas em atividade e a baixa junto aos órgãos federais e distritais ⁷.

As Salas do Empreendedor fazem parte de uma estrutura de serviços públicos voltados para empresas de pequeno porte que contam também com o “Simplifica PJ”, espaço localizado em Taguatinga-DF e que “reúne, em um só local, 15 instituições, entre órgãos de governo, instituições financeiras, Conselhos Profissionais e a agência de atendimento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (SEBRAE-DF) e SENAC⁸”. Além de lidar com os atendimentos às empreendedoras, a secretaria também coordena o credenciamento

⁷ <<https://www.brazlandia.df.gov.br/2020/12/03/saladoempreendedor/>> (Acesso em 9/05/2022).

⁸ <<https://www.sde.df.gov.br/simplifica-pj-bate-recorde-de-atendimentos-em-setembro/>> (Acesso em 10/05/2022).

Figura 1 – A Região de Santa Maria e o DF.



Fonte: Wikipedia.

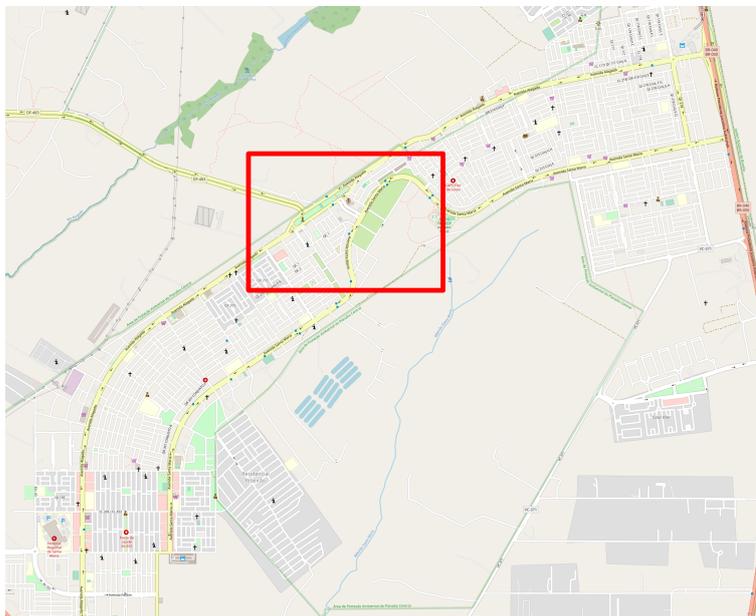
para o trabalho no Programa Pequenos Reparos (abordado em mais detalhes no capítulo 3), para empresas que desejam receber os cartões de benefício de material escolar e creche e licenciamento empresarial que lida com a liberação de funcionamento das atividades, a depender das localidades.

A Sala do Empreendedor de Santa Maria estava localizada dentro do prédio da Administração Regional local. No final de um largo corredor, era possível ser avistada de muitos pontos da Administração. Fora-me dito, logo nos primeiros dias, que esta era a sala mais frequentada por pessoas atrás de serviços, em comparação com os demais setores. Logo também fiquei sabendo que algumas pessoas (inclusive que trabalhavam na Administração) costumavam se referir àquele espaço simplesmente como “SEBRAE”. A Sala era composta pelas mesas pertencentes às duas funcionárias que atendiam ali: Patrícia e Sarah. A primeira também ocupava, na época, a Gestão de Desenvolvimento Econômico, que é o setor da Administração que circunscrevia a Sala do Empreendedor em termos institucionais. Sarah trabalhava como sua assessora. Além das duas, João e Alberto também ocupavam a mesma sala física ⁹.

Santa Maria destaca-se regionalmente por ser local de presença de empresas de logística que a tornam rota importante para cargas vindas da Região Sudeste, estando localizada às margens da BR 040, importante rodovia federal e eixo de ligação Brasília-São Paulo. Era por ela que eu transitava diariamente, saindo de meu apartamento nos loteamentos habitacionais novos, às

⁹ A composição dos funcionários comissionados que ocupavam o espaço ali, consta no Diário Oficial do Distrito Federal - Edição Extra Nº 10, sexta-feira, 1 de fevereiro de 2019. João Rafael, Diretor de Aprovação e Licenciamento. Patrícia, Gerente de Desenvolvimento Econômico. Alberto, Gerente de Gestão do Território.

Figura 2 – Configuração urbana de Santa Maria e a região central.



Fonte: OpenStreetMap.

Figura 3 – A Administração Regional de Santa Maria em meio aos prédios da região central.



Fonte: Google Maps.

Figura 4 – Fachada da Administração Regional de Santa Maria.



Fonte: Wikimapia.

margens da rodovia e próximos às empresas de grande porte, setor também conhecido como "Porto Seco"¹⁰. Tais empresas de logística não compunham o meu universo de pesquisa pelo motivo óbvio de ultrapassarem, em muito, as dimensões financeiras dos microempreendedores.

Localmente, o comércio é voltado para as demandas internas: supermercados, lojas, restaurantes e demais serviços utilizados pela população local, concentrados nas avenidas Alagados e Santa Maria que percorriam, paralelamente, toda a extensão da área urbana, ligando o terminal do BRT, às margens da BR 040, com a divisa DF/GO e as cidades goianas de Novo Gama e Valparaíso.

Saindo de casa para o campo, após completar um pequeno trecho na BR 040, trocava de ônibus no terminal do BRT, na entrada da cidade, e seguia pela Avenida Alagados por um trajeto de cerca de 10 minutos até a Administração Regional, passando pelo Shopping Center, Fórum e as principais agências bancárias locais. Observando o mapa da região, percebe-se que Santa Maria possui um formato alongado no sentido nordeste-sudoeste, com o Setor Central (e a Administração Regional) localizado um pouco antes da metade do seu comprimento total.

Em relação à composição da região, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) de 2018, aponta-a como uma região onde a população declarada parda e preta compõe quase

¹⁰ Após o término da pesquisa de campo, tomei conhecimento que a gigante varejista *Amazon* também havia inaugurado um centro de Distribuição na região.

90% da população. As faixas etárias predominantes são de jovens adultos (FEDERAL, 2018). É importante ter aqui uma ideia geral da população local, majoritariamente negra e com uma das menores renda per capita do Distrito Federal (24ª de 31) e que depende de atividades econômicas realizadas fora da região. O que muito a caracteriza como uma “cidade dormitório”¹¹.

Há uma predominância do trabalho por carteira assinada, exercido principalmente fora da Região Administrativa (cerca de 75%). A maioria dos deslocamentos para o trabalho é realizada pelos ônibus do transporte público (56,1%). Algo que também chama atenção nos dados é a grande presença de moradores de imóveis próprios quitados (57,4%), o que condiz com a fundação da região, a partir do Programa Assentamento do Governo do Distrito Federal, estabelecido em 1990, sendo a região em si criada em 4 de novembro de 1992, através da instituição Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93 (FEDERAL, 2018).

Das 77 pessoas ouvidas por mim, através da ferramenta do questionário, 51,9% eram do sexo feminino e 48,1% do sexo masculino, trabalhando prioritariamente sozinhas em 54,5% dos casos e usando a casa como único espaço de trabalho em 33,8% dos casos e parcialmente, em outros 28,6%. Outros indicadores trabalhados serão abordados em momentos futuros da tese, merecendo destaque aqui a dependência das atividades econômicas em relação às moradias locais.

Apresentadas características gerais de Santa Maria, é preciso me posicionar literalmente “diante” deste grupo de pessoas. Sou um homem, jovem adulto, negro de pele clara e que fui morador e frequentador de Santa Maria por alguns anos, já antes da pesquisa ser realizada, pois havia me casado e sido “acolhido” por uma família que havia residido na região desde sua inauguração, no começo da década de 1990. Como havia dito, minha posição me colocava na condição de pesquisador-cidadão. É por esses e motivos, entre outros, que considero que não seja produtivo ter como objetivo a construção de uma diferença contrastiva entre “Eu X Outro” na construção de uma metodologia para a etnografia em questão, seja para falar da economia capitalista e seus especialistas, seja para falar das pessoas com quem conversei.

Quando cheguei, a primeira pessoa com quem conversei foi Sarah. Apresentei-me rapidamente e disse que estava trabalhando em minha tese de doutorado com uma pesquisa que

¹¹ Baseio-me aqui na definição presente em <<https://www.labeurb.unicamp.br/encicli/index.php?r=verbete%2Fview&id=242>> (Acesso em 09/05/2022).

abordava o empreendedorismo local e, como já morava em Santa Maria na época, gostaria de conhecer como era a rotina de atendimentos ali na Sala do Empreendedor. Patrícia também foi bastante solícita. Conteí que tinha interesse em acompanhar o trabalho delas e que poderia ajudar com o que estivesse precisando durante esse tempo. Carregava comigo também as questões que havia gestado em diálogo com o SEBRAE Sede DF, para serem aplicadas ali e uma declaração de que era aluno da Universidade de Brasília, documentos que foram fundamentais para a minha entrada em campo. Todas as pessoas que trabalham no espaço estavam envolvidas, de uma forma ou de outra, com atividades ditas “de regularização” e se encaixam nos eixos da política da administração ao acompanharem os projetos propostos. Institucionalmente falando, a Sala do Empreendedor era a mesa de Patrícia, que se estendia, assim, para o atendimento de sua assessora, sendo uma espécie de sub sala sem divisórias.

Não adoto nenhuma terminologia específica para delimitar um grupo de pessoas que me “informaram” em campo. As duas pessoas que aparecem nomeadas nas situações etnográficas são Patrícia e Sarah, que autorizaram que eu as referenciasse diretamente nas minhas descrições do campo. João e Alberto, os colegas de sala, aparecem aqui enquanto figuras de pano de fundo, pois seus trabalhos compreendiam um conjunto de atendimentos que não acompanhei. Menciono aqui os cargos ocupados por eles (Diretor de Aprovação e Licenciamento e Gerente de Gestão do Território, respectivamente), tais como constam nas nomeações oficiais e também menciono que eles trabalhavam no mesmo espaço e compunham o “cenário” de campo.

Assim, as pessoas que me contaram suas experiências de vida para minha pesquisa não são tratadas de forma homogênea, mas também não faço uso de nenhum nome pessoal, que foi uma condição estabelecida em todas as minhas interações com as mesmas. Também optei por não usar nomes fictícios porque vejo como um recurso mais interessante para os casos em que se tem um contato prolongado com uma pessoa, a fim de que se possa referenciá-la ao longo do texto, mesmo que não saibamos seu nome “verdadeiro”. Achei mais conveniente optar pela via do total anonimato, estendendo essa relação para a própria narrativa da tese, sem me preocupar em nomear novamente.

Salvo algumas exceções, a aplicação dos questionários referenciados anteriormente não costumava durar mais que 30 minutos. Algumas interações ocorriam tanto antes quanto após as pessoas sentarem para conversar comigo na mesa. Ao total, 77 pessoas responderam o meu

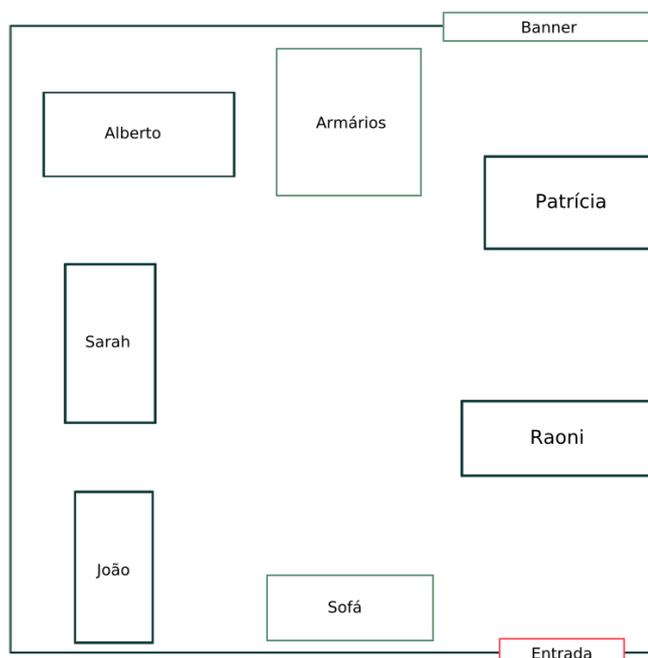
questionário sentadas ali, diante de “minha mesa de atendimento”. Outras interações são descritas a partir de minha observação do trabalho de Patrícia e Sarah com pessoas que não responderam o questionário e também a partir de conversas que tive diretamente sem a aplicação das questões. Eu me apresentava como pesquisador e abordava as pessoas após os atendimentos realizados na Sala mas, em uma boa quantidade dos casos, era a própria Patrícia que encaminhava pessoas para a minha mesa, após seus atendimentos. A seguir, estão transcritas as perguntas feitas nos questionários:

1. Idade
2. Sexo/Gênero
3. Escolaridade
4. Há quanto tempo você é MEI?
5. Qual motivo principal te levou a fazer o registro de MEI?
6. Em qual região o seu negócio está?
7. Qual o seu ramo de atividades?
8. Você já possuiu empresa em outra atividade?
9. Você tem algum familiar que possui ou possuiu empresa ou outra atividade autônoma?
10. Você já possuiu empresa registrada em outra categoria diferente da de MEI?
11. Quantas pessoas trabalham na empresa, além de você?
12. Alguma pessoa que trabalha com você faz parte da sua família?
13. Você usa ou já usou a casa como espaço de trabalho?
14. Quais atividades são realizadas em casa?
15. Você possui conta bancária empresarial?

16. Você já deixou de pagar os encargos do MEI?
17. Você já pegou dinheiro emprestado para o seu negócio?
18. Você pretende pegar dinheiro emprestado futuramente?
19. Você já trabalhou com carteira assinada?
20. O que você gostaria de aprender para o negócio?
21. Qual você diria que é a principal vantagem que o registro de MEI traz para você atualmente?
22. Qual você diria que é o maior desafio para suas atividades enquanto MEI atualmente?
23. Para você, o que é ser uma pessoa empreendedora? Você se considera uma?
24. Você já possuía os conhecimentos necessários para a atividade atual ou precisou aprender?
25. Você já fez algum curso na área de empreendedorismo/gestão?
26. Você costuma separar o dinheiro pessoal do negócio? (1 a 5)
27. Como você costuma fazer a separação?
28. Você pretende fazer algum curso na área de empreendedorismo/gestão? (1 a 5)
29. Você pretende expandir as atividades? (1 a 5)
30. Caso você consiga um emprego de carteira assinada, irá deixar a atividade autônoma? (1 a 5)
31. Como você enxerga o apoio que vem sendo dado ao MEI no Brasil? (1 a 5)

Assim, comecei a frequentar a Sala do Empreendedor. Logo nos primeiros dias, ao me ver tomando nota no meu caderno de campo, João sugeriu que me sentasse para usar o computador que estava parado em uma mesa vaga. Então, passei a ter a “minha mesa”, com acesso à Internet

Figura 5 – Rascunho da disposição das mesas mais recorrente do campo na Sala do Empreendedor.



Fonte: Raoni Giraldin

e um computador pessoal. Na maior parte do tempo que usava o computador, lidava com meu questionário, que agora havia se tornado um formulário do *Google Forms* para ser aplicado sem papel. A aplicação destas questões era um eixo da minha rotina que foi se desenrolando naquele espaço: chegava pela manhã, pegava um café e ligava o computador para aguardar os atendimentos. O tempo de espera era quando eu podia circular um pouco pela Administração no trajeto até a copa, onde fui me enturmando com funcionários de outros setores. Conforme as pessoas iam conversando com Patrícia e Sarah (João e Alberto nos casos excepcionais em que prestavam ajuda às duas), eu as convidava para sentarem em minha mesa para conversar sobre minha pesquisa de doutorado. Assim, meu “trabalho” ali foi se desenhando em similaridade ao que todos faziam na sala: atender pessoas usando um computador. Como não havia controle dos funcionários através de crachás de forma acentuada, a aparência era que eu realmente poderia ser um funcionário da administração, ainda por cima ocupando a mesa mais próxima da entrada da sala mais movimentada. Na Sala, todos dividiam uma máquina de café em cápsulas e Patrícia tinha o costume de deixar um vidro com balas sobre seu armário, que ia sendo enchido e esvaziado por todos ali, inclusive por mim.

Figura 6 – Patrícia contando com meu auxílio para preencher a lista de presentes para o evento do Programa Prospera DF.



Fonte: Santa Online (Página atualmente indisponível).

Agora transportadas para um questionário em uma nuvem de dados para serem acessadas remotamente, minhas questões serviam como minha rotina naquele espaço. “Aplicou muitos questionários hoje?”, “Como está indo com os questionários?” eram perguntas que costumava ouvir constantemente na Sala. Apesar disso, sempre procurei pontuar que minha pesquisa ali envolvia também as minhas observações que aconteciam o tempo todo, mesmo quando eu não estivesse aplicando as questões. A minha relação com o questionário na Sala do Empreendedor foi uma composição que permitiu que eu trouxesse minhas questões com uma materialidade estratégica e que também permitiu meu posicionamento dentro de uma certa ordem de atendimento, já que eu passava a abordar as pessoas de forma semelhante ao que era feito nas demais mesas.

Conforme a pesquisa se desenrolou, passei a executar tarefas diversas no espaço, como auxiliar Patrícia no controle de presença de participantes de uma palestra no auditório local. Além disso, conforme meu conhecimento dos processos realizados ia se consolidando, passei a dar algumas informações para quem buscava atendimento, adiantando problemas a serem comunicados ou verificando documentos, principalmente quando Patrícia e Sarah estavam ocupadas.

1.6 Os temas da Tese

O registro de MEI, ou “o MEI” é um registro de pessoa jurídica e realiza, por meio deste, a criação de uma empresa, de um negócio. Ao mesmo tempo, define a pessoa em si, que se torna uma empreendedora individual e pode, a partir disso, ter a sua atividade reconhecida como caso de empreendedorismo, a partir do próprio nome da categoria. Visto a partir do trabalho da pessoa que se registra, o MEI representaria o reconhecimento da atividade autônoma informal, primeiro pela leitura de que as dificuldades da condição de autônomo deveriam ser encaradas como o campo de atuação empreendedora. A partir deste ângulo, seria necessário fornecer um cadastro de pessoa jurídica às pessoas que trabalhavam por conta própria sem nenhum registro que garantisse formalidade. A solução que o MEI apresenta, a partir dos casos com os quais trabalho aqui, é o reconhecimento da atividade autônoma ao mesmo tempo que vincula esta atividade a um CNPJ centrado em torno da própria pessoa sem que isso representasse muitas alterações na forma pela qual se trabalha, em um primeiro momento. Esta passa a ser uma associação benéfica para a pessoa que está sem condições de trabalho fixo e uma porta de entrada para o mundo empresarial pela via do empreendedorismo.

Considerar o empreendedorismo isoladamente, enquanto uma prática ou como um instrumento institucional, pode ser insuficiente. Considero-o como uma questão posta nos campos políticos e econômicos, ou melhor, como uma solução para um problema que ele também anuncia. Conforme busco definir a partir de fatos apresentadas nos dois primeiros capítulos da tese, este problema faz com que “empreender” seja a solução para a necessidade do capital de manter ciclos de incorporação de coisas e pessoas, buscando motivações pessoais que não fossem totalmente focadas no lucro. Assim, vejo o MEI como um instrumento pelo qual o empreendedorismo se faz existente no Brasil e pelos modos que as questões que norteiam o incentivo às atividades empreendedoras passam por uma articulação entre Estado, economia e tecnologia, sendo também um elemento do processo de “digitalização do Estado”, tal como será abordado mais adiante. A função deste instrumento é tanto de “catalisar” o empreendedorismo nacional, oferecendo formas rápidas e “desburocratizadas” de abertura de empresas, dando uma maior velocidade entre a concepção de um negócio e sua execução. Num nível pessoal, abrir um MEI passa a ser visto como algo vantajoso por si só, pois, independentemente de se

estar trabalhando, ele garantiria à pessoa benefícios vantajosos quando se observava o valor do recolhimento mensal direcionado à cobertura social previdenciária. Voltado para uma camada de novos empresários com rendimentos mais modestos, evoca que as ausências das aspirações empreendedoras estariam nas camadas mais baixas economicamente, sobre as quais incidem as condições para o MEI. Assim, criar uma categoria de registro empresarial para um segmento especial da população sob a designação de “empreendedorismo” cria uma chancela institucional para que o Estado lide com as tais enquanto empreendedoras.

Seguindo este primeiro capítulo introdutório, o Capítulo 2 tem como principal objetivo a caracterização do termo “empreendedorismo” enquanto uma questão dentro de um campo específico, montado a partir de minhas leituras exploratórias na área da Ciência Econômica (*Economics*). Outro eixo importante é a noção de Ciência, discutida a partir de autores como Latour (1994). Minha questão principal está em pensar como o empreendedor deixou de ser uma figura específica e, de certo modo, periférica em diversos estudos para ganhar uma nova roupagem a partir de reformas econômicas datadas da década de 1970.

No capítulo 3, estão reunidas as discussões sobre a construção de políticas econômicas no Brasil durante o século XX, a fim de se ter uma noção da posição do empreendedorismo, ou trabalho autônomo, em meio aos paradigmas de crescimento econômico. Discuto como que processos de estabelecimento de agendas econômicas precisam estar combinados com noções de pessoa imbuídas nas imagens sobre o trabalho em períodos diversos. Neste capítulo também dialogo com minhas pesquisas anteriores, no contexto de trabalho industrial e na construção civil. Nele também trago alguns pontos a respeito das privatizações no Brasil, resultantes de ciclos econômicos neoliberais empregados no contexto latino-americano (NEIBURG, 2004). Por fim, chego até ao cenário do Distrito Federal na época da pesquisa de campo.

É no quarto capítulo que emergem as situações de campo propriamente ditas, a partir da discussão de como eram realizados os atendimentos na Sala do Empreendedor. Proponho o conceito “autoatendimento mediado” como um modo de perceber os efeitos pedagógicos do atendimento para uma nova relação com o Estado e com a demanda por alguns direitos sociais, como a previdência social. Neste capítulo é possível notar como os programas de incentivo aos empreendimentos de pequeno porte do DF, já apresentados no capítulo anterior, ganham corpo, na medida em que são explicados e/ou executados a partir dos atendimentos. O capítulo 4 se

preocupa, em grande medida, com as “obrigações” surgidas com o registro do MEI, muito diante de instituições do Estado.

O capítulo 5, por sua vez, discute as “aspirações” a serem incorporadas por quem empreende, a partir de outras situações da pesquisa de campo: aulas e palestras. É a partir de eventos realizados na região de Santa Maria que pude notar o embate entre modos de organizar a vida econômica entre palestrantes e ouvintes. Aqui é feito um mergulho nas formas pelas quais dinheiro, tempo, trabalho, gênero, parentesco são muitas vezes percebidas de maneiras diversas por especialistas, representados pelos consultores e professores, e por quem representava ali uma parcela de pessoas envolvidas com empreendedorismo em Santa Maria ou que se interessavam pelo tema. É aqui que também procuro contrapor as visões construídas historicamente por uma disciplina econômica com estas que seriam outras formas de conceber mundos econômicos como um todo.

Por fim, trago a conclusão no capítulo 6 e retomo os diversos assuntos debatidos na tese. Conceitos tecidos ao longo dos capítulos são tomados a partir das possibilidades que trazem para pensar desdobramentos futuros e em como a tese pode se encaixar no *hall* de contribuições para estudos econômicos.

2 Origens e Usos de um Conceito

*Any permitted technology had to be rooted in ritual.
Otherwise ... otherwise ...*

Frank Herbert, *Children of Dune*¹

Neste capítulo, examinarei em quais termos é definido o conceito “empreendedorismo”, assim como termos correlatos dentro de livros e artigos das Ciências Econômicas e de produções que articulam debates estabelecidos no meio econômico com contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Não considero esta ser uma revisão extensa e compreensiva do termo dentro de seu campo de atuação. Esta é uma entrada no campo econômico a partir de minha formação antropológica. Funciona como um encontro de arranjos teóricos e ferramentas analíticas distintas. Conforme já disse na introdução, minha aproximação foi vista, inicialmente, como um aprendizado dos termos com os quais especialistas do campo poderiam lidar. Estes termos, não estando “soltos no ar”, formam um sistema de pensamento que é eminentemente social (GEERTZ, 1968). Explorar as questões e lógicas internas deste sistema moralmente permeado por problemas-chave específicos é algo a ser encarado enquanto aspecto etnográfico do fenômeno empreendedor.

As obras citadas foram retiradas de pesquisa por publicações em mecanismos de busca na Internet associada ao cruzamento de referências bibliográficas dentro das próprias obras, a fim de se ter exemplos de abrangência considerável. Uma referência importante que surgiu no levantamento foi Mark Casson (2010), economista britânico reconhecido por publicações sobre a história do conceito “empreendedorismo”. Outra referência é Schumpeter (1983), talvez o trabalho clássico mais referenciado entre as obras consultadas. Nascido na Europa e lecionando em Harvard no começo do século XX, este último autor evidencia como o empreendedorismo é uma questão que não se restringe a apenas um lado do Atlântico Norte.

¹ *Qualquer tecnologia permitida precisaria ser enraizada em ritual. Caso contrário... Caso contrário...* (tradução nossa).

Um segundo ponto a respeito da bibliografia sobre empreendedorismo corresponde à sua posição de aparente marginalidade diante de outros termos, como a ideia de sistema econômico. Tal fato atestaria para a questão enquanto um tema a ser abordado por uma via multidisciplinar, reunindo reflexões da Ciência Econômica, Administração, Sociologia, Antropologia, etc (CASSON, 2010). A proposta multidisciplinar ainda é discreta e não consegue ter o mesmo impacto que conceitos mais enraizados na teoria econômica, conforme procuro demonstrar adiante. Na medida em que adentramos as leituras, é possível notar a relação dos estudos sobre empreendedorismo em relação a outras temáticas econômicas, como na ideia de sistema e de desenvolvimento.

2.1 Ciência Econômica e (neo)Liberalismo

À medida em que abordo a Ciência Econômica, esta é tomada enquanto um produto social específico. Sendo uma disciplina, concede a posição de especialistas para aqueles que dominam as ideias em voga. A análise de sistemas econômicos é feita a partir de uma matriz científica mais estrita em meio às Ciências Sociais, tal como é mais amplamente difundido, operando uma visão supostamente mais objetiva das relações sociais. Entretanto, é preciso olhar para as teorias econômicas como fenômenos mais amplos, a fim de, como aponta Neiburg:

descrever a construção social das teorias econômicas, os complexos mecanismos que lhes dão legitimidade e as difundem além do estreito círculo dos especialistas, compreendendo também os processos por meio dos quais essas teorias se fundem com outras formas de conceituar as relações entre as pessoas e a vida em sociedade (NEIBURG, 2004, p. 198).

A análise de um sistema econômico não pode ser tomada enquanto um balanço das relações utilitárias, mas como uma forma de administrar a produção de pessoas e de coisas, como a antropologia demonstra em diversos estudos (GUYER, 1995; GREGORY, 2015; TAUSSIG, 2010; SILVA, 2017). Desta forma, a economia deixa de ser uma problemática hermética e passa a ser tomada como as relações sociais que envolvem a produção daquilo que em cada sociedade materialmente se cria e se recria, tendo como intuito a manutenção material do grupo em questão. Não discutirei, entretanto, os modos pelos quais objetos e pessoas existem para além da produção, por onde circulam tal como faz, por exemplo Tsing (2013). Meu foco será colocado sobre o

fato de que a produção de pessoas, não somente de coisas, são aspectos indissociáveis de teorias econômicas, seja algo declarado ou não. Produção de pessoas aqui entendido não somente como as condições da reprodução física, mas principalmente a criação de um tipo de pessoa, de um modo de ser no mundo.

Um dos argumentos centrais da Ciência Econômica, estabelecida como referência aqui analisada, é de que a economia seria uma esfera capaz de existir a partir de uma lógica própria, principalmente tomando como referência sua separação em relação ao Estado. Partindo da antropologia, as referências nas quais baseio meu argumento nesta tese apontam para o outro lado, para uma interdependência entre o conjunto das relações sociais enquanto definidoras de um sistema econômico. No caso do pensamento econômico, ao qual lanço minhas críticas aqui, sua eficácia reside justamente em propor sua separação em relação aos demais campos de conhecimento enquanto uma forma de avanço de pautas econômicas específicas.

Usando como metáfora os dois lados de uma moeda, Hart (1986) aponta como o dinheiro é a conjunção de conhecimentos em torno da matemática econômica (coroa) e de um brasão que garante uma legitimidade em relação ao Estado (cara). É possível utilizar o exemplo para falar sobre como uma economia se articula como um todo, dependente tanto da monetarização e sistemas de contabilidade quanto de práticas de governo. Mercado e Estado se articulam de diversas formas com o intuito de promoção de determinadas atividades e da inserção de esferas da vida humana nas relações econômicas visadas.

Diversos arranjos são possíveis dentro das economias nacionais dependentes de uma economia de mercado, sendo o próprio cenário econômico atual decorrente de forças geopolíticas sem um único eixo definido (HARVEY, 2005). Outra questão diz respeito à escala do fenômeno. Articulações políticas podem ser feitas em torno de privatizações, que permitem que grandes empreendimentos conduzidos pelo orçamento público possam ser transformados em experiências estatais entregues para a administração privada. O Estado, através de relações íntimas e cotidianas, pode almejar, fomentar, sugerir e forçar determinadas relações econômicas. Desta forma, quando pensamos na relação entre economia e Estado, é a partir do nível local, dos atendimentos prestados pelo Estado, que o principal cenário etnográfico se estabelece aqui.

Assim como uma moeda (ou uma nota da mesma forma) representa a conjunção de diferentes esferas da vida social na economia, também é possível tomar o dinheiro como um objeto técnico

criado para um tipo de circulação de valores. Um comerciante me contou, em campo, como manter notas de grande valor sem serem trocadas era uma estratégia para poder guardar dinheiro. Segundo ele, pagar algo com uma nota grande significaria dividir o dinheiro de modo que as partes resultantes do troco logo seriam usadas, o que resultaria em gastos desnecessários. Assim, em um sistema econômico também é preciso observar essas limitações impostas por cada forma própria de uso, tal como a cédula, a máquina de cartão de crédito e débito, transferências, Pix, etc. É assim que Callon (1998) aponta como os sistemas de contagem também compõem os emaranhados (*entanglement*) da vida econômica.

Processualmente, estudos dos sistemas econômicos demonstram que não são forças únicas, mas arranjos que permitem a formação dos mercados supostamente tão autônomos. Polanyi (2000) aponta para os modos pelos quais a economia de mercado não surge a partir de um processo de incorporação automática de esferas da vida para dentro da economia capitalista com mercados livres. Trata-se da criação das condições sociais necessárias para que adentrar o sistema econômico seja uma questão de necessidade. A criação de mercados nacionais, em contraposição aos mercados estabelecidos a partir das grandes rotas econômicas no continente europeu, foi o que promoveu “A Grande Transformação”, ponto central do livro. Através de políticas para pensar na condição do contingente populacional, a noção de insuficiência pessoal e pobreza passam a ser uma questão de não engajamento com o sistema produtivo pela via do trabalho. Antes que houvesse o mercado de trabalho e os trabalhadores que não conseguiam se manter dentro dele, houve a formação da noção do que seria propriamente este trabalhador pobre. A insuficiência de quem não consegue vender sua força de trabalho para manter sua subsistência precederia o mercado em si (POLANYI, 2000).

A história econômica mostra que a emergência de mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 290).

Criadas as bases para que a economia se estabelecesse enquanto uma esfera separada do Estado, ao mesmo tempo em que, de forma velada, dele devendo a sua existência, desenvolvem-se as condições para o liberalismo visto como prática econômica, entendido aqui a partir de

sua existência sendo uma forma de governo pautada pela diminuição do Estado e incorporação dos princípios da liberdade da iniciativa privada. A questão levantada por Foucault, gestada na passagem do século XVIII para o XIX, foi a necessidade de se pensar a noção de liberdade individual enquanto dependente de um governo limitado. Cita, assim, as principais características desta forma de governo.

1. Aceitação do princípio de que deve haver em algum lugar uma limitação do governo, que não seja simplesmente um direito externo.
2. O liberalismo também é uma prática: em que encontrar exatamente o princípio de limitação do governo e como calcular os efeitos dessa limitação?
3. O liberalismo é, num sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo.
4. Enfim, o liberalismo e a organização dos métodos de transação próprios para definir a limitação das práticas de governo:
Constituição, parlamento
Opinião, imprensa
Comissões, inquéritos (FOUCAULT, 2008, p. 28)

Foi na passagem do século XVIII para XIX que os mercados deixam de ser espaços de aplicação de leis para proteger as trocas de relações desonestas (desonestidade entendida aqui como um hábito reprovável em outras esferas sociais) para se tornar o contexto capaz de ser, por si só, produtor de verdades (FOUCAULT, 2008, p. 44). Assim, seguiu-se o crescimento econômico no século XIX que também viu as fundações das ciências naturais, do evolucionismo social (ALMEIDA, 2011) e do racismo científico (GROSFOGUEL, 2016) que alimentaram as desigualdades estabelecidas pelo regime de verdades do mercado e permitiram o saque do mundo colonial. Rodney (1975) aponta como o desenvolvimento das economias do continente europeu dependeu da combinação de atuação dos governos coloniais como facilitadores da pilhagem dos meios de vida e a promoção de trabalho forçado no continente africano, sem contar na adoção de investigações científicas como políticas de estado, o que demonstra como os mercados avançavam com as fronteiras do mundo natural (e social) a partir do ocidente. Este sistema se manteve até as duas Guerras Mundiais na primeira metade do século XX e a crise econômica em razão de super acumulação na década de 1930.

Neoliberalismo é o conjunto de teorias que propunham saídas diferentes àquelas que acabaram sendo adotadas como solução para a crise de 1930, assim como para a reconstrução das economias no período pós-guerra, quando o Mundo aderiu ao Keynesiano enquanto modo de planejamento de economias nacionais de diversos escopos. Dessa forma, concentrava-se em

alguns círculos de intelectuais, empresários e políticos, o desejo de retomada dos projetos de emancipação da economia do Estado e, por consequência, dos sujeitos individuais em relação a qualquer forma de regulação coletiva. As duas características são indissociáveis, tal como aponta Michael Kimmel em *Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era*. Uma das formas pelas quais a noção de masculinidade branca e ocidental foi construída depende da existência de uma fronteira em permanente expansão rumo a lugares pouco habitados, funcionando como uma válvula de escape para todos aqueles que, tendo se tornado perdedores (*losers*) no mercado, sempre poderiam se afirmar sendo recrutados para a expansão das fronteiras econômicas (KIMMEL, 2013). Argumento que, visto a partir destas premissas, o neoliberalismo, ou seja, o resgate contemporâneos das elaborações liberais, também é uma forma de resgate de processos de expropriação intensos de outrora, assim como de quais seriam as pessoas que deveriam desempenhar a expropriação.

Harvey (2005), por sua vez, aponta que o neoliberalismo deve ser entendido a partir de seu caráter teórico, assim como prático, que nem sempre estão em concordância. A teoria neoliberal, desenvolve o autor, concentra-se em torno da *Sociedade Mont Pèlerin* (*Mont Pelerin Society* - MPS), fundada em 1947 e nomeada em virtude do spa na Suíça onde também se encontravam, entre outros, Milton Friedman, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises. Estavam preocupados em construir uma proposta de doutrina econômica que fosse contrária ao que economistas do século XIX, principalmente Marx, haviam colocado. Harvey aponta que enquanto o mundo se reconstruía da Segunda Guerra Mundial através de programas keynesianos e ação concentrada no Banco Mundial, este grupo se colocava como dissidentes sem, no entanto, deixar de construir articulações que, eventualmente, tomaram dimensão em experiências neoliberais fora dos Estados Unidos, como foi no Chile nos anos 70, com o golpe que levou Pinochet ao poder. Lá puderam atuar com planejadores da economia diversos professores da Escola de Chicago, onde estavam vários membros da MPS. É justamente nos processos de implementação dos “estados liberais” que afloram os aspectos do neoliberalismo de ordem prática, pois para que possa haver um mercado livre e competitivo, com o estado se limitando a poucas atividades regulatórias (principalmente garantindo a estabilidade da moeda), é preciso grandes reconstruções da vida social, por onde caminha também a opressão externa dos Estados Unidos, no caso. Assim, o caráter utópico da teoria neoliberal de que fala Harvey (2005) é justamente evidenciado quando

ocorre o embate entre seus pensadores e seus planejadores políticos, já que tornava-se necessário “reconstruir o Estado” ao mesmo tempo que se pregava a sua redução.

Vou além de Harvey e considero que poucas coisas apontam para o caráter excludente e hermético da teoria como o local “fundador” da MPS: um spa na Suíça onde homens brancos intelectuais de várias partes do mundo se reuniram para propor um resgate das liberdades individuais diante de um mundo que supostamente as ameaçavam, não somente pelo socialismo e comunismo, mas por qualquer forma de regulação por parte do Estado. O nascimento, por assim dizer, da escola neoliberal, então, deve ser visto como a construção de um sujeito utópico diante de um mundo em mudança. Fazendo uso da perspectiva de “outsider within” de Collins (2016) como forma de pensar na formação de grupos de intelectuais, torna-se fundamental trazer para a cena as posições de privilégio de grupos na academia, não como uma forma acusatória vazia, mas como as bases para uma crítica antirracista (e também anti-neoliberal neste casos) ². Torna-se necessário dar “corpo” ao conhecimento, pois o que está em jogo é uma noção de liberdade individual ao mesmo tempo radical em relação a muitas das próprias economias capitalistas da época e reacionária ao propor a retomada de poder por elites econômicas, tendo em vista o contexto de diminuição de poder das elites mundialmente entre a década de 1940 e 1970 (HARVEY, 2005).

Voltando para o ponto inicial deste capítulo, falta apontar como as teorias econômicas neoliberais conformaram o empreendedorismo em uma prática econômica, uma forma de comportamento e também prática de um grupo social. O fato é que esta passou a ser uma forma de ação econômica que aflora enquanto proposta de governo por parte dos planejadores do Estado neoliberal nos anos 1970. Este seria aquele modelo de governo influenciado por uma governamentalidade liberal marcada pela contraposição entre ação estatal e liberdade individual, (FOUCAULT, 2008) reformulado enquanto política econômica internacional (GRAEBER, 2011; HARVEY, 2005; NEIBURG, 2004).

² Ser “outsider within” significaria ir também para além de uma metodologia do “estranhamento” como forma de estudar os sistemas de exploração econômicos e raciais. O que Hill Collins propõe é uma metodologia da autoafirmação de uma epistemologia feminista negra que não dependesse das posições impostas a elas, mas que também não partisse de posições homogêneas. Daí a necessidade de se incluir a interseccionalidade à crítica. Ou seja, é preciso combinar um projeto de autoafirmação com a necessidade de compor e entender as múltiplas formas de opressão.

2.2 A noção de empreendedorismo a partir da Ciência Econômica

Antes de tudo, é preciso pensar em “empreendedorismo” não como uma convenção pacificada, mas como um debate dentro do próprio meio econômico. Sua complexidade e associação a traços pessoais desafiam os limites do que poderia ser estudado enquanto economia propriamente dita. Entre aqueles que criticam a insuficiência da Ciência Econômica, Parker (2004) afirma que a ausência de teorizações sobre o empreendedorismo na análise econômica estaria relacionada a uma certa rigidez de algumas formulações:

1. Economics (it is alleged) assumes that agents know prices and goods and, automaton-like, optimise resource usage via mathematical rules. But entrepreneurs cannot optimise because they cannot know the prices of goods or services which do not yet exist; they must therefore use heuristics and exercise idiosyncratic judgement.
2. Economics entails the analysis of equilibrium. But the essence of entrepreneurship is that entrepreneurs recognise disequilibrium opportunities and exploit them, destroying the status quo in a ceaseless progression of disequilibrium states.
3. Economics assumes perfect information and competition, so in equilibrium profits are eliminated. But without a profit motive there can be no entrepreneurship; and in the real world imperfect information and imperfect competition prevail so even small entrepreneurial ventures can possess some market power.
4. Economists have chosen not to write the entrepreneur into their models. For this reason the entrepreneur is absent from economics textbooks. But the entrepreneur is central to economic growth so neoclassical growth theory is at best incomplete and at worst misleading (PARKER, 2004, p. 2)³.

Parker (2004) aponta que estudos sobre empreendedorismo desafiam os limites de uma Ciência Econômica fechada em ciclos matemáticos, preocupada na manutenção do equilíbrio.

³ ”1. A economia (alegadamente) pressupõe que os agentes conhecem os preços e as mercadorias e, de forma automática, otimizam o uso dos recursos através de regras matemáticas. Mas os empresários não podem otimizar porque não podem conhecer os preços de bens ou serviços que ainda não existem; eles devem, portanto, usar a heurística e exercer um julgamento idiossincrático.

2. A economia implica a análise do equilíbrio. Mas a essência do empreendedorismo é que os empresários reconhecem as oportunidades de desequilíbrio e as exploram, destruindo o status quo em uma incessante progressão dos estados de desequilíbrio.

3. A economia assume a informação perfeita e a concorrência, de modo que, em equilíbrio, os lucros são eliminados. Mas sem um motivo de lucro não pode haver empreendedorismo; e no mundo real a informação imperfeita e a concorrência imperfeita prevalecem, de modo que mesmo os pequenos empreendimentos empresariais podem possuir algum poder de mercado.

4. Os economistas optaram por não escrever o empresário em seus modelos. Por esta razão, o empresário está ausente dos livros de economia. Mas o empresário é central para o crescimento econômico, então a teoria neoclássica do crescimento é, na melhor das hipóteses, incompleta e, na pior das hipóteses, enganosa (tradução nossa).“

Para isso são apresentados novos conceitos, como: idiosincrasia, desequilíbrio, competição imperfeita, exploração (*to exploit*). O autor não questiona a existência de mercados onde prevaleceria a competição, mas onde repousariam as motivações pessoais para tomar atitudes contrárias a uma lógica de sistemas fechados.

É justamente a partir da noção de ciclo econômico que a Ciência Econômica inaugura, na figura de Quesnay, pensador francês do século XVII, uma percepção de que este seria um domínio separado da vida social, marcado por um todo coerente (DUMONT, 1982). É a partir deste movimento, afirma Dumont (1982), que a riqueza de uma unidade política será expressa em termos da produção enquanto uma atividade encadeada numa economia de modo geral. É preciso considerar as teorizações acerca da atividade empreendedora em relação à noção de ciclo ou circuito econômico, criticado por muitas vezes ser demasiadamente dependente de uma noção de equilíbrio.

Propostas para além da Ciência Econômica, almejadas em abordagens multidisciplinares, indicariam que cenários de mudança econômica e desequilíbrio eram fenômenos amplos demais para os esquemas conceituais criticados. Seria, assim, preciso um conhecimento complexo a respeito dos modos pelos quais as pessoas dão sentido à motivação necessária para “empreender”. O desafio passa a ser entender como se “escolhe” a promoção do desequilíbrio em um contexto onde pressupostos de maximização da utilidade individual levariam a um equilíbrio. Como procuro apontar adiante, essa busca leva estudos a proporem retomadas de abordagens clássicas da economia liberal, mas com roupagens mais radicais em relação à noção de ação individual.

A revisão bibliográfica aqui organizada aponta como a questão do empreendedorismo para a Ciência Econômica organiza-se em duas frentes: uma a partir da função de inovador, assumidor de riscos (*function*) e outra definindo o empreendedor de acordo com sua ocupação (*role*), sendo assim, um trabalhador dono do próprio negócio (CASSON, 2010).

Seguirei com uma separação histórica do tema, iniciando minha análise pelos debates que cercam a definição da função de empreendedor em uma economia de mercado, com uma ênfase nas teorias de Schumpeter (1983), que considero ter se tornado uma referência para o modo como se desenhou o tema, principalmente no que se refere à centralidade da conduta pessoal do empreendedor. Considero que essa forma de tratar a questão possui uma relevância em estudos de teor mais teórico por levantar questões acerca de termos como: equilíbrio, escolha, mudança

e desenvolvimento.

2.2.1 Empreendedorismo Enquanto Função

Discuto aqui noções presentes no livro de Robert F. Hébert e Albert N. Link: *A History of Entrepreneurship* (HÉBERT; LINK, 2009). A percepção histórica da ideia de empreendedorismo, tal como é discorrido na obra, tensiona constantemente os modos pelos quais diferentes escolas de pensamento propunham papéis para o empreendedor. Uma das principais distinções seria em relação ao capitalista (detentor de meios de produção). Há uma necessidade de entender a atividade empreendedora não enquanto aquela da busca pelo investimento imediato do capital em torno da maior produção de sobretrabalho no sentido de Marx (2013b) em meio ao mercado de mão de obra estabelecido. Empreender seria estar envolvido no estabelecimento de novos mercados, o que se associa a uma ideia de risco e incerteza.

Na construção histórica do termo, seria necessária uma discussão sobre os modos pelos quais se constituem riscos e equilíbrios de mercado. Na obra de Hébert e Link (2009), a palavra *entrepreneur* é apresentada em sua origem francesa que começa a ser comumente usada a partir do século XVII, mais intimamente relacionada com as pessoas que assumiam projetos para o governo, como obras públicas ou fortificações militares: um construtor que assume (*undertakes*) um projeto. Esta seria uma prática antiga, presente no modo como as obras eram realizadas no período medieval e sofrendo mudanças com o advento do capitalismo.

Until the end of the twelfth century, the functions of inventor, planner, architect, builder, manager, employer, and supervisor were all combined in the notion of an entrepreneur, but risk-bearing and capital provision were not part of the concept. As capitalism began to supplant feudalism, a clearer distinction emerged between the one who performed artistic and technical functions and the one who undertook the commercial aspects of a great task (HÉBERT; LINK, 2009, p. 5-6)⁴.

Assim, o termo “empreendedor” se designa, inicialmente, como aqueles responsáveis pelo planejamento e execução de obras específicas. Em épocas que precedem a formação do Estado moderno, obras públicas implicavam um envolvimento com ofícios especializados que passaram

⁴ “Até o final do século XII, as funções de inventor, planejador, arquiteto, construtor, gerente, empregador e supervisor eram todas combinadas na noção de empresário, mas o risco e a provisão de capital não faziam parte do conceito. medida que o capitalismo começou a suplantando o feudalismo, surgiu uma distinção mais clara entre aquele que desempenhava funções artísticas e técnicas e aquele que se dedicava aos aspectos comerciais de uma grande tarefa (tradução nossa).”

a ser divididos entre diversas profissões com o passar do tempo. Assim, “empreendimentos” eram as intervenções físicas e que precisavam de pessoas dispostas a se envolverem em projetos um tanto quanto pioneiros por conta da própria especificidade dos conhecimentos empregados. Posteriormente, vai ser sobre a noção de risco que escreverão os pensadores da área.

Hébert e Link destacam Cantillon, pensador francês do século XVIII, como o primeiro autor a colocar o empreendedor enquanto um agente relacionado a riscos, sendo o agricultor que se relaciona com as incertezas dos ritmos de plantio e colheita como um exemplo da atividade empreendedora. Ele não é o dono da terra, mas aquele que assume os riscos do tempo para a produção. Os autores definem que o empreendedor do Cantillon não cria produtos novos, mas procura ser alguém que consegue se antecipar para entregar os produtos desejados. Em se tratando de agricultura, o risco está colocado nas condições de produção afetadas pelas intempéries climáticas. Em outras palavras, assume o risco em nome do dono das terras. Não envolve necessariamente a inovação, como será abordado mais adiante em outras perspectivas. Também na escola francesa do século XVIII, continuam os autores, Turgot afirmaria que um capitalista pode não ser um empreendedor, mas o empreendedor precisaria ser um capitalista. Este autor não colocaria a diferença na posse dos meios de produção em si, porém em uma necessidade de se manter o crescimento econômico pelo capital. Por outro lado, Jean-Baptiste Say, que viveu no século XIX, introduziu a noção de administração (management) por parte do empreendedor, que também não precisaria, necessariamente, fornecer os capitais do negócio, existindo mais como um mediador. Assim, nessa tradição, o conceito de empreendedorismo começou atrelado ao trabalho e depois passa a falar não da posse, mas da organização dos meios de produção (HÉBERT; LINK, 2009).

No contexto inglês, continuam os autores, teriam como principais representantes Smith e Bentham, o primeiro propondo um empreendedor mais prudente e maleável às condições apresentadas, e o segundo mais inclinado a ideias próximas às de Schumpeter, que discutirei mais à frente. Os sentidos do termo *entrepreneur* eram presentes nas palavras *adventurer*, *projector* e *undertaker*.

The first term was applied in the fifteenth century to merchants operating at some risk and in the seventeenth century to land speculators, farmers, and those who directed certain public-works projects. During the eighteenth century, the term *adventurer* gradually gave way to the more general term *undertaker*, which

had become synonymous with an ordinary businessman by the time Adam Smith emerged as a progenitor of political economy. The term projector was equivalent to the other two in a fundamental sense, but it more often had the pejorative connotation of a cheat and a rogue. The word undertaker was not only used more often, it also took on more varied meanings, and its history more or less paralleled the development of its French counterpart (HÉBERT; LINK, 2009, p. 24)⁵.

A escola alemã teria como destaques von Thünen e von Mangoldt. O primeiro ressalta o modo como o empreendedor assumiria a ansiedade envolvida nos processos de inovação, ao contrário do manager, que pode “dormir tranquilo”. O segundo afirmava que existiriam tarefas específicas a serem desempenhadas pelo empreendedor: a reunião de capital, a supervisão dos negócios, a segurança do crédito e redes de troca, a previsão de riscos e ganhos irregulares. Além da preocupação em relacionar a existência de uma pessoa separada do detentor dos meios de produção para assumir os riscos de um empreendimento, observa-se um debate sobre quais seriam as funções desempenhadas em si, sobre quais seriam as habilidades específicas do empreendedor. A noção de mediador e reorganizador dos meios de produção aparece de forma consistente.

Assim, nas origens do termo, muito se levantou a respeito de como se relacionaria capitalismo e mudança, de como seria possível a existência de mercados baseados no equilíbrio entre oferta e demanda e de processos de expansão destes próprios mercados, uma atividade em si promotora de desequilíbrio. Entretanto, o pressuposto adotado era de que, em determinados momentos, a economia capitalista se expande e, em outros momentos, voltar-se-ia para o equilíbrio e maximização de lucros. Tais não seriam premissas adotadas por Schumpeter.

2.2.1.1 Schumpeter

Contrastando, então, com escolas que propunham conceitualizar sistemas de equilíbrio, a economia austríaca de Schumpeter propõe colocar o empreendedorismo junto a uma noção mais radical e positiva de desequilíbrio. Considero aqui o papel central dado às inovações no meio econômico e a relação destas com a personalidade empreendedora como um aspecto componente

⁵ “O primeiro termo foi aplicado no século XV aos comerciantes que operavam com algum risco e no século XVII aos especuladores de terras, agricultores e aqueles que dirigiam certos projetos de obras públicas. Durante o século XVIII, o termo aventureiro deu gradualmente lugar ao termo empreendedor mais geral, que havia se tornado sinônimo de um empresário comum quando Adam Smith surgiu como um progenitor da economia política. O termo projetista era equivalente aos outros dois num sentido fundamental, mas tinha mais frequentemente a conotação pejorativa de um trapaceiro e um vilão. A palavra undertaker não só era usada com mais frequência, como também assumia significados mais variados, e sua história mais ou menos paralela ao desenvolvimento de sua contraparte francesa (tradução nossa).“

da crítica de Schumpeter às teorias econômicas predecessoras. Sendo o foco de sua análise a capacidade dos agentes econômicos de promover mudanças nos modos de produção por motivos idiossincráticos, as rupturas dos sistemas em equilíbrio passam a ser evidenciadas, mais do que o equilíbrio em si. Creio ser importante dedicar alguns parágrafos para esmiuçar alguns conceitos presentes na obra *Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle* (SCHUMPETER, 1983), originalmente publicada em 1911. Vejo-a como um marco para formulações subsequentes sobre empreendedorismo, pois o autor coloca esta prática como central para processos de desenvolvimento econômico e fatos pessoais do empreendedor, sendo importantes para a compreensão do fenômeno econômico.

A partir de sua teoria, define-se que um sistema econômico precisa tomar como base uma sociedade com um Estado organizado economicamente onde há a prevalência da propriedade privada, divisão do trabalho e competição livre. Apesar de reconhecer que a ação econômica encadeia forças na vida social e econômica, o sentido será restrito à definição de que “fatos econômicos são aqueles direcionados à aquisição de bens” (SCHUMPETER, 1983, p. 45). Assim, assume-se que a busca por satisfação de necessidades nessas aquisições são os principais vetores na vida econômica.

A teoria econômica de Schumpeter aponta para uma economia que existe em um círculo de movimentação de bens, no qual a questão da criação de valor pelo movimento desse sistema em si não se altera. Ao contrário, a vida econômica tenderia a ser estável como um rio em fluxo cujo volume total e cursos são conhecidos. O círculo econômico deveria ser considerado fechado, como se cada *commodity* já aguardasse a sua compra por alguém. Para o autor, o processo de produção de mercadorias em si não geraria um valor sobre os valores dos serviços de trabalho e terra contidos nela previamente. Ao colocar a produção enquanto um processo de equilíbrio, Schumpeter desvia a atenção para a questão da geração de valor por processos de trabalho, tal como estabelecido em Marx. A produção a partir dos meios estabelecidos não geraria valor porque já teria contida em si valores relativos ao trabalho e à terra que já estavam dados a princípio (SCHUMPETER, 1983, p. 61).

Segundo ele, um sistema econômico não mudaria por si só. Desenvolvimento seria a quebra do fluxo do sistema econômico em equilíbrio, não devendo ser confundido com um simples crescimento que poderia muito bem ser causado por um aumento populacional, por exemplo.

Desenvolvimento seria uma mudança nos “canais dos fluxos circulares” e “perturbações no centro de equilíbrio” (SCHUMPETER, 1983, p. 86). Não é um processo que ocorreria através de pequenas mudanças estabelecidas coletiva, gradativa e internamente ao sistema econômico. No modelo circular de economia desenhado por ele, a busca pela satisfação de necessidades por parte dos consumidores direcionava as atividades, pois cada *commodity* existiria em relação a uma necessidade conhecida a ser satisfeita na outra ponta. Considero o modelo circular apontado aqui pelo autor como sendo o domínio econômico da mercadoria num sentido próximo de Marx (2013b), como objetos produzidos segundo uma lógica de valores de troca no mercado. Não considerando o trabalho enquanto um elemento de transformação de relações sociais num processo de expansão do alcance do modo de produção capitalista, Schumpeter (1983) declara que a economia de mercado, assim, tenderia a ser estática e dependente de uma noção de ciclo fechado de mercadorias. Schumpeter aponta que algumas das formas assumidas pelas mudanças capazes de produzir desenvolvimento econômico poderiam ocorrer em cinco casos.

Development in our sense is then defined by the carrying out of new combinations. This concept covers the following five cases: (1) The introduction of a new good — that is one with which consumers are not yet familiar — or of a new quality of a good. (2) The introduction of a new method of production, that is one not yet tested by experience in the branch of manufacture concerned, which need by no means be founded upon a discovery scientifically new, and can also exist in a new way of handling a commodity commercially. (3) The opening of a new market, that is a market into which the particular branch of manufacture of the country in question has not previously entered, whether or not this market has existed before. (4) The conquest of a new source of supply of raw materials or half-manufactured goods, again irrespective of whether this source already exists or whether it has first to be created. (5) The carrying out of the new organisation of any industry, like the creation of a monopoly position (for example through trustification) or the breaking up of a monopoly position (SCHUMPETER, 1983, p. 86-87)⁶.

Para que essas mudanças ocorram, Schumpeter retrata que precisam estar presentes novas combinações de meios de produção, crédito e empreendimento. O crédito deveria ser fornecido

⁶ “O desenvolvimento, em nosso sentido, é então definido pela realização de novas combinações. Este conceito abrange os cinco casos seguintes: (1) A introdução de um novo bem - isto é, um bem que os consumidores ainda não conhecem - ou de uma nova qualidade de um bem. (2) A introdução de um novo método de produção, ou seja, um método ainda não testado pela experiência no ramo de fabricação em questão, que não precisa de forma alguma ser fundamentado em uma descoberta cientificamente nova, e também pode existir em uma nova forma de manipulação comercial de uma mercadoria. (3) A abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado no qual o ramo de manufatura em questão não tenha entrado anteriormente, quer este mercado já exista ou não antes. (4) A conquista de uma nova fonte de abastecimento de matérias primas ou bens semi-manufaturados, novamente independentemente de esta fonte já existir ou de ter que ser criada primeiro. (5) A realização da nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, através da trustificação) ou a ruptura de uma posição de monopólio (tradução nossa).“

pelos bancos, que acumulariam a função de provedores de capital por excelência, atuando também de forma independente em relação aos utilizadores do crédito. Seria importante, assim, que os empreendedores não fossem os próprios donos do capital para que alterações no equilíbrio do sistema econômico ocorressem de fato.

The banker, therefore, is not so much primarily a middleman in the commodity “purchasing power” as a producer of this commodity. However, since all reserve funds and savings today usually flow to him, and the total demand for free purchasing power, whether existing or to be created, concentrates on him, he has either replaced private capitalists or become their agent; he has himself become the capitalist par excellence. He stands between those who wish to form new combinations and the possessors of productive means. He is essentially a phenomenon of development, though only when no central authority directs the social process. He makes possible the carrying out of new combinations, authorises people, in the name of society as it were, to form them. He is the ephor of the exchange economy (SCHUMPETER, 1983, p. 91)⁷.

Ao existir enquanto um agente separado do capitalista, o empreendedor entra não com os recursos, mas com a função relacionada às mudanças no modo como os meios de produção estão organizados. Empreender, assim, corresponderia a ser capaz de se alocar os capitais de forma mais dinâmica que os próprios capitalistas. Teria mais a ver com a definição dos projetos do que possuir propriamente os recursos financeiros. Ser empreendedor, na concepção de Schumpeter, é uma condição relativamente passageira. Tem a ver com a atuação em processos descontínuos de mudança do equilíbrio econômico que seriam, em grande medida, contextuais e efêmeros. Empreendedores, assim, não formariam uma classe social (SCHUMPETER, 1983, p. 94). As mudanças promovidas pelo empreendedor no processo de desenvolvimento poderiam estar ligadas à formação de novas necessidades e de estabelecimento de estilos de vida reconhecidos, mas não seriam suficientes para assentar relações sociais duradouras. Ser empreendedor seria uma condição estritamente ligada aos ímpetus de mudança em um sistema econômico.

Ganhos financeiros não necessariamente seriam os principais motivadores da atividade empreendedora, quando o que conduziria a pessoa seria muitas vezes a inovação por si mesma, a fascinação com o novo, o senso de competição, para citar exemplos na obra aqui em questão.

⁷ “O banqueiro, portanto, não é tanto um intermediário no “poder de compra” da mercadoria como um produtor desta mercadoria. No entanto, como todos os fundos de reserva e poupanças de hoje geralmente fluem para ele, e a demanda total pelo poder de compra livre, existente ou a ser criado, se concentra nele, ele substituiu os capitalistas privados ou se tornou seu agente; ele mesmo se tornou o capitalista por excelência. Ele se coloca entre aqueles que desejam formar novas combinações e os detentores de meios produtivos. Ele é essencialmente um fenômeno de desenvolvimento, embora somente quando nenhuma autoridade central dirige o processo social. Ele torna possível a realização de novas combinações, autoriza as pessoas, em nome da sociedade, por assim dizer, a forma-las. Ele é a máxima da economia de intercâmbio (tradução nossa).”

Apesar desse aparente desinteresse em relação aos lucros, o autor não nega que eles possam motivar indiretamente o empreendedor, uma vez que aponta para as vontades de estabelecimento de “dinastias” ou “impérios” econômicos como fonte de satisfação pessoal. O empreendedorismo schumpeteriano pode ser definido como um fenômeno individual espontâneo. Estes comportamentos seriam por definição contra intuitivos de uma lógica utilitarista, no sentido de que a estática do sistema em equilíbrio seria mais atrativa para os engajamentos pessoais pelo fato de poupar energias despendidas em processos totalmente criativos.

Ao refletir sobre os sentidos mais amplos da relação entre o mercado em equilíbrio e o modo de ação necessário para o desenvolvimento econômico, Schumpeter decanta alguns elementos de sua análise em um modelo de oposições: 1) entre o fluxo circular ou tendência ao equilíbrio e mudanças na rotina econômica; 2) entre os aparatos teóricos de estática e dinâmica; 3) entre as condutas do administrador e do empreendedor (SCHUMPETER, 1983, p. 95).

O modo como Schumpeter delinea o empreendedor impõe-lhe a necessidade de romper com um mercado estável e circular. Sua teoria, de uma certa forma, retira o empreendedor do campo dos elementos estáveis no quadro teórico e o joga para o campo da novidade irrestrita. Sua teoria possui um forte viés dualista onde, por um lado, existiria um modo cíclico de existência, onde as pessoas se orientam somente pela satisfação dos desejos imediatos, e, por outro lado, uma outra forma de ser/estar no mundo, marcada pela quebra de constrangimentos sociais e por uma ação que escapa da ordem da satisfação imediata das necessidades e que é capaz, até mesmo, de criar necessidades novas. Creio que Schumpeter tenha pavimentado conceitos para o que seria uma abordagem própria para o empreendedorismo, ao mesmo tempo em que o estabelecia enquanto um tema em grande medida amorfo na teoria econômica. Digo isso no sentido de que a ação individual empreendedora é importante para sua argumentação e ela é por si só nova, não definida. A noção de que a ação individual pode ser responsável pela alteração de um sistema econômico ganha uma dimensão própria em Schumpeter. Novas propostas em lidar com o tema se influenciam direta e indiretamente pela obra em questão na medida em que a “motivação” empreendedora passa a ser algo não somente a ser buscado mas também direcionado para as melhores condutas.

2.3 Empreendedorismo por Ocupação

Tendo em vista o que foi esmiuçado até aqui, percebe-se que o empreendedorismo enquanto uma atividade definida por sua função econômica específica (rearranjo de meios de produção, ação mediante um contexto de incertezas de mercado) tem uma raiz nos estudos sobre o próprio advento do capitalismo no continente europeu. Naudé (2011) aponta que esta visão seria aquela definida por comportamento ou resultados (*behavioural*) e estabelece Schumpeter sendo uma referência para o tema como um todo. Schumpeter aponta constantemente para uma relação entre indivíduo e sociedade que elimina noções de grupo social, categoria de trabalho ou mesmo classe. Empreendedorismo, neste caso, seria muito mais algo a ser desempenhado do que tomado enquanto demarcador de identidade coletiva. Neste contexto desprovido de mediações, operando uma noção atomizada de indivíduo, pouca atenção é dada às relações que se intersectam e definem a economia, como é o caso da política, religião, etc. Assim, tratar do empreendedorismo por função também é tomar a questão de forma descorporificada, prioritariamente interessada nas ações individuais mediante princípios morais universais (propriedade privada, liberdade individual, competição, inovação, entre outras) e que estariam em constante choque com o pensamento de grupo, interessado na manutenção do equilíbrio.

Outra forma de abordar o empreendedorismo é proposta por Naudé (2011) a partir da noção de “empreendedorismo por ocupação”. Este enquadramento equaciona empreendedorismo como trabalho autônomo, sendo usado para pensar em contextos de altas taxas de empreendedorismo econômico, como no Sri Lanka, Indonésia e Madagascar, exemplos citados pelo autor. Foi nestes países que a taxa de trabalhadores autônomos cresceu exponencialmente nas últimas décadas. Casson (2010), por sua vez, define a origem das concepções de empreendedorismo por ocupação no contexto econômico norte-americano da década de 1970.

Harvey (2005) dá uma grande importância para os eventos ocorridos na década de 1970, onde o capitalismo alterou sensivelmente o modo pelo qual operava em escala mundial, com o advento do embargo dos países produtores de petróleo em virtude da Guerra do Yom Kippur, das reformas chinesas colocadas por Deng Xiaoping e as subsequentes ascensões de Thatcher e Reagan no Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente. A crise do modelo de grande indústria, a partir do súbito aumento dos preços do petróleo, foi um dos fatores principais

para a introdução de novos modelos de gestão de trabalho, baseados nas respostas oferecidas pela experiência industrial japonesa, focada na produção flexível e em um maior controle das atividades de trabalho como modo a evitar desperdícios e acidentes (GIRALDIN, 2012). No campo dos planejadores econômicos, os pequenos negócios passaram a ser mais valorizados, assim como os governos passaram a se preocupar com legislações trabalhistas mais flexibilizadas, com o enfraquecimento da força política dos sindicatos e outras formas de relacionamento com categorias profissionais. É nesse contexto também foram feitas vendas de empresas públicas. A qualificação de trabalhos autônomos enquanto empreendedores ou empreendedores em potencial pode ser vista, então, como uma política econômica de um Estado neoliberal que encadeou projetos de reestruturação econômica a partir da década de 1970.

A qualificação do trabalho autônomo por parte do Estado, entretanto, não impede que o sentido mais abstrato, teórico e histórico do termo não seja atingido. Muito pelo contrário. O período pós-1970 estabeleceu uma ponte entre as questões econômicas e políticas nos anos 70 com as visões concorrentes àquelas que vinham sendo empregadas desde as primeiras décadas do século. Visto desta forma, o “empreendedorismo por ocupação” é tanto uma retomada de valores de livre iniciativa em um mundo que havia adotado restrições diversas quanto a continuação de um plano de governo que sempre esteve latente durante o século XX, angariando poder a partir de classes sociais mais altas (HARVEY, 2005).

Analisar o empreendedorismo como trabalho autônomo (*self employment*) é o que também faz Parker (2004). No caso da obra, uma das perguntas lançadas é: “como eram estabelecidas relações entre os ganhos com o trabalho autônomo e os ganhos em postos semelhantes no mercado de trabalho assalariado?”. A busca por alguma forma de quantificar a escolha a partir de princípios de escolha racional leva o livro a diversos becos sem saída. Algo que intriga o autor é como as pessoas podem optar pelo trabalho autônomo nos quais os ganhos podem, na maioria das vezes, ser menores do que no trabalho assalariado para um trabalhador com as mesmas qualificações. Apresentando uma série de fatores e empregando métodos matemáticos, pouco resultado numérico parecia ser suficiente para localizar as motivações pessoais para o trabalho autônomo. A recusa do trabalho assalariado deveria residir, então, em outros traços de personalidade. O autor acaba por concluir que as motivações deveriam estar mais de acordo, como o que fora proposto por Schumpeter (1983), com uma vontade de mudança por si só e por

outros motivos de ordem pessoal.

As evidências apresentadas por Parker (2004) sugerem que a relação entre desemprego e emprego autônomo não é direta, mas depende muito mais de como a pessoa significaria sua própria trajetória, algo mais relacionado a uma suposta inadequação da pessoa em si com atividades de emprego formal, assentando a ideia, de acordo com os exemplos apresentados, que o empreendedor seria, de alguma forma uma pessoa “fora” do meio social ou “inadequada” (*misfits*) para o emprego. No geral, o empreendedorismo não seria algo que residiria em atitudes ousadas de jovens, nem na acumulação de experiência de pessoas mais velhas, mas se concentraria mais em uma idade intermediária. Aqui novamente aparece uma influência das proposições de Schumpeter (1983), ao postular que os ganhos financeiros, em muitas vezes, influenciam mais indireta do que diretamente a atitude empreendedora, sendo necessário que a análise incorpore vontades pessoais que extrapolam indicadores econômicos iniciais.

O fenômeno do trabalho autônomo é tratado em termos das escolhas individuais envolvidas no processo. Os riscos são assumidos quando a pessoa passa a trabalhar para si mesma, “ser seu próprio chefe” em vez de seguir em um emprego assalariado junto a uma organização maior. O que sinaliza uma influência de Schumpeter aqui está no modo pelo qual essas escolhas estão pautadas, em boa medida, para um conjunto de traços pessoais que não seriam contidos pelo emprego assalariado. Uma vez que os ganhos no trabalho autônomo tenderiam a ser menores no contexto analisado por Parker (2004), caberia à apreciação das experiências de trabalho e, em grande medida, à personalidade inquieta da pessoa em si, a explicação pela escolha do empreendimento próprio. Trata-se de uma formulação a respeito dos riscos que incorpora também a própria subsistência pessoal enquanto um trabalhador não mais vinculado a salários regulares. Nessa visão, a questão empreendedora está colocada antes mesmo da pessoa se tornar empreendedora de fato. O primeiro risco a ser tomado seria o próprio risco de se tornar empreendedor. Assumir uma autonomia pessoal passa a ser a primeira decisão a ser tomada.

A partir dos textos revisados, as influências de Schumpeter marcam propostas para empreendedorismos mais contemporâneos. Há um problema, a meu ver, quando sua obra é levantada sem apresentar sua visão a respeito de sistemas econômicos como um todo. Tenta-se apresentar um problema que seria de ordem mais prática e referente às motivações necessárias para alavancar o empreendedorismo em locais onde este não existiria, mas deveria existir. Seria preciso acionar

motivações fora do leque daquelas comumente associadas a uma visão utilitarista. A partir dela, Schumpeter aparece ao fim das reflexões, como uma saída para entender afinal o que move estas atividades autônomas agora pensadas enquanto empreendimentos em potencial.

A partir do que foi pontuado, políticas econômicas surgem como reflexo da tentativa de enquadrar as motivações do trabalho autônomo, de valorizá-lo sob o rótulo de atividade empreendedora. Assim, ter os “motivos certos” para o trabalho autônomo, colhidos das virtudes da personalidade do empreendedor de Schumpeter, torna-se um projeto de educação política a partir, por exemplo, de influência do Banco Mundial nas economias emergentes e suas condições para o pagamento de dívida para projetos de desenvolvimento (GRAEBER, 2011; HARVEY, 2005). Nessa ordem mundial, passam a ser um indicador de desenvolvimento econômico, por exemplo, os índices de educação financeira, atuando como um instrumento de governo (SILVA, 2017).

Qualificar o trabalho autônomo torna-se uma necessidade de bons projetos de desenvolvimento. Murphy (2017) aponta que cada vez mais estudos sobre motivação pessoal passaram a ser realizados no campo do desenvolvimento econômico seguindo uma agenda neoliberal. A autora aponta como que estes estudos, servindo tanto para entender as atribuições de sentido a vivências diversas, também promovem a construção de perfis de consumidores em potencial, como ocorre em diversos casos de programas globais de investimento em atividades econômicas femininas. Considero este ser um norteador do modo pelo qual o trabalho autônomo é abordado pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM)⁸ ao fazer uma divisão entre empreendedorismo “por necessidade” e “por oportunidade”. O primeiro termo faz referência ao modo de trabalho no qual a pessoa busca conduzir um empreendimento, por não possuir uma outra forma de renda e enquanto algo voltado para sua subsistência mais direta. O segundo termo corresponderia a uma postura mais ativa em relação à economia como um todo, no qual a pessoa passaria a ser um empreendedor mais aos moldes do que foi definido aqui como um tomador de riscos e promotor de mudanças no mercado.

O GEM faz uma diferenciação, em sua abordagem de pesquisa, entre o que seriam os tratos pessoais do empreendedor (*Entrepreneurial Behaviour and Attitudes*)⁹ e as Condições do Meio

⁸ <<https://www.gemconsortium.org/>> (Acesso em 09/05/2022) - Consórcio internacional que produz pesquisas sobre o tema e que conta com o apoio de diversas organizações internacionais, inclusive o SEBRAE no Brasil.

⁹ Oportunidades Percebidas (Perceived Opportunities), Capacidades Percebidas (Perceived Capabilities), Taxa de Medo de Falha (Fear of Failure Rate), Intenções Empreendedoras (Entrepreneurial Intentions), Atividade Empreendedora Inicial Total (Total Early-Stage Entrepreneurial Activity (TEA)), Posse de Negócio Estabelecido

em que a Atividade se Encontra (Entrepreneurial Framework Conditions)¹⁰. De acordo com os relatórios, seria preciso haver uma convergência tanto dos modos pelos quais os indivíduos se constituam enquanto habilitados para a atividade empreendedora como condições do meio para fomentar os empreendimentos. Esta proposição ressoa com o que foi desenhado por Schumpeter em sua tríade do desenvolvimento econômico: mudança dos meios de produção, empreendimento e financiamento (SCHUMPETER, 1983).

Analisando os indicadores apontados pelo GEM, é possível ver que, no caso das atitudes, há uma diferenciação entre atividade empreendedora inicial total e atividade empreendedora inicial total voltada para oportunidade. Ou seja, nas análises do Monitor, há uma separação entre aqueles que iniciam um empreendimento e aqueles que iniciam empreendimentos voltados especificamente para o aproveitamento de oportunidades do mercado, o que é positivado pela análise. Utilizando as ferramentas presentes na plataforma digital do GEM, é possível cruzar a evolução das taxas de empreendedorismo por oportunidade em relação ao empreendedorismo por necessidade, e também em relação a outros indicadores, como os relativos ao ambiente empreendedor.

A partir dos indicadores e das propostas do GEM, algo que o empreendedor precisaria contar como fundamental para o desenvolvimento da atividade seria o crédito. Schumpeter considerava importante o financiamento para que a atividade empreendedora pudesse tomar corpo. Segundo ele, o emprego do crédito seria fundamental para o desenvolvimento, na formação de novas combinações nos meios de produção. Como já havia dito na seção anterior, o banqueiro, por um processo de concentração do poder de compra, tornar-se-ia, assim, o capitalista por excelência,

(Established Business Ownership), Atividade Empregatícia Empreendedora (Entrepreneurial Employee Activity), Índice Motivacional (Motivational Index), Atividade Empreendedora Inicial Total Feminina/Masculina (Female/Male TEA), Atividade Empreendedora Inicial Total Voltada para Oportunidade Feminina/Masculina (Female/Male Opportunity-Driven TEA), Alta Expectativa de Criação de Trabalho (High Job Creation Expectation), Inovação (Innovation), Setor de Serviço de Negócios (Business Services Sector), Alto Status de Empreendedores de Sucesso (High Status to Successful Entrepreneurs), Empreendedorismo Enquanto uma Boa Escolha de Carreira (Entrepreneurship as a Good Career Choice) (GEM 2019).

¹⁰ Financiamento para Empreendedores (Financing for Entrepreneurs), Apoio Governamental e Políticas Públicas (Governmental Support and Policies), Impostos e Burocracia (Taxes and Bureaucracy), Programas Governamentais (Governmental Programs), Educação Escolar e Treinamento Empreendedor Básicos (Basic school Entrepreneurial Education and Training), Educação e Treinamento Empreendedores Pós-escola (Post school Entrepreneurial Education and Training), Transferência de Pesquisa e Desenvolvimento (R&D Transfer), Infraestrutura Comercial e Profissional (Commercial and Professional Infrastructure), Dinâmicas de Mercado Internas (Internal Market Dynamics), Abertura Interna de Mercado (Internal Market Openness), Infraestrutura Física e de Serviços (Physical and Services Infrastructure), Normas Culturais e Sociais (Cultural and Social Norms).

sendo ele o possuidor do capital, dinheiro e bens materiais enquanto um agente separado do empreendedor. Assim, não existiria processo de mudança de modo de produção de fato se as pessoas já possuíssem as próprias condições financeiras para tal.

Nota-se uma tendência do GEM para, a partir de uma abordagem na qual o empreendedorismo é medido pela presença de empreendimentos de pequeno porte, costurar propostas para o desenvolvimento de uma relação entre tratos pessoais e meio econômico (e também social e cultural no que tange às percepções de economia). A emergência de um empreendedor schumpeteriano é almejada como indicativo de desenvolvimento, compreendido aqui como sendo um sistema capaz de ser alterado constantemente por ação interna dos sujeitos. Ou seja, trata-se de uma visão na qual a existência do empreendedorismo por ocupação pende para uma composição com características do empreendimento por função, onde os sujeitos que acabam por ocupar um espaço econômico devem estar mais conscientes da função que desempenham para a economia como um todo. Esta noção de todo está mais relacionada com o caráter abstrato do empreendedorismo, enquanto traço pessoal e das faltas de mediação entre indivíduo e sociedade num sentido amplo.

Configura-se, assim, uma ansiedade em ser preciso injetar incentivos nas micro e pequenas empresas, favorecendo processos de formalização e regulamentação, por considerar que ali estariam as sementes da inovação, plantadas sobre um solo infértil de simples buscas pela satisfação das necessidades imediatas. Como apontei anteriormente ao citar Casson (2010), este é um modelo de desenvolvimento específico pensado a partir dos Estados Unidos, na década de 1970. E este também passa a ser um modelo de política pública de um Estado neoliberal, que se assenta em relatórios tais quais o construído pelo GEM, que considera o Estado um garantidor das condições da economia de mercado. O Estado deveria apenas fornecer “empurrões”, não se engajando ativamente no processo de abertura de mercados (MAZZUCATO, 2014).

O empreendedorismo, visto a partir dos dados referentes ao trabalho autônomo, propõe estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento econômico em contextos nacionais. Sua associação com o Estado nos permite pensar em como este depende de mecanismos estatísticos de governança (FOUCAULT, 1998). Trata-se de um recorte pelo tamanho dos empreendimentos e não por noções mais abstratas relacionadas à função empreendedora dentro de uma concepção econômica. O que se transmite, e que necessita de todo um processo pedagógico por parte do

governo neoliberal, é a construção das condições para a sua retirada do tecido social, justamente um paradoxo colocado pela geopolítica aos neoliberais utópicos (HARVEY, 2005). Assim, torna-se preciso construir um modelo de governo que adotasse como uma de suas funções a promoção do mercado enquanto um ambiente produtor de verdades (FOUCAULT, 2008).

A dicotomia necessidade/oportunidade combina bem com outras dicotomias schumpeterianas ao qualificar um empreendedorismo por ocupação em processo de realização, como algo a ser alcançado onde quer que haja atividade autônoma. Tal fato sugere que tanto o Estado quanto os indivíduos deveriam adotar um alinhamento em prol da prática empreendedora. Sua insuficiência compõe um problema a ser enfrentado, sobre o qual deveriam ser dirigidos esforços para que a economia pudesse ser realmente dinâmica. No nível pessoal, apresenta-se como o novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2007), como uma internalização individual da transcendência da condição de busca de necessidades imediatas e de supostas condições sociais de um acomodamento, das quais fala Schumpeter (1983).

2.3.1 Inovação, comportamento e arranjos organizacionais

Propostas para relacionar as teorias sobre empreendedorismo gestadas durante o século XX com cenários econômicos concretos e contemporâneos passam a ser, a partir dos anos 80, base para debates. Tratava-se de encontrar os melhores modos de legitimar as motivações empreendedoras nas próprias condições da época. Como “operacionalizar” o crescimento econômico numa proposta neoliberal passa a ser um desafio para uma ciência com ferramentas usadas para pensar em maximização de ganhos pessoais. Havia tanto a necessidade de, em uma ponta, compreender como que trabalhadores autônomos são capazes de valorizar a atividade autônoma em um contexto de redução de poder aquisitivo, quanto em outra ponta, onde as propostas são para usar o empreendedorismo como uma ferramenta de motivação para aumento de lucros dentro de arranjos organizacionais que anteriormente estavam baseados na otimização dos meios de produção e organização de trabalho disponíveis.

Sobre este último ponto Lazonick (2011) evidencia que as teorias estabelecidas no campo da administração poderiam ganhar com a incorporação de “práticas empreendedoras”. Teorias mais tradicionais no campo trataram a questão em termos de desequilíbrios externos ao objeto,

como sendo o empreendedorismo uma forma de agir mediante um contexto de mudanças. Havia a necessidade de se considerar a mudança sempre como um fator preexistente, mediante a qual a empresa deveria buscar os melhores rumos de atuação, menores gastos e maiores lucros. A teoria que orienta a ação das empresas, nesse alinhamento, seria voltada para a otimização (*optimizing firm theories*) na qual os custos de produção e a inserção da empresa, em um meio produtivo específico, estariam estabelecidos. A teoria da empresa otimizadora postula que o empreendedor atua somente enquanto houver uma indústria onde grandes lucros podem ser obtidos, sendo assim, responsável pela abertura de novas firmas, o que promoveria um novo equilíbrio no mercado. Seria como um “desbravador” de novos mercados que se abririam. Seria uma empresa baseada na otimização, não na inovação.

As teorias mais recentes (segundo o mesmo autor) direcionam para novas atuações dos empreendedores e das empresas em si, as quais (*innovating firm theories*) advogariam para a necessidade de não se tomar como dados os custos de produção e nem a atuação da empresa em um nicho de mercado específico. Assim, deveriam estar focadas, por um período de tempo considerável, na alteração tanto dos custos de produção quanto da inserção dos produtos. No modelo da empresa inovadora, o empreendedor não toma como dadas certas condições que determinam o custo da produção, onde a empresa necessitaria de um investimento inicial com poucos retornos para que a atividade tenha futuro, o que é pouco eficiente nos estágios iniciais. A atuação de empresas sobre postulados de inovação enquanto um norteador de atividades internas é algo conceitualizado por Parker sob o tema do “intraempreendedorismo” (*intrapreneurship*), que seria se comportar como um empreendedor ao mesmo tempo em que se trabalha em uma organização (PARKER, 2004).

Um exemplo levantado por Lazonick (2011) é o das *start-ups* e o regime de trabalho no modelo das empresas inovadoras. O meio de trabalho dessas empresas é aquele no qual os trabalhadores possuem uma alta mobilidade tanto entre novas iniciativas em pequenos empreendimentos como em grandes empresas consolidadas. Uma forma de ação para a atração de trabalho é o oferecimento de ações das empresas como parte do salário em um momento inicial. Assim, o trabalhador estaria mais motivado a participar do processo de inovação ao mesmo tempo em que as tributações sobre as remunerações seriam reduzidas. Esse regime de contratação tem como horizonte a abertura de capitais da empresa (*Initial Public Offer – IPO*) ou venda direta para uma

empresa consolidada em um momento posterior, quando as ações distribuídas aos empregados passariam a valer de fato. Trata-se de um sistema de contratação que depende de mercado de ações estabelecido.

As visões mais próximas do que se coloca aqui, na otimização dos resultados a serem obtidos com custos de produção fixos e conhecidos, permitiriam maiores ganhos das empresas em relação às medidas de inovação no momento em que estas últimas se dedicam ao desenvolvimento de novas formas de produção. Lazonick (2011) afirma serem ambas formas de organização importantes para o desenvolvimento econômico, não sendo saudável uma ênfase muito grande ao modelo da inovação, pois certos conhecimentos deveriam ser construídos em um período de tempo estendido e em uma organização voltada para a otimização. Aqui já se observa uma ponderação em relação ao conceito de desenvolvimento de Schumpeter (1983), no sentido de dar um espaço para a alteração dos meios de produção, por exemplo, junto com a maximização dos próprios meios.

É importante frisar que a teoria da empresa inovadora traz para o cerne da atividade econômica a operação de empresas sob a lógica da inovação em detrimento de lucros imediatos. Necessita-se de um grande porte para que consiga manter as operações normais em momentos de investimento em inovação. No caso de empresas pequenas, simbolizadas pelas *start-ups*, a saída é lidar com um regime de trabalho que remunera o trabalho com ações futuras de uma empresa que nasce já buscando dedicar seus esforços em ser uma empresa inovadora. Uma vez que não existe a capacidade de gerar lucros no presente, a própria remuneração passa a ser dependente das perspectivas futuras de investimento e crescimento e também visando, na maioria dos casos, a absorção da empresa por outra maior. A “inovação” passa a ser uma “financiarização”, nos sentidos de (MARTIN, 2002) ao propor os retornos do trabalho totalmente atrelados à abertura para investimentos no setor financeiro. No contexto de empresas de grande porte, passa a ser preocupante a adoção de regimes de trabalho onde os lucros são suspensos em favor de novas práticas, o que pode esconder novas formas de apropriação do trabalho, reservadas a empresas de grande porte e com grande influência no mercado global.

Outras publicações recentes refletem sobre o tema da escolha diante de um contexto de incertezas (CASSON, 2010; CHOI, 1993; PARKER, 2004). Levando em conta a influência da obra de Schumpeter, tomando a incerteza como algo com o qual o empreendedor se relaciona

ativamente e não reativamente, estas obras tendem a considerar extrapolações contextuais e as idiosincrasias da ação empreendedora mais de perto. Assim, entender que o empreendedor seria o tomador de riscos implica procurar um espaço na Ciência Econômica para a noção de risco, de incerteza e também estabelecer uma figura específica enquanto agente nesse meio.

Choi (1993) afirma que a teoria econômica clássica, em muitos casos, falharia em incorporar a incerteza nos modelos de comportamento humano. Segundo ele, a teoria clássica tomaria como base a existência de um mercado em total estabilidade. Além disso, são descredibilizados nessas teorias ruídos que caracterizariam o comportamento humano baseado em vaidades e inveja. Tal limitação teria a ver com uma moralidade vitoriana pressuposta nas teorias neoclássicas, condizente com propostas de retomada das liberdades econômicas próprias do início do século XX. Outros modelos para se pensar no caso do empreendedorismo poderiam, por outro lado, falhar em estabelecer qualquer forma de comportamento enquanto base para as atitudes. As teorias mencionadas pelo autor, então, tenderiam a desconsiderar a incerteza completamente ou caracterizá-la como presente, mas totalmente intangível. Choi propõe uma via intermediária que sugere uma abordagem que dê mais espaços para as influências que pessoas exerceriam sobre as outras, como formação de gostos para além de uma noção puramente utilitarista. Assim, o autor propõe a utilização da ideia de paradigma como uma forma de captar a transitoriedade dos modos pelos quais noções de utilidade pessoal se atravessam em relação mútua.

Casson (2010) procura instrumentalizar a noção de tomada de decisões em cenários de incerteza. Muito mais do que uma predisposição para assumir os riscos e também de estar simplesmente alerta ao que aparece (outras definições apontariam para isso), o empreendedor deveria conseguir fornecer um bom julgamento, traduzido em uma melhor alocação de recursos. Partindo do pressuposto de que em muitas situações os riscos não valeriam a pena serem tomados e certos cenários só poderiam ser conhecidos depois, o empreendedor desempenharia uma função específica em organizações diversas, baseado em sua competência em fazer bons julgamentos.

A questão do autor é tratar o empreendedorismo como um recurso que poderia ser pensado em termos de oferta e demanda. As empresas lidariam, assim, com o empreendedorismo como um recurso fundamental e escasso. Aqui, novamente aparece a proposta de utilização da mudança econômica empreendedora como forma de motivação para o trabalho. Este seria um recurso imóvel em um sentido mais próximo ao modo como a formação profissional é entendida ao se

qualificar mão de obra.

An analogy may clarify this point. In conventional international trade theory, labour is immobile and capital is mobile. Capital therefore moves to the location where it is required, to complement the labour that is available there. But if labour were mobile too, then labour could move to where the capital was located and the capital would not need to move at all. In the world of entrepreneurship, judgement is immobile in the sense that it cannot easily be sold to other people. Resources must therefore move to where the judgement is i.e. to a firm in which they are placed under the control of an entrepreneur. If judgement could be codified and marketed, however, then judgement could move to the resources, instead of the resources to the judgement. Owners of resources would license the judgement and the entrepreneur would earn his profit without controlling any resources at all. Thus the ‘immobility’ of entrepreneurship is crucial to the way that the economy operates in practice (CASSON, 2010, p.145)¹¹.

Se, por exemplo, o empreendedorismo fosse apenas uma tomada de decisão baseada em melhores práticas que pudessem ser implementadas por um certo preço, por qualquer pessoa, não haveria a necessidade de se entregar o controle dos recursos para o empreendedor. Ao contrário, o conhecimento do empreendedor seria algo ligado à própria pessoa. Dessa forma, o autor afirma que a tomada de decisão do empreendedorismo seria de natureza tácita (CASSON, 2010, p. 145). Tendo em vista o modo pelo qual a expertise do bom julgamento compreenderia dimensões de conhecimento que não seriam evidentes, o empreendedor atuaria em contextos onde seu conhecimento estaria estabelecido em bases disputáveis. Seria justamente isso, também, que diferenciaria a economia do empreendedorismo da economia convencional: a natureza disputável do conhecimento no campo empreendedor e a natureza indisputável no campo da economia convencional, esta última podendo ser entendida aqui como um corpo de ideias acumuladas e validadas coletivamente.

Segundo o autor, “em se tratando de conhecimentos disputáveis, a eficiência econômica sugere que a sociedade deve encorajar visões diferentes” ao passo que, no caso de conhecimentos indisputáveis, “a sociedade deveria promover a difusão do conhecimento combinado a fim de

¹¹ “Uma analogia pode esclarecer este ponto. Na teoria convencional do comércio internacional, o trabalho é imóvel e o capital é móvel. Portanto, o capital se desloca para o local onde é necessário, para complementar a mão-de-obra que ali está disponível. Mas se o trabalho também fosse móvel, então o trabalho poderia se deslocar para o local onde o capital se encontrava e o capital não precisaria se deslocar de forma alguma. No mundo do empreendedorismo, o julgamento é imóvel no sentido de que não pode ser facilmente vendido a outras pessoas. Portanto, os recursos devem se deslocar para onde o julgamento é feito, ou seja, para uma empresa na qual eles são colocados sob o controle de um empreendedor. Se o julgamento pudesse ser codificado e comercializado, porém, então o julgamento poderia passar para os recursos, em vez dos recursos para o julgamento. Os proprietários dos recursos licenciariam o julgamento e o empresário ganharia seu lucro sem controlar nenhum recurso. Assim, a “imobilidade” do empreendedorismo é crucial para a forma como a economia funciona na prática (tradução nossa).“

eliminar a ineficiência causada pelo desconhecimento do mesmo” (CASSON, 2010, p. 147). Conhecimentos disputáveis seriam mais intensamente empregados nas fases de concepção iniciais de um negócio, quando haveria maior indefinição sobre a natureza da atividade em si. Quanto mais disputado fosse o conhecimento, mais seria necessária a atividade empreendedora, pois maior seria a necessidade de bons julgamentos. O autor afirma que, apesar disso, o empreendedor também precisaria possuir conhecimentos indisputáveis, como noções de contabilidade, leis, geografia.

Segundo Casson (2010), um discurso que foque no empreendedorismo somente enquanto uma atividade que envolva coragem (imagem muitas vezes associada a jovens empresários dispostos a assumir os riscos) não geraria um ambiente realmente empreendedor. Para o autor, mais do que a valorização de uma competição pura e simplesmente estabelecida, seria preciso que existisse um contexto no qual as tensões criativas fossem valorizadas, onde práticas cotidianas assumissem melhor os campos de disputa de narrativa. Não se trataria de coragem, mas da construção de conhecimentos práticos para a tomada de decisão, através de uma disputa bem regulada e com presença de uma disposição para associações baseadas em confiança.

2.4 Empreendedorismo Enquanto Híbrido

Até aqui, apresentei as principais questões que norteiam as conceitualizações do conceito “empreendedorismo” enquanto relacionadas à tomada de risco e incertezas e de alteração nos modos de produção sem que isso qualifique a pessoa como detentora dos capitais investidos. Depende dos modos pelos quais as ações individuais podem ser articuladas em nome de inovações na economia de mercado. Sua aplicação em políticas econômicas, assim como sua teorização no meio acadêmico não deixaram, por sua vez, de carregar suas controvérsias internas. Dessa forma, é interessante retomar o que foi apontado no início do capítulo e tratar o empreendedorismo enquanto oriundo de um pensamento científico, um pensamento que se propõe objetivo e analítico de um contexto natural e inerte.

Foucault (2008), ao apontar como as teorias liberais propunham o mercado em um contexto criador de verdades, na passagem do século XVIII para o XIX, colocam-no, ao mesmo tempo, como experiência cotidiana e experimento científico. Sendo posterior aos debates sobre separação

entre ciência e política, tal como foi o debate entre Hobbes e Boyle citado por Latour (1994), o mercado da teoria liberal (e neoliberal em momentos posteriores) deixa de ser tratado como um campo permeado por influências externas para ser o mais próximo de um experimento realizado no vácuo, para usar o exemplo de Boyle. Quando a ciência econômica tomou para si o desafio científico de entender o comportamento de mercados, a questão da motivação pessoal passou a ser um ponto focal em meio ao vácuo. Sem conseguir adentrar no campo das aspirações pessoais, esfera da vida a ser resguardada dos supostos abusos sociais, a própria teoria abre mão de explicações categóricas sobre os sujeitos.

Considero as teorias que formulam sobre o empreendedorismo na economia neoliberal atual como uma tentativa de realizar uma experiência no vácuo do mercado de competição perfeitamente estabelecido. É neste vácuo que Schumpeter (1983) coloca seu indivíduo tomador de decisões: um mercado bem estabelecido e uma oferta de crédito bem estruturada. As condições de produção e suas tecnologias, nesse sistema, são conhecidas e partem do pressuposto de que não existiria a geração de valor no equilíbrio de mercadorias e meios de produção. É a partir deste ponto que seria necessária a ação de pessoas dotadas da capacidade de promover alterações nos limites impostos pelos meios de produção, tal como estão utilizados, ou mesmo pela introdução de novos produtos, como o autor aponta. Esta pessoa não atuaria seguindo os mesmos princípios de maximização de ganhos pessoais do mercado em equilíbrio mas, em grande medida, seria motivada pela mudança em si. Resolve-se o problema da razão utilitária ao se colocar que o empreendedor não seria aquele capaz de retirar as maiores taxas de lucro, mas seriam pessoas de motivação acentuada, pois, afinal, a economia neoliberal se construiria como dependente das motivações individuais.

Estas contradições, longe de serem problemas a serem corrigidos constantemente pela busca por um mercado cada vez mais autonomizado, são fundantes da própria forma pela qual a Ciência Econômica se constituiu enquanto um pensamento moderno, no sentido de Latour (1994) que, entre outros aspectos, trata da separação dos poderes naturais e políticos. Quando aspectos do neoliberalismo utópico foram colocados em prática (HARVEY, 2005), a separação entre as duas esferas não se sustentou por muito tempo. Entretanto, sua separação continuava a ser almejada. Como o mesmo propõe Latour (1994), tal projeto de modernidade não consegue se concretizar. O que acaba por acontecer é a produção e proliferação de híbridos constituídos por atos que

são tanto de natureza técnica quanto social, sobre os quais o próprio pensamento científico se assenta, mesmo que não os assuma enquanto deliberadamente híbridos.

Wagner (2010) traz a questão de forma diferente ao apontar os modos pelos quais sistemas de significação operam em contextos culturais diferentes. Partindo de pontos distintos de Latour, Wagner chega a reflexões próximas ao analisar modos de significação comparando a sociedade Daribi, estudada por ele, em seu trabalho de campo, com a sociedade norte-americana de sua época. Grosso modo, um opera por mecanismos de convenção e outro por mecanismos de diferenciação. Segundo sua análise, “a necessidade da invenção é dada pela convenção cultural e a necessidade da convenção cultural é dada pela invenção”. Esta seria uma relação dialética, “uma tensão ou alternância, ao modo de um diálogo, entre duas concepções ou pontos de vista simultaneamente contraditórios e solidários entre si” (WAGNER, 2010, p. 96).

Proponho submeter os textos de Ciência Econômica aqui descritos a uma análise a partir dos argumentos de Latour e Wagner. Assim, as ideias apresentadas se enquadram como um pensamento de cunho científico que aspira as separações da modernidade através do estabelecimento de convenções, que seriam o acúmulo de evidências colhidas através de métodos legitimados pelos pares. Entretanto, este passa a ser um movimento utópico quando pensado em relação às aplicações políticas da economia e contraditório quando são exploradas as bases de sua lógica interna. O que acaba por resultar e não ser visto como tal é o processo de invenção de elementos que unem o que a modernidade busca separar e que diferenciam em vez de convencionar. Desta forma, podemos pensar que “mercado”, numa concepção liberal de economia, e Ciência Econômica se cercam com barreiras semelhantes àquelas que definem o campo do “natural” como separado do social, constantemente sendo defendido enquanto detentor de lógicas próprias.

Wagner (2010) argumenta que a noção ocidental de *natureza* precipita dos processos pelos quais esta mesma cultura estabelece suas convenções. Na dialética wagneriana, a natureza precisa ser inventada para que a cultura possa ser o campo da convenção. No campo econômico, a ideia moderna de natureza foi absorvida pelo pensamento liberal enquanto uma forma de tornar o mercado um espaço de validação do conhecimento científico (ou vice-versa). Natureza deixa de ser um estado anterior ao contrato social, das ações predatórias que devem ser contidas pela aplicação da lei, para ser a própria dinâmica das coisas, a fonte de verdade (FOUCAULT, 2008).

O empreendedor para a área da Ciência Econômica desenhada aqui é um agente num mercado

“natural”. Ao mesmo tempo, não é aquele mais perfeitamente adaptado às suas lógicas internas, porque não estaria interessado no equilíbrio. Sua contradição interna é expressa na dualidade equilíbrio/mudança. Se o mercado existe em perfeito equilíbrio, se a vida em si envolveria a busca apenas pelas satisfações pessoais, a ação do empreendedor seria, em si, ontologicamente extraordinária. É por isso que o pensamento econômico extravasa as contradições internas da economia (e cultura) da convenção. Ao aglutinar os atos criativos, reforça a própria economia liberal ao ser a mudança pela mudança, um signo autorreferente (WAGNER, 2010).

Afirmar o empreendedorismo enquanto um ato criativo, como um atestado de que o pensamento moderno não eliminou suas autorreferências e contradições não significa, entretanto, que este é um “ponto fraco” do argumento econômico liberal como um todo. Muito pelo contrário, “empreender” pode ser justamente um processo motor da economia capitalista. Não representa o resultado de cálculos, de índices, de modos pelos quais a economia pode ser mais eficiente. Reafirma desejos, processos transversais ao mercado que supostamente se sustentaria no vácuo. Encarna em si aquilo que pouco aparece em muitas análises econômicas: a imposição da economia de mercado enquanto algo autorreferente. As expansões do mercado liberal não encontram em si as suas próprias explicações pelo simples fato de que a expansão é feita em nome da expansão. Pessoas e coisas são expropriadas e inseridas nas economias capitalistas sem motivo a não ser a própria incorporação forçada.

Pode ser visto então, como um híbrido do pensamento moderno econômico que encarna em si o processo de expropriação contínuo do capital e de incorporação enquanto algo inerente ao processo. É tanto um subproduto de uma cultura de conhecimentos cumulativos, tal como a “natureza” (WAGNER, 2010) quanto um resultado de processos sociais e meios técnicos inscritos em uma entidade que seria capaz de fornecer suas próprias condições de veracidade, supostamente de forma autônoma em relação ao “social” (LATOURE, 1994). Tais pontos serão recapitulados no capítulo 5, quando, a partir de situações etnográficas, aponto para os modos pelos quais as visões de especialistas descritas aqui precisam não somente explicar de forma descritiva o que é empreendedorismo, mas propor toda uma nova ontologia do social e do indivíduo (JACQUETTE, 2002).

2.5 Um conceito contemporâneo de risco

Harvey (2005) fala da importância que os anos 1970 tiveram para a ascensão do neoliberalismo e de como este seria um período a ser lembrado a partir de suas profundas transformações. A realização de um projeto político a partir das elites econômicas que haviam perdido poder diante do Estado de Bem-estar Social, juntamente com transformações no trabalho em escala global, com a diminuição do modelo de trabalho industrial de larga escala e crescimento do trabalho autônomo, constrói as condições para que um conceito específico de “risco” seja gestado e, por conseguinte, para que o empreendedorismo ganhe novas roupagens.

A “tomada de risco” pode significar tanto a busca consciente por uma relação entre ganhos e perdas como uma aposta ciente das implicações, mas passa a significar um grande conjunto de adversidades que compõem um cenário cuja participação não é facultativa. Parte-se de um contexto já dado de diminuição do trabalho assalariado, que parece ser analisado mais como uma forma de justificá-lo do que qualquer outra coisa. Tanto nas teorias de autores aqui citados como nos textos dos relatórios do GEM, a questão principal seria de separar, dentro de um conjunto de todos estes trabalhadores autônomos, quais seriam aqueles que estariam praticando o empreendedorismo, segundo as “motivações certas”. Sedimenta-se a ideia de que aquela população é uma população empreendedora, pois estavam assumindo um risco de não trabalhar de forma assalariada. As conclusões a que chega Parker (2004) flexibilizam o modo como a satisfação pessoal pode ser apreendida no modelo de trabalho autônomo: ganha-se menos, mas a autonomia em si parece ser uma característica valorizada pelos indivíduos empreendedores que trabalham autonomamente.

Assim, “empreender” passa a ser uma expressão da liberdade neoliberal. Nesta liberdade não se coloca como um dado, mas como algo constantemente construído. Praticar essa forma de governo é ser convocado (forçadamente, em muitos casos) a participar da criação e recriação das liberdades individuais, constantemente vistas sob ataque. Foucault observou, nos anos 70, a ascensão da retomada do pensamento liberal e apontou de forma singular o modo pelo qual este se recria em processo de arregimentação de pessoas para a construção da liberdade.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a liberdade de comportamento no regime liberal, na arte liberal de governar, essa liberdade de comportamento está implicada, e convocada, tem-se necessidade dela, vai servir de reguladora, mas

para tanto tem de ser produzida e tem de ser organizada. Logo, a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região já pronta que se tenha de respeitar, ou se o é, o é parcialmente, regionalmente, neste ou naquele caso, etc. A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é o que aceita a liberdade. O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, bem entendido, [todo o conjunto] de injunções, de problemas de custo que essa fabricação levanta (FOUCAULT, 2008, p. 88).

Harvey (2005), vendo o modo pelo qual as doutrinas neoliberais imprimiram suas marcas no mundo, a partir dos rumos tomados 30 anos antes, avança na análise da noção de liberdade para apontar que seus efeitos foram a incorporação de cada vez mais pessoas, coisas e relações para dentro de um regime de imperialismo capitalista por parte dos Estados Unidos, em suas ações no Oriente Médio, após o 11 de setembro. A liberdade, que passa a ser o motivo principal para a ação militar estrangeira, passa a ser o motivo pelo qual os EUA assumem o processo de reconstrução política dos países invadidos. Assim, as liberdades individuais são colocadas como pauta dos governos supervisionados através, entre outras medidas, da adoção daquelas que garantissem a propriedade privada e competição de mercado para permitir a entrada de investimentos estrangeiros e a tomada de crédito.

Liberdade passa a ser participar da promoção da liberdade, o que necessitaria de um conjunto institucional bem específico e momentos de reorganização política. Guerras foram instrumentos usados no capitalismo para tal há muito tempo. Atualmente, em especial, momentos de alteração política são profícuos para o capitalismo financeiro rentista, pois este seria composto por grupos com grande influência política, como bancos, elites proprietárias e grandes empresas (STANDING, 2016).

Assim, “construir e defender as liberdades individuais” é, antes de tudo, participar de uma ordem social onde isto é uma questão. Adentrar esse regime lógico é adotar que se vive num regime de necessidades onde somente as motivações pessoais resolutas o bastante recompensam os supostamente mais aptos. Qualquer dificuldade encontrada deveria ser tratada como atributos inerentes a todos os percursos individuais. O que ocorre, entretanto, é que este é o processo de construção de um mundo, ou melhor, de destruição de mundos por processos violentos, onde pessoas são, ironicamente, colocadas para defender a liberdade contra a sua vontade.

O risco, este fator que possibilita o fracasso a qualquer momento, é recolocado no jogo pelo capitalismo expansionista pós 1970, quando as classes mais baixas são forçadas à penúria sob a

justificativa de que os efeitos das expropriações dos modos de vida como um todo devem ser tomadas como material de uma defesa de liberdades individuais nos novos mercados. É retomado, assim, um dos sentidos mais antigos do *entrepreneur* da escola francesa de economia, como o agricultor que assume os riscos das intempéries climáticas para trabalhar em uma terra que não era sua, precisando entender como o clima age e ser capaz de absorver as perdas decorrentes das colheitas fracas (HÉBERT; LINK, 2009). Além de não ter mais acesso aos seus meios de subsistência e precisando vender sua mão de obra no mercado de trabalho, ainda é preciso absorver as perdas dos contextos adversos, agora não somente climáticos, mas criados enquanto própria condição para a exploração econômica.

Ao criticar modelos econômicos baseados no modelo da estabilidade e pura busca pela satisfação das necessidades pessoais, os pressupostos que guiam a atividade empreendedora no pensamento neoliberal não deixam de obter ganhos. Não se trata de lucros obtidos pelo investimento de capital no que já vem sendo produzido, e sim os ganhos decorrentes da incorporação de mais pessoas e coisas no âmbito das trocas capitalistas. Daí as propostas de empreendedorismo não sugerirem a otimização de uma produção para um mercado em equilíbrio, mas a abertura de novos mercados. O empreendedor é, em grande medida, um agente de ampliação do alcance dos mercados e não necessariamente quem mais vai lucrar neste mesmo mercado. O modelo das *start ups*, citado por (CASSON, 2010), mostra que a intenção é justamente promover o desenvolvimento de novas tecnologias para serem vendidas para grandes empresas, com as condições de investirem na obtenção de lucro com as mesmas.

Os conhecimentos empregados pelo empreendedor se mostram, em grande medida, não-acadêmicos (PARKER, 2004, p. 22), tácitos (CASSON, 2010). É desta forma que alguns autores procuram solucionar a questão, apostando para uma agenda multidisciplinar dos estudos sobre empreendedorismo (CASSON, 2010; CHOI, 1993). A aposta na intangibilidade dos processos de inovação empreendedora pode, por sua vez, mascarar processos históricos de reprodução de desigualdades no contexto da expansão do modelo de economia de mercado. Alguns pontos estão conectados e mostram certas recorrências em uma escala maior. Como fica bem visível na abordagem do empreendedorismo por ocupação, o que se observa em curso é a aplicação de políticas econômicas neoliberais onde desigualdades, tanto em termos de infraestrutura quanto de comportamentos individuais tornam-se indicadores intercambiáveis transnacionalmente. Por

exemplo, a ferramenta de dados do GEM aponta para uma predominância do empreendedorismo enquanto um fenômeno do Sul Global. Dados também mostram ali que, quando se trata da intenção de exercício da atividade empreendedora, as maiores taxas estão distribuídas entre muitos países do continente africano, Sudeste Asiático, América Latina e Oriente Médio.

O que depreende das reflexões é o modo pelo qual o empreendedorismo existe como uma forma de atualização das relações capitalistas a partir da década de 1970. Este passa a ser entendido como uma nova ideologia de envolvimento com o capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2007), como uma forma de trabalho autônomo, valorizada como um empreendimento inovador. Trata-se aqui mais do trabalhador se entender enquanto uma figura autônoma no mercado de trabalho, em um momento onde essa autonomia passa a ser importante para que possa haver lucro. Os modelos de desenvolvimento de países do chamado Terceiro Mundo, combinados com estabelecimento sistêmico de dívidas pelo FMI, a partir da década de 1970, estabeleceram condicionantes para a manutenção dos empréstimos e reformas administrativas (GRAEBER, 2011) nos mesmos países. O que se observa aqui, no caso do empreendedorismo, é a presença de um consórcio global para pensar indicadores a serem melhorados nas economias nacionais, que é o caso do GEM, mas também vale a pena citar o EMPRETEC (acrônimo em espanhol para Empreendedorismo e Tecnologia), programa da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) que estabelece bases para treinamentos em países ao redor do globo.

Voltando para a questão do empreendedorismo enquanto uma escolha entre trabalho autônomo e assalariado (PARKER, 2004), fica evidente que o declínio na oferta de postos de trabalho pode ser o motivo responsável pela escolha do envolvimento do empreendedorismo enquanto trabalho autônomo, que Narotzky chama de “petty entrepreneurship” (NAROTZKY, 2018).

In the 1970s and 1980s, the distinction between stable, contractual, protected, waged labour relations and insecure, precarious, often personalized work relations or self-employment ventures became the basis for describing the economy as a dichotomous structure of mutually excluding and hierarchically ordered arenas of production: the formal and the informal sectors

[...]

On the one hand, supply-side models of the economy have guided policy towards the degradation of waged labour protection, resulting in an expansion in temporary and part-time jobs and in flexible work. On the other hand, self-employment and petty entrepreneurialism as recourses against the failing of secure wage employment opportunities have been actively promoted as a way to enhance individual autonomy and escape the shame of depending on state benefits. The expansion of precarious labour (including self-employment and

petty entrepreneurship) has political consequences for the forms of vertical or horizontal solidarity that are more likely to develop and for what the objectives of a labour struggle would be (NAROTZKY, 2018, p. 10-11)¹².

Apesar das intangibilidades do conceito, proponho assentar o empreendedorismo visto como uma categoria de trabalho, ainda mais quando se leva em conta a comparação com o trabalho assalariado na escolha da ocupação. O que parece ocorrer é que acaba-se por imputar à pessoa que trabalha de forma autônoma a ideia de que ela é empreendedora em potencial (por necessidade). Soma-se a isso o caráter tácito da ação empreendedora teorizada enquanto esfera de mudanças e ação individual para chegar a um resultado parcial: ninguém saberia ao certo o que é a atitude empreendedora, é algo que dependeria da prática e de traços de personalidades inquietas, logo não seria preciso muitas condições para que essa ideia possa ser transposta para contextos diversos.

Assim, o processo de construção do sentido do empreendedorismo enquanto atividade autônoma passa a ser algo que se reflete em articulações a partir do próprio Estado. Os instrumentos que este possui para ordenar políticas econômicas e para enquadrar grandes contingentes populacionais, desde o advento do capitalismo, tornam-no um ator fundamental para a ampliação de um modelo econômico pautado em comportamentos pessoais. O presente caso não é uma exceção. Apesar de que “empreendedorismo” costuma ser pensado em cenários de pouca interferência por parte do poder público, procurei apontar neste capítulo como o Estado foi um dos agentes empreendedores, desde a concepção histórica do termo. É preciso, agora, situar de onde é possível falar do Estado a partir dos dados etnográficos.

No capítulo seguinte, apresentarei como podemos localizar no contexto brasileiro e do Distrito Federal muitas das propostas sobre empreendedorismo, em estudos diversos, tais como

¹² “Nas décadas de 1970 e 1980, a distinção entre relações de trabalho estáveis, contratuais, protegidas, assalariadas e inseguras, precárias, muitas vezes personalizadas, ou empreendimentos de auto-emprego tornou-se a base para descrever a economia como uma estrutura dicotômica de arenas de produção mutuamente excludentes e hierarquicamente ordenadas: o setor formal e o informal.

[...]

Por um lado, os modelos da economia do lado da oferta orientaram a política para a degradação da proteção do trabalho assalariado, resultando em uma expansão em empregos temporários e a tempo parcial e em trabalho flexível. Por outro lado, o trabalho autônomo e o pequeno empreendedorismo como recursos contra a falha de oportunidades de emprego assalariado seguro foram ativamente promovidos como forma de aumentar a autonomia individual e escapar da vergonha de depender de benefícios estatais. A expansão do trabalho precário (incluindo o auto-emprego e o pequeno empreendedorismo) tem consequências políticas para as formas de solidariedade vertical ou horizontal mais propensas a se desenvolver e para quais seriam os objetivos de uma luta trabalhista (tradução nossa).”

foram trazidos aqui. Considerando que tais propostas não se explicam somente dentro de um campo econômico fechado, mas enquanto políticas sociais num sentido amplo, torna-se necessário comparar em que a valorização da atividade empreendedora se difere de outros modos de se pensar em trabalho e economia, a partir de projetos de governo.

3 Empreendedorismo no Brasil e no Distrito Federal

This is a great trap of the twentieth century: on one side is the logic of the market, where we like to imagine we all start out as individuals who don't owe each other anything. On the other is the logic of the state, where we all begin with a debt we can never truly pay. We are constantly told that they are opposites and that between them they contain the only real human possibilities. But it's a false dichotomy. States created markets. Markets require states. Neither could continue without the other, at least, in anything like the forms we would recognize today.

David Graeber, *Debit: The First 5,000 years*¹

O que procurei desenvolver no capítulo anterior aponta que economia é muito mais do que o estudo das simples dinâmicas de trocas objetivas e auto evidentes. Uma das principais divisões supostamente necessárias para a existência da economia de mercado plena, entre Economia e Estado, não se sustenta. Até aqui afirmei que “empreender” corresponde não a uma lógica de investimento de Capital e retornos financeiros num sistema circular, mas uma referente a atividades ligadas à expansão desses círculos econômicos, que não necessariamente coincidem com uma noção de lucro, mas de satisfação pessoal (SCHUMPETER, 1983). Estabeleci as bases deste ângulo de visão adotado aqui para observar o fenômeno do empreendedorismo e definir a posição daqueles que chamo de especialistas no campo do empreendedorismo no Brasil e no Distrito Federal. Sobre quais contextos sociais, a níveis nacional, regional e local tais propostas tentam ganhar força é a questão levantada neste capítulo.

¹ *Esta é uma grande armadilha do século vinte: de um lado está a lógica do mercado, onde nós gostamos de imaginar que todos começam como indivíduos que não devem nada para ninguém. Do outro, está a lógica do Estado, onde nós todos começamos com uma dívida que nunca conseguimos realmente pagar. É dito-nos constantemente que estes são opostos e que entre si contêm as únicas possibilidades humanas possíveis. Mas esta é uma falsa dicotomia. Estados criam mercado. Mercados necessitam de Estados. Nenhum deles conseguiria continuar sem o outro, ao menos, em qualquer coisa como as formas que reconheceríamos hoje (tradução nossa).*

“Fazer” economia é participar da construção do social como um todo. Constrói e sedimenta concepções sobre a organização do mundo. É social no sentido de Marx, pois “a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem” (MARX, 2013a, p. 209). “Estado”, entendido aqui como os diversos arranjos institucionais responsáveis pela manutenção de um governo público centralizado, passa a ser uma das esferas da vida social com maior interdependência em relação aos processos de estabelecimento das mercadorias e de seu contraponto, o trabalho social médio (MARX, 2013a). Para manejar mercadorias, então, é preciso produzir pessoas afeitas a isso e, assim, maneiras de ensinar às pessoas como participar de tais trocas.

Considero o contexto brasileiro como sendo marcado pela presença de um Estado que viu nos projetos de desenvolvimento econômico espaços para sua atuação enquanto um agente formador de moralidades. Estas deveriam ser sedimentadas a partir do comportamento de uma população a ser inserida não somente enquanto produtores (e consumidores de mercadorias), mas como cidadãos num sentido mais amplo. Assim, problemas econômicos são supostamente causados pela falta de formação básica para o trabalho que, por conseguinte, levaria a uma economia com pouca presença industrial e uma população sem conhecimento de cidadania.

Isso se dá mediante a importação de modelos econômicos ou modelos de desenvolvimento (RIBEIRO, 2013). Estes encarnam em si a multiplicidade do fenômeno econômico ao integrar medidas políticas, de infraestrutura urbana, educação enquanto grandes "pacotes" para que economias do “terceiro mundo” possam “dar início” a uma caminhada com as próprias pernas. Processo este que costuma ser intermediado pelo endividamento entre economias nacionais e órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (GRAEBER, 2011). A economia de mercado em escala global é vista como um jogo já estabelecido cujo acesso deveria ser pleiteado por um processo educativo. É desta forma que treinamentos são propostos como forma de sanar a falta de aspirações empreendedoras (TORRES, 2018).

O empreendedorismo é um campo permeado por uma concepção de mercado enquanto externo às relações sociais como um todo, aprender a empreender parte de um jogo de regras preestabelecidas em que aprenderiam mais aquelas pessoas que conseguissem entender melhor o funcionamento do mercado. Isto é o que considero ser a proposta de “educação” ou “treinamento” a partir de como as próprias práticas empreendedoras se enxergam. Também proponho

pensar aqui que tal proposta deixa escapar elementos significativos que efetivamente tornam empreender um processo pedagógico. Se for considerada a noção de educação desenvolvida em Lave e Wenger (1991), educar-se passa a ser participar de forma cada vez mais crescente de uma comunidade de prática e de ganhar legitimação enquanto praticante. Tal processo não ocorreria pela internalização de lógicas para alguém que não as sabe, mas como uma externalização, como a possibilidade de que a pessoa possa significar suas práticas a partir das posições assumidas junto ao grupo. Considero esta uma maneira mais interessante para abordar modos de aprendizado.

Adotando esta última proposta, a proficiência econômica do sujeito dependeria mais de como que ele se legitimaria perante os outros participantes do que a um suposto contexto neutro. Também considero que se trata de processos não explícitos nas articulações de políticas econômicas. O caráter universal da economia de mercado global depende, assim, da ocultação sistêmica das condições eminentemente sociais que envolvem o estabelecimento de sujeitos em uma comunidade de prática. Não considero a proposta aqui como uma saída definitiva para pensar na formação de grupos no capitalismo, mas importante para entender que a legitimação de um agente econômico empreendedor não corresponde ao cumprimento à risca de uma estratégia no mercado, pois compreende o processo de entrada e afirmação mediante um grupo de conhecedores e praticantes e, conseqüentemente, da capacidade de significar as próprias trajetórias pessoais em termos do empreendedorismo.

Apesar de Lave e Wenger (1991) apresentarem suas reflexões a partir de comunidades de prática de menor escala, tomo emprestadas suas conclusões para, de certa forma, “provincializar” o capitalismo, apontando para a importância de relações interpessoais (íntimas, até) para o estabelecimento de um sistema econômico de escala global. Além disso, considero que diversas escalas das economias capitalistas são atravessadas por lógicas comuns, sendo isto, por exemplo, o motor de desconfortos de Marx (2013a) ao problematizar o modo pelos quais as relações de trabalho na economia capitalista transformavam atividades produtivas interpessoais e contextuais em abstrações de um trabalho médio de uma massa de trabalhadores. Esta relação opressiva das forças definidoras do que seria o trabalho abstrato incapacitam os próprios trabalhadores ao colocá-los em novos circuitos de dependência financeira que tiram da sua própria escala uma das fontes da incapacidade local, nos processos de incorporação à economia capitalista de mercado, tal como ocorre com círculos de empréstimos entre grupos domésticos e em relação

com o Estado (SILVA, 2017).

Foi apontado no capítulo anterior que empreender é uma prática relacionada com tendências do capitalismo enquanto um processo que nunca deixou de praticar a “acumulação primitiva”, dependendo do constante processo de incorporação de elementos ao mundo das mercadorias e do trabalho abstrato (HARVEY, 2005; MARX, 2013a; MURPHY, 2017). Torna-se necessário considerar este processo expropriativo como central para as mudanças pessoais atravessadas por quem aprende a ser empreendedor. A partir do reconhecimento de que é no campo das motivações pessoais que novos elementos são incorporados ao sistema econômico, “participar” da economia capitalista, tal como ocorre no contexto analisado nesta pesquisa, engendra um processo de incompletude pessoal. A falha faz parte da dinâmica de um sistema econômico que tem a desigualdade enquanto uma de suas bases. A educação que engendra este processo político e econômico tende a partir da problemática da insuficiência. Esta questão pode ser pensada, por exemplo, no caso da atuação de economistas formados nos Estados Unidos, nos planos de reorganização financeira de países da América do Sul que falhavam ao olhar para conhecimentos produzidos a partir de análises da economia em escala mais local (NEIBURG, 2004).

O Estado é visto aqui como um grande articulador econômico. Se, de acordo com a teoria econômica neoliberal, a iniciativa privada e os meios de produção são empregados na obtenção do máximo de lucros de acordo com o arranjo do mercado, da tecnologia enquanto modo de produção, e das mercadorias disponíveis, assim o Estado pode ser pensado como um dos agentes de ampliação do mercado, de investidor em novas tecnologias para maiores produtividades e ambiente de teste para novos produtos. Se empreender é tomar riscos e contribuir para o desenvolvimento econômico, sem necessariamente estar produzindo lucro, concordo com Mazzucato (2014) de que o Estado atua como empreendedor em diversos momentos, sendo desbravador de novos mercados e uma entidade que absorve os gastos embutidos na produção de inovação (PARKER, 2004).

Minha intenção neste capítulo é apresentar as relações entre Estado e empreendedorismo a partir da história dos planos econômicos brasileiros e também da apresentação de elementos fundamentais da pesquisa de campo no Distrito Federal. A discussão sobre Estado também se insere nos debates sobre as formas de atendimento em um modelo de “digitalização” que pressupõe o enxugamento da máquina pública em nome de um suposto maior dinamismo na

relação entre Estado e seus cidadãos (WEST, 2005; DUNLEAVY, 2006; BIJU, 2017). Considero ser no campo tecnológico, principalmente em relação à Internet, que novas formas de ação do Estado se desenrolam. Esta passa a ser uma questão abordada etnograficamente aqui e que diferencia atendimentos que dependem da presença das partes de novos arranjos, que tendem a ser concentrados em portais de atendimento individuais, como é o caso do cadastro para o portal <www.gov.br> ².

3.1 Economia dos Comportamentos

A construção de políticas econômicas brasileiras, quando vista a partir de suas narrativas e da avaliação das competências pessoais, possui um acentuado caráter civilizador, tal como é definido o termo por Elias (1994) enquanto um processo de domesticação das condutas. Procuo demonstrar aqui os modos pelos quais esta prática ganhou diferentes roupagens no campo econômico brasileiro, em um período correspondente, aproximadamente, aos últimos 100 anos, o que é pouco menos do que o período no qual o Brasil contou com uma massa de trabalhadores livres.

Estabeleço também que o Estado brasileiro se mostrou preocupado, em diversos momentos, com a inserção de populações em categorias economicamente ativas como forma de “romper o atraso” das ditas regiões subdesenvolvidas no Brasil, através do abandono de modos de vida estabelecidos localmente. Durante as primeiras décadas do século XX, a inserção de populações numa camada social de trabalhadores com formação técnica representou um norte de políticas de desenvolvimento econômico (GIRALDIN, 2012). Da mesma forma, o “trabalhismo” também se define a partir da educação profissional estabelecida em bases institucionais hierarquizadas, dependente de um sistema de educação profissional padronizado a ser fomentado. Dessa forma, apesar de se tratar de um norteador comum, “trabalho”, enquanto esta prática institucionalizada, cria uma diversidade de grupos de trabalhadores distintos entre si de acordo com categorias profissionais verticalmente diferenciadas.

A ocupação de empregos em setores formais da economia foi algo assegurado por um projeto de desenvolvimento econômico que via a necessidade de educar a população para o trabalho

² Acesso em 09/05/2022.

no paradigma da grande indústria. Desta forma, o estabelecimento da seguridade social destes novos segmentos foram preocupações do Estado brasileiro na primeira metade do século XX. Este não foi concebido como um amparo social generalizado, mas como um delimitador das fronteiras do que o Estado entende por trabalho enquanto política pública. Wanderley Santos faz esse panorama ao mostrar como foi consolidado o fato de que a aposentadoria deveria aguardar e seguir os ciclos de crescimento econômico (SANTOS, 1979). Desde 1933, quando a previdência foi organizada a partir das categorias profissionais, esta foi pensada como algo que deveria caminhar conforme o desenvolvimento econômico, ou ao menos ser mais efetiva à medida que os lucros da produção aumentam.

Os rumos tomados pelo sistema previdenciário após o Golpe Militar de 1964 reafirmam essa tendência (SANTOS, 1979, p. 35). Santos aponta que durante o século XX, o Brasil optou por adotar o sistema de seguro desemprego como alternativa ao ganho de estabilidade depois de 10 anos num mesmo cargo e, principalmente, estabeleceu a previdência como um benefício atrelado ao crescimento econômico na melhor lógica do “é preciso crescer o bolo antes de dividi-lo” (SANTOS, 1979, p. 104). É sobre esse período que Hochman (1990) discorre em seu trabalho a respeito do estabelecimento de uma burocracia previdenciária. A partir da instauração dos primeiros concursos públicos no Brasil, uma elite técnica estabeleceu um projeto de previdência pautada não pelas supostas influências políticas nefastas, mas por uma boa matemática e uma máquina burocrática bem regulada. Assim, além dos trabalhadores, o Estado também precisaria ser educado, nesse caso com a busca pela eficiência interna.

Assim, o Estado brasileiro procurou elevar a economia e promover o acesso de populações à condição de sujeitos plenos perante o mesmo. Entretanto, a inclusão não foi plena, pois promovia a estratificação social acentuada pelas categorias profissionais e, de forma marcada, pela exclusão de outras pessoas no processo, como o caso de trabalhadores informais. O acesso à seguridade social é uma das formas de ver, ao mesmo tempo, como o Estado constrói limites entre as pessoas a partir de categorias do mundo econômico e também como o auxílio social e o crescimento econômico podem ser pensados enquanto processos em relação.

Sugiro que o conceito-chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de cidadania, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de cidadania

regulada. Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (SANTOS, 1979, p. 75).

As desigualdades internamente construídas em um Estado de independência recente e de intenso uso de mão de obra escravizada perpassam os processos de inserção do Brasil em circuitos de economia de mercado. Visto como um problema de inaptidão geral dos trabalhadores libertos a ser resolvido pela incorporação de imigrantes europeus e japoneses. Esta proposta de desenvolvimento econômica, do *laissez-faire*, próprio de um liberalismo pré-1930, tinha no racismo científico um dos principais fundamentos de um individualismo marcante. Quando se percebeu que o branqueamento da população brasileira economicamente ativa não foi suficiente para gerar um desenvolvimento espontâneo, o intervencionismo estatal, após a Segunda Guerra Mundial, encontra mais bases para sua justificação.

As profissões estavam a par de um projeto de formação de uma classe trabalhadora moldada por um ideal de civilidade urbana em contraposição aos trabalhadores “atrasados” do meio rural, desamparados na economia agrária de períodos anteriores. É assim, por exemplo, que a formação de classes trabalhadoras nas indústrias estatais brasileiras criou suas imagens de civilidade, aptidões físicas não somente dentro dos portões das fábricas (GIRALDIN, 2012). A indústria brasileira seria algo a ser conquistado de forma heróica em um período a ser marcado pelo uso político da categoria de trabalho. É o que ocorre, por exemplo, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional enquanto uma atividade de segurança nacional (DINIUS, 2020).

É constantemente apontado por Santos (1979) que o processo de fundação de um novo tipo de trabalho no contexto brasileiro deixou as populações rurais de fora. A inclusão do trabalho no

Estado, além disso, havia deixado as profissões informais no contexto urbano. Da mesma forma, os sindicatos passaram a ser registrados perante o Governo no novo Ministério do Trabalho. Reconhece-se uma amplitude de atividades como importantes candidatas a uma salvaguarda por parte do Estado, ao mesmo tempo que se colocam atividades sindicais sob a alçada dos próprios instrumentos de governo. Estado e mundo do trabalho se encontram tanto na discussão sobre previdência quanto na organização de atividades produtivas junto ao poder público. Santos viu na década de 70, como uma repercussão direta das decisões tomadas após o golpe de 64, uma continuidade na cidadania regulada, mantendo uma presença do Estado, pela via do aparato opressor, um novo fôlego para o modelo de intervencionismo desenvolvimentista que já se estabelecia 40 anos antes.

3.2 Privatizações e Investimentos Públicos

A criação de estratos sociais pela formação de uma mão de obra qualificada para o trabalho industrial não compreende o total das formas pelas quais a economia capitalista procurou estabelecer suas bases na política econômica brasileira a partir do século XX. É preciso considerar uma noção de economia como um todo enquanto fonte irradiadora de modos de ser no mundo que ultrapassa, dessa forma, as fronteiras do que se sedimentou no Brasil como “trabalhismo” (SANTOS, 1979). Assim como a criação do Ministério do Trabalho em 1930 foi um marco para a cidadania regulada, o seu encerramento durante o governo Bolsonaro, em 2019, também o é. O que se observa hoje são novos desdobramentos do que se poderia entender como uma “retirada do Estado da economia” ou uma política neoliberal de Estado. Estes processos não fizeram que o mesmo desaparecesse da discussão sobre economia, mas continuasse a ser um dos catalisadores de um modelo econômico, papel este que o “Estado Empreendedor” desempenha ativamente, segundo aponta Mazzucato (2014). É importante pensar nos modos pelos quais o Estado assume os riscos da implementação de novas atividades econômicas que, posteriormente, serão tomadas pelo setor empresarial. Assim, em muitos casos o governo é o responsável pelo “desbravamento” de novos modelos econômicos para que depois os ativos sejam adquiridos pelo setor privado, passados os iniciais períodos de “teste” dos setores econômicos estabelecidos.

Assim, não vejo o Estado se retirando de uma forma de controle sobre atividades econômicas

reconhecidas como modo de exercício de cidadania, mas agora, essa cidadania vai ser exercida por vias privadas e muito centrada em atividades individuais. Santos (1979) aponta que o Estado brasileiro ainda praticava uma cidadania regulada (atrelada à estratificação dos setores produtivos) e não uma cidadania plena no final da década de 1970. O que ocorre, entretanto, é um novo processo de incorporação de segmentos populacionais sob a noção de que é preciso promover uma educação para que estes tornem economicamente ativos, não a partir da construção de pertencimento a categorias profissionais, mas por uma maior difusão de comportamentos empresariais (RANGEL, 2019) e de uma financialização da vida cotidiana (MARTIN, 2002).

Os programas de desenvolvimento econômico a partir do paradigma do trabalhismo no Brasil encontraram dificuldades de se estabelecer mediante as alterações nos custos mundiais da produção industrial e, conseqüentemente, da retirada dos investimentos norte-americanos junto ao governo brasileiro, o que em muito contribuiu para as crises de inflação dos anos 80. Tais crises tornaram o poder dos bancos mais acentuado, em um cenário de inflação tamanha que forçava uma boa parte da população a usar ferramentas bancárias para poder mover reservas em fundos de investimento e ter algum poder de compra mediante subidas diárias dos preços. Acompanhando uma “financialização” da vida cotidiana (MARTIN, 2002), a venda de uma enorme quantidade de ativos estatais, representados pelas empresas públicas, cria uma elite econômica banqueira brasileira especializada na atração de capitais estrangeiros (principalmente norte-americanos) e em articulações políticas para a realização de grandes aquisições de estatais (DIEGUEZ, 2014). Esta é uma elite que se consolida durante os anos 1990, a partir das grandes negociações dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

O investimento estatal em programas de desenvolvimento, com foco em empresas de pequeno porte, não foi algo com centralidade nas políticas econômicas no Brasil do século XX. Em comparação, por exemplo, com o Chile dos anos 1970 e 1980, que havia sido usado basicamente como uma experiência econômica das universidades dos Estados Unidos, medidas mais acentuadamente neoliberais no Brasil foram tomar corpo, propriamente dito, através das medidas econômicas adotadas para solucionar as crises inflacionárias dos anos 1980 (HARVEY, 2005; NEIBURG, 2004) e pela venda de empresas estatais, principalmente durante a década de 1990. É importante notar, entretanto, que determinados setores da burocracia estatal já vinham desenhando ações que, apesar de pequenas em termos orçamentários, promoveram um desenho

institucional do que seriam as agências brasileiras encarregadas de pensar em empresas de pequeno porte.

A partir da década de 1980, as políticas econômicas deixam de ter como prioridade de governo o estabelecimento de uma classe trabalhadora nacional, as políticas voltadas para a formação profissional deixam de focar em categorias específicas para um fomento da iniciativa privada. Esse fomento não se estabelece “de baixo para cima” mas a partir de uma difusão do linguajar financeiro no contexto de hiperinflação brasileira. Assim, antes de tudo, foi preciso desconstruir o imaginário social de que o trabalhismo era uma solução viável, pois seria preciso que todos arcassem com as medidas de austeridade apresentadas pelos *money doctors* de Chicago (NEIBURG, 2004). Entretanto, conforme procuro demonstrar, o caráter civilizatório da inserção de pessoas em categorias economicamente ativas continuou para além do modelo do trabalhismo.

O que ocorre a partir dos anos 80 é uma incorporação de medidas de fortalecimento do setor privado, através da retirada do Estado do controle de empresas públicas em nome de novas noções de eficiência no trabalho. As privatizações também marcam uma nova influência dos Estados Unidos, não a partir dos acordos de industrialização nacional e o keynesianismo na era Vargas, mas uma abertura para investimentos diretos através da venda de ativos estatais, sob a ótica de uma necessidade de enxugamento do Estado para a modernização da economia. Assim, se nas décadas anteriores pode-se dizer que o poder público exerceu certa tutela sobre os trabalhadores a serem “formados”, agora estes precisam ser mais autônomos, adotando para si os preceitos dos novos modelos de gestão de trabalho com forte influência na indústria japonesa após a crise do petróleo dos anos 70 (GIRALDIN, 2012).

3.2.1 SEBRAE

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma instituição que faz parte do Sistema S³. De acordo com o verbete para SEBRAE, no banco de dados do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), da

³ O Sistema S é um conjunto de instituições de cunho privado que se mantém pelo repasse de arrecadações recolhidas sobre a folha de pagamento de entidades profissionais. Além do próprio SEBRAE, compõem o sistema: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Fundação Getúlio Vargas, este define-se como:

Entidade civil sem fins lucrativos, criada em julho de 1972 como Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan) da Presidência da República e posteriormente ao Ministério da Indústria e Comércio. Por intermédio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e cuja regulamentação veio na sequência pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1991, a entidade desvinculou-se da administração pública federal, transformando-se num serviço social autônomo, denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

[...]

Na execução do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foram criados órgãos administrativos especiais, de tipo colegiado, que tinham por função elaborar e coordenar os programas setoriais definidos pela política econômica do governo. Dentre eles foi criado, pelo Decreto nº 48.738, de 4 de agosto de 1960, o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE), que tinha por objetivo “coordenar medidas de adequado estímulo às médias e pequenas empresas industriais”, visando à “melhoria da produtividade e ao fortalecimento de sua estrutura econômico-financeira”. Porém, somente em 1972 foi criado efetivamente um órgão governamental de apoio às pequenas e médias empresas, o CEBRAE⁴.

O apoio às empresas de pequeno porte não se desenhou enquanto política econômica durante a maior parte do século XX no Brasil. Os primeiros investimentos para empresas de pequeno porte estavam atrelados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (atual BNDES). O contexto institucional que gestou os centros de investimento em empresas de pequeno porte foi formado no final do governo Juscelino Kubitschek. Teve importância o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE – ligado ao BNDE), que pensou na marginalidade das empresas de pequeno porte em relação às maiores e também em relação às empresas estrangeiras. Inicialmente, contava com o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME). Em 1967, o BNDE diagnosticou uma insuficiência por parte dos empresários de PME em relação às adequações para um auxílio financeiro. A partir de então, foi montado um convênio com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) para o treinamento de agentes para atuar com pequenos e médios empresários. A questão se desenhou como uma necessidade de se mudar a cultura empresarial brasileira da época. Do convênio surgiu o Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas (SIPEME) (DIAS, 2012, p. 13).

⁴ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-brasileiro-de-apoio-as-micros-e-pequenas-empresas-sebrae>> (Acesso em 10/05/2022).

Quando foi desvinculado da administração pública e integrado ao Sistema S, o SEBRAE passa a compor a mesma estrutura de serviços voltados para os trabalhadores da indústria e comércio que remontam à década de 1940 e que possuíam, como áreas de atuação, a formação profissional e a oferta de serviços médicos e lazer, por exemplo. A passagem da entidade de um órgão estatal, envolvida diretamente com planos de desenvolvimento do governo para um serviço de capacitação empresarial de empresas de pequeno porte, marca uma mudança no modo pelo qual o Estado brasileiro propunha sua atuação diante de um cenário de crescimento da presença das empresas de pequeno porte no Brasil.

Apesar de ser uma instituição de administração privada, os repasses são mediados pelo Governo de acordo com o artigo 149 da Constituição Federal. Considero a composição do Sistema S híbrida, uma vez que possui ações regidas por um conselho composto de representantes de empresas privadas, mas depende de um sistema articulado de arrecadação nas folhas de pagamento e repasse de verbas que é realizado pela Receita Federal. Essas composições heterogêneas do SEBRAE e da sua atuação também estão repercutidas em trabalhos sobre o tema, como apresento mais adiante.

A formação de um conceito de “empreendedorismo” é, justamente, um processo de contínua formação de pessoas aptas para novas formas de comportamento. Tomemos como exemplo o EMPRETEC (*Empreendedores e Tecnologia*, em espanhol), construído pelas consultorias norte-americanas MSI e McBer&Co em parceria com a *United States Agency for International Development* (USAID). Tal consultoria contava com o psicólogo de Harvard, David McClelland, referência nas teorias administrativas sobre motivação). Atualmente faz parte de um programa de formação (*capacity building*) da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development*). Inicialmente foi aplicado na Argentina, em 1988, e atualmente o Brasil é onde mais ocorre “através do SEBRAE, a única instituição brasileira com autorização para aplicá-lo, tendo formado, desde a década de 90 aproximadamente 250 mil participantes, quase 60% do total de participantes do programa em todo o mundo.” (TORRES, 2018, p. 27).

3.2.2 A Categoria de Microempreendedor Individual - MEI

Se os anos 1990 foram marcados por uma liberalização da economia brasileira, a partir das reformas aplicadas para solucionar a inflação e flutuação da moeda (Plano Real) e da abertura de grandes setores da economia para o capital privado através das privatizações, a partir dos anos 2000, o capitalismo brasileiro permitiu que outras dinâmicas também gestadas nas décadas de 1970-1980 o perpassassem. Foi também a partir das políticas econômicas implantadas durante o governo Lula, a partir de 2003, que a noção de empreendedorismo pôde se consolidar no Brasil através do registro de Microempreendedor Individual (MEI).

Harvey (2005) aponta justamente como o neoliberalismo, enquanto fenômeno global, não pode ser resumido apenas a um fator, tal como a atuação dos Estados Unidos, sendo preciso, por exemplo, examinar a ascensão de Thatcher na Inglaterra e a abertura da economia chinesa enquanto fenômenos de lógicas próprias. Por exemplo, o investimento feito pelos governos do Partido dos Trabalhadores no fortalecimento da presença do Estado na economia, através de investimento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente em empresas “campeãs nacionais” ou em fundos de pensão privadas conectou o Brasil a projetos de um “capitalismo de Estado” chinês (DIEGUEZ, 2014). Estas medidas econômicas, embora tivessem conseguido angariar apoio do empresariado brasileiro, provocaram cisões no meio econômico entre aqueles que concordavam e os que discordavam das supostas tentativas de “reversão das privatizações” no governo Lula. Entre aqueles neoliberais mais ortodoxos que se afastaram do Governo, por exemplo estava Paulo Guedes, banqueiro do grupo Pactual (DIEGUEZ, 2014). Este retorna como um dos principais responsáveis pelo fechamento do Ministério do Trabalho no Governo Bolsonaro, assumindo o novo Ministério da Economia.

É preciso considerar o campo econômico brasileiro como um espaço de construção de um conceito de sociedade, maior do que os meios financeiros/científicos/técnicos anunciados enquanto autônomos entre si (NEIBURG, 2004). O capitalismo, quando pensado a partir de seus múltiplos contornos, não pode ser tido como um processo único e totalmente englobante. Pensar dessa forma é justamente reificar o caráter inescapável e universal do capitalismo (Gibson-Graham, 2006). Assim, mesmo mudanças acentuadas nas políticas econômicas brasileiras pós-2003, como as políticas de redistribuição de renda enquanto proposta majoritariamente

contrária às saídas neoliberais (FERGUSON, 2015), a inserção “populações” nos circuitos de mercadorias é algo que, não somente no caso do Brasil, foi associado a desenvolvimento econômico de uma forma generalizada, sendo a possibilidade de consumir mais mercadorias de uma marca de nível de desenvolvimento (MURPHY, 2017).

Considero também processos de longa duração que, atravessando o regime de ditadura militar e governos de direita e esquerda, eleitos a partir de meados dos anos 80, definem o campo do trabalho no Brasil e sua capacidade de perpetuar desigualdades históricas. Souza (2019) aponta que pensadores da questão nacional negligenciaram a exposição dos grupos econômicos influentes na estratificação social brasileira em nome de uma análise que centralizava os problemas nacionais em estruturas políticas portuguesas, com o exemplo citado sendo *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Souza, ainda haveria uma dificuldade em se abordar as heranças escravocratas na construção das classes sociais no Brasil, o que explica haver um foco muito grande em rupturas políticas como solução para a desigualdade social, enquanto elites com influência econômica histórica são deixadas de lado desde o período escravocrata.

Pochmann (2012) aponta, por sua vez, o reflexo de tais desigualdades a partir de dados quantitativos sobre o mercado de trabalho brasileiro e suas mudanças recentes. A questão levantada em seu livro é em que medida avanços obtidos durante governos de esquerda, no Brasil do século XXI, e os correspondentes projetos de valorização do salário mínimo haviam tornado possível falar de uma "nova classe média", ascendida de estratos anteriormente marginalizados da sociedade. Sua brilhante análise revela que, apesar de uma valorização do salário mínimo em termos de capacidade de consumo, não há o surgimento de uma nova classe média, mas uma expansão de empregos na base social e um acirramento da desigualdade entre salários. O que aconteceu no começo do século XXI foi uma diminuição da presença dos ganhos por rendimento de propriedade em relação aos ganhos salariais, mas cada vez mais as populações economicamente ativas foram “empurradas” para a faixa do salário mínimo e submetidas a maiores rotatividades nos postos de trabalho, fenômeno acirrado pela terceirização disseminada. O autor aponta como as empresas brasileiras aumentam a taxa de lucro e competitividade, primeiramente reduzindo os gastos com mão de obra. Isso tem sido sistêmico e herança de uma mentalidade colonial que separa, diametralmente, “proprietários” e “serviçais”, colocando estes últimos na linha de frente dos cortes tidos como necessários para a produtividade. Assim,

apesar de “ganhos” na base da pirâmide salarial, há um estrangulamento dos setores médios e a manutenção da exploração dos serviços pagos com um salário mínimo.

Assim como a valorização do salário mínimo, a instituição do registro de Microempreendedor Individual (MEI) ocorre enquanto política voltada para a base da pirâmide econômica brasileira e foi algo impulsionado pelo Estado. Segundo Tommasi (2016), foi a partir de projetos de fomento econômico dentro dos governos do Partido dos Trabalhadores que o modelo de pequenos empreendimentos se consolidou, tendo como exemplo emblemático o setor cultural. O registro de MEI foi adotado como modelo para promoção de atividades fora do mercado de trabalho, por falta de espaço para pequenos serviços prestados na área cultural, como é o caso de trabalhadores apresentados na etnografia da autora: jovens moradores de favela no Rio de Janeiro. Ou seja, foi através da ação de um “Estado empreendedor” (MAZZUCATO, 2014) que novos setores econômicos foram estabelecidos pela utilização do MEI enquanto modelo de contratação pelo instrumento do edital público. Este também será um importante aspecto presente no modo pelo qual os pequenos negócios estabelecem uma relação com a Administração de Santa Maria e, concomitantemente, com o Governo do Distrito Federal.

O registro de Microempreendedor consiste na abertura de uma empresa em condições especiais. Não pode existir sociedade e é possível somente uma única contratação com carteira de trabalho assinada. Os rendimentos anuais também não podem passar dos atuais 81 mil reais⁵. Em contrapartida, as empresas registradas têm impostos reduzidos, precisando pagar apenas as taxas do Simples Nacional⁶ que garantem também o acesso à cobertura mínima da aposentadoria por idade e em caso de acidentes ou gravidez. No momento da pesquisa, a taxa mensal fixa era de R\$ 53,70. Além disso, como toda empresa com CNPJ, o MEI também dispõe da emissão de nota fiscal. A Lei Complementar que rege o MEI é nº 128/2008, apesar de ter sido publicada somente em 2009, alterando a Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa).

Conforme procuro mostrar na análise etnográfica, o MEI não pode ser entendido como uma ferramenta para um único uso, por assim dizer. Há diferentes preferências pela utilização

⁵ Ainda mais recentemente, o Projeto de Lei 188/2021 estabeleceu que a categoria “transportador autônomo de cargas”, inscrita como MEI pode declarar faturamento anual de até R\$ 251.600,00.

⁶ Sistema criado em 1996 e regulamentado pela Lei nº 9.317/1996 a fim de tornar mais fácil o recolhimento de contribuições das micros e médias empresas.

do mesmo, que vai desde necessidades pontuais de emissão de nota fiscal ou por conta dos auxílios previdenciários, seja por acidente, seja por gravidez, ou mais de uma destas alternativas simultaneamente. Há de se considerar, principalmente por parte daqueles que atendem as pessoas que aderem ao MEI, o emprego da noção de “formalização” enquanto algo essencialmente positivo e que corre em paralelo com o emprego do registro. Assim, independentemente do que viesse a ser a atividade econômica na qual a pessoa estaria envolvida, a utilização do MEI era vista sempre como algo benéfico por “tirar” as pessoas de uma condição de negativa de informalidade que envolvia dois aspectos importantes: o acesso à cobertura social e a possibilidade de participar de atividades que passaram a ser expressas na forma da prestação de serviços por empresas. Visto desta forma, o valor mensal da contribuição do Simples Nacional é tido como “vantajoso” em relação ao que o serviço “oferece”. É deste modo que o MEI acaba sendo tomado, em grande medida, como uma forma de acesso a direitos que não são apresentados para quem os busca como sendo a aquisição de um pacote de serviços por um preço específico e não como algo inerente à condição de cidadão.

O que pôde ser analisado até aqui aponta para uma transição brasileira de um modelo de trabalho como exercício de cidadania, dentro das ordens institucionais para um modelo de responsabilidade individual perante o Estado e de organização de suas próprias condições de trabalho. O que se observou de forma acentuada, após a regulamentação do MEI, foi a substituição direta de postos de trabalho assalariados por contratos com microempreendedores, muitas vezes, sem o próprio conhecimento da pessoa contratada. Isso representa uma perda direta de salário, uma vez que a pessoa precisaria tirar do próprio bolso o valor da contribuição para o INSS e impostos, isentando a empresa contratante. Por parte do Estado, diminui-se a necessidade de instrumentos para garantir que os direitos trabalhistas estão sendo pagos em uma relação entre empregador e empregado, em favor de um padrão empresarial para todos. Ou seja, as pessoas precisariam apagar a imagem de que existiria uma diferença de poder em jogo, que grandes empresas na verdade seriam “iguais” às pequenas empresas. Isso era constantemente reforçado em palestras que pude observar durante o campo. Este processo vende-se muito em imagens positivas, tal como a noção de que empreendedores são pessoas em total pé de igualdade entre si, sendo a única diferença a dimensão do empreendimento, uma questão de tempo. Retira-se o componente assimétrico do discurso de acolhimento dos desamparados ao mundo do trabalho

para estratégias de atuação para as quais tamanho não seria mais questão.

Pessoas que trabalhavam no regime de carteira assinada são convocadas a “ativar o empreendedorismo” (para usar a logomarca de uma campanha feita pela emissora de TV Rede Globo) até mesmo como uma forma de “solidariedade” com todos os empreendedores do Brasil. O consumo de informação nos ambientes virtuais projeta, de forma direta, discursos que partiriam de empresários, artistas e políticos. Bancos começam a falar em “chacoalhar a poeira”, “não desanimar”, montam peças publicitárias em torno do trabalhador autônomo e oferecem contas para CNPJ. Assim, ser uma pessoa economicamente ativa enquanto um exercício de cidadania incorporou, ao longo do século XX, cada vez mais uma noção de autonomia que vem formatar a figura do novo empreendedor: dono de si, dinâmico, corajoso, imbuído de uma missão. Cabe à pesquisa averiguar o quanto essas aspirações encontram ressonância nas trajetórias pessoais de seus alvos. Curiosamente, quando o discurso empreendedor é comparado com aqueles construídos sobre o trabalhador, em meados do século XX, vemos como uma meta a ser buscada em um momento pode ser justamente o fator de atraso em outro, só demonstrando o caráter dialético da expansão das relações econômicas capitalistas sobre o campo dos comportamentos.

trabalhador rural atrasado → trabalhador urbano civilizado
 trabalhador assalariado acomodado → empreendedor corajoso.

A celebração de números relacionados ao “crescimento do empreendedorismo” brasileiro é almejado e seus frutos foram colhidos conforme os números de registros de MEIs que obtiveram crescimento expressivo nos últimos anos. Os dados contidos no portal www.gov.br⁷ e <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>⁸ são bons para fornecer a quantidade de MEIs em um determinado momento, mas oferecem poucas ferramentas para uma análise da evolução da quantidade de registros de MEIs nos últimos anos. O SEBRAE também possui uma página dedicada a pesquisas sobre empreendedorismo no Brasil, mas que contém a referência para as produções do *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM que, por sua vez, não libera a totalidade dos dados sobre empreendedorismo fora as tabelas já montadas em seus relatórios.

⁷ (Acesso em 06/05/2022).

⁸ (Acesso em 06/05/2022).

Pela primeira vez na História, o Brasil ultrapassou o número de 10 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs). Os dados do Portal do Empreendedor revelam que, em 10 anos, o número total de registros atingiu 10.016.984 no sábado, 25/4. Neste ano, entre os meses de janeiro e abril, 586.546 brasileiros optaram por essa modalidade de trabalho.

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, celebra o crescimento do empreendedorismo formal no Brasil: “São milhões de brasileiros que sonharam em ter sua própria empresa e agora são donos do próprio negócio. Estão colhendo os frutos do seu próprio trabalho. Chegar a 10 milhões de MEIs representa o símbolo de um país empreendedor com um povo corajoso e batalhador”, afirmou Carlos Da Costa⁹.

É um tanto quanto difícil reconhecer que o Brasil seria um país que, de forma unânime, “deseja empreender”, quando se tem como referência o registro de MEIs, uma vez que a pesquisa etnográfica que trago aqui aponta para uma multiplicidade de motivos que podem levar o registro a ser feito. Entretanto, uma crescente adesão à categoria já seria supostamente suficiente para entender o total das motivações pessoais ali investidas e, a partir de então, justificar medidas para sua maior ampliação. Considero que, neste jogo, o Estado tem um papel importante ao preparar as condições para o exercício da economia de mercado, definindo em mecanismos de governo as condições de insuficiência e pobreza (POLANYI, 2000).

Dessa forma, não considero existir no Brasil um conceito estabelecido de empreendedorismo para além das suas emergências recentes, muito coladas no fenômeno “de baixo para cima” de crescimento de MEIs enquanto um esforço de formalização do trabalho irregular sob uma noção de “empresarização” (RANGEL, 2019). Entretanto, creio que não é possível deixar de fora, na composição de um *ethos* empreendedor brasileiro, a influência exercida pela imagem dos empresários brasileiros de sucesso, em especial aqueles que fizeram fortuna com as privatizações durante os anos 1990 (DIEGUEZ, 2014). Esta figura empresarial, masculina, branca e heterossexual não pode ser deixada de vista, mesmo quando se afirma a “popularização” do empreendedorismo no Brasil. Grandes empresários e pequenos empreendedores em uma suposta igualdade de condições, mas em um quadro evolutivo meritocrático, onde os que estão em melhor condição necessariamente “empreenderam” melhor. Assim, mesmo o empreendedorismo brasileiro sendo um regime novo, nele se destacam aqueles que já estavam previamente estabelecidos enquanto detentores do poder econômico.

⁹ <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/brasil-ultrapassa-a-marca-de-10-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis>> (Acesso em 09/05/2022).

É preciso, assim, também encarar o empreendedorismo enquanto um discurso de atualização de desigualdades de elites econômicas estabelecidas no Brasil. Escolhi dar um destaque ao setor financeiro, acentuando o modo pelo qual ganhou maior importância cotidiana, seja pelas medidas tomadas nas décadas 80-90, quando a inflação passou a ser uma linguagem política comum e problema a ser enfrentado por manobras financeiras nacionais (NEIBURG, 2004; DIEGUEZ, 2014), seja no cenário contemporâneo, onde a previdência social passa a ser desvalorizada em relação aos investimentos privados, como a poupança. O empreendedorismo é uma das formas pelas quais o capitalismo financeiro se estabelece. Tal fato promove imagens dos investidores enquanto pessoas de sucesso e do Estado enquanto uma instituição que não se deveria envolver com a previdência social e outras formas de regulação do trabalho.

Assim, empreender enquanto uma atividade econômica a ser fomentada de forma transversal à economia como um todo passa a aglutinar conceitos como responsabilidade, dinamicidade, flexibilidade, autonomia, para citar alguns exemplos. O Estado, enquanto ator necessário para a formação de mercados, também detém em si aspectos empreendedores no modo pelo qual o MEI foi concebido enquanto um tema que pode ser tratado inteiramente por meios digitais. Ou seja, uma das “facilidades” promovidas pelo Estado para a adoção do MEI é o fato de que todo o processo pode ser feito pela própria pessoa sem sair de casa, pela Internet. Entretanto, alguns espaços ainda acabavam por concentrar, presencialmente, situações onde Estado e Microempreendedores precisavam se reunir para tratar de assuntos diversos.

3.3 Governo digital e incentivos ao pequeno negócio no DF

A partir daqui, abordo momentos em que empreendedores (pessoas registradas como MEI ou envolvidas no processo) entram em contato com instituições que se dizem especializadas em prestar apoio aos mesmos, fomentando suas atividades, ajudando a diagnosticar e resolver problemas cotidianos. É no atendimento que problemas são propostos e analisados, assim como pedidos de outros lugares chegam e precisam ser traduzidos. É durante as conversas a partir dos “processos” ou enquanto um bate-papo mais informal, que certos comportamentos são comentados, avaliados e revistos. O modo pelo qual um atendimento seria efetivo ou não, por exemplo, dependia de como as questões conseguiam ser traduzidas para quem atende e se as

propostas de especialistas conseguiam fazer o mesmo caminho de volta.

Entre pessoa, economia e Estado existem diversas mediações institucionais e tecnológicas operantes. Em termos mais gerais e utilizando denominações mais presentes em campo, ambas as mediações se apresentam como “burocracia” e “sistema”, cada uma com suas lógicas próprias e um tanto quanto misteriosas, geralmente para onde muitas frustrações eram canalizadas. É nesse “emaranhado”, para usar um termo de Callon (1998) para falar de práticas econômicas, que o atendimento na Sala do Empreendedor buscava lidar com as demandas trazidas. O que emerge nos atendimentos é a produção do empreendedor por mediações mais que humanas. Assim, tanto o que se poderia chamar de “burocracia” quanto “tecnologia” compõem a vida social do registro de MEI.

Tomo para análise as ações políticas locais valorizadas dentro da Administração de Santa Maria (e o Governo do Distrito Federal). A pesquisa também teve como pano de fundo institucional o próprio Governo Federal, no que tange à construção de uma plataforma de atendimento digital de âmbito nacional. Estas foram as facetas do poder público com as quais tive contato, entre as diversas atividades que acompanhei dentro da Sala do Empreendedor. Também é preciso localizar esta estrutura de Estado (DF) em uma região de predominância de empregos no setor público, e de empregos privados no setor de serviços, o que acaba se refletindo numa grande presença de MEIs como prestadores de serviço. Sobre a relação entre empreendedorismo privado e a vocação de Brasília enquanto cidade de espaços e empregos públicos, o que poderia ser contraditório, invoco a mensagem presente em um vídeo produzido pelo SEBRAE - DF, onde o projeto de Brasília em si é visto como um grande empreendimento idealizado por Juscelino Kubitschek nos anos 50, por isso a vocação da cidade seria, desde sempre, projetos visando inovação¹⁰.

Durante o governo de Ibaneis Rocha (2019-2022), período em que a pesquisa foi realizada, um de seus projetos econômicos de destaque envolveu uma proposta de revitalização das feiras e mercados populares enquanto uma vocação turística para o Distrito Federal, o que foi uma medida que envolvia a utilização, em grande medida, do registro de MEI como uma das formas de organização do espaço das feiras. Sendo uma das principais ferramentas de “formalização” a adesão a esta categoria empresarial que costuma acompanhar medidas para a organização de

¹⁰ <<https://www.youtube.com/watch?v=9sNdKdLSvrw>> (Acesso em 09/05/2022).

mercados (RANGEL, 2019). A necessidade de se reorganizar o comércio popular no DF teve, recentemente, a utilização da cidade na Copa do Mundo da FIFA de 2014 e durante as Olimpíadas do Rio 2016 como contextos para uma revitalização da área central do Plano Piloto, tanto entre os vendedores da Rodoviária do Plano Piloto como da Feira da Torre de TV, ambos bem próximos ao Estádio Mané Garrincha. Tal processo de revitalização está relacionado, desta forma, com a realização de grandes eventos, que também refletem a realização de grandes projetos de desenvolvimento com influência da construção civil pesada, investimentos importantes nos governos Lula e Dilma.

É desta forma que o MEI articula noções sobre empreendedorismo com projetos de desenvolvimento no que tange à realização de grandes reformas no espaço urbano e, conjuntamente, a promoção da regularização de trabalhadores informais vistos como indesejáveis, mediante projetos de modernização. É durante este processo de incorporação do “irregular” no “regular” que sentidos vão sendo construídos. Visto a partir do crescimento da economia de mercado, abre-se uma brecha para que mais coisas e pessoas possam ser expropriadas para serem “economizadas” (MURPHY, 2017). Assim, mesmo quando o Estado não assume uma postura abertamente neoliberal, tal como foi o Brasil durante a primeira década dos anos 2000, é através de processos de modernização e de formalização que ferramentas econômicas como o MEI também podem ganhar formato.

Considero que uma das vias presentes na digitalização do Estado é a adoção cada vez mais intensa da internet como ambiente de comunicação. Penso aqui neste ambiente enquanto uma proficiência a ser adquirida, formadora de pessoas digitalmente letradas. Vincular um serviço público a esta plataforma, estabelece como condição para o acesso a serviços públicos a interação com meios digitais. Enquanto ambiente, faz com que pessoas dependam de como o sistema lida com o fluxo de informações em determinado momento para que sejam atendidas, fluxo este que independe da disponibilidade presencial para o atendimento, pois mesmo em muitos casos presenciais, tanto quem atende quanto quem era atendido precisavam esperar a disponibilidade técnica para o andamento dos processos.

O atendimento ocorre, constantemente, junto dos variados fluxos de informação, entrando e saindo de diferentes sites em caixas de texto, autenticações, confirmações, lentidão, adivinhações, bloqueios, travamentos, mensagens, áudios, fotos, anexos. Em um ambiente marcado fortemente

pela virtualidade do on-line, considerar os desenhos possíveis dos fluxos de informação nos permite pensar não em um pano de fundo estático e concreto, mas em circuitos por onde informações circulam. Computadores são constantemente empregados nos atendimentos para acessar bancos de dados com tempo de respostas variáveis, ao ponto de se formarem sensibilidades específicas aos atrasos nas respostas. Travamentos em períodos de muito acesso conseguem, em diversos casos, serem antecipados, por exemplo. Assim, pensar em quais interfaces desses sistemas de informação são acessadas em diferentes momentos passa a ser algo significativo para a etnografia em questão.

Sendo os atendimentos da Sala do Empreendedor eventos realizados dentro da estrutura da Administração Regional de Santa Maria, também era possível observar ali como o registro de MEI aparecia dentro de políticas econômicas em curso. Quando a Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal lança um programa exclusivo para a contratação de MEIs para a prestação de manutenção na rede de ensino e quando a Secretaria do Trabalho do DF lança oferta de crédito para os MEIs (Prospera), ações de estímulo à adesão da categoria de MEI aparecem de forma marcante. Constrói-se em torno desta categoria uma “vocação empresarial inicial”, que precisa de estímulo por parte do Estado e também como uma forma de garantir que as empresas contratadas fossem de pequeno porte, o que era visto nos atendimentos como uma forma de ajuda.

Não faço aqui uma abordagem que tente enquadrar a totalidade do fenômeno do empreendedorismo no contexto brasileiro e nem dizer que pude compreender a totalidade da experiência dos MEIs em Santa Maria ou de quem os atende. Entretanto, entre ambas as saídas existe um campo vasto de questões a serem exploradas pela antropologia. Assim, se por um lado os atendimentos aos MEIS representam somente uma parte da vida social destas pessoas, a situação de atendimento permite uma janela para arranjos múltiplos, principalmente aqueles que são desenhados a partir do Estado. Pela Sala do Empreendedor, pude acompanhar, principalmente, a solução de problemas através da relação entre pessoas atendidas, Estado e especialistas em empreendedorismo. É na fala destes últimos que encontramos posicionamentos de que o principal gargalo para o empreendedorismo seria a questão da educação. Dominar o acesso à internet se coloca como uma condição para se ter acesso pleno aos serviços oferecidos para o MEI e é algo que passa por um processo de aprendizado.

Enquanto uma via de comunicação entre Estado e empreendedores, a Internet passa a ser um dos primeiros desafios a ser superado e também funciona como a própria essência do modo de ser empreendedor: dinâmico, multifacetado, independente, capaz de produzir conteúdo novo para o produto ou serviço. Serviços digitais, por outro lado, também apresentam limitações próprias. A dependência do “sistema” fazia com que não se soubesse, em diversos momentos, como caminhava um processo, para onde as informações estavam indo e também se algumas ações foram tomadas de fato.

Assim, no que tange às situações que observei em campo, “digitalização do Estado” é uma boa chave para entender os atendimentos aos MEIs, enquanto parte de um processo amplo de redução da presença física do Estado em favorecimento de um modelo integrado, automatizado e enxuto de prestação de serviços.

Leituras sobre Estado, tecnologia da informação e Internet apontam para uma tendência da migração dos serviços públicos para o ambiente digital, o que em diversos momentos é visto como positivo, principalmente pelo fato de que seria mais ecologicamente correto migrar para tais plataformas. Relatórios (*Reports*) sobre governos nos EUA (WEST, 2005), Reino Unido (DUNLEAVY, 2006), Índia (BIJU, 2017) dão como necessária uma continuidade da digitalização dos processos de Estado, algo a ser continuado e aperfeiçoado. O quanto as vias digitais abriram, por si sós, vias para uma democracia mais participativa é algo que não é respondido. Entretanto, a Internet é apontada ainda como subutilizada por diversos governos. Pensando em etapas de incrementais trocas de informação entre população e poder público, West (2005) categoriza as interfaces a presença digital de atores estatais em 4 estágios:

(1) the billboard stage, (2) the partial service-delivery stage, (3) the portal stage with fully executable and integrated service delivery, and (4) interactive democracy with public outreach and accountability-enhancing features (WEST, 2005, p. 8-9)¹¹.

Vemos assim, a passagem de um Estado que somente dispõe do ambiente digital como um espaço de comunicação das atividades presenciais para um que fosse capaz de se comunicar diretamente com as pessoas por mensagem, passando para o estabelecimento de portais interativos(3) para chegar a um estágio de troca bilateral de informações, que pressupõe não somente as

¹¹ “(1) a etapa do outdoor, (2) a etapa da prestação parcial de serviços, (3) a etapa do portal com a prestação de serviços integrados e de fácil execução, e (4) a democracia interativa com recursos de alcance público e de prestação de contas (tradução nossa).”

tomadas de decisão no ambiente digital, mas a sua própria condição: a criação de uma página “única” para cada pessoa. Uma maior personalização da interface com o poder público também deveria ser acompanhada da proteção dos dados pessoais, visto como algo a ser salvaguardado neste contexto.

Outras vias apontam problemas no processo de digitalização do Estado ao relatar tendências à centralização dos serviços de informação governamentais nas mãos de algumas poucas empresas de armazenamento e processamento de dados, o que desperta preocupação para aqueles que defendem a necessidade de ampliação na competição do setor (DUNLEAVY, 2006). Visto a partir deste ângulo, o ambiente digital passa a ser mais um dos espaços em que a cidadania se constrói e, quase como uma consequência imediata, novos modos de vigilância e resistência passam a ser necessários, pois novos ambientes acabam por significar novos espaços de expropriação, onde perfis individuais densos seriam propostos para serem imediatamente tomados por grandes empresas dos setores da informática.

3.3.1 Prospera

Analiso aqui dois programas do Governo do Distrito Federal que estavam em aplicação durante o período da pesquisa de campo. Deram corpo à etnografia à medida em que se moviam todos ali em atendimentos, eventos, trocas de informações entre setores e alinhamentos. Ambos eram medidas de incentivo para empreendimentos de pequeno porte através de investimentos do Governo do Distrito Federal. Início com o Prospera, programa de crédito, para falar, posteriormente, sobre o Programa Pequenos Reparos, de prestação de serviços.

Planejado a partir da RESOLUÇÃO Nº 54, DE 24 DE JULHO DE 2014, torna-se atribuição do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal, localizado na Secretaria de Trabalho. O intuito deste primeiro é ofertar crédito através da Secretaria de Trabalho, voltado para empreendedores de pequeno porte. Segue o texto da página do programa¹²:

O que é o Programa Prospera?

É um crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de empreendedores caracterizados como pessoas físicas ou jurídicas, das áreas urbanas e rurais, que possuem atividades produtivas de pequeno porte.

¹² <<http://www.trabalho.df.gov.br/prospera/>> (Acesso em 09/05/2022).

Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto da Secretaria de Trabalho com os empreendedores, no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado que:

- O atendimento ao empreendedor é feito por profissionais aptos a identificar as suas reais necessidades financeiras, além de prestar orientação na aplicação do recurso recebido, objetivando o desenvolvimento do empreendimento;
- O relacionamento da Secretaria de Trabalho com o empreendedor é mantido durante todo o período de contrato e visa um melhor acompanhamento e a identificação de necessidades além do crédito, para garantir o crescimento sustentável da atividade econômica;
- Os créditos são liberados em condições definidas de acordo com capacidade de pagamento do tomador, garantias apresentadas e em valores progressivos para evitar o endividamento.

A etnografia que começa a ser apresentada em maiores detalhes, conforme nos aproximamos da Sala do Empreendedor, revela-nos algumas percepções locais sobre o impacto de tais programas. Durante a pesquisa de campo, pude assistir à apresentação do programa na Administração Regional, onde as linhas gerais foram introduzidas. Ou seja, foi durante o período em que estive fazendo a pesquisa que se julgou necessário um evento para a promoção do microcrédito em Santa Maria. Um auditório havia sido reservado para a apresentação do programa. Eu auxiliei Patrícia com a lista de presença de quem chegava para participar. A reunião atraiu uma grande quantidade de pessoas, o que fez com que funcionários da Administração trouxessem cadeiras extras em diversos momentos. O calor era intenso.

As pessoas estavam ali com muitas questões, sinalizando que muitas delas já haviam tomado o conhecimento, de uma forma ou de outra, do Programa. Além disso, panfletos estavam sendo distribuídos com as informações básicas de como aderir ao crédito. Diversos funcionários da Administração haviam feito divulgação do evento por redes sociais, em apenas três dias e movimentaram bastante gente. Contando com cerca de 100 pessoas que preencheram a lista e com mais algumas que passaram por ali, foi-me dito que havia em torno de 150 pessoas participando do evento. Dada a quantidade de pessoas e da variedade de demandas, muito da palestra foi feita num sistema de perguntas e respostas. A meu ver, pelo modo como conduzia a reunião, o palestrante deveria ter considerável familiaridade com essa dinâmica. Tanto que, em certo momento mais acalorado, de pessoas pedindo a palavra para diversas perguntas ao mesmo tempo, ele disparou: "Eu quero distribuir dinheiro aqui em Santa Maria!". Com isso, ele marcava uma informalidade no modo de se dirigir ao grupo e apaziguava um conjunto de falas diferentes ao mesmo tempo que afirmava ser necessário empenhar os recursos do ano para investimentos

no Prospera e que só dependia das pessoas recebê-los. A fim de enfatizar a vocação de Santa Maria para o comércio, ele chamou para participar do evento uma dentista local que o atendia ali regularmente. Queria dizer com isso que o trabalho em Santa Maria era igual ao de qualquer lugar do DF, comparando seu trabalho com outros realizados no Plano Piloto, região central e nobre de Brasília, onde o palestrante dava a entender que residia.

A cartilha para a área urbana, tal como foi entregue ali, apresentava as condições para o estabelecimento de garantias para a concessão do crédito:

Que garantias devem ser apresentadas para obtenção do microcrédito?

a) AVAL DE TERCEIROS (FIADOR): deve-se apresentar um ou mais avalistas com renda de, pelo menos, 03 vezes o valor da parcela. O avalista deve residir no DF ou RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, e não pode ter restrição na SERASA.

b) AVAL SOLIDÁRIO (GRUPO): três a cinco empreendedores se reúnem para solicitar o crédito juntos. Todos devem exercer atividades empreendedoras de porte econômico aproximado. No grupo solidário, os membros realizam aval entre si, sem necessidade de comprovação de renda. Com a aprovação do crédito, os membros assinam os contratos, com responsabilidade solidária até a quitação da dívida de todos os proponentes do grupo. Nessa modalidade de garantia os membros do grupo são plenamente responsáveis uns pelos outros¹³.

O palestrante afirmou, logo no começo, de forma bastante enfática, que o dinheiro ali era oriundo da Secretaria de Trabalho. Apesar dos pagamentos serem efetuados pelo Banco de Brasília (BRB), tratou logo de dizer que este não era a fonte dos recursos, que o banco era apenas um operador financeiro. Para enfatizar mais, fez uma comparação relacionada aos juros. Um empréstimo de 8.500 reais via Prospera renderia 300 reais de juros ao ano. Em contraposição, contou a história de uma pessoa que ele conhecia que aderiu a um microcrédito de 10 mil reais e teria pago 10 mil reais só de juros em um ano, sem especificar mais detalhes, como qual seria o banco.

Sobre o fiador, a primeira coisa a ser dita foi que este poderia ser qualquer um, mas não o próprio cônjuge. Ele passou um tempo dizendo que era preciso tomar cuidado para pagar as parcelas em dia, que seria preciso entender que aquele era um compromisso a ser respeitado. Para isso, seria necessário que alguém fosse avalista (o “popular fiador”), tendo uma renda de, no mínimo, 3 vezes o valor da parcela do empréstimo. A exceção seria quando se formaria um grupo, no qual cada um serviria como avalista do outro. A pessoa não poderia ter dívida na

¹³ <www.trabalho.df.gov.br> (Acesso em 09/05/2022).

Secretaria de Fazenda para fazer o empréstimo e nenhuma das partes envolvidas poderia ter dívida ativa para participar do programa.

As tabelas presentes no panfleto mostram créditos que variavam de R\$ 4.281,15 a 28.541,00 para informais; de R\$ 8.562,45 a R\$ 57.083,00 para formais e de R\$ 12.500,00 a R\$ 83.300 para cooperativas e que deveriam ser usados obrigatoriamente em capital de giro e/ou investimento. O primeiro “exclusivamente para compra de matérias-primas e de mercadorias” e o segundo “para aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, para construção ou reforma do imóvel de trabalho, desde que próprio e escriturado”.

Durante a apresentação do Prospera, um tempo considerável também havia sido gasto na diferenciação entre capital de giro e investimento, que tinham prazos diferentes até o pagamento da primeira parcela. Segundo foi apresentado, algumas pessoas precisariam comprar equipamento, que poderia demorar para chegar, e/ou até mesmo fazer um curso, o que não costuma ser algo rápido. Por isso, o tempo de carência para capital de giro seria diferente, mais associado à compra de insumos.

Em sequência, um vendedor de pastel fez muitas perguntas. Disse que estava com o nome sujo, mas que gostaria de pegar dinheiro emprestado; o que foi negado. Depois perguntou se um amigo poderia pegar para ele o empréstimo, mas o palestrante disse que isso só seria possível quando existisse uma sociedade e, além do mais, existia a necessidade de uma visita ao estabelecimento para ver se ele realmente existia, antes da liberação do dinheiro. Isso seria complicado, porque uma pessoa usaria uma outra empresa para ter acesso ao crédito.

Foi apresentado ali como seria importante que manifestações de interesse na aquisição do crédito fossem logo feitas, pois havia, aparentemente, “dinheiro sobrando em caixa” por parte do Governo e seria preciso que os comerciantes se organizassem para fazer uso do mesmo. Ao fim da apresentação, merece destaque também o fato do palestrante ter informado o seu número de *Whatsapp*, afirmando que seria fácil para qualquer um entrar em contato com ele, mais uma forma de incentivar a adesão às propostas ali colocadas..

No geral, as questões trazidas por este programa de investimento econômico ao campo foram centradas na necessidade da eliminação de algumas dúvidas. Não sobre a disponibilidade ou não de dinheiro, o que desde o começo havia sido descartado como um problema, mas sobre a sua origem enquanto um investimento público sem taxas abusivas. Outras informações reforçadas

foram em torno das responsabilidades a serem assumidas pelos contratos individuais ou coletivos e com a explicação sobre as diferenças entre os prazos de pagamento.

Complementando o que havia sido apresentado na palestra, a Sala do Empreendedor fornecia orientações gerais a respeito do Prospera, que deveria ser solicitado nas Agências do Trabalhador do Plano Piloto ou Taguatinga. Em outros casos, o Prospera era sugerido para quem não o conhecia, pois quando o assunto crédito era levantado em alguns atendimentos, as sugestões eram de que os interessados buscassem o programa e seguissem para as agências responsáveis.

3.3.2 Programa Pequenos Reparos

Diferentemente do Prospera, o Programa Pequenos Reparos recebia novas adesões ali mesmo na Sala do Empreendedor. Além disso, enquanto o Prospera não era um programa de crédito exclusivo para a categoria de MEI, a participação no Pequenos Reparos era exclusividade dela. Não contando com um evento para a divulgação do programa na sede da Administração, o Pequenos Reparos foi divulgado, em grande medida, pela Internet.

Tratava-se de uma chamada para o credenciamento de prestadores de serviço em uma fila para serem convocados, a depender das demandas da Secretaria de Educação, em diferentes regiões do DF. De acordo com o Edital de Chamamento Público 002/2019¹⁴:

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE/DF), CNPJ: 03.636.479/0001-45, em atendimento ao disposto na Portaria Conjunta nº 7 SDE/SEE/PPGG, de 06 de setembro de 2019, faz Chamamento Público para credenciamento de Microempreendedores Individuais - MEI, para prestação de serviços de eletricitista, bombeiro hidráulico, pintor, pedreiro, chaveiro, jardineiro, serralheiro, técnico em informática e técnico em eletroeletrônicos, para execução de pequenos reparos em prédios públicos utilizados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, nos termos deste Edital, por meio da Comissão de Credenciamento instituída para esse fim.

A lista de documentos a serem levantados para a participação no edital era considerável e era uma máxima apontada por Patrícia de que tudo deveria ser bem conferido. Sarah recebia muitas pessoas que chegavam ali interessadas em participar do edital, mas somente Patrícia tinha acesso ao SEI (Sistema Eletrônico de informação) para a inclusão dos participantes. No

¹⁴ <<http://www.sde.df.gov.br>> (Acesso em 09/05/2022).

caso das atividades de Eletricista, Técnico em Eletroeletrônicos e Técnico em Informática, seria necessário apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

A Sala do Empreendedor foi procurada para fornecer mais informações sobre a adesão ao programa. Para isso, as atendentes já haviam preparado cópias da lista de documentos necessários para o credenciamento e logo tratavam de entregá-las. Depois de um certo tempo, foi combinado com a funcionária da recepção que fossem passadas as informações básicas em relação aos documentos ali na entrada do prédio. Assim, as pessoas passaram a buscar a Sala já tendo algo em mãos, o que poupava o tempo inicial para a apresentação da lista de documentos.

Primeiramente, havia a necessidade da pessoa ser MEI e estar com situação limpa em relação à Receita Federal, INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), débitos trabalhistas e em relação à Fazenda do Distrito Federal. Muitas pessoas não julgavam ser necessário ter MEI ou pensavam que a contratação era individual e direta. Da mesma forma, era preciso explicar o complexo sistema através do qual a pessoa seria finalmente chamada para executar o serviço. Para muitos que chegavam ali em busca de uma vaga a ser ocupada imediata e individualmente, ter que abrir um MEI somente para isso não valia a pena e era motivo para desistência do pleito.

Em um dos atendimentos em questão, enquanto Sarah estava fora da Sala, um homem se aproximou e perguntou para mim a respeito da contratação para o programa. Perguntei para ele se já havia aberto o CNPJ, primeira informação checada nos atendimentos do tipo, o que ele confirmou. Eu também perguntei se já havia feito alguma contribuição mensal desde então, o que me respondeu negativamente. Continuou falando que não haviam dito para ele que deveria pagar todo mês, quando abriu a empresa ali mesmo, pelo atendimento na Sala. Durante o atendimento que teve seguimento, o homem pareceu confuso em relação às datas do MEI. Após retornar à Sala, Sarah disse que ele tinha três faturas para serem pagas, porque havia aberto o MEI no final de outubro de 2019, apesar dele ter dito que havia feito o mesmo no final de novembro, quando entregou os últimos papéis. Sarah disse, por sua vez, que a documentação era referente ao processo de credenciamento no Pequenos Reparos, sendo que seu MEI foi aberto logo no primeiro atendimento realizado com ele. Ou seja, como ele havia procurado o atendimento para o acesso ao programa, o credenciamento foi feito de forma concomitante à abertura de uma empresa em seu nome, de modo que entre o vai e vem de documentos em diversas etapas do processo, ele não havia ficado sabendo quais prazos estavam correndo e em relação a quê.

Conforme esse arranjo foi sendo explicado para ele, por Sarah, reclamações foram surgindo a respeito de como haveria ”muita burocracia“ em torno do processo para poder conseguir trabalhar no programa. Em uma reviravolta no atendimento, ele disse, então, que gostaria de puxar os boletos atrasados e encerrar, ou “dar baixa” no CNPJ aberto, e desistir de tudo. A decisão foi tomada mesmo depois de Sarah ter dito que ele poderia continuar pagando como uma forma de contribuir para o INSS, ainda que decidisse não participar mais do Pequenos Reparos, mas teve como resposta o não, acompanhado da justificativa de que não tinha como seguir pagando as contribuições mensais de toda forma. Disse que poderia colocar para aquele mesmo dia a data dos boletos em atraso. Prontamente, Sarah fez a baixa e emitiu os boletos. O homem ainda pediu para que ela confirmasse que a ele não iriam cobrar mais nada e ela apontou para onde estava escrito, no papel, o ponto exato em que este dizia que a empresa havia sido devidamente encerrada.

Assim que o homem saiu, a primeira coisa que Sarah disse foi “de nada”, virando-se para mim, a fim de assinalar que não havia ouvido um “muito obrigado” do homem atendido. Ressaltou que pessoas que não pagavam o MEI e depois reclamavam da burocracia e dos supostos abusos do governo eram frequentes. Lembrou-se de um homem atendido que abriu MEI para ele e a esposa e que ambos não pagaram as taxas mensais por quatro anos (desde que abriam), contraindo uma dívida de cerca de quatro mil reais para cada um. Segundo ela, quando este mesmo casal retornou à Administração, falou que “o governo é ladrão”. Eu também pude observar tal casal em situação de atendimento, que será mencionada no próximo capítulo.

Pouco tempo depois dela ter me contado a história do casal, o homem que havia acabado de ser atendido retornou, falando que havia mudado de ideia e que gostaria de continuar com o CNPJ. Sarah disse que não havia como reverter o procedimento, que agora ele precisaria fazer tudo de novo, abrindo um novo MEI, pois ele havia sido informado e concordado sobre a irreversibilidade do processo de baixa. Ele ouviu e foi embora sem nada fazer. Sarah não gostou de ter recebido a reação que teve, dado que várias daquelas informações já haviam sido passadas meses antes, quando ele havia dado início no processo como um todo.

Se, por um lado, esse atendimento marcou uma série de desentendimentos entre as duas partes envolvidas, com a atendente reclamando do comportamento rude de quem é atendido, direcionando às atendentes uma frustração com processos burocráticos no geral, outros atendimentos

corriam sem maiores problemas. Fazer o cadastramento do Pequenos Reparos era a operação mais complexa que pude observar em campo, superando até mesmo a abertura do MEI. Patrícia assinalava constantemente a necessidade de se fazer tudo com calma e de checar os documentos várias vezes, antes de inseri-los no sistema. Exigia um comprometimento e atenção de quem busca a lista de documentos, assim como exigia de quem atende concentração e cuidado. O atendimento para o Pequenos Reparos dificilmente era todo realizado em um único momento, pois a quantidade de documentos a serem inseridos e a delicadeza do SEI para o envio dos mesmos acabava por tornar o processo algo segmentado em diferentes etapas. O cadastramento ocorria mais a partir da noção de “casos particulares” que eram mais personificados. Em alguns momentos, uma atendente podia perguntar para a outra como estava “o cadastro de Fulano de Tal”.

Por parte das atendentes, um exemplo de atendimento desejável foi o que eu pude observar quando Patrícia recebeu um candidato imigrante haitiano. Ele trabalhava no Gama e Patrícia disse já tê-lo visto andando de bicicleta com o mesmo uniforme que usava naquele dia, de cores vibrantes e que trazia seu nome e contato de trabalho impressos nas costas. No dia em questão, já estava ali antes de Patrícia chegar, com Sarah dizendo que ele “praticamente abriu a sala”, às oito da manhã. Finalizado o atendimento com Patrícia, foi visto que ele ainda precisaria de mais alguns documentos, como a cópia do verso do CPF, o que Sarah não havia identificado anteriormente como algo errado. Falando de outros imigrantes que também haviam passado pela Sala, Sarah disse que todos eram bem educados. Patrícia continuou elogiando o atendido em questão, falando que era educado, trazia tudo que era pedido e que era bem organizado.

Por outro lado, algumas pessoas buscavam o credenciamento apesar de possuírem empresas grandes demais para tal. Um atendido, ao procurar o credenciamento, confirmou que era MEI quando foi perguntado. Patrícia, então, pediu para Sarah checar a situação dele, porque havia encontrado inconsistências no CNPJ em questão. Sarah não conseguiu encontrar uma referência de que o CNPJ verificado participava do Simples Nacional e Patrícia foi questionando se ele era “MEI mesmo”. Perguntou se faturava mais do que 81 mil reais por ano e ele disse que sim. Continuou insistindo em que se tentasse registrá-lo no programa. Patrícia disse que não teria como, que ele não era o público-alvo do projeto. Ela disse que ele poderia somente concorrer se fosse MEI, só poderia ser MEI descendo de categoria e, conseqüentemente, abrindo mão de

seu faturamento para entrar na categoria dos 81 mil reais anuais. Ele, então, começou a sugerir que poderia abrir outra empresa. Patrícia logo disse que isso seria impossível, porque o sistema nem aceitaria, já que ele não poderia ter empresa quando abrisse o MEI. Logo ele saiu da sala, aceitando o fato de que não poderia concorrer. No momento, eu o vi dizendo para um amigo do lado de fora da Sala algo como: “esse programa não é para a nossa categoria”. Pouco tempo depois, o amigo, dessa vez, retornou e foi falar com a Patrícia, novamente levantando a ideia de que fosse aberta uma nova empresa, mas Patrícia reafirmou que isso era impossível. Finalmente, aceitando que nada poderia ser feito, o segundo homem disse que, de fato, seu amigo tinha uma empresa de grande porte, pois costumava pegar reformas grandes, ou “serviço de milhão”, como ele mesmo disse.

Aqui fica evidenciado algo bastante presente nos atendimentos para abertura do MEI, que são os prazos correntes para os pagamentos atrasados e sobre os períodos em que o MEI estava ativo ou não. Conforme evidenciado neste capítulo, a promoção da regularização de comércios informais e aberturas de novas empresas, por parte do Governo, é um fenômeno presente e cria situações de atendimento onde editais públicos são associados com processos de abertura de empresas, tudo em uma mesma operação. As possibilidades de desencontro de informações neste atendimento são enormes, ainda mais se considerarmos a dependência de sistemas de informação complexos e, conforme apresento em mais detalhes adiante, a forma pela qual o registro do MEI foi pensado para ser feito pela própria pessoa através da Internet.

Neste capítulo, construí um fio condutor para dar às questões do capítulo 2 seu contexto etnográfico de enunciação. Pensando a nível nacional, as propostas de valorização da atividade empreendedora precisam ser vistas a partir dos ciclos econômicos de diferentes níveis e de como os investimentos em atividades econômicas de pequena escala passaram a ocupar local de destaque. No nível regional, localizo formas pelas quais o Governo do Distrito Federal construiu uma agenda de promoção destas atividades, com destaque para o Próspera e o Programa Pequenos Reparos. No capítulo seguinte, trago a situação de atendimento para o primeiro plano da análise, evidenciando, principalmente, os modos pelos quais estes se tornam “autoatendimentos mediados”, pois ocupam uma função de acolhida de questões econômicas pelo Estado no atendimento, ao mesmo tempo em que apontam para a possibilidade vantajosa deste serviço ser realizado de forma totalmente autônoma.

4 Dinâmicas do atendimento em Santa Maria

Whenever we promise to pay we become subjects of intensive surveillance.

Josh Lauer, *Creditworthy*¹

No capítulo anterior, apresentei como o empreendedorismo ganhou espaço dentro do conjunto de questões que o Estado brasileiro teve acerca do que seria desenvolvimento econômico. Feito este retrospecto no século XX e início de XXI, chego a um momento etnográfico específico, no qual são vividas propostas deste modelo de desenvolvimento. Este capítulo discute aspectos etnográficos de processos de formatação de políticas econômicas a nível local, tendo como referência a implementação do MEI nos atendimentos presenciais realizados por uma Administração Regional do Distrito Federal.

Conforme foi apresentado a partir da constituição da relação entre empreendedorismo e trabalho autônomo na teoria econômica, trata-se do encontro de tecnologias e uma estrutura de governo burocrático (CALLON, 1998). O arranjo econômico aqui observado estabelece como alvo as atividades econômicas de pequeno porte, definindo-as como empreendedorismos incipientes. Para tal, acordos precisavam ser firmados mediante o registro de MEI e, diante destes, certas "obrigações deveriam" ser estabelecidas como contraponto para as vantagens em adentrar à condição empreendedora. Conforme apontado na introdução, os atendimentos a partir do SEBRAE tendiam a ser percebidos, por quem atende, enquanto situações em que as obrigações diante de compromissos firmados precisavam ser evidenciadas.

No caso de Santa Maria, boa parte das iniciativas para a economia local passava pela necessidade de auxílios para a promoção da condição de formalidade. Ser "informal", por sua vez, correspondia à inexistência perante registros oficiais como o referente à ocupação territorial,

¹ *Sempre que nós prometemos pagar nos tornamos tema de vigilância intensa* (tradução nossa).

à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a pagamentos do Simples Nacional, entre outros. O empreendedor “almejado” da Sala do Empreendedor era uma pessoa formalizada ou interessada em assumir esta condição. Quando alguém buscava informações sobre como melhorar sua atividade econômica ali na Sala, primeiro verificava-se se a mesma possuía a atividade registrada em algum lugar.

Mesmo não sendo por onde os processos eram iniciados, a Sala do Empreendedor concentrava atendimentos a uma ampla variedade de questões sobre projetos econômicos implementados a nível local. Para casos como o Programa Pequenos Reparos, a Sala do Empreendedor era o local propriamente dito de credenciamento de MEIs para prestação de serviços junto ao governo distrital através da Secretaria de Educação. Os atendimentos da Sala podiam abranger uma grande quantidade de assuntos e variar entre dúvidas e checagem de fatos, até processos compostos por quantidades consideráveis de documentos.

Os atendimentos eram também por onde muitas pessoas tomavam conhecimento de projetos de auxílio econômico, tirando dúvidas sobre compromissos a serem firmados e sobre projetos em andamento. Durante a apresentação de um programa de microcrédito, o Prospera, funcionários da Secretaria de Trabalho, em visita a Santa Maria, se apresentavam como representantes de uma fonte pública de financiamento, entidade que seria a mais adequada para fomentar as atividades de menor porte. Desde o começo, a injeção de dinheiro precisou ser qualificada enquanto um empréstimo do governo e não de um banco, apesar do processo ser intermediado pelo Banco de Brasília (BRB). Tornou-se necessário comprovar que o dinheiro era “público mesmo”, que era uma ajuda do Estado, não estando associada às práticas de juros do mercado. Posteriormente, vi como os atendimentos da Sala remetiam ao que havia sido apresentado no evento do Prospera ao informar sobre possibilidades de crédito junto ao Governo e como estes não possuíam juros exorbitantes. As conversas durante e entre os atendimentos eram espaços onde a linguagem presente em propostas econômicas do GDF eram constantemente traduzidas e apresentadas.

A adoção do MEI, observada enquanto ferramenta para formalização de atividades em Santa Maria, conecta um paradigma de crescimento econômico com o uso de recursos tecnológicos pensados como meios digitais de acesso automatizado e individual. Para os atendimentos, os

dois principais portais são o Portal do Empreendedor² e o SIG MEI³. O primeiro tratava, entre outras coisas, do cadastro do CNPJ e o segundo da emissão de boletos e declarações. Tais sistemas não são fechados, tal como o SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo do Distrito Federal que controla processos aos quais só podem ter acesso quem está vinculado à administração pública. Pelo contrário: a proposta de serviços virtuais como o Portal do Empreendedor é de que uma empresa (MEI) possa ser aberta (e fechada) a partir do próprio acesso pessoal, de qualquer lugar e a qualquer momento.

Além de estar em situação regular com a Receita Federal, sem dívidas ativas, abrir o MEI também dependia da adequação da atividade dentro da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Esta é mantida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, criada em 1995⁴ e segue classificações baseadas em diretrizes da ONU para classificação econômica⁵. Além de fornecer os dados pessoais para a abertura do MEI, as pessoas precisavam responder a pergunta: “o que você faz?”. Recorre-se às atividades no banco de dados que nem sempre são bem próximas do que a pessoa afirma fazer. Para muitas atividades, não faria muita diferença em qual CNAE estava registrada, mas para citar o exemplo que me foi dado de operações na área de saúde, algumas precisariam da “CNAE certa” para certos tipos de contratação.

Além de declarar o tipo de atividade executada em relação à CNAE, o registro mediante a Administração Regional condicionava determinadas atividades às diversas classificações de quadras urbanas em Santa Maria, sendo este um marcador de diferenças no ordenamento espacial local. Nos momentos do cadastro em que se discutia a CNAE, era comum que as atendentes sugerissem que as pessoas atendidas verificassem se o endereço informado tinha permissão para tal atividade, o que era possível ser feito simplesmente se dirigindo à sala ao lado. A adequação à CNAE e a disposição da atividade no espaço eram ponto central para o que se entende aqui como formalização: promover um encontro entre a atividade realizada, uma classificação estatística que parte de arranjos internacionais de tipos de atividade econômica e o modo pelo qual a Administração Regional pensava a presença das atividades econômicas no espaço urbano.

² atualmente <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>> (Acesso em 09/05/2022).

³ Atual PGMEI - <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATSPPO/pgmei.app/Identificacao>> (Acesso em 09/05/2022).

⁴ <<https://concla.ibge.gov.br/concla/regimento-interno.html>> (Acesso em 09/05/2022).

⁵ <<https://unstats.un.org/unsd/classifications/Econ/insic>> (Acesso em 09/05/2022).

Em diversos momentos, pessoas que buscavam a administração para discutir a realização de atividades econômicas eram encaminhadas para formalizar a atividade e ter condições de pleitear a ocupação urbana em discussão. Assim, alguns setores da administração encaminhavam pessoas para a Sala à medida que viam a necessidade de que a atividade fosse enquadrada, na maioria dos casos, como MEI. Em muitos destes encaminhamentos, ocorria o que havia mencionado na introdução desta tese: a Sala era chamada simplesmente de “SEBRAE”.

4.1 O Autoatendimento Mediado

Antes de tudo, o atendimento se inicia com a apresentação da pessoa interessada e o preenchimento de uma ficha com dados gerais, prática não inserida inicialmente no meio digital. Era feita à caneta num bloco com várias cópias já impressas. Preencher uma ficha era algo que marcava o início do atendimento e também fornecia um registro do trabalho de Patrícia. O serviço não era recusado se por acaso a ficha não fosse preenchida, mas avaliações de performance não podiam ser feitas contando com aquele caso. Tratava-se logo de preenchê-la, mesmo que a pessoa acabasse por não concluir nenhum atendimento propriamente dito. Eu mesmo preenchi uma das fichas de atendimento, ao tirar uma dúvida pessoal a respeito do MEI durante a pesquisa, mesmo depois de já estar instalado ali. Enquanto as pessoas preenchiam a ficha, já costumavam começar a contar a situação que as levou até ali. Uma pessoa era nomeada como atendida nesse processo, mas em muitos casos, mais de uma chegava para tratar do mesmo assunto, como era no caso de casais. As informações eram posteriormente digitalizadas em bloco, em um dia em que Patrícia separava um tempo para produzir os relatórios de atendimento a serem entregues para seu supervisor junto ao SEBRAE.

No caso dos atendimentos voltados para o cadastro de MEI, era preciso estar com o celular em mãos. Algumas etapas do cadastro dependiam da verificação de duas etapas, que eram feitas pela combinação de uma senha pessoal com um código enviado por mensagem de texto SMS. As pessoas precisavam, em muitos casos, passar informações que iam chegando ao mesmo tempo que o cadastro era feito. Nem sempre a confirmação vinha imediatamente, uma vez que o celular em questão podia estar sem sinal ou com a memória cheia para mensagens. Estes mecanismos de reconhecimento da pessoa são propostos como forma de atestar a identidade em um ambiente

virtual de atendimento autônomo. Funcionam como etapas de verificação de segurança tal como o *login* em um *e-mail*, com a diferença de que diversas pessoas que são atendidas não o viam, pelo que pude notar, como um serviço que poderia ser acessado de qualquer lugar e por elas mesmas. Pelo contrário, lidar com o registro de MEI era, nesses casos, algo circunscrito àquele espaço. Entretanto, mesmo com as atendentes tendo todo acesso ao sistema, a arquitetura da identificação digital pressupunha o autoatendimento.

O nível de contato que as pessoas tinham com a plataforma de atendimento variava, assim como a necessidade de se ir até a Sala. Pelo que pude observar, algumas podiam fazer o uso de determinados serviços relacionados ao MEI em casa, mas deixavam para ir até a Sala para alguns assuntos mais complexos, que muitas vezes encadeavam outras demandas junto à Administração Regional. Em outros casos, a ida se dava por motivos práticos: ali não seria preciso pagar impressão ou outras taxas cobradas por *lan houses*⁶.

Quando uma pessoa buscava atendimento na Sala do Empreendedor, a situação se desenrolava de modo que o “sistema” a ser acessado não era feito em nome da atendente do Governo, mas em nome da pessoa atendida com a intermediação da atendente. Não havia a necessidade, por parte da atendente, de acesso a um sistema que marcasse a sua atividade enquanto inscrita a um ambiente inacessível a quem é atendido. É por este motivo que Patrícia precisava das fichas de presença para dar vida social ao atendimento, construindo uma cadeia de relações que não se limitava à estrutura burocrática, mas dependia também de um engajamento com documentos de forma prática (HULL, 2012, p. 17). Uma vez que o sistema não era acessado pelo *login* da atendente, o acompanhamento estatístico dos registros de MEI dependia da organização das fichas preenchidas à mão. Os relatórios de atendimento baseados nas fichas eram encaminhados para um consultor do SEBRAE que atuava como supervisor das Salas do Empreendedor e que também atendia Patrícia a respeito de casos mais complicados.

O modo pelo qual as pessoas atendidas entendiam se tratar de um serviço público exclusivo daquele espaço ou um auxílio para facilitar um autoatendimento, nem sempre se mostrava evidente. Algumas pessoas aprendiam ali, seja no primeiro atendimento ou mesmo depois de ter estabelecido contato com a Sala, que tudo poderia ser feito de qualquer ponto com acesso à

⁶ Havia uma indicação em campo de que as *lan houses* exerciam diversas atividades semelhantes às daquelas de Patrícia e Sarah, cobrando preços diversos, geralmente considerados altos.

internet. Havia, portanto, um componente importante do atendimento, caracterizado por uma preocupação em ensinar às pessoas atendidas a lidarem com a digitalização do Estado.

Autoatendimento mediado é o termo que proponho aqui para nomear uma situação etnográfica específica e significativa. É uma ferramenta importante para que seja possível o registro de MEI para muitas pessoas que não acessam o sistema de forma independente, seja por questões de acessibilidade da plataforma digital e/ou para poder contar com a estrutura de atendimento presencial na Administração Regional. Um serviço público pensado para ser descomplicado e ágil ainda precisa aqui manter relações com formas presenciais e pessoais de atendimento. O fato de ser um autoatendimento mediado revela uma certa incompletude da proposta de serviço totalmente autônomo. Posiciona-se entre um modelo de Estado marcado pela presença institucional física, enquanto instrumento de alcance populacional, para um modelo do Estado e governança digitais (DUNLEAVY, 2006). Mediar o autoatendimento significa, assim, estar em um processo de diminuição de tamanho da estrutura física de órgãos estatais e prestar um serviço pedagógico ao ensinar, conforme se atende, como que cada uma das mesmas pessoas poderia repetir o processo por conta própria.

Outros elementos apontam que o autoatendimento mediado atravessa relações de trabalho. Considerando o serviço a partir de quem procura a Sala, ir até ali passa a ser uma das etapas do trabalho de contabilidade da empresa. Envolve lidar com o registro do CNPJ, emissão e pagamento de taxas e também as declarações anuais. A condição de MEI não acarreta a necessidade da contratação de serviços de contabilidade e o autoatendimento mediado servia também para suprir parte dos serviços de auxílio financeiro. Assim, estar ali contando com o auxílio das atendentes para emitir boletos, fazer declarações e planejar pagamentos fazia parte do trabalho de contabilidade dos empreendimentos individuais. Para Sarah e Patrícia, prestar um bom atendimento significava até mesmo ajudar neste processo de trabalho, principalmente de modo a reduzir a necessidade de esperas desnecessárias.

Em muitos casos, o “sistema” travava de maneiras aparentemente inexplicáveis, o que gerava frustração de ambas as partes, assim como também demandava soluções inventivas que, em muitos casos, caminhavam na própria via digital. A depender de cada caso, diferentes soluções eram propostas para, por exemplo, concluir o processo de forma remota. Pude, certa vez, observar

o atendimento a um casal⁷ com filho pequeno e a mulher gestante. Devido à falta de conexão com a Internet, o atendimento foi suspenso para ser finalizado sem a pessoa presente. O aviso da conclusão seria enviado por *Whatsapp* juntamente com os documentos emitidos. O sistema tinha “caído”, mas não tanto a ponto de toda informação ser perdida. O cadastro havia sido feito parcialmente, colocado em espera. Entretanto, a sugestão de terminar o atendimento desta forma foi enfatizada pela intenção explícita de Sarah de não submeter a mulher gestante a mais tempo de espera que o necessário ali. Conforme fui acompanhando mais atendimentos, vi como essa era uma estratégia recorrente: deixar atendimentos incompletos “engatilhados” para quando o sistema voltasse. Depois da retomada da comunicação pelos computadores, bastava enviar todas as informações por mensagem para a pessoa.

Muitos problemas surgidos no atendimento iam além do que seriam as questões relativas à documentação do registro de MEI em si. Um exemplo era em relação ao celular que deveria estar em mãos para poder enviar um código de confirmação, o que fazia com que muitas vezes fosse necessário acionar amigos ou familiares para conseguir acesso a ele. Em outros casos, era a conexão com o site que se mostrava lenta ou intermitente. Em todos os casos, a limitação imposta ao atendimento refletia em um prolongamento do tempo ali dispensado. A demora para o atendimento acabava sendo o tempo de descontração em níveis de intimidade diversos. Era uma possibilidade de ouvir mais a fundo as histórias emaranhadas naqueles processos digitais e estabelecer empatia. Assim como nos atendimentos com endividados por parte do poder público já estudados em outras pesquisas, falava-se muito sobre intimidade (FERNANDES, 2019). Vários atendimentos eram realizados para demandas de pessoas que chegavam ali indignadas, zangadas ou tristes com suas situações. A partir de uma frustração inicial, de exemplos tirados da vida cotidiana, as atendentes reconstruíam casos e produziam traduções em termos usados nos processos digitais: cadastro, senha, declaração de baixa, entre outros.

O atendimento era feito em diálogo que, em alguns casos, não eram contidos somente a uma atendente, seja tanto por conta de um “caso complicado” quanto por causa de lentidão e demais problemas do sistema, que abrem momentos para a conversa. A principal via de comunicação é entre atendentes e atendidos, que transcorre no fornecimento de dados e documentos entre

⁷ Na presente tese, uso o termo “casal” para me referir aos exemplos de casais heteronormativos cisgênero, que foi o universo de casos que pude acessar na pesquisa.

ambas as partes, mas opiniões de outros colegas da Administração constantemente são inseridas durante o atendimento. Assuntos correlatos ao MEI, com o uso de área pública e/ou de espaços em feiras podiam ser consultados com os demais funcionários da Administração Regional que também trabalhavam ali na sala. Em muitos casos, a pessoa atendida não precisava nem se levantar da mesa do primeiro atendimento para falar com os demais funcionários. Os palpites e ajudas durante os atendimentos era uma das formas pelas quais a Administração Regional como um todo perpassava as atividades da Sala do Empreendedor, e este também é um componente do autoatendimento mediado.

Uma forma recorrente de desencontro nos atendimentos era sobre a veracidade e confiabilidade de alguns sites e a autenticidade de processos realizados por eles. Algo que apareceu transversalmente aos relatos de atendimento foi a necessidade de se verificar qual site havia sido acessado e quais cadastros haviam sido feitos de fato, nas situações em que as pessoas já chegavam ali tendo registrado uma empresa. Este problema se devia, principalmente, pelo fato dos sites que aparecem nos primeiros resultados (patrocinados, em muitos casos) por mecanismos de pesquisa de uso generalizado, prometerem o cadastro de MEI embora não fossem de plataformas oficiais “.gov”. Estes sites prometiam a abertura do MEI para a pessoa em troca de pagamento pelo serviço. Alguns destes realizavam a abertura e, apesar de não se tratar de uma plataforma oficial, faziam com que a pessoa tivesse o cadastro em mãos. Outros, entretanto, não realizavam a operação e as pessoas eram deixadas com a falsa impressão de estarem registradas. Neste último caso, muitas vezes as informações só eram checadas no atendimento após as pessoas descobrirem que não possuíam empresa alguma, que estavam com dívidas por não terem feito os pagamento, ou pior, por terem pago cobranças fraudulentas como se fossem mensalidades em si.

Não era somente junto a mecanismos de busca que golpes podiam ser aplicados. Um homem havia chegado até a Sala dizendo que a sua esposa havia aberto um MEI em uma *lan house*, onde lhe fora informado que eles poderiam, por um valor extra, garantir que ela iria “tirar 2 mil reais quando se aposentasse”. O serviço havia-lhe custado 200 reais. O homem pareceu bem confuso sobre a procedência do serviço e das garantias das remunerações futuras. Sarah disse que ele deveria verificar o que havia ocorrido, mesmo porque “parecia ser 171⁸”. Isso acontecia muito,

⁸ Sarah fazia referência ao artigo 171 do código penal referente à fraude, comumente usado como expressão no Brasil para designar golpes em geral.

segundo ela, pois alguns sites prometiam uma série de benefícios para o MEI que não existiriam de fato.

Se, em diversos momentos, a internet e celulares tornavam-se limitadores, em alguns momentos permitiam uma ampliação do alcance do atendimento por parte das atendentes, ao proporcionar o rápido acesso a uma rede de especialistas e de colegas de outras Salas através de grupos de *Whatsapp*. Certa vez, Sarah atendia uma mulher que estava com dificuldade de se cadastrar como MEI. Diante do impasse no atendimento, Sarah gravou um áudio pedindo algumas instruções por *Whatsapp* para outras pessoas que trabalham atendendo em Salas do Empreendedor de outras administrações regionais, o que surtiu efeito. Descobriu, assim, que o MEI estava na condição de pré-cadastro. Não fazendo o processo do começo, seria preciso já entrar com o login e a senha, mas esta era desconhecida pela atendida. No caso, então, a questão seria ir atrás da senha que poderia estar anotada em algum lugar. Caso contrário, seria preciso de uma nova senha temporária de 24 horas, que só seria emitida pelo INSS o qual não tinha atendimento em Santa Maria, mas no Gama, região administrativa vizinha. Em muitos casos, o cadastro havia sido feito por outras pessoas, como parentes ou atendentes de *lan houses*, sem total conhecimento da própria pessoa.

Lidar com o registro de MEI enquanto um serviço supostamente autônomo também fazia com que algumas ações saíssem da alçada de Patrícia e Sarah. Quando isto acontecia, o atendimento não podia ser concluído por que, afinal de contas, elas prestavam uma ajuda a partir de um serviço a ser acessado pela própria pessoa. Destaco aqui a possibilidade de recuperação da senha do portal <www.gov.br>⁹, que só pode ser emitida por uma agência do INSS, o que marca um espaço com outro tipo de atendimento, aquele onde a parte atendida teria um acesso privilegiado a certos aspectos do cadastro da pessoa ou da empresa. Tal não era o caso na Sala do Empreendedor.

O “autoatendimento mediado” se torna um híbrido (LATOUR, 1994) de relações interpessoais, tecnológicas e burocráticas. Não dependia somente da capacidade das atendentes em “resolver pepinos”, mas era constantemente perpassado pela ação não-humana, representada aqui pelos modos como o “sistema” e os diversos apetrechos digitais se comportavam cotidianamente. Revela limitações e extrapolações do que pode ser feito enquanto atendente e

⁹ (Acesso em 09/05/2022).

atendida ali, fazendo uso de outras esferas da Administração Regional para facilitar e adiantar determinados processos. O autoatendimento mediado constrói saídas e soluções ao navegar em meio às limitações de acesso de um meio tecnológico específico que é a Internet. Para além disso, tornava-se um momento de atuação feminina, nos quais Sarah e Patrícia auxiliavam outras mulheres a serem atendidas de forma efetiva, através da demonstração de interesse em suas rotinas de trabalho e os esforços despendidos na busca da solução de problemas diversos.

4.2 Observando calendários e firmando compromissos

Os ciclos que pessoas que aderem ao MEI se veem obrigadas a cumprir eram motivo significativo pelo qual diversos desentendimentos na Sala ocorriam, principalmente em relação às datas de pagamento das arrecadações mensais. A data limite para estas era todo dia 22 e não podia ser alterada, motivo de frustração para diversas pessoas com as quais tive contato. Tornava-se, assim, assunto recorrente a forma pela qual os pagamentos precisavam ser feitos quase no final do mês, período durante o qual menos dinheiro circularia no comércio. Muitas pessoas acabavam concentrando as idas à administração na véspera e também durante o dia 22.

Além das mensalidades, os ciclos de pagamento também abarcavam a feitura da declaração anual até maio de cada ano. Neste período, era necessário apresentar uma somatória dos rendimentos do ano fiscal que se encerrava. Caso a pessoa perdesse o prazo, a declaração era acompanhada de uma multa que, geralmente, não costumava ser muito significativa.

Os primeiros meses do ano também eram quando os atendimentos costumavam ser numerosos, devido à vontade, por parte de muitos, de dar início a uma nova atividade econômica para o ano que se iniciava. No caso de pessoas que estavam em situação de atraso com parcelas ou também com o intuito de encerrar a empresa, o início do ano também era uma ocasião de resolver os problemas e “limpar” o CNPJ. Quando iniciei minha pesquisa de campo, em 2019, Sarah, que havia começado a trabalhar há poucos meses, ainda aguardava para saber como seria atender no início do ano, pois havia ficado sabendo como este era um período intenso. Às suas expectativas de muitas pessoas na Sala, somou-se a licença que Patrícia anunciou que iria tirar no começo de 2020. Pude acompanhar, por cerca de um mês, os atendimentos concentrados em Sarah. Foi nesta época que minha ajuda para receber pessoas na sala e passar informações básicas foi mais

requisitada.

É possível estabelecer outros paralelos entre o fluxo de pessoas que abrem ou fecham empresas no começo do ano e aquele referente à feitura das declarações anuais. A declaração anual pressupõe que todas as empresas, independente de suas datas de criação, declarem seus rendimentos numa mesma janela de tempo. O começo de ano era visto como um período de renovação de votos, de “balanços” e “metas” pessoais. Este período de avaliação do desempenho da atividade econômica é algo que também era experienciado coletivamente, uma vez que este é o período de todos os MEIs emitirem, em conjunto, os balanços do ano.

O começo do ano, inaugurando um novo ciclo financeiro de arrecadações, abre, no site específico para tal, a opção para que fossem emitidos os boletos até dezembro do mesmo ano. Assim, também era em janeiro que apareciam pessoas que frequentavam a sala apenas uma vez ao ano. Chegavam, pediam auxílio para fazer a declaração anual, emitiam todos os boletos e só. Esta era vista como uma boa prática, pois fazer a declaração do ano que passou, em dia, assim como ter “o ano todo” já impresso na forma de boletos e fazer todos os pagamentos nas datas certas, marcava um comprometimento com o registro MEI. Para as atendentes, estes eram serviços tranquilos, protocolares e sem grandes atritos. Aumentavam em quantidade nos primeiros meses, mas, por outro lado, não impunham condições muito adversas para os ânimos do atendimento e não exigiam que se desprendesse muito tempo no desembaralhar de problemas enfrentados.

Entretanto, algumas pessoas desconheciam a possibilidade de gerar todos os boletos logo no começo do ano. Foi o caso de uma mulher que chegou para o atendimento na Sala pela primeira vez. Disse que costumava fazer os serviços do MEI em uma *lan house*, mas esta estaria cobrando 5 reais para a impressão do boleto mensal do MEI. Segundo ela, o dono do estabelecimento disse que ele tinha que pagar os custos, mas mesmo assim, ela achava o preço exorbitante. Informada por um conhecido, ficou sabendo que na Administração o serviço poderia ser feito de graça. Além disso, lá acabou sendo informada de que poderia tirar os boletos até o final do ano, o que também tratou de fazer.

Mesmo sendo possível gerar todos os documentos do ano relativos ao pagamento, ainda existia a reclamação quanto à necessidade da pessoa ter que ir atrás da impressão dos mesmos. Isso em si já diferenciaria o MEI de outros pagamentos contínuos com os quais se estaria mais

ou menos habituado. Por exemplo, foi o que ouvi de feirantes do Gama/DF a respeito de como seria a melhor maneira de se lidar com boletos. Para eles, seria melhor se os mesmos fossem enviados na forma de um talão ou “bíblia”, tal como no pagamento de financiamento de carros, pois eram pagamentos fixos e de longa duração. Nessa proposta, tudo poderia ser enviado para a pessoa em casa, como outros boletos, aos quais se está habituado a pagar, o que tornaria mais fácil a incorporação deste pagamento junto aos demais gastos pessoais ou da unidade doméstica.

Boletos que não eram pagos muitas vezes se acumulavam em montantes consideráveis. Nesse caso, era preciso avaliar a quantidade de meses que se passou, olhar para o quanto se devia e o quanto se conseguia pagar mensalmente para fazer o parcelamento da dívida. No caso de pessoas que encerravam o MEI, concomitantemente com o parcelamento dos atrasados, era preciso assumir o compromisso de pagar os atrasados, mesmo que o CNPJ não existisse mais. Neste caso, o que não era pago ia para a dívida ativa¹⁰ no nome da pessoa que fez o registro de MEI. Para as pessoas que continuavam com o MEI ativo, nessa situação, eram dois os compromissos: pagar as parcelas da negociação dos atrasados, mas não deixar de continuar pagando as parcelas mensais normalmente.

Separar o que é pagamento atrasado e o que é pagamento corrente não costumava ser tarefa fácil. Um atendido me disse que estava pagando o parcelamento de uma dívida que ele tinha, mas havia ficado sabendo ali, na situação do atendimento, que ele precisava continuar pagando “o que estava correndo”, ou seja, precisaria manter a quitação das parcelas presentes que iriam chegar, independentemente da dívida passada. Ele disse que não estava entendendo o que havia sido apresentado, pois já estaria pagando algo todo mês. Sarah então explicou-lhe que tinha que diferenciar o que era “o de antes” e o que era “o de agora” e, principalmente, que o MEI significava que ele assumia a responsabilidade do pagamento de uma taxa que chegava todo mês, independentemente do que ele estivesse fazendo.

Pagar as parcelas em dia era uma das máximas entre os conselhos dados nos atendimentos,

¹⁰ O site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a respeito da inscrição na dívida ativa: “Trata-se de ato de controle administrativo da legalidade e regularidade, conforme definido no § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/80-LEF, por meio da qual um débito, vencido e não-pago, é cadastrado para controle e cobrança em dívida ativa. Poderão ser inscritos em dívida ativa os débitos de natureza tributária e não-tributária, cuja titularidade do crédito seja da Fazenda Pública Nacional, conforme definido no art. 39 e parágrafos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou débitos de natureza não tributária, que não sejam de titularidade da Fazenda Pública Nacional, em que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) por disposição de lei tem que inscrever em dívida ativa, como é exemplo o FGTS, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.844 de 20 de janeiro de 1994.” <<https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/divida-ativa-da-uniao>> (Acesso em 09/05/2022).

principalmente quando os benefícios previdenciários estavam em questão. Quando um homem atendido para a abertura do MEI pediu para Sarah tirar uma dúvida a respeito de quando ele poderia pedir um benefício por sentir o braço lesionado, foi informado que se ele pagasse os boletos em dia, após somente um ano ele poderia receber qualquer auxílio. Havia a necessidade de uma contribuição por um período de carência até que a pessoa pudesse acionar os benefícios. No caso deste atendimento, o que acabou por tornar a situação mais dramática foi o fato de que o homem já estava no seu terceiro CNPJ e havia dívidas nos cadastros antigos, que foram aparecendo conforme ele foi contando sua história para Sarah. Ficou sabendo no atendimento que, antes de tudo, seria preciso fazer o parcelamento de todo o atrasado para poder ficar com a situação regularizada. Aparentemente, ele havia pensado que poderia deixar de lado os CNPJs antigos e partir para um novo. Queria saber como ele poderia ter o benefício com a sua situação no momento. Sarah disse-lhe que precisaria dar entrada no parcelamento, que não poderia “deixar as coisas para trás”, porque elas estavam vinculadas ao seu CPF. Assim, para que o INSS pudesse entender que ele poderia receber o benefício, ele precisaria fazer o parcelamento, ter confirmado que vinha mantendo o pagamento por pelo menos seis meses e também precisaria ter 12 meses de pagamentos em dia no CNPJ atual. Depois de ter escutado atentamente as explicações de Sarah, despediu-se, mas logo deu meia-volta e se sentou novamente. Disse que “estava com tantos números na cabeça”, com tantas dúvidas, que precisou confirmar se tinha pegado a informação corretamente e tratou de repassar todos os pontos do atendimento.

Para alguns, pagar o MEI em dia me parecia ser algo de maior importância do que para outros. Por exemplo, dentre tudo aquilo que é possível “fazer” com o MEI, nem tudo é prejudicado pela condição de endividamento tal como no caso dos benefícios previdenciários. Ser capaz de apresentar o CNPJ do MEI para realizar compras diretamente com fornecedores, assim como a emissão de nota fiscal, é algo que pode ser mantido independentemente da situação de dívida da empresa. Era possível notar como algumas pessoas usavam o MEI de forma mais instrumentalizada para a compra e emissão de nota fiscal, ao passo que outras pessoas se mostravam especialmente preocupadas com a relação entre pagamentos regulares e cobertura do INSS. Disso se desprende que as atividades de MEI não formavam um conjunto de práticas inseparáveis, podendo compor as vivências pessoais de formas diversas. Partindo, por exemplo, das teorias sobre empreendedorismo e trabalho informal (CASSON, 2010; PARKER, 2004), poder ter

capacidade de negociação de preços por canais formalizados representa a dinamicidade que seria uma das marcas da atividade empreendedora. Nos atendimentos na Sala do Empreendedor, por outro lado, pessoas que mantinham os pagamentos dos tributos em dia, mesmo quando não estavam usando o CNPJ ativamente para compra, venda e prestação de serviços, eram vistas como bons utilizadores da categoria de MEI.

Assim, se por um lado o MEI “cria” uma entidade que precisa ser mantida pelos pagamentos e que pode ser “utilizada” para que o trabalho autônomo seja potencializado, há também a necessidade de trazer para si novas responsabilidades, como a de fazer os pagamentos tributários, providenciar um espaço de trabalho e demais atividades gerenciais. Gostaria de evidenciar que empreender passa a ser uma necessidade de “cuidar” de uma empresa aberta, que deve ser considerada em relação íntima com a pessoa (daí a necessidade de se prestar atenção na transferência das dívidas ativas), mas também enquanto uma entidade fundamentalmente distinta. Se por um lado a “empresarização” (RANGEL, 2019) leva a uma necessidade da pessoa manter uma empresa, enquanto uma entidade autônoma externa à ela em si, também se faz enquanto uma incorporação de mais carga de trabalho sobre a própria pessoa.

O modo de existência do empreendedorismo na economia de mercado neoliberal apresenta, para quem o adentra, um “mundo empresarial” onde as entidades individuais devem ser tratadas a partir do sucesso de atividades econômicas específicas, onde a expansão do alcance da economia de mercado ganha status de realização pessoal. Nessa proposta, o que ocorre, em muitos casos, é a incorporação, por parte da pessoa, de uma série de atividades novas, como a lida com os pagamentos e declarações.

Calcular algo de forma independente do contexto, atrelado a ciclos que devem ser compartilhados de forma universal, pode ser considerado uma prática comum à economia de mercado como um todo e esta tese não tem a intenção de afirmar essa novidade. Foucault, por exemplo, aponta os modos pelos quais o mercado passa a ser um ambiente de produtor das condições de validação dos fatos a serem considerados pela prática de Estado (FOUCAULT, 2008). Vejo muito do processo de assimilação dos compromissos do MEI como um diálogo com verdades gestadas no mercado, sendo uma destas, a necessidade de separação do pessoal e do empresarial. Em uma cartilha oferecida pelo SEBRAE, com orientações para a venda de alimentos congelados enquanto MEI, uma recomendação é feita de modo bastante enfático:

O patrimônio da empresa não se mistura com o de seu proprietário. Portanto, jamais se deve confundir a conta pessoal com a conta empresarial, isso seria uma falha de gestão gravíssima que pode levar o negócio à bancarrota. Ao não separar as duas contas, a lucratividade do negócio tende a não ser atingida, sendo ainda mais difícil reinvestir os recursos, gerados pela própria operação. É o caminho certo para o fracasso empresarial¹¹.

A partir do momento em que a pessoa abria o registro de MEI, esta passava a ter que lidar com procedimentos incontornáveis. Algumas destas noções se assentavam nos compromimentos a serem assumidos: não havia como montar um calendário de pagamento e declarações próprio para cada MEI, assim como também o pagamento das parcelas não podia ser interrompido, salvo em casos excepcionais¹². A isso se soma a necessidade de manter uma contabilidade própria da empresa em autonomia com as contas pessoais, como bem foi sugerido no trecho da cartilha do SEBRAE, mencionado anteriormente.

Muito do que ficava “no ar” nos atendimentos era a necessidade de se reforçar compromissos. O modo pelo qual estes “pactos” ocorria variava, uma vez que algumas pessoas chegavam a afirmar que não haviam sido, de forma alguma, informadas sobre quais seriam as obrigações. Como havia mencionado anteriormente, estes eram ciclos que colocavam num mesmo calendário todas as pessoas que se tornavam empreendedores via MEI. Pensar que existe uma “população” a ser considerada de forma única no campo financeiro (MURPHY, 2017) também pode ser visto com um elemento de motivação para que se siga apostando nessa categoria econômica. Assim, ao mesmo tempo em que é preciso entender que uma empresa era criada no cadastro de MEI e que esta precisaria de cuidados específicos, ser MEI também representaria fazer parte de um grupo de pessoas que deveria ter compromissos em comum, representados aqui pelo compromisso de estar em dia com os pagamentos e com a declaração anual.

O modo pelo qual os registros ocorriam pelos “autoatendimentos mediados” também contribuía para o modo pelo qual os compromissos eram formados. Como, em muitos casos, o acesso ao sistema de dados para as operações do MEI era realizado não por uma rede institucional, na qual o agente de Estado é o único detentor do acesso, mas através de um atendimento em nome da pessoa, onde nem sempre a pessoa atendida ficava sabendo de todos os “deveres e direitos” do registro. Assim, enquanto algumas pessoas atendidas poderiam experimentar o atendimento

¹¹ <<https://www.sebrae.com.br>> (Acesso em 09/05/2022).

¹² Um destes casos é quando a pessoa aciona auxílio-doença ou maternidade, momento no qual as parcelas eram suspensas.

a partir do que fora estabelecido oralmente, firmado pela palavra de um agente público, quem atende argumentava que o que se fazia ali era prestar um auxílio e que as pessoas deveriam se informar por conta própria. Assim, ao mesmo tempo que “não me falaram isso quando vim da última vez” era uma reclamação recorrente, pouco se avançava sobre tal demanda, uma vez que o sistema é projetado para o acesso individual e pessoal.

4.2.1 Processos de Endividamento

Conversando com uma senhora a respeito de dívidas, logo fiquei sabendo de sua trajetória de investimentos em Santa Maria. Ela disse que nunca foi boa com dinheiro, que além de não conseguir ler e escrever, também não conseguia fazer contas. Disse que precisava de ajuda das pessoas que trabalhavam com ela para poder lidar com o dinheiro que entrava e saía. Ela havia trabalhado como “diarista em casa de família”, mas depois decidiu que abriria um negócio próprio. Primeiro, começou em casa vendendo marmiteix para entrega. Disse que nessa fase o negócio ia bem, com entregas em vários lugares de Santa Maria. Contou que cozinhar não era um problema e que não tinha dificuldades no trabalho por causa disso, já que era acostumada a trabalhar com comida¹³. Depois, decidiu abrir um negócio em um espaço próprio, com quatro pessoas trabalhando para ela, sendo duas da própria família. Nenhuma carteira assinada, apenas com pagamentos por diária de trabalho. Os prejuízos no negócio vieram num momento seguinte, quando a abertura do Restaurante Popular em Santa Maria (que oferecia refeições a R\$ 1,00) acabou com sua clientela regular. No momento em que conversamos, ela estava com dívidas do negócio que havia aberto, um carro que comprou havia sido roubado e ela usou um crédito para pequenas empresas para poder ter capital de giro, que havia sido sugerido pelo SEBRAE. Entretanto, não conseguiu dar prosseguimento ao negócio e, por conseguinte, ao pagamento das parcelas. Ela possuía dívidas na Caixa Econômica Federal por causa do microcrédito e também no Banco de Brasília (BRB), onde tinha uma conta empresa com várias dívidas, devido a cheques que havia usado e que disse que estavam “pulando por aí”. Sua situação preocupante era resumida em um comentário: “Se puxar o meu CPF, você se assusta”. Apesar de sua fala, avaliou que a experiência teria sido melhor se ela tivesse tido mais acesso a capital de giro,

¹³ Ela se referia aqui a trabalhos domésticos variados, prestados anteriormente, dos quais não pedi mais descrição.

questão bem presente em sua fala. Ela ainda sentia falta de que um investimento tivesse sido feito “de fato” em seu negócio.

No geral, estar em dívidas com bancos era visto com mais preocupação do que em relação ao que se deixa de pagar nos boletos de recolhimento do MEI. Isso foi bem demonstrado no capítulo anterior, quando o Próspera precisou ser apresentado de forma enfática enquanto um crédito do governo, somente intermediado por um banco público (BRB). Estar com dívidas junto a uma instituição bancária significava estar sujeito aos altos juros do mercado e a capacidade da dívida “virar uma bola de neve”. O exemplo anterior mostra como trajetórias de trabalho se inserem neste contexto: arruma-se um crédito para a aquisição de material de trabalho e trabalha-se arduamente. O insucesso da atividade, por fatores externos, como o caso da abertura do restaurante popular, não correspondia ao trabalho empregado na produção da comida para a venda ali. É desta forma que o problema havia sido apresentado para mim: era necessário mais capital de giro, mais investimento para que os preços pudessem ser competitivos no mercado. Não era uma questão de gerência do trabalho, mas de valorização de determinadas atividades por parte das agências financiadoras. Aqui há um contraste com posições de especialistas do SEBRAE apontadas na introdução desta tese. No geral, apontam que quem era MEI estaria muito mais interessado nos empréstimos do que na educação gerencial. Agora, caso consideremos uma noção de valorização de atividades num sentido amplo, pouca diferença parece fazer o modo pelo qual o dinheiro é manejado. A partir do último exemplo dado, a competição se tornava inviável.

Em outro atendimento, um casal havia pedido algumas informações a respeito de conta bancária via CNPJ. Quando nossa conversa se direcionou para a questão do crédito, disse que achava difícil conseguir prever os rendimentos no longo prazo para conseguir honrar com parcelas de um empréstimo feito junto a um banco, por exemplo. Não foi a primeira vez que eu escutei isso: uma vontade de que o crédito fosse oferecido de formas mais facilitadas. Eles também falaram que teriam interesse em pegar algum dinheiro emprestado para poder investir no espaço da casa deles, não de forma necessariamente atrelada ao espaço de trabalho. Investir no trabalho também seria investir na capacidade das pessoas de estarem bem dentro de casa. Inclusive, esta casa que era onde muitas das pessoas executam todo ou parte do trabalho enquanto MEI.

Os investimentos nos negócios de MEI eram vistos com bons olhos, no geral. Era preciso que os juros não fossem altos e que fossem ofertados de forma a “ajudar mesmo”, indicando uma necessidade das instituições fornecedoras de crédito estarem mais a par das condições reais de trabalho, marcadas por intempéries diversas no mercado. Assim, seria insuficiente apenas incentivar o registro na categoria, caso também não houvesse um investimento contínuo nas atividades. Estas propostas de auxílio, entretanto, contrastam com teorias econômicas já abordadas no capítulo 2, que colocam o peso do sucesso do negócio nas escolhas tomadas a nível pessoal, como é no caso de Schumpeter (1983). O que ocorre é que os registros de MEI que pude observar, não se assentavam em uma noção tão radical de individualismo. As pessoas estavam ali buscando, em grande medida, apoio para suas atividades, não enquanto uma necessidade de afirmação de um Eu empresarial totalmente “dono de si”. Estas questões transparecem nas discussões sobre aportes financeiros privados e públicos para MEIs e nos modos pelos quais as atendentes “cobravam” o pagamento das parcelas atrasadas.

Contando sua história de trabalho, outro homem entrevistado me disse que vendeu livros e teve sua carteira de trabalho assinada por um tempo, mas depois optou por trabalhar vendendo açai. Este caso foi citado no capítulo anterior, a partir de um comentário de Sarah. Acabou tendo um problema com o CPF, uma vez que a esposa fez um negócio ruim na compra de um carro em seu nome. Assim, havia ficado com o “nome sujo”, assumindo a dívida da esposa. Ele havia aberto o CNPJ em questão, em 2013, mas pelo que me havia contado, só alguns meses de recolhimento haviam sido pagos. Estava atrás de atendimento para poder regularizar todos os anos em atraso. Sua esposa também tinha um MEI e, além da questão do carro, também havia pago poucos meses de recolhimento. Chegando depois, a esposa contou que eles haviam acabado de tomar conhecimento que o MEI do esposo havia sido encerrado em 2018, sem o conhecimento deles. Ficou bem surpresa quando Sarah disse para ela o valor que teria que pagar para quitar a dívida do esposo: algo entre trs e quatro mil reais. Também avisou que depois que ela fizesse o parcelamento, não teria como voltar atrás. Como o valor da dívida era bem alto, havia a possibilidade que o “sistema” desse, inevitavelmente, a opção de realizar o pagamento em um grande número de parcelas, o que foi apresentado como uma vantagem. Sarah fez o parcelamento depois de confirmar com ambos. Ao fim, o homem disse que aquilo tudo “era roubalheira do governo” porque ele só abriu a empresa e “não fez nada”, que isso era uma

“roubalheira dos caras lá da política” e que eles não ajudariam quem estava “somente querendo trabalhar”.

Quando interpeladas sobre o porquê do MEI ter que ser pago quando não se trabalha, a interpretação que Patrícia e Sarah mais comumente ofereciam era que o pagamento das taxas mensais era importante de qualquer maneira, porque mantinha a pessoa dentro do sistema da Previdência Social. Entretanto, algumas pessoas que faziam o registro de MEI não possuíam isto em vista, muitas não faziam uso do portal digital para a emissão dos boletos e nem tomavam conhecimento de que estavam em situação de endividamento. Assim, aquelas pessoas envolvidas em atividades com retorno financeiro instável precisariam avaliar, mês a mês, se conseguiriam manter a categoria, uma vez que se não há como honrar os pagamentos, o MEI deveria ser encerrado. Ou essa opção era tomada, ou se aguardaria para pagar os atrasados futuramente. Para quem se preocupava com a cobertura previdenciária, entrar e sair da condição de atraso com as parcelas representava uma quebra num fluxo regular de contribuição, o que poderia implicar numa retirada da condição de cobertura. No caso de quem não tinha interesse em estar regular com a previdência, as parcelas em atraso somavam uma dívida que nem sempre conseguia ser quitada de forma simples.

Este também era o caso de um homem atendido que havia me contado que tinha o registro de MEI, mas que este havia sido aberto sem o seu conhecimento. Ele trabalhava para uma empresa de logística que prestava serviço para lanchonetes, onde atuava como entregador. Assim que o MEI começou a ser implantado no DF, contou-me que, sem lhe informar, seu empregador “deu baixa” no contrato de carteira assinada, abriu o registro de MEI e o colocou como prestador de serviço. O trabalho seguiu normalmente, mas os pagamentos dos tributos referentes ao MEI não. Ele contou que trabalhou por três anos sem os direitos trabalhistas, sem férias, de 11 horas da manhã até às 11 horas da noite, sem intervalo e com uma cláusula no contrato que estipulava uma multa de 200 reais por atraso. Ele havia entrado com um processo na justiça e conseguido 120 mil reais de indenização. Eu perguntei para ele se havia colocado no processo um valor referente ao pagamento dos atrasados do MEI e disse que não, que achou melhor lidar com a dívida ele mesmo, posteriormente. Eram cerca de 4 mil reais divididos em 60 parcelas, regime de pagamento que ele não pôde escolher. Chegou a atrasar o pagamento de algumas, o que fez com que precisasse fazer um novo parcelamento, descontado o que havia sido pago, mas com

novas 60 parcelas. Ele disse que seria bom mesmo se conseguisse pagar de uma vez, mas não conseguiu. Chegou a ver também com a Patrícia se ele conseguia colocar os boletos em débito automático em sua conta corrente, o que também era impossível.

Assim, mesmo quando o valor da dívida não era um problema, os prazos podiam representar um comprometimento de longo prazo incontornável. Os pagamentos do MEI, dessa forma, estão intimamente ligados a uma noção de tempo a ser cumprido. Sua vinculação aos benefícios previdenciários dá o tom de que não se pode “comprar”, de certa forma, a cobertura, mas é necessária uma vivência em um determinado ciclo de pagamentos. Era preciso sempre estar em dia, nem que isso significasse estar com um parcelamento de dívida, desde que este esteja transcorrendo regularmente. A dica geral era sempre de não interromper o que foi combinado, pois estar endividado não dependeria tanto do valor devido, mas da consistência dos pagamentos. Seria preciso sempre “dar um jeito” de manter os pagamentos, independentemente da origem do dinheiro.

4.3 Volume de Trabalho e Divisões por Gênero

Nesta seção, falo sobre como os atendimentos permitem perceber aspectos das rotinas de trabalho do MEI. Destaco aqui, os casos em que casais dividiam atribuições do registro de MEI. Considero esta dimensão do trabalho de MEIs uma demonstração de como uma atividade autônoma pode muito bem ser apoiada por duas pessoas, no espaço doméstico, sem que isso se reflita, por exemplo, em uma das partes formalmente contratando a outra.

Se não há o estabelecimento de duas partes em uma relação de trabalho, fica evidente que podemos estar diante de um processo de acumulação de trabalho, transbordando para mais de uma pessoa aquilo que foi pensado inicialmente como atribuição individual. Sendo esta uma dinâmica que ocorria dentro das casas e junto às famílias, no caso de MEIs, que usam este espaço, também demonstra como o trabalho é separado por gênero. Entre as pessoas com quem conversei, havia uma predominância de uma divisão na qual as mulheres se ocupavam da gestão financeira, da comunicação e contato com instituições públicas, enquanto os homens ocupavam-se prioritariamente com a atividade de trabalho em si, tanto dentro de casa como fora. Estas são experiências nem sempre bem recolhidas nos questionários que eu apliquei ou nas

fichas de atendimento de Patrícia, pois estavam vinculados a somente uma pessoa. As situações onde mais de uma pessoa se sentava para ser atendida eram conversas entre várias partes, e foram registradas a partir de minhas observações entre um atendimento e outro.

Conversei com um casal que trabalhava vendendo cocos em um caminhão no estacionamento de um grande supermercado, na divisa entre Santa Maria - DF e Novo Gama - GO. Eles estavam ali para resolver questões sobre ocupação da área e aproveitaram para abrir o MEI com a Sarah. O homem havia chegado e se dirigido até a mesa para tirar algumas dúvidas a respeito da atividade, que usa o caminhão estacionado para realizar as vendas. Contaram que o problema que eles estavam tentando resolver tinha a ver com um caminhão concorrente que usava o mesmo espaço que eles. Disseram que quando uma pessoa que vende ficava fora por cerca de dois dias, logo o ponto era tomado pela concorrência, e parece que isso foi o que aconteceu no caso em questão. O concorrente deles seria uma pessoa pouco preocupada com a limpeza do espaço, algo mal visto pelas pessoas do mercado. Assim, o descarte das cascas dos cocos e também dos canudos seria feito direto no asfalto, o que acabava levando tudo para as entradas das galerias de águas pluviais, o que geraria problemas com a chuva. O homem montou seu caso diante da Sala, frisando como faria um melhor uso do espaço público no desenvolvimento de sua atividade. Seu interesse por regularizar sua atividade, perante a concorrência e a administração pública, também foi acompanhado pela abertura do MEI.

Notei que, durante toda a apresentação do caso, a esposa se sentou no sofá separado da mesa de atendimento e se manteve em silêncio. Quando iniciei conversa com ela, disse-me que não poderia abrir o MEI porque recebia auxílio aposentadoria como viúva¹⁴, por isso o processo precisava ser no nome do homem e ela estava ali para acompanhar. Participando da conversa, o marido disse que achava que também não poderia abrir o MEI por ser analfabeto. Recentemente, entretanto, havia se encontrado com uma deputada distrital eleita que disse para ele que “ ele era analfabeto, mas não estava morto”. Sarah confirmou e completou dizendo: “não tem necessidade de ser alfabetizado para entender das coisas”.

A esposa parecia ser a pessoa que mais se preocupava com o dinheiro, com o pagamento dos funcionários e também com o pagamento do serviço de rastreamento do caminhão. Eu havia começado a conversa com ela, perguntando se trabalhava junto com ele, que confirmou

¹⁴ Quem adere ao MEI tem benefícios sociais suspensos ao deixar a categoria de desempregado.

dizendo que fazia “de tudo junto com ele lá”. Assim, logo perguntei: “É você que cuida do dinheiro?”. Foi questão de fazer a pergunta para que ela mudasse de expressão e, a partir de então, se abrir mais para a conversa. Não assumiu desde o começo de nossa interação o fato dela ser a responsável por uma parte tão fundamental do negócio de ambos, mas quando insinuei que seria ela então a administradora do negócio, notei uma abertura para falar da intimidade da vida econômica do casal. Deu um outro exemplo relativo à forma como administrava os gastos, encaminhando os restos de coco que vendiam. Levava-os para um local ao lado da chácara onde eles moravam, onde os vizinhos produziam adubo que poderiam pegar sempre que precisassem.

Ela disse que tinha dificuldade de administrar quando alguém aparecia com uma nota falsa, tal quando um homem comprou 200 cocos e passou 200 reais falsos para eles. Até as notas chegarem na mão dela, para ver que eram falsas, foi tarde demais. Segundo o que ela relatou, o marido seria pior para conferir essas coisas, “pegando logo e botando no bolso”. Eu perguntei se ela fazia algo específico para tentar melhorar essa questão de fluxo de clientes chegando, pagando e indo embora. Ela disse que “só contava com a atenção dela mesmo”, mas que ele conseguia prestar atenção também. Contou que se lembrava de como era a fisionomia de quem passou o dinheiro falso, “se bem que ele poderia ter cortado o cabelo”. Ao final do dia, disse que quase “colocava sal no café”, em virtude do cansaço mental.

Olhando a respostas que tive nos questionários aplicados, quando, durante a pesquisa, foi levantada a questão do uso do espaço doméstico para o trabalho enquanto MEI, 37,7% (29) das respostas eram de que todas as atividades de trabalho eram realizadas na própria residência, ao passo que 28,6% (22) haviam dito que usavam tanto a casa como um outro espaço durante o trabalho. Assim, somente cerca de um terço do total das pessoas entrevistadas diziam fazer todo o trabalho fora de casa. Entre as pessoas que afirmaram contar com uma ou mais pessoas, além de si, envolvidas no trabalho (35), somente 7 não contavam com o trabalho de alguém da família, tendo nos filhos e cônjuges a maioria dos casos (23). Estavam envolvidas em atividades, majoritariamente, no ramo de alimentação, artesanato, serralheria, manicure e serviços de manutenção, como pedreiros e eletricitas. Estas atividades não dependiam diretamente, em muitos casos, da utilização de outros espaços de trabalho, sendo realizadas na própria residência.

Considerando o empreendedorismo individual como a concentração de atividades de gerenciamento de trabalho na própria pessoa que também participa dos processos de trabalho,

observa-se que este acaba por ser assumido parcialmente por outras pessoas próximas, principalmente parentes. Considero isso como um transbordamento do trabalho sobre o ambiente doméstico. Esta é uma das facetas de um processo de precarização do trabalho à medida em que representa uma sobrecarga de atividades pouco evidenciadas, sendo estas também exaustivas física e mentalmente. Quem empreende, assume a necessidade de ser o agente da negociação do valor do próprio trabalho ou do trabalho de alguém do ambiente doméstico, neste caso.

É preciso dispor do ambiente doméstico como ambiente de trabalho. Isso quer dizer tornar aquele espaço de relações como o espaço de uma forma específica de trabalho. Uma forma específica porque trabalho é algo que precisa ser considerado, não como externo do meio das relações familiares, mas seguindo uma lógica específica, tal como argumenta Sahlins (2017). Na sua construção da “economia primitiva”, considero com três aspectos centrais a divisão social do trabalho: baixa, basicamente em termos de idade e sexo; a utilizava o ambiente doméstico como unidade de produção e de consumo e, por último, a ausência da noção de propriedade privada tal como na economia capitalista de mercado. Não considero que estou lidando com um grupo social que poderia ser qualquer coisa próxima de “primitivo”, numa concepção geral do termo, uma vez que não proponho uma constatação etnográfica de uma teoria geral de Sahlins. Considero que o autor debate, em grande medida, com a noção de escassez na economia capitalista, propondo um olhar para o seu duplo, a dita economia primitiva atrasada. Disso segue a proposta de considerarmos uma forma de vida baseada no trabalho doméstico e na economia, visando à subsistência, não seria somente viável, mas dona de uma abundância própria.

Ao fazer um comentário da economia capitalista pelo olhar de uma economia primitiva, Sahlins evidencia o próprio comentário da economia capitalista de mercado a respeito do que seria a economia primitiva e, conseqüentemente, do trabalho doméstico: corresponderiam a formas atrasadas e pouco eficientes de pautar o trabalho produtivo. É desta mesma forma, por exemplo, que os especialistas da economia de mercado inventaram uma “terra do escambo” enquanto uma espécie de “pré-história” da economia financeira (GRAEBER, 2011). Criar ambientes onde pessoas se relacionam enquanto trocadoras de mercadorias (GREGORY, 2015) significa recusar outros espaços de relação, outras redes de interdependência econômica (SILVA, 2017). No caso do trabalho doméstico, a recusa da contratação de parentes é considerada pelos especialistas como algo danoso, sob a alegação de que com estes não poderia se ter uma relação

estritamente profissional e voltada a resultados. Este é o caso de palestras e apresentações a respeito da educação empreendedora, abordadas no próximo capítulo.

O que se realiza dentro do ambiente doméstico deve ser pensado em termos de trabalho, como faz Federici (2019). Ao apresentar as razões pelas quais se faz necessário o reconhecimento monetário de que as mulheres desprendem de esforço físico e mental dentro do espaço doméstico, a autora aponta que não se trata de algo inerente à condição feminina. O trabalho doméstico entra na conta do mais-valor pela não remuneração das mulheres quando estas mantêm as condições de vida (criação dos filhos e manutenção da casa) no contexto em que os homens saem para trabalhar. No contexto do MEI aqui, aparece enquanto um trabalho a ser incorporado como processo de produção de mercadorias diretamente no ambiente doméstico. Considero doméstico o contexto produtivo diferente daquele do regime de mercadoria, seguindo o conceito de Marx (2013a). Ele é o espaço onde podem ocorrer circulações de coisas e pessoas dentro de regras do grupo familiar¹⁵.

O caso do casal vendedor de cocos aponta como o homem, apesar de se apresentar ali na interação do atendimento, sendo o responsável pela dianteira do negócio, dependia de uma articulação feita pela esposa para que a atividade se sustentasse. Enquanto o tema da competição com o vendedor rival, assim como do direito de ocupação da área pública compunham as demandas do esposo, a sua companheira ficava responsável pela gestão do dinheiro e pela troca das cascas por adubo com o vizinho. A partir da articulação de diferentes regimes de troca, não só na venda como no escambo com os vizinhos, esta última atividade se torna fundamental para que eles tivessem condições de dar um destino adequado para os restos de coco, o que era visto como um diferencial em relação à concorrência.

Proponho que o que emerge é um encontro de lógicas de trabalho distintas, uma operando a partir de divisões de gênero e por idade, a partir do que comumente se define enquanto atividades domésticas, e uma lógica de trabalho marcada pela noção de valor de mercado. No

¹⁵ Não é minha intenção definir à risca o que seriam regras de grupos familiares de forma extensa, mas são aspectos da vida que correspondem aqui a alguns pontos de forma aproximada: 1 - A um primeiro círculo de relações em uma estrutura social vista em conjuntos concêntricos (SAHLINS, 2017) 2 - Expressam relações de parentesco como formas de concepção de mundo e formação de pessoas (WAGNER, 1977) 3 - Podem exprimir formas de transmissão de autoridades em sistemas de linhagem (Radcliffe-Brown, 1950), autoridade esta que também se exprime na maneira como se coloca a relação entre o espaço doméstico e o espaço público (STRATHERN, 2014). De uma forma geral, este é visto aqui como um campo de relações, capaz de movimentar pessoas e coisas em torno de modos de produção que são capazes de se manter de forma independente de um sistema de produção voltado para o mercado, tal como aparece no contexto empreendedor.

caso, entretanto, a divisão social do trabalho, visando a produção de mercadorias, sobrepõe-se ao trabalho doméstico, retirando dele os meios de produção e dinheiro e, neste processo, mascarando uma intensificação do trabalho necessário para que se viva de forma digna. Estes são casos onde as esposas, muitas destas também com filhos, trabalhavam de casa, com intenso uso da internet, enquanto os companheiros se deslocavam nos atendimentos a clientes ou ficavam por conta de demais atividades não gerenciais. A partir das conversas que tive, também era comum que, mesmo quando ambos trabalhavam em atividades semelhantes, a mulher era quem mais “tomava conta” do dinheiro.

Sejam aqueles que resultaram em um contato direto nas entrevistas ou não, uma quantidade considerável dos atendimentos que observei, não envolviam somente uma pessoa, mas um casal que havia colocado o empreendimento enquanto uma atividade conjunta. Na maioria dos casos, as esposas eram quem assumiam a gestão da empresa, principalmente no que diz respeito às questões financeiras e o homem era quem desempenhava algumas atividades mais braçais ou aquelas fora de casa. O caso da venda de cocos foi escolhido como exemplo emblemático por movimentar muitas destas questões. À demandas como estas é somado o fato de que o espaço do autoatendimento mediado na Sala do Empreendedor de Santa Maria era feminino. Os casos que eu descrevo aqui, enquanto aqueles de maior mediação por parte de Patrícia e Sarah, são aqueles onde estavam presentes, de forma considerável, demandas partindo de ou dizendo respeito diretamente a outras mulheres.

4.4 Aposentadoria, Licenças e Adoecimentos.

Sugestões feitas durante o atendimento não se restringiam aos modos de contornar adversidades nos processos digitais, como era o caso de dívidas e dados nos cadastros. Alguns atendimentos também discutiam sentidos mais amplos do cadastro de MEI, através da via da aposentadoria e seguridade social num sentido amplo. A partir de sugestões dadas nos atendimentos, era reforçado que ser registrada como MEI permitia a muitas mulheres uma cobertura social, mesmo que elas não estivessem propriamente inseridas em uma atividade econômica. As sugestões de que, independentemente do volume de atividades, as pessoas deveriam aderir à seguridade social via MEI, era algo que não se restringia somente ao que era dito às mulheres, mas considero

estes casos mais importantes de serem vistos, pois envolviam maiores elaborações por parte das atendedoras.

A aposentadoria e o amparo oferecidos ao trabalhador é uma dimensão da relação entre dinheiro e trabalho que aponto aqui. Conforme também será abordado mais adiante, ser empreendedor quer dizer contar mais com investimentos financeiros do que com poupança, assim como contar mais com um montante acumulado do que com um benefício continuado prestado pelo Estado. No caso do MEI, a autonomia pessoal, como forma de acesso a benefícios, já se desenha no momento em que a contribuição mensal com o recolhimento do INSS é de responsabilidade total da pessoa. É desta forma que o INSS passa a ser um serviço que seria preciso “pagar” todo mês para depois poder recorrer ao amparo. Nota-se que apesar de lidarmos aqui com uma mesma instituição pública, o INSS, o fato da contribuição ser de atribuição da própria pessoa, podendo ser paga ou não, altera a relação com os benefícios à medida em que não se trata de uma cidadania exercida a partir das categorias profissionais (SANTOS, 1979), na qual quem trabalha já está colocado de antemão enquanto uma pessoa a ser coberta por um amparo social concebido pelo coletivo. Enquanto uma contribuição mensal, o acesso à seguridade social do MEI é mais facilmente comparada à compra de um serviço ou a um investimento financeiro.

Analisada como a compra de um serviço, a cobertura básica pelo INSS passa a ser escolhida também em termos de seu preço. “Cinquenta e poucos reais” era o que se falava comumente sobre o quanto precisava ser pago, uma vez que o valor passa por reajustes constantes a depender de quanto é cobrado pelas taxas que compõem o recolhimento do Simples Nacional, tal como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e segundo a variação do salário mínimo. Era desta forma que, em campo, sempre era apontado o fato de que tratava-se de uma contribuição muito barata, que “vale a pena demais”, como foi constantemente dito em campo. Era com bastante ênfase que conselhos sobre a contribuição mensal eram oferecidos, no sentido de apontarem que, independente dos rendimentos, seria sempre vantajoso manter o pagamento mensal. Desta forma, por exemplo, muitas mulheres possuíam MEI, mas diziam serem donas de casa, ou desempenhando atividades com pouco rendimento, que constavam no cadastro como “diaristas”, em muitos casos. Estavam, geralmente, com o pagamento das parcelas em dia e costumavam declarar nenhum rendimento nas declarações anuais. Um caso semelhante era o de costureiras e artesãs, que declararam rendimentos consideravelmente baixos, chegando, em

muitos casos, a afirmar que só tinham produzido para uso próprio ou para amigos e familiares.

Na esteira destes processos, empreender se afirma enquanto um processo de governança no campo dos direitos. É uma positivação social do transbordamento da economia de mercado para o ambiente doméstico e uma afirmação de si através da produção de mercadorias. Por parte do Estado, muito já vem sendo sinalizado na direção de ter nessas atividades um norte para tomada de decisão. Vejamos, por exemplo, as linhas da Constituição Federal, em suas partes mais abrangentes como uma maneira de ver como o Estado, enquanto essa comunidade imaginada (ANDERSON, 2006) define seus valores-guias para a população nele contida. Recentemente o termo apareceu recém-inserido no início do texto constitucional.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político. ¹⁶

Não é minha intenção uma reflexão a respeito do que define direito enquanto algo a ser normatizado por nossas instituições públicas, o que necessitaria de uma revisão própria no campo da antropologia do direito, sobre a qual a presente tese não possui meios de realizar de forma plena. O que gostaria de apontar é como a linguagem do empreendedorismo, enquanto um valor pessoal, está atualmente respaldada pela Constituição Federal, o que em si já diz muito a respeito da imbricação do papel desempenhado pelo Estado com aquele desempenhado pelo dinheiro na iniciativa privada. Assim, os investimentos privados e as iniciativas empreendedoras passam a ser os meios pelos quais as pessoas poderiam alcançar condições de vida digna.

Pretendo ver a relação entre direito e empreendedorismo e a assimilação de conceitos básicos da economia capitalista enquanto fenômenos interligados. Assim, uma pessoa que negocie suas condições de vida digna em relação ao poder público, em termos de investimentos privados, precisaria, antes de tudo, assumir no dinheiro uma entidade produtora de valor e garantidora de condições de vida futura, mais do que o trabalho em si.

¹⁶ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> (Acesso em 09/05/2022).

Assim, gostaria de chamar a atenção como a livre iniciativa passa a figurar lado a lado do trabalho enquanto valores fundamentais do Estado Democrático de Direito. No capítulo 3, pude desenvolver um pouco do que foi mais amplamente empregado enquanto valor do trabalho durante o século XX no Brasil, que era a noção de cidadania atrelada à ocupação profissional em setores determinados pelo Estado. Por exemplo, este valor do trabalho é explorado em termos de “pertencimento a uma família” em contextos industriais de meados do século XX (MOREL, 1989; MOURA, 2010). Passava pelo estabelecimento de uma solidariedade entre aqueles que compartilham de uma mesma categoria profissional diante do Estado. Atualmente, então, quais seriam estes valores sociais da livre iniciativa?

Pensando em seguridade social enquanto um direito social, é no cálculo do que seria mais vantajoso que direitos seriam negociados a partir da condição de empreendedor de si. Esta é uma forma diferente de pensar em atividades econômicas enquanto trabalhos reconhecidos pelo Estado e foco de políticas públicas (SANTOS, 1979; HOCHMAN, 1990). No caso do contexto doméstico, aquelas mulheres envolvidas em diversas atividades produtivas passam a “negociar” seus direitos enquanto empreendedoras. A negociação dos direitos é feita pela via do “valor social da livre iniciativa”, tal como se apresenta no texto constitucional.

O cenário social tende a ser apresentado de forma trágica, consumada, como se aceitar o fim da aposentadoria pelo Estado fosse estar diante de uma realidade nua e crua, mas sempre presente: nada seria garantido pelo coletivo e estruturas de distribuição de renda pelo Poder Público não funcionariam. Caberia a cada um valorizar o próprio trabalho, tanto em termos monetários na composição do preço, quanto em sentidos mais abstratos que a atividade possa ter, uma vez que o Estado lida com todas estas pessoas sob a rubrica de “empreendedores” e segundo novas diretrizes de valorização da livre iniciativa.

A cobertura social, a partir de uma lógica de contribuição individual, esbarra no problema que é o das condições gerais que a pessoa teria para lidar com o adoecimento e o processo de pedido de licença ao mesmo tempo. Pude acompanhar em campo, por exemplo, o caso de uma senhora que estava lidando com seu pedido de licença em decorrência de depressão. Havia começado a pagar o MEI em 2011 e feito os pagamentos em dia, até que precisou usar o auxílio-doença em 2017, quando um laudo médico atestou que estava inapta para o trabalho, por motivos de saúde mental. Conseguiu, então, o benefício que durou um ano. Em maio de 2018, quando o prazo

acabou, um novo laudo havia dito que ela não estava apta para trabalhar ainda, então deu entrada na ampliação do prazo. Entretanto, o pedido foi negado.

A complexidade da situação necessitou da presença de um especialista em direito previdenciário que também atuava como consultor das Salas do Empreendedor. Pude acompanhar algumas situações de atendimento onde estavam presentes o consultor, Sarah, Patrícia, a senhora e seu esposo, todos debruçados sobre seu “processo”. Havia neste caso, uma grande confusão na sua situação de inapta para o trabalho, pois havia sido identificado que, enquanto aguardava por uma nova decisão da justiça, havia pago a contribuição mensal regular. Assim, para o sistema, ela havia feito uma declaração de que estava trabalhando, pois após o fim dos benefícios, havia feito um pagamento, o que atestaria que estaria ativa no mês em questão. Manter a regularidade nos pagamentos era o que havia sido feito desde o começo de seu MEI e era uma condição para que o INSS olhasse para a senhora enquanto uma pessoa apta para receber o auxílio. Entretanto, o que deveria ter sido feito, segundo o conselho dado ali, era não ter pago as parcelas até que o processo tivesse se esgotado, pois estavam recorrendo da decisão desfavorável. Os pagamentos incorretos haviam sido feitos por receio de que não conseguissem manter a condição de cobertura social. Enquanto todo o processo era analisado e o cenário ia se montando, a mulher presente não podia esconder sua frustração e, em repetidas vezes, lembrou-nos de como estava doente.

Empreender enquanto assumir riscos se torna um discurso muito coerente com um contexto de diminuição do Estado e retirada de benefícios oferecidos. Mesmo aqueles auxílios que continuam na alçada do MEI, tornam-se agora de mais difícil acesso pela quantidade de processos acumulados na mesma pessoa. Esta pessoa sobrecarregada e adoecida não é vista como alguém “desassistido”, mas enquanto um sujeito autônomo que assume os riscos que seriam incontornáveis. Processos de precarização são tomados como desafios a serem encarados pelos empreendedores de si mesmos (LAZZARATO, 2012, p. 50).

Este desencantamento proposto quase como um “despertar” para as “verdadeiras circunstâncias” de um “mundo sem garantia de nada,” refunda-se naquilo que Foucault vai afirmar a respeito da Ciência Econômica enquanto um mecanismo de produção de verdades (FOUCAULT, 2008), sendo uma destas a de que a pessoa precisaria lidar com tudo relativo ao seu trabalho por conta própria, mesmo que não se tenha as condições para fazê-lo. Pedir para que as pessoas entendam como o trabalho de cada um é valorizado pelo mercado e, de maneira acentuada,

como garantir um futuro cada vez mais incerto contrasta com o que seria o trabalho em si, o desgaste cotidiano para manter a subsistência, a vontade de ajudar membros do grupo familiar, as atividades de trabalho e cuidado no ambiente doméstico, os processos de adoecimento físicos e mentais. Estes seriam problemas “pessoais” que deveriam afastar do MEI, que é o domínio da empresa e que deveria recorrer a lógicas próprias. Assim, seria necessário adentrar o mundo do empreendedorismo a partir do que os especialistas aqui têm chamado de “oportunidade”, não enquanto o domínio das necessidades imediatas.

Muitas das “adversidades” a serem encaradas pelos empreendedores, tendo como MEI o foco, são os próprios pressupostos do empreendedorismo: a necessidade de separação dos processos de trabalho entre uma lógica doméstica de menor valor, relacionado somente a uma subsistência e não a uma “verdadeira” vocação empreendedora. Tais assertivas, entretanto, tornam-se vagas quando são confrontadas com situações reais onde diferentes regimes de valor se mostram presentes. Negociações a respeito de quais condições de vida gerais podem ser acessadas pelos MEIs se perdem diante de visões caricaturais do que seria o próprio trabalho: ócio ou enriquecimento, sendo os verdadeiros vencedores aqueles que conseguem fazer os dois de forma quase mágica. Essas visões simples do que seria trabalho e dinheiro e, de certa forma, risco, não é uma “descomplicação” da economia que agora poderia ser apropriada pelas próprias pessoas e seus regimes de valores localizados, mas um processo de fechamento das cortinas dos bastidores dos processos de trabalho que Marx (2013a) se esforçou para escancarar.

Neste capítulo, estive muito preocupado em descrever como as pessoas lidavam com aquelas que podem ser entendidas aqui como as “obrigações” de MEI, com aqueles compromissos firmados com a administração pública no momento em que faziam o registro de empreendedores individuais. No próximo capítulo, dou destaque para os momentos nos quais o empreendedorismo é pensado em termos de “aspirações” e de atribuição de valor ao dinheiro e ao trabalho.

5 Confrontando Mundos Econômicos

Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção.

Karl Marx, *O Capital, Livro I*

Se no capítulo anterior abordei quais eram compromissos atrelados à condição de MEI, faço aqui uma reflexão acerca das “aspirações” também imputadas a esta atividade econômica. O quarto capítulo apresentou como muitas destas pessoas, ao terem contato com o Estado, adentraram um universo de questões econômicas a serem confrontadas e assimiladas. A partir do momento em que se tornam empreendedoras, precisam estar atentas aos calendários, às declarações e demais obrigações referentes à entidade empresarial criada. Uma das primeiras informações que me foram passadas sobre as demandas em relação a serviços do SEBRAE era de que, em muitas das palestras oferecidas pelo mesmo, as pessoas deixavam as salas no momento em que iria ser discutido o senso de responsabilidade necessário para empreender. Propunha-se que muitas pessoas que procuravam ajuda da instituição estariam “somente interessadas nos benefícios”.

Conforme apresentei no segundo capítulo, empreender se torna algo a ser pensado como articulação e expansão do sistema econômico capitalista de mercado, assim como, a partir da década de 1970-80, é um conceito usado para pensar em atividades autônomas na alçada de políticas econômicas. Estas duas, digamos, “faces” do termo, podem ser aqui tomadas a partir da metáfora de Hart (1986) sobre como os dois lados de uma moeda, apresentando tanto sua denominação de valor quanto sua “face” ilustrativa das instituições de Estado que garantem legitimidade ao dinheiro. Segundo o autor, ambos os lados estão presentes: a matemática financeira e instituições políticas. Da mesma forma, empreender é uma atividade que precisa

ser pensada em combinação semelhante. De um lado vemos elementos técnico-científicos de uma matemática financeira, herdeira e numa noção de economia enquanto modelos fechados e circulares de oferta e demanda, como apontam tanto Schumpeter (1983) como Dumont (1982). O uso de computadores e da internet enquanto meios de garantir uma popularização de instituições financeiras no cotidiano é um exemplo de instrumentos técnicos do tipo. De outro lado, temos arranjos políticos que identificam os empreendedores “em potencial” entre aquelas pessoas envolvidas em atividades autônomas de pequeno porte. Pelas estruturas de Estado, tal como qualifiquei nos atendimentos, MEIs compartilham tempos e eventos que marcam, por exemplo, a possibilidade de acesso à seguridade social.

Assim como é definido no exemplo de Hart (1986), já apresentado no segundo capítulo, uma única “face” de um processo econômico não tem capacidade de se sustentar por si só. Ou seja, nem sistemas técnicos de contabilidade financeira e nem aspectos políticos de propostas econômicas existem em isolamento. Deste modo, apesar de na Sala do Empreendedor as atividades estarem mais voltadas para aspectos técnicos e burocráticos do registro de atividades autônomas, de tempos em tempos as pessoas atendidas também tinham contato com o que eu venho desenhando nesta tese como o posicionamento de especialistas no campo do empreendedorismo. Estes especialistas são aqueles que articulam teorias que pensam economia enquanto processos de alcance mais amplo e que também são capazes de mover questões ontológicas do capitalismo (KORDELA, 2013), pois apontam a legitimidade da existência de um mundo econômico onde as pessoas precisam se encaixar e se adaptar às expectativas sobre o que é trabalho, dinheiro, casa e família, para citar alguns exemplos.

Como a necessidade de fomentar empreendedorismo incipiente encontra as pessoas na outra ponta é o que será visto aqui. Faz-se existente no contexto de Santa Maria, onde muitas destas pessoas adentravam à categoria de “empreendedora” sem necessariamente estarem envolvidas necessariamente com “empreendimentos”, como era bem exemplificado no caso das donas de casa e artesãs que somente faziam o pagamento da seguridade social. Para além das obrigações imputadas ao MEI, evidenciadas na relação com o Estado, é preciso falar também sobre como o envolvimento com a condição empreendedora articula projetos de futuro e de reformulação de si. O que é apresentado como “desinteresse” no empreendedorismo ganha uma nova dimensão se considerarmos que muitas destas pessoas são empreendedoras somente no nome, pois esta é

justamente uma classificação que o Estado adota para qualificar os menores negócios.

Este capítulo também tem como objetivo retomar discussões de ordem mais ampla, tal como aquelas abordadas no segundo capítulo, lançando perguntas sobre como o empreendedorismo molda relações a partir de uma noção de trabalho num sistema capitalista de mercado. Estas relações gravitam em torno da necessidade de positivar, de valorizar a atividade empreendedora como algo com valor em si, principalmente quando assertivas são lançadas a respeito da autonomia dos sujeitos econômicos. Como procurei apontar no segundo capítulo, esta positivação manter-se-ia a despeito do lucro direto a ser obtido, sendo mais importante um certo engajamento pessoal e a promoção da inovação enquanto introdução de novas mercadorias ou de novas tecnologias nos modos de produção (SCHUMPETER, 1983).

Os casos aqui apresentados relacionam o empreendedorismo com a visão do Estado e de especialistas em situações onde operam assimetrias de conhecimento. Esta assimetria classifica entraves na vida social do empreendedor e direciona comportamentos, agindo como uma pedagogia econômica (SILVA, 2017). As palestras são momentos durante os quais se constrói a performance da assimetria de conhecimento no campo empreendedor e se estabelece a posição de “especialista” ou “portador das experiências de sucesso” diante de uma audiência a ser conduzida.

O empreendedorismo é visto aqui como uma questão referente à inovação no mercado e para o mercado e um modo de ser para o indivíduo. Este passa a ter que se afirmar enquanto pessoa à medida em que se afirma enquanto empreendedor, agente acostumado a lidar com incertezas. Enquanto agente promotor da inovação, a pessoa empreendedora precisa ser capaz de trazer objetos e práticas para o campo da mercadoria, ou esfera de troca das mercadorias (BOHANNAN, 1955). Enquanto reorganizadora dos meios de produção, seria alguém disposto a experimentar novas combinações nos processos de trabalho. Ser MEI autônomo, “empreendedor de si”, faz com que além das funções a serem desempenhadas em uma economia de mercado, a pessoa seja, ela também, a principal força de trabalho do processo produtivo.

Aulas e palestras são situações de entrada de pessoas de fora da Administração Regional de Santa Maria, quando o “SEBRAE” deixa de ser representado somente pelas duas mesas do atendimento na Sala do Empreendedor e passa a ser personificado também por alguém de fora de Santa Maria, que chegava ali com o propósito de trazer dicas e exemplos do mundo empreendedor para o público interessado em geral. Abordo, em detalhes, um dia de palestras

que pude acompanhar dentro da Administração Regional e o contato que tive com uma turma do curso de confeitaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), também de Santa Maria.

5.1 Como Administrar seu Negócio

As palestras foram realizadas no auditório da Administração Regional, com a utilização de alguns equipamentos para a projeção de imagens em uma das paredes, fornecidos por uma empresa contratada pelo SEBRAE. Uma vez iniciada a palestra da manhã, intitulada: “Como administrar seu negócio”, o consultor contratado pelo SEBRAE tratou de se apresentar, assim como também fizeram as atendentes da Sala do Empreendedor Patrícia e Sarah, posicionando-se ao lado do palestrante. Quando sua fala teve início, havia cerca de 15 pessoas no local, sendo somente um homem. Muitas das atendentes da palestra eram alunas do SENAC ao lado, cursando aulas dos cursos de confeitaria e depilação. A professora da turma de confeitaria, presente, também se apresentou e disse que pretendia trazer uma terceira turma naquele mesmo dia.

Conforme o palestrante perguntou mais sobre a plateia, 4 pessoas disseram já serem empreendedoras, com MEI registrado. Uma quantidade maior de pessoas havia dito que fazia alguma coisa para ganhar dinheiro autonomamente e sem registro. Pelo menos duas mulheres disseram que faziam bolo no pote, uma forma de venda de confeitaria em porções individuais. Quando ouviu as mulheres relatarem como já ganhavam dinheiro fazendo comida, o palestrante contou a “história de uma empreendedora de sucesso”. Ela havia trabalhado na Secretaria de Saúde do Distrito Federal e começado vendendo comida, assim como elas. Por ela trabalhar em um emprego fixo, ao mesmo tempo que possuía uma pequena complementação de renda, foi ressaltado que ela “não sabia que tinha um negócio”. Ela só foi perceber, pelo que disse, quando viu que a venda de chocolates passou a dar mais dinheiro do que o próprio salário.

Havia a necessidade de demonstrar como aquelas mulheres ali poderiam já ter um negócio, mesmo se este não estivesse formalizado ou se não gerasse uma renda suficiente para que esta relação se tornasse evidente. O primeiro exemplo, da vendedora de comida, diz que seria preciso reconhecer a existência de um negócio nas pequenas atividades de complementação de renda, mesmo que esta atividade não oferecesse ganho significativo e mesmo que a pessoa já tivesse

algum trabalho fixo. A pessoa precisaria conhecer suas aptidões pessoais enquanto possibilidades de início de um empreendimento.

Em certo momento, uma mulher levantou a mão para perguntar se ele “ia falar sobre o MEI”. Com isso, ela deu a entender que gostaria de saber sobre aspectos operacionais do cadastro, das condições gerais da categoria, mas o palestrante disse que não havia sido contratado para tal, mas que iria falar de algo semelhante, que seria “como gerenciar o MEI”, que “viria logo após a abertura” do mesmo. Definiu-se, então, que esta seria uma palestra de tom mais motivacional do que direcionada a termos e situações técnicas específicas. Este também era um ponto associado à gratuidade da palestra, pois um evento como este funcionava também como um convite para conhecer outros produtos pagos oferecidos pelo SEBRAE. A palestra “Como gerenciar seu Negócio” partia da necessidade de explicar como os aspectos gerenciais devem ser tomados como base para toda pessoa interessada em abrir um negócio ou para quem já trabalha com tal atividade. Ou seja, antes de tudo, era preciso aprender a gerenciar.

Partindo do exemplo das pequenas vendas de comida, a palestra frisou o tema da superação de dificuldades através da venda de algo que tivesse alguma demanda. Tal pensamento poderia ser resumido pela frase dita em seguida: “Enquanto uns reclamam, o empreendedor vende lenço para o chorão“. Seria preciso, assim “enxergar as oportunidades”, pois “uma necessidade seria somente uma forma de tentar se sustentar”. Uma oportunidade seria algo que “geraria retorno de forma direta”, algo onde o ganho seria certo, porque estaria ligada diretamente ao que seria preciso ser fornecido para o mercado. Para exemplificar, contou a história de um rapaz que projetou um aplicativo para ver o horário do ônibus no Rio de Janeiro, a fim de não precisar ficar na parada de ônibus esperando muito tempo. Ele, então, vendeu o aplicativo para as empresas de transporte público e ganhou bastante dinheiro. Segundo a história contada, ele teria se tornado milionário aos 18 anos.

A partir dos casos apresentados pelo palestrante e o exemplo da vendedora de bolo no pote na plateia, o palestrante lançava ênfase nos resultados obtidos e não nos contextos nos quais as atividades se desenrolam. Primeiro, temos o caso da venda de comida por uma mulher em seu próprio ambiente de trabalho, em uma atividade autônoma que pôde ser mantida, estando “coberta” pelo salário que já se recebia ali. Somente depois de um tempo, com as duas atividades estabelecidas, foi possível tomar a decisão de seguir apenas com o negócio, quando era possível

ver ganhos consistentes no horizonte. Apesar disso, a história contada a partir do ponto de vista do palestrante servia para afirmar como que ela teria se tornado empresária não por causa do trabalho assalariado, mas a despeito dele. O exemplo do aplicativo de ônibus seria o caso ideal de alguém que teria aplicado imediatamente suas aptidões para algo desejado pelo mercado, pois algo reforçado foi a velocidade com a qual ele criou o *software*. Entretanto, não foi dito como ele havia obtido a formação e como ele pôde custear a ideia de uma forma geral.

Seja de modo gradual, como no caso da funcionária da Secretaria de Educação ou de modo rápido, como no caso do jovem programador, o objetivo de quem empreende seria sempre descobrir o que de si poderia ser oferecido ao mercado e oferecê-lo o quanto antes. Considerando trabalhadoras autônomas enquanto “empreendedoras em potencial”, há uma necessidade de que as mesmas pessoas façam uma inspeção em si mesmas, atrás de objetos e práticas que possam existir no mercado.

5.1.1 As entidades da economia de mercado

“Será que vale a pena investir em algo que não dá lucro? E se tiver demanda mas não estiver com o preço bom?”: foram duas frases que abriram o tópico a respeito da formação do preço da mercadoria vendida. Nesse momento, muitas mulheres do curso de confeitaria começaram a conversar entre si. Assim que o palestrante mostrou interesse no assunto delas, contaram que estavam se referindo a uma colega que vendia seus produtos muito baratos, que “pagava para trabalhar”. Foi assim que a palestra passou a apontar como seria importante levar em conta o “trabalho próprio investido”. Colocar demasiado esforço em uma atividade que não tivesse rendimento seria algo muito danoso para o negócio.

Transparece na “formação de preço” o modo pelo qual o trabalho precisa ser contabilizado, não a partir da atividade para a pessoa em si, mas a partir de uma noção de trabalho abstrato socialmente médio (MARX, 2013a). Assim, após o reconhecimento da necessidade de gerenciar o trabalho e de empregar suas aptidões em forma de produto a ser ofertado, seria preciso dosar o tempo pessoal na atividade em relação ao quanto que seria gasto, enquanto trabalho abstrato para a produção daquele objeto ou oferta daquele serviço dentro deste ambiente que seria o mercado. O caso de venda de comida parecia ser mais evidente neste processo. Uma entrevista que pude

realizar, durante os atendimentos, foi com uma senhora que havia relatado a dificuldade que tinha para conseguir estabelecer um preço para a comida que servia durante o jantar na porta de sua casa. Para ela, era de fato um sofrimento ter que pensar no preço da comida ao montar os pratos, principalmente quando a pessoa pedia para “colocar mais um pouco”.

Em diversos momentos da palestra foi apontada a necessidade de “colocar no mercado” esta série de coisas e práticas que estavam “fora” como *hobbies* ou não “totalmente inseridas”, como as atividades de complementação de renda. O posicionamento do consultor mediante as questões que eram trazidas, construía uma fronteira entre domínios, ou “esferas” da vida econômica, para usar um conceito de Bohannan (1955), onde distintas moralidades deveriam ser assumidas. Dar e receber comida tem um sentido de troca distinto daquele necessário para sucesso na sua oferta enquanto mercadoria com valor de troca (MARX, 2013a) e, *mutatis mutandis*, também era necessário que qualquer renda que fosse gerada, saísse do âmbito da “mera subsistência” para o das “oportunidades do mercado”.

A criação de uma entidade separada da pessoa empreendedora em si e todas as benesses e problemas que daí decorreriam era o que compunha o cerne tanto das palestras quanto nos atendimentos ao MEI. Assim, a pessoa precisaria entender o registro de MEI enquanto o momento da criação de algo a ser “cuidado” pela pessoa. Os desencontros surgidos nos atendimentos são somados ao posicionamento de especialistas para construir o problema da “má utilização” do registro de MEI. Muito do que pude observar, por exemplo, no cadastramento do programa Pequenos Reparos, também se repetia em diversos outros momentos: a necessidade de explicar que o trabalho individual a ser contratado devia ser executado com a mediação de uma empresa. E esta não poderia ser qualquer empresa, mas uma aberta pela própria pessoa. Mesmo que a pessoa, por exemplo, desse seu próprio nome para a razão social do CNPJ, nascia ali uma nova entidade econômica empresarial que precisaria ser considerada como qualquer outra. O modo pelo qual todas as empresas poderiam ser consideradas em mesmas condições foi algo frisado na palestra.

Sendo uma outra entidade, era preciso entender que a empresa continuaria existindo, independentemente se houvesse serviços contratados ou vendas realizadas. Representava um comprometimento que se estende no tempo, cujas implicações não ficavam evidentes em todos os casos. Desta forma, uma quantidade considerável de cadastros eram feitos em situações em

que as pessoas não estavam, deliberadamente, querendo dar início a novas atividades. Em muitos casos, o que pesava era a necessidade de conseguir vaga em algum processo seletivo, seja de contratação de empresas privadas ou tal como nos editais do GDF, contratos de prestação de serviço para o Estado. Em outros momentos, as pessoas haviam sido convencidas que seria melhor, independentemente da atividade realizada, aderir à categoria de MEI enquanto um instrumento de garantia de direitos no campo previdenciário, por exemplo. Assim, entre uma visão estabelecida por especialistas em torno do que seria “empreender” e as motivações concretas que levam as pessoas a adentrarem à categoria empreendedora, há um conjunto de práticas que, de maneiras distintas, precisam reconhecer a existência de uma nova entidade representada pelo CNPJ.

Utilizo o termo “condição ontológica” para atentar para o modo pelo qual a entrada no campo do empreendedorismo significa aprender sobre um novo regime de existência. Sigo aqui a partir da definição da filosofia, em seu ramo que se dedica ao estudo das condições para que algo exista (JACQUETTE, 2002). Uma proposta neoliberal de coletivo passa por uma afirmação do que é possível existir para além dos limites do indivíduo. Políticas voltadas para os fortalecimentos de sentimento de comunidade seriam, assim, tidos como equívocos, pois o que deveria ser valorizado, por sua vez, seriam o mercado e a iniciativa privada. Dessa forma, um certo desencantamento do mundo passa a ser um dos primeiros passos a ser tomado pelo empreendedor. Este regime de condições de existência apresenta um contexto de empresas e pessoas movidas por interesses individuais. Aprender a ser empreendedor seria, então, uma forma de “reaprender” a condição de existência de um mundo com concepções próprias de Estado, dinheiro, trabalho, família¹.

¹ Na antropologia, Charbonnier, Salmon e Skafish (2016) aponta que a questão de entender quais são os “mundos” existentes nas diversas culturas foi algo sempre presente, desde sua tradição vitoriana e da França no final do séc. XIX. A “virada ontológica” na antropologia, simbolizada por autores como Descola, Viveiros de Castro (Viveiros de Castro, 2002; Viveiros de Castro, 2004) e Marilyn Strathern. (STRATHERN, 1992) evoca a necessidade de considerar uma vivência de mundo onde a separação entre natureza e cultura não é operante, tal como seria de tradição ocidental, esta própria a “mãe” da antropologia. Numa tradição da antropologia preocupada em apresentar o exótico de uma ontologia social de grupos que não consideram o mundo “tal como a sociedade do antropólogo aponta”, a questão passa a ser de uma sensibilização dos pares para a suposta insuficiência dos modelos analíticos e de uma “abertura” para concepções mais “radicais” de diferença, que agora não seria no nível cultural, mas no nível ontológico, o que em si pode ser mais um deslocamento de sentido, porém ainda dentro de uma definição de pluralização de manifestações do humano mediante um mundo físico comum. Creio que a discussão sobre cultura/ontologia corre o risco de dar voltas ao redor de si mesma, se não for considerado que a realidade do antropólogo está constantemente se refazendo e se contradizendo, e estas questões precisam estar em evidência. Assim, estou mais inclinado na direção dos apontamentos de Wagner (2010): se uma antropologia quer entender os modos pelos quais outras sociedades “inventam” (para usar um conceito do autor,

Há uma necessidade de se considerar o caráter ontológico do capitalismo em Marx, pois as commodities, além de objetos, são signos (KORDELA, 2013, p. 16). O que Marx (2013a) aponta como uma ontologia do capital pode, de fato, ser intimamente ligado à sua concepção de mercadorias presentes logo no começo de *O Capital*, que creio ser de onde Kordela (2013) reúne seus apontamentos sobre o autor. Este “mundo das mercadorias” do qual parece falar Marx, aponta para um processo onde objetos passam a existir e circular em decorrência de um mercado pautado pela existência de valores de troca, atrelados a um denominador comum que é o trabalho social médio ou trabalho abstrato. Assim, considerar o mundo enquanto um lugar (cada vez mais) permeado por mercadorias é receber uma miríade de novos objetos a serem incorporados na vida, ao mesmo tempo em que se aprende que “trabalho” é algo que não reside na capacidade de se tornar uma unidade abstrata e distanciada dos contextos de envolvimento pessoal (e corpóreo) como o trabalho.

The epoch of secular capitalist modernity is governed by two premises regarding its historically concrete manifestation of being. The first follows from the fact that the mode of capitalist production commodifies everything, that is, it bestows on any concrete being a double ontological quality, as both a material object of utility and an abstract exchange-value that represents it to all other beings as the measure determining its exchangeability with them (KORDELA, 2013, p. xi)².

Murphy (2017), por sua vez, aponta que a ontologia do capitalismo pressupõe dar vidas aos diversos “fantasmagramas”, que são como agregados de dinâmicas sociais ao redor de índices como o Produto Interno Bruto - PIB, *Gross Domestic Product - GDP*, em inglês.

In other words, we came to live in a world that shimmers with economic forces brought into relief through practices of quantification that do more than just aggregate, measure, and model with number. The macroeconomy is miraculated for us through measures like GDP that operate as *phantasmagrams*, quantitative practices that are enriched with affect, propagate imaginaries, lure feeling, and hence have supernatural effects in surplus of their rational precepts. The term *phantasmagram* draws attention to the felt and astral consequences of social

em contraposição a um processo de convencionalização) sua concepção de vida social, não sendo somente uma “interpretação”, mas um jogo de construção de objetos, assim como de meios. A antropologia também precisa, ao mesmo tempo, apresentar as condições pelas quais ela também “inventa” a sua própria cultura no processo. Em outras palavras, é preciso olhar para o capitalismo não como um processo de produção de “representações sobre o mundo”, mas de mundos em si, com premissas, lógicas e questões próprias. Estes são inventadas constantemente, inclusive pelo antropólogo em sua pesquisa.

² “A época da modernidade capitalista secular é governada por duas premissas relativas à sua manifestação de ser historicamente concreta. A primeira decorre do fato de que o modo de produção capitalista comodifica tudo, ou seja, confere a qualquer concreto uma dupla qualidade ontológica, como objeto material de utilidade e um valor de troca abstrato que o representa para todos os outros seres como medida que determina sua permutabilidade com eles (tradução nossa).”

science quantitative practices, such as algorithms, equations, measures, forecasts, models, simulations, and cascading correlations. [...]. Phantasmagrams conjure ineffable realms that can take shape as a collective phantasy in excess of the representational and logical limits of quantification practices themselves (MURPHY, 2017, p. 24)³.

A necessidade de se considerar o PIB enquanto um índice “vivo” na vida cotidiana demonstra como ritmos de uma economia de mercado nacional não são autoevidentes, mas precisam ser “imaginados” coletivamente por meios de comunicação (ANDERSON, 2006). É preciso dar a estes ritmos do mercado nacional uma existência pessoal para quem adentra a categoria de microempreendedor, uma vez que é preciso “cuidar” de uma nova entidade. A existência de calendários comuns à categoria de MEI não é algo palpável imediatamente, para citar um exemplo dos atendimentos. Salvo algumas situações específicas, o MEI não existe fora de um período a ser mensurado, declarado e pago. O CNPJ que se abre passa a existir enquanto uma “pessoa” (jurídica), cuja existência pressupõe um custeio fixo mensal e uma necessidade de declarar anualmente qual foi o seu rendimento por período.

Voltando para as palestras, estes compromissos firmados no registro de MEI e bem evidenciados nos atendimentos se unem a imagens vindas do mercado, como preço, competição, contratação. Além de um senso de responsabilidade levantado nos atendimentos, as palestras abordavam, de forma considerável, o tema da competição dentro de uma economia capitalista. Destaco que temas como estes são acionados em narrativas que não questionam desigualdades sistêmicas ou condições de trabalho, mas se baseiam em imagens simplificadas do que seria trabalhar e, por consequência, empreender.

5.1.2 Trabalho e Investimento

As ditas boas práticas no trabalho empreendedor foram mencionadas com frequência durante a palestra e estas eram efetivamente representadas pelo exemplo que acabou sendo o mais

³ “Em outras palavras, viemos a viver em um mundo que brilha com forças econômicas trazidas em relevo através de práticas de quantificação que fazem mais do que apenas agregar, medir e modelar com número. A macroeconomia é milagrosa para nós através de medidas como o PIB que operam como *phantasmagrams*, práticas quantitativas que são enriquecidas com afeto, propagam imaginários, seduzem sentimentos e, portanto, têm efeitos sobrenaturais em excesso de seus preceitos racionais. O termo *phantasmagrama* chama a atenção para o sentido e as consequências astrais das práticas quantitativas das ciências sociais, tais como algoritmos, equações, medidas, previsões, modelos, simulações e correlações em cascata. [...]. *Phantasmagrams* conjuram reinos inefáveis que podem tomar forma como uma fantasia coletiva que excede os limites lógicos e representacionais das próprias práticas de quantificação (tradução nossa).”

emblemático do dia: o pipoqueiro de Curitiba. Este comerciante, estrela de uma matéria jornalística, era o ponto alto dos casos contados ali. O vídeo preparado pelo palestrante reforçou sua preocupação com a qualidade da imagem projetada no mercado. Foi com bastante expectativa que o vídeo foi exibido, onde mostrava um pipoqueiro que se destacava pela variedade de sabores de pipoca e, principalmente, pela limpeza do carrinho e dos objetos utilizados. O exemplo era bem emblemático para muito do que a palestra se propunha a dizer: uma atividade, a princípio simples como a venda de pipoca, seria bem sucedida quando acompanhada de uma postura específica. A sujeira das paradas de ônibus, no centro da cidade, demonstrava o quanto era absoluta a limpeza das ferramentas de trabalho e a simplicidade do preparo da pipoca enfatizava a complexidade dos apetrechos que a acompanhavam. A disposição da pessoa em positivar a mercadoria para a venda girava em torno da noção de “agregação de valor”, tal como foi dito ali, pois seria preciso “agregar valor para não ser mais um vendedor”. O vídeo contava como ele ficou famoso porque tentava ser o melhor pipoqueiro do Anel Central, região central de Curitiba.

A separação entre domínios da vida econômica, atravessados rumo a um caso de sucesso empreendedor é evidenciado pelo tempo gasto na preparação do espaço de trabalho, pela limpeza dos instrumentos e materiais e pela associação da sua mercadoria a algumas outras, como o que compunha o “kit higiênico”, junto da pipoca: guardanapo de papel, palito de dente e fio dental. A higiene é o carro chefe da “agregação de valor” da pipoca, ao mesmo tempo que também é um ritual de purificação da própria comida em direção a uma mercadoria que pode ser mais “confiável” para quem consome e mais “criativo” ao agregar outros produtos à sua mercadoria. O uso da higiene, como um tema central das práticas econômicas, ali dialoga com um aspecto amplo da sociabilidade através da separação do puro/impuro (DOUGLAS, 2001). Desta forma, a “purificação” da comida transformada em mercadoria não é um exemplo qualquer, ainda mais quando apresentado para um público com várias pessoas que vendiam comida. A partir deste caso, o palestrante apontou a necessidade de inclusão de práticas do mercado e de adoção de determinadas aspirações de qualidade, enquanto basilares para o processo de tornar-se empreendedor.

Quando uma senhora perguntou sobre o que ela podia fazer para melhorar seu negócio de depilação, o palestrante evitou dar uma receita pronta: “me diga você o que pode ser feito”. Devolveu a mesma pergunta para a pessoa que a havia feito, o que gerou silêncio e uma certa

confusão. Depois de uma pausa, citou o caso de um salão que contaria com uma cadeira de massagem para as clientes que aguardavam a vez. Este negócio, que pertencia a uma mulher em Ceilândia-DF, havia lhe rendido o prêmio de “mulher empreendedora” em uma ocasião que ele não havia especificado. Assim, a cadeira de massagem foi mencionada e muitos comentários borbulharam entre as participantes. O primeiro foi a respeito do preço, que seria por volta de sete mil reais, pois era algo que algumas, ali, já haviam pesquisado. Certamente foi um exemplo conhecido das mulheres e isso gerou mais contestações. O palestrante não comentou nada a respeito do preço, do investimento que precisaria ser feito para que um salão possuísse uma dessas cadeiras. Optou por falar que seria preciso agregar valor para a clientela, o que poderia ser feito para que “as pessoas se sentissem bem tratadas”.

Perguntaram a ele o que ele teria a dizer a respeito de quem “trabalha sozinho e não tem tempo para si, que não tem tempo para viajar nem fazer mais nada”. Como resposta, disse que tinha 8 empresas em seu nome e que ele viajava de férias, porque “o negócio precisa funcionar sozinho”. Assim, “se a empresa é igual a pessoa, isso está errado”, pois “gerenciamento é isso, é conseguir transformar o negócio como se fosse uma engrenagem”. Engrenagem essa que teria por primeira função ser independente do operador. O volume de trabalho a ser realizado não seria um problema, desde que fosse bem organizado. “Não existe negócio ruim. O que existe é má gestão”, foi o que disse ao apresentar quais seriam os seus tipos: estratégica, financeira, de processos, de marketing de vendas e de pessoas. O tema da gestão foi acompanhado por uma grande quantidade de informações nos *slides*, que muitas pessoas trataram de fotografar com o celular. Nesse momento, o palestrante disse que tal ação não seria necessária, pois ele iria mandar o material para todos os presentes, passando seu *e-mail* no final do evento.

A contratação de familiares foi algo que gerou bastante discussão entre quem estava assistindo a palestra. Segundo foi dito ali, “não se contrata quem você não pode mandar embora”, pois “isto é negócio, não é caridade.”. A relação de trabalho enquanto algo que serviria para ajudar as pessoas que precisam de dinheiro, no contexto familiar, tece um paralelo no que foi dito anteriormente sobre “necessidade X oportunidade”. Se uma pessoa estivesse entrando na atividade empreendedora com o intuito de prestar algum tipo de ajuda, de suprir alguma carência material para si ou seu grupo familiar, este seria um erro. Diferentemente de outras dicas passadas, que eram recebidas com acenos positivos com a cabeça, esta não pareceu ser um

consenso entre quem assistia. Para elas, conforme percebi nos comentários, ajudar alguém da família seria algo importante. A fim de convencer as opiniões divergentes, o palestrante deu seu exemplo pessoal. Disse que era “baiano de pai e mãe” e que sabia que alguém da família dele, em algum momento, pediria para ele contratar um primo da Bahia. Isso seria ruim, pois, segundo ele, esta seria uma pessoa que não poderia ser demitida, porque poderia muito bem dizer algo como: “você não manda em mim”. Em mais alguns momentos da palestra, evocava a imagem de sua família baiana: preguiçosos em relação ao trabalho, que prefeririam “ficar na rede”.

As novas colocações a respeito da contratação de familiares não evitou que mais ruídos se acumulassem e foi possível notar considerável insatisfação de quem assistia. Para isso, uma frase foi dita de forma que parecia estar pronta para uma situação dessas: “Quem quer ficar na zona de conforto, vai fazer concurso público”. Evocou a imagem de uma pessoa que ficaria em casa, assistindo *Netflix* o dia todo como uma espécie de “anti-empresendedor”: pessoa pouco ativa, acomodada. Uma destas “zonas de conforto” corresponderia à própria família, à própria vontade de dar emprego para pessoas com algum grau de parentesco. Seria necessário arrumar “coragem” para poder demitir um parente da mesma forma que era preciso resistir à tentação de um emprego público, que ofereceria muito tempo livre. Ambas as motivações não seriam válidas, pois não corresponderiam a uma pessoa inserida nas práticas empreendedoras, que deveria ser tão criativa quanto objetiva nas relações de competição no mercado e de formação de preço do trabalho.

Garantias futuras de inúmeras naturezas acabavam sendo encaixadas nas diversas “zonas de conforto” das quais devia-se fugir para se empreender, pois “lá fora não existe INSS, lá fora, cada um guarda a sua própria aposentadoria”. Assim, foi sendo construído um contraste muito grande entre o “nós X eles” para enfatizar que as pessoas, no Brasil, dependeriam muito da expectativa de aposentadoria. Este é um argumento que se encaixa nos posicionamentos do SEBRAE, que as pessoas não estariam interessadas em se esforçar para adotar as práticas empreendedoras. É a partir da contestação de pontos, durante as palestras, que as plateias podem estar sendo construídas como “indispostas” a discutir alguns temas considerados mais difíceis pelos especialistas.

Para poder dar alguma resposta sobre como ter dinheiro acumulado no final da vida, foi levantado o tema da poupança. Falando sobre metas, disse que seria necessário que as pessoas

estabelecessem quanto elas deveriam poupar, por mês, para poder chegar a um objetivo financeiro X. Desta forma, foi apresentada aquela que chamo aqui de “conta de 1 milhão”. O palestrante perguntou para a plateia quanto as pessoas gostariam de acumular. Uma mulher logo respondeu: “1 milhão”. “Em quanto tempo?”, ouviu de volta. “5 anos” foi a resposta dada. “5 anos é difícil, mas não tô falando que é impossível”, disse o palestrante enquanto começava a calcular quantos anos seriam necessários para chegar a esse valor e, depois, quanto seria uma parcela possível de se guardar todo mês. Depois de algumas contas, a resposta foi: 35 anos, guardando cerca de 900 reais por mês. 1 milhão de reais, aplicados na poupança na época da pesquisa, renderia cerca de 5 mil reais por mês, só de juros. Nessa hora, mais comentários se espalharam entre as mulheres. O principal deles seria de que isso seria bem difícil, para não dizer impossível de ser feito. Uma quantia que equivaleria quase a um salário mínimo da época, paga todo mês, durante 35 anos, era algo difícil de se exemplificar. Algumas falaram que, desse jeito, “seria melhor pagar INSS mesmo”. O que me chamou bastante a atenção, também, foi como este plano de 35 anos havia sido proposto para uma senhora que já havia se apresentado como tendo mais de 60 anos. Ela mesma disse, respondendo numa voz mais baixa, que não teria esse tempo para guardar o dinheiro em vida.

O melhor investimento seria aplicar em uma empresa, que teria rendimentos mensais bem maiores. O palestrante disse que ele mesmo ganha 20 reais para cada 100 que investia em seu próprio negócio. Ao apresentar estas cifras, um homem da plateia pediu a palavra para dizer que queria saber onde que ele poderia investir, especificamente, para ter esse faturamento, achando que seria em um banco ou algo assim. O palestrante não contou qual seria o “negócio com 20% de rendimento”. Senti uma tensão na sala quando o assunto tangenciou a concepção do que eram ganhos fáceis. Uma mulher, que até então não havia se manifestado, também levantou a mão para dar outro exemplo. Disse que era sócia de uma empresa de esmeralda e ouro e que recebia “6 mil sem fazer nada, todo mês”. Muitos ali ficaram impressionados.

Segundo foi dito pelo palestrante, em seguida, o rendimento médio de uma empresa ficaria entre 10 e 20 por cento ao mês, a depender dos custos. Uma loja de shopping, por exemplo, gastaria muito com aluguel, mas conseguiria “girar 1 milhão por mês”. Assim, uma margem na faixa dos 5% ainda sim, renderia um bom lucro. Perguntaram-lhe quais eram as empresas que ele tinha, já que havia mencionado possuir oito. Quando foi explicar, contou que as empresas são

no ramo de contabilidade, consultoria e também treinamento. Também disse que estava abrindo mais algumas, que ainda não eram oito empresas propriamente ditas. Contou que sempre estava atrás de alguém querendo começar alguma nova sociedade, provocando a plateia e olhando ao redor.

Uma mulher disse que estava com dúvida, se deveria colocar o dinheiro que havia guardado, até então, em um terreno, na construção de casas para alugar. O palestrante levantou a possibilidade dela criar uma empresa, desvincular a atividade da sua própria pessoa. A partir disso, continuou dizendo que “hoje em dia, não vale mais a pena ter coisas”. Assim, seria melhor pagar aluguel do que investir na compra de um imóvel. A mulher, que havia feito a pergunta, completou dizendo que estava com dúvida a respeito do material que deveria usar na construção das casas, pois seu marido havia lhe dito que se eles não iam morar no local, não seria necessário colocar um material de primeira qualidade. Ela queria saber o que fazer e também se, ao ter que lidar com isso, poderia ser considerada uma empreendedora. A resposta foi que sim, seria uma empreendedora do ramo imobiliário. As dicas recebidas foram que ela deveria procurar comprar o melhor material, desde que fosse por um preço baixo. Ela só não deveria comprar algo de luxo, como mármore. Refletiu também se era mesmo a melhor ideia ela colocar o dinheiro em casas, para depois depender do retorno do aluguel, pois queria saber em quanto tempo ela pensava que iria ter um retorno do total investido, pois não valeria a pena investir em imóvel, se fosse para colocar “na ponta do lápis”. Isso gerou muita discussão entre as pessoas sobre a questão de ter uma casa e se alugar seria de fato mais barato do que construir. Da mesma forma, continuou ele, seria ter um carro em relação a usar *Uber* e outros aplicativos de compartilhamento de automóveis. Muitas pessoas, segundo ele, já optaram por não ter mais carro, e que a geração mais nova seria “uma geração que não liga mais para a posse, para ter as coisas”.

A partir da série de exemplos trazidos na palestra, nota-se que empreender seria uma atividade pautada em torno de trabalho duro e perseverança, já que não seria adequado para pessoas acomodadas. Entretanto, eram frisados também momentos em que a pessoa passaria a ganhar muito dinheiro, fazendo pouca coisa, que seriam as benesses da “independência financeira” (o 1 milhão de reais que renderia 5 mil por mês, independentemente do que a pessoa fizesse). O discurso parecia mudar constantemente entre a questão de uma ética do trabalho, que encara as adversidades enquanto formadoras de um “caráter” empreendedor e a noção de

que a pessoa poderia ”descobrir“ algo muito valioso e que isso faria com que ela pudesse ficar tranquila, ganhando dinheiro a partir de casa, o que, na situação da palestra também acabou sendo representado pela mulher que havia feito um investimento em ouro e esmeraldas. Um novo exemplo apresentado para arrematar este argumento foi o de um rapaz que havia feito química na Universidade de Brasília - UnB. Depois que havia se formado, começou a trabalhar em casa, atrás de fórmulas para criar colorações de cabelo que fossem mais diferentes do que as convencionais. Seu sucesso teria feito com que trabalhasse de casa ganhando muito dinheiro.

A palestra foi um momento de se discutir, por exemplo, o poder de compra do salário mínimo (900 reais a serem guardados) diante de quanto se gostaria de ter para viver bem (5 mil reais). Não se tratava somente de valores monetários, uma vez que se tinha em vista o que seria necessário para se garantir uma vida digna na aposentadoria. As discussões sobre ”imóveis X investimento“ também permitiram ver como os rendimentos e retornos, tidos como vantajosos pelo palestrante, entram em conflito com uma visão própria do que seria ”investir“ a partir do contexto doméstico, como a construção/compra da casa própria (Pellandini-Simányi; HAMMER; VARGHA, 2015) ou o uso do trabalho das pessoas com as quais se mantêm relações de parentesco. Investimentos que não se justificassem, ”na ponta do lápis“, deveriam ser descartados. Investir para ter, para ser proprietário de algo não seria vantajoso se a posse fosse somente pela posse, não em termos de rendimentos e reinvestimentos. São reforçados domínios distintos da vida econômica quando, por exemplo, construir uma casa para alugar é reconhecido, até uma medida, como um investimento válido, embora seja sugerido que se leve esse dinheiro para ser investido em outro lugar, pois lá haveria mais retorno e também porque ter uma casa não deveria mais ser visto como algo com valor em si.

Ao final da palestra, que se encerrou com muitas perguntas em aberto, o palestrante apresentou algumas noções a respeito das vantagens em ser MEI. ”MEI é empresário de microempresa, não é microempresário“ (no sentido de ser um empresário com pouca capacidade). O problema seria a pessoa que seria empresária, mas que ”pensaria como pessoa física“. Seria importante que todos tivessem a consciência de que eram empresários, que estavam atualmente em uma categoria de pequeno porte, mas que isso não deveria limitar as expectativas. ”É preciso ter cara de negócio“, foi dito para uma mulher que disse que trabalhava de casa. Ter essa ”cara“ caminharia no sentido de diferenciar o que é a casa do que é o negócio propriamente dito, sendo

preciso separar bem as atividades executadas das atividades domésticas. Dessa forma, disse: "MEI vale a pena demais, gente. Para começar, é muito bom! Quem não fez o MEI, tá perdendo tempo". Afirmou que já tinha sido MEI e que isso seria um importante primeiro passo para os negócios. Reforçou a necessidade das pessoas aproveitarem o acesso aos incentivos que os pequenos empreendedores teriam junto ao SEBRAE. Como exemplo, contou que o SEBRAE abatia 70% do preço das consultorias oferecidas na Loja SEBRAE. O mesmo valeria para os cursos pagos. Disse também que estava recebendo e bem para estar ali, apesar do evento ser gratuito.

Ter um conhecimento do dinheiro enquanto uma entidade geradora de valor corresponde também a uma familiarização com o rendimento de juros compostos. Os investimentos em si (no cálculo do valor do trabalho), na própria empresa (insumos), também precisam ser acompanhados de um investimento de longo prazo, visando a autonomia em relação aos meios tradicionais de aposentadoria. Uma outra dimensão do dinheiro no contexto do empreendedorismo, além de seu uso enquanto medida de valor do trabalho imediato, precisaria ser entendido como uma fonte de rendimentos posteriores, uma vez que se subjaz a isso o próprio "desencantamento" em relação ao alcance das medidas sociais do Estado. Empreender também significaria, assim, manter um fluxo de dinheiro, seja para pagar as arrecadações mensais e ter uma cobertura básica do INSS e que poderia ser útil em casos de invalidez e doença, seja para se ter em vista um futuro onde a pessoa deveria ter algum dinheiro investido como enquanto principal fonte de renda.

Saber o quanto que se deveria contribuir em relação a quanto se trabalha nem sempre é uma conta fácil, tanto para que não se fique endividado quanto sem cobertura da previdência. Colocando este problema no centro da análise da situação etnográfica das palestras, torna-se importante entender os sentidos invocados quando são passadas instruções sobre o "investimento" necessário para que se chegue à tão sonhada "tranquilidade" ou "independência financeira", ou seja, a capacidade de extrair ganhos suficientes para manter um estilo de vida desejado, a partir de juros de dinheiro investido.

A referência da imagem é um blog intitulado "1 milhão com 30"⁴. Apresenta um homem branco, jovem, magro, de terno e gravata, descansando ao sol, com um computador ao lado e o dinheiro sendo jogado aos seus pés, por uma esteira. Antes de mais nada, é preciso considerar

⁴ <<https://1milhaocom30.com/independencia-financeira-o-que-e-e-como-atingir/>> (Acesso em 09/05/2022).

Figura 7 – Primeiro resultado da busca por imagens de “Independência Financeira”.



Fonte: Google Imagens.

a figura que ascendeu na imagem é uma figura masculina e branca, refletindo a desigualdade de raça e gênero, já desde sempre colocada nos traços pessoais da pessoa que empreende com sucesso. Apenas o dinheiro parece fazer algo na cena, literalmente transbordando o lugar em um mar verde, sobre o qual descansa em uma cadeira de praia. O dinheiro aqui é acionado tanto como motor, que faz a esteira funcionar de forma independente da pessoa, quanto o próprio material derramado. A abundância é assim evocada pela redução do dinheiro à sua materialidade mais básica: papel sendo empilhado aos montes.

Considerando a interconexão dos meios digitais enquanto propagadores da questão do empreendedorismo⁵, afirmo ser válido conectar os temas abordados etnograficamente, como os eventos presenciais na Administração Regional, com uma existência da questão em meios virtuais, ainda mais quando consideramos os primeiros resultados dos *sites* de busca mais intensamente acessados, o que foi um assunto abordado durante os atendimentos também.

A partir da análise dos debates travados em meio às palestras e aulas, é possível pensar nos modos pelos quais são desenhadas as agências dentro da economia empreendedora. Por exemplo, quando se considera os meios pelos quais os ganhos são gerados, a postura acomodada da pessoa que trabalha seria um grande problema, a exemplo de quem “ficava somente em casa assistindo

⁵ Uso o termo “questão” aqui como uma referência ao que abordei no terceiro capítulo, ao afirmar que o Empreendedorismo é uma questão para o Estado brasileiro (assim como para a economia de um modo geral), dentro da qual o MEI é instrumento para que atitudes tomadas como empreendedoras, por um corpo de especialistas, possam ser fomentadas entre camadas de trabalhadores autônomos com faturamento baixo.

Netflix”. Este ócio, por sua vez, também podia representar a situação oposta: o sucesso de ter alcançado independência em relação ao trabalho árduo. O debate não costumava dar foco nos processos intermediários, onde seria possível evidenciar, por exemplo, os apoios familiares, o nível educacional e, a partir do que as ferramentas da análise marxiana evidenciam, a natureza dos meios de trabalho (MARX, 2013b).

Assim parece operar, na questão do empreendedorismo, de forma mais recorrente, uma concepção generalizada sobre trabalho enquanto uma oposição entre envolvimento sacrificante com uma atividade fora da “zona de conforto” e o ócio absoluto. Estes entraves lógicos que debatem quais atividades realizadas justificam tais e tais ganhos, nem sempre se resolviam. Foi desta forma que, nas palestras, o empreendedorismo pôde ser comparado com a mineração de pedras preciosas, atividade comumente associada a ganhos altos, mediante investimentos arriscados.

Pretendo aproximar o que foi discutido até aqui ao polo analítico representado pela perspectiva marxiana sobre valor, mercadoria e trabalho. Tendo como ponto de partida a emergência de um valor social da livre iniciativa, enquanto uma razão governamental (FOUCAULT, 2008), levanto uma discussão sobre sentidos do valor de troca em Marx (2013a), enquanto um valor oriundo das trocas de mercadorias numa economia capitalista. Considero que tomar para si que o trabalho existe como uma mercadoria com valor de troca, é um processo central para a formação empreendedora. No caso de quem é MEI, tal fato significa formar o preço do próprio trabalho. Tal processo acontece ao mesmo tempo que também é preciso aprender que todos os materiais que entram no processo produtivo precisam ser lidados enquanto mercadorias a serem consumidas. Em outras palavras, é preciso de uma educação a respeito do que é valor e de como este se exprime em processos de trabalho.

Além de ter que trabalhar e aceitar o preço pago pelo trabalho social médio (MARX, 2013a), é preciso ter noção do quanto o trabalho custa, sob o risco do trabalho realizado ser vendido por um preço abaixo do mercado. Esta é uma forma na qual o empreendedorismo aparece nos casos, por exemplo, das vendedoras de comida que debateram com o palestrante. Nestes casos, o processo de trabalho ganha uma dimensão forte na educação empreendedora. Uma segunda dimensão do processo tem a ver com o dinheiro, pois se tornar empreendedor significa também entender os efeitos do dinheiro, ou os modos pelos quais o dinheiro existe na economia de

mercado e como ele, em si, poderia ser capaz de proporcionar valores associados com uma vida digna.

A exploração do trabalho no processo capitalista é executada através da compra do valor de troca do trabalho social médio para ser consumido no ambiente de trabalho (MARX, 2013a). Pressupõe uma transferência da “titularidade” da posse das capacidades corpóreas durante o tempo contratado. Empreender individualmente significa executar esse processo por si só, estabelecer ou “descobrir” qual o valor que seu trabalho possui para que, a partir de então, a própria pessoa possa consumi-lo, a priori, durante as horas calculadas como necessárias para o trabalho.

A autoatribuição do valor do trabalho, visto como um insumo para a produção tal como as matérias-primas, não é um processo simples e estritamente matemático. Apesar de Weber (2002) apontar os modos pelos quais as fórmulas de cálculo próprio existem enquanto uma dimensão da economia capitalista, considero que a questão aqui não é “como” se calcula, mas da possibilidade de algo em si ser calculado. Considero ser esta uma prática que envolve toda uma reformulação de si e que pode, inclusive, ser vivenciada enquanto sofrimento, tal qual no exemplo da senhora que tinha uma grande dificuldade em ter que montar o preço das refeições vendidas ou da “conta de 1 milhão”, que apontou uma saída impossível.

Concordo com Vaccaro (2015-Sep-Dec) de que o ponto central para Marx, a respeito do trabalho, é o seu duplo sentido, que aborda tanto a dimensão laboral dispendiosa quanto a sua capacidade de gerar valores de uso. É justamente nessa duplicidade que a economia capitalista se edifica, pois, se olharmos por este lado, a economia, à qual Marx lança suas críticas, não tenta a partir de si propor uma noção de trabalho que seja diferente. Não há uma disputa no conceito de trabalho em Marx, pois a economia capitalista se perpetua justamente pelos mecanismos do trabalho em uma mesma “arena do social”⁶. Trabalho é a vida social em si, perpassa aquilo que possui significado socialmente construído. A questão empreendedora se torna uma questão acerca dos valores do trabalho quando se discute (ou se encobre) a relação entre esforços e retorno financeiro.

⁶ Trata-se de algo diferente do que Arendt (1998) aponta a partir de sua leitura das teorias marxianas. Esta autora, ao contrapor *labor* e *work*, tende a apontar para uma dicotomia entre atividades geradoras de sentido social e aquelas que pouco separariam as pessoas de demais animais. Trata-se de uma questão lançada por Arendt sobre algo que Marx não havia se disposto a debater, pois trabalho não seria algo que aceitaria apenas uma única adjetivação como “trabalho laboral” ou “trabalho produtivo”, de tal modo que deveria ser uma coisa ou outra.

5.2 Marketing e Profissionalismo

"A mulherada tá ganhando", foi a frase que abriu o evento vespertino, a segunda palestra do dia. Contando comigo, éramos três os homens na plateia. A professora do SENAC, que havia estado de manhã, retornou com uma nova turma para assistir à segunda palestra. O evento da tarde era focado em noções de marketing para os pequenos negócios. No geral, a palestra transcorreu de forma menos acalorada que a anterior e havia menos pessoas assistindo.

Senti uma diferença no tom, em relação ao período da manhã. Ela era professora na faculdade do Senac, com formação em comunicação e sociologia. Trazia mais reflexões a respeito de conceitos na sua fala, como “marketing” e “inovação”. O ritmo de apresentação também era mais lento, mais atrelado ao que ia sendo apresentado nos *slides*. No geral, o tom da palestra foi mais próximo de uma aula onde temas eram apresentados para que a turma tomasse conhecimento. Não havia tantas “provocações” tais como no primeiro evento, quando o conteúdo também falava muito da experiência pessoal do palestrante enquanto empreendedor. A palestrante não trazia a grande quantidade de “casos de sucesso” como na manhã, assim como não havia tanto o uso da entonação imperativa. As frases que sintetizavam alguns pensamentos vinham em destaque nos *slides*, na maioria dos casos.

Assim, sendo uma palestra sobre marketing, explicar a ideia de “inovação” foi algo central na fala. "Inovação é algo que o cliente aceita. Se o cliente não comprar isso, pode ser somente uma invenção “de Professor Pardal”. Continuou: “Não queremos ser Professor Pardal, queremos ser Tio Patinhas ⁷." Com isso, queria dizer que pessoas com ideias e ímpetus criativos precisariam traduzir as criações em termos do mercado. A linguagem agora era mais “jovem”, com referências a revistas em quadrinhos e à cultura pop. Em um dos slides, a palestrante, inclusive, usou a imagem de *Darth Vader*⁸ como fundo, para falar de exemplo de imagem reconhecida. Nela também apareciam exemplos de inovação que substituíram formas de consumo: “Telefone X Skype”, “MP3 X Spotify”.

Segundo ela, as pessoas conseguiriam ter muito acesso à informação pela internet com *Instagram* e demais redes sociais. Citou o exemplo de um café na Asa Sul, área nobre do Plano

⁷ A palestrante se referia a dois personagens de Walt Disney: o primeiro tido como um inventor excêntrico e o segundo um capitalista de grande fortuna.

⁸ famoso personagem antagonista da série de filmes *Star Wars*.

Piloto, em Brasília, que “vivia lotado” porque servia um café com um algodão-doce pendurado sobre ele, como uma nuvem que pingava açúcar diluído pelo vapor que subia da xícara, algo bem visual. Com isso, frisava como seria preciso que as pessoas tivessem noção da atuação da concorrência para que a divulgação do produto fosse boa. Sendo uma palestra voltada para a divulgação de produtos, principalmente no meio digital, a palestrante não se preocupou em provocar as pessoas sobre a necessidade de adentrar para o “mundo empreendedor”, conforme foi durante a manhã. A preocupação estava em mostrar como, sendo a pessoa já dona do próprio negócio, empreender corresponderia a se aprofundar em questões referentes à construção da imagem do que é vendido e atribuição de importância para inovações no mercado.

As pessoas não deveriam se preocupar com o fato de que os produtos vendidos pudessem “morrer”. Seria preciso estar atento para o momento em que o produto com o qual se trabalha perde a relevância no mercado. A importância, assim, é com a colocação do produto no mercado e não com o produto em si. Para reforçar as ideias de inovação, novamente foi passado o vídeo com a história do pipoqueiro de Curitiba, e a palestrante ficou sabendo ali mesmo que algumas pessoas já o tinham visto pela manhã. Foi neste ponto que as duas palestras conversaram entre si de forma mais intensa. Foi reforçado que a imagem construída e percebida no mundo digital relacionava organização, sujeira, esforço e sucesso.

A segunda palestra muito se diferenciou da primeira em termos da performance da posição de especialista enquanto pessoa imbuída de ensinar um suposto público leigo a empreender. A primeira apresentou um homem que se colocava como um dos inúmeros casos de sucesso. A ele também era atribuída, assim, a condição de empreendedor, o que o diferenciava radicalmente da palestrante da tarde, que se apresentava como professora, conhecedora do mundo empreendedor na condição de estudiosa do marketing e enquanto consumidora. Este último ponto foi reforçado pelo exemplo do café, pois a professora frisou como este lhe era visualmente estimulante.

Ambos os eventos, entretanto, apontavam para a necessidade de reconhecer que o sucesso no campo do empreendedorismo corresponderia à capacidade de apresentação de objetos e serviços como mercadorias. Para tal, seria preciso uma quebra com noções anteriormente estabelecidas sobre a posição destes em possíveis arranjos produtivos. No primeiro caso, era preciso abrir mão do trabalho de familiares e de investimentos comumente atrelados a uma noção de riqueza. No segundo, seria necessário entender que as mercadorias precisariam criar imagens próprias para o

mercado, não importando a valorização pessoal da inovação enquanto “invenção do Professor Pardal”. A lógica de atribuição de valor no mercado ocorreria segundo lógicas próprias que poderiam ser *pop* e com mega alcance, como *Darth Vader*, mas que também poderiam “morrer” pelas mesmas lógicas. A palestra não teve tanto a dinâmica de “perguntas X respostas”, tal como na manhã. Considero que isso se devia, em boa parte, à ausência do tom provocativo de quem apresentou. Ao final, a palestrante reforçou também os demais serviços oferecidos pelo SEBRAE.

A discussão presente no Livro I de *O Capital*, ao convidar para uma investigação das características dos curiosos objetos mercadorias, considera, de modo brilhante que a mercadoria é, ao mesmo tempo, algo em si (possuidor de um valor de uso socialmente construído) e uma própria condição imanente à medida em que esta mercadoria estabelece, de antemão, uma relação com todas as outras mercadorias existentes (valor de troca). Não se trata de um processo simples, sendo algo a ser incorporado por quem participa da economia capitalista: é preciso participar da troca de mercadorias a partir de seus valores de troca, estas grandezas abstratas que só fazem sentido quando se considera a existência perante todas as outras mercadorias.

É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013a, p. 183).

A autonomia das coisas que precisam ser vistas, a partir de si, enquanto independentes das relações humanas nelas investidas, capazes de ditar rumos da ação humana de acordo com seus equilíbrios de oferta e demanda é o fetichismo. O que Marx propõe, então, é dizer que quanto mais autônomas, mais estritamente objetivas as relações de troca procuram ser, mais fantasmagóricas também se tornam. Há algo de planejador, de uma metafísica opressora na produção de mercadorias. O que “anima” de fato a mercadoria nunca é revelado de antemão.

Marx separa em duas esferas os contextos de circulação e produção de mercadorias. No primeiro, as pessoas adotam comportamentos a serem, em grande medida, “encenados”, enquanto formadores de um suposto mundo de indivíduos que trocam de forma autônoma entre si. A

produção (e o consumo), por sua vez, é o processo que ocorre nos bastidores, nos quais os valores de uso são convertidos e onde o mais-valor é extraído no processo de trabalho.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral (MARX, 2013a, p.285).

É preciso entender como se manifesta o valor na economia capitalista, mas não a partir de uma visão de hierarquia de elementos como trabalho, por exemplo, Dumont (DUMONT, 1980). Considero uma boa leitura da plasticidade e potencialidade do conceito de valor em Marx aquela trazida por Foucault (2008) enquanto valoração, a capacidade de construir verdades, que é como o mercado vai se apresentar a partir da instalação do Estado liberal. Empreender, antes de tudo, é assumir a existência e eficácia do valor estabelecido no mercado. Este é um valor autogerado nas próprias lógicas e não aponta para as características específicas de algo em si, ou seus valores de uso, mas de um valor estabelecido mediante uma comparação com todas as outras mercadorias. Para tanto, é preciso ter um horizonte composto pela simultaneidade do modo de existência de tudo que se denomina mercadoria. É de forma semelhante que, quando se adentra a categoria de MEI, é preciso participar dos ciclos de declaração de rendimento anuais. Os lucros ou a circulação de dinheiro, assim, fazem-se “mais reais” à medida em que se conectam com uma maior quantidade de outras trocas de forma simultânea.

Outra oportunidade de ver a aplicação de formação para negócios foi quando pude acompanhar o encerramento de um curso de confeitaria, no SENAC, próximo à Administração Regional de Santa Maria. Pelo que pude notar nas falas da professora, durante as palestras do SEBRAE que havia assistido anteriormente, existiria uma parte do curso de confeitaria voltada para a

educação financeira, abordando a questão da formação de preço, principalmente. Disse que a conclusão do curso ocorreria mediante a apresentação de ideias para abrir o próprio negócio.

A sala de aula, onde ocorreria a apresentação do curso, tinha duas mesas, uma decorada com tema de uma festa infantil e outra com tema de casamento. A turma era composta exclusivamente por mulheres. Em cada uma das mesas havia um bolo voltado para a decoração e outro para ser servido, a fim de que o sabor também fosse avaliado. Também havia docinhos em cima das duas mesas. Em um *banner* pendurado atrás da mesa de festa infantil estava escrito o nome da empresa de confeitaria infantil que elas criaram, como parte da apresentação. No lado do bolo de casamento não havia nada do tipo.

A turma estava dividida em dois grupos, cada um apresentando uma das mesas. A apresentação se tratava do PI, Projeto de Integração do curso, que tinha como objetivo, segundo o que a professora me contou depois, integrar o conhecimento que as alunas adquiriram durante o curso com uma proposta de negócio envolvendo a confeitaria. Essa separação teria a ver com uma separação entre conhecimento de confeitaria para trabalho sozinho e um conhecimento de confeitaria atrelado ao trabalho em grupo em um projeto de negócio. A noção de que existiria uma necessidade de encadear formas de trabalho ficou bem evidente ali na apresentação de ambas as mesas. As alunas não falaram muito, concentrando-se mais em contar como montaram os arranjos, a escolha dos doces e sabores de bolo. As perguntas foram feitas pela professora e por duas outras mulheres que davam aulas em outros cursos do SENAC: corte e costura e depilação. Um professor, do curso de barbearia, passou na porta, mas não ficou para assistir a apresentação.

As perguntas aos grupos foram focadas na necessidade de se entender que as alunas, quando fossem para o mercado de trabalho, não pensassem que trabalhariam sozinhas. Segundo foi dito, entender como cada pessoa trabalhava e lidar com estas diferenças era uma parte importante do trabalho de confeitaria. Isso também aliado à ideia de que elas deveriam saber como planejar uma atividade econômica autônoma. As formas de organizar o negócio, então, foram pontuadas como sendo diferentes do próprio conhecimento técnico da confeitaria, que, em muitos casos, eram saberes que muitas mulheres já possuíam, em diversos níveis.

A professora me perguntou se eu não queria fazer uma pergunta e me apresentou como sendo do SEBRAE, falando que estive na palestra na Administração Regional. Assim que tomei a

palavra, disse que não trabalhava especificamente no SEBRAE, mas que era um pesquisador que estava tendo um vínculo com o SEBRAE, através da Administração Regional. Perguntei se elas tiveram que rever muitos conhecimentos prévios sobre confeitaria para entrar em um ambiente mais “profissional” de atividade. Elas me responderam que, de fato, tiveram que rever muitas coisas no curso, e diversos processos foram aprendidos de novo. Como exemplo, foi dito que a receita de bolo básico era muito diferente daquelas que conheciam anteriormente.

Falando da mesa de casamento montada pelo seu grupo, uma aluna disse que a decoração usada havia sido adquirida mediante uma parceria com uma empresa de decorações. Esta havia fornecido flores e vasos para a mesa, desde que elas fizessem, também, a divulgação do serviço. Foram entregues para todos os presentes panfletos da empresa de decoração. Uma das professoras do SENAC disse que essa parceria era muito importante, algo que poderia ser bem utilizado na atividade profissional. O grupo do casamento buscou como “diferencial” o contato com uma empresa de decoração para demonstrar a articulação empresarial de forma mais prática.

Quando a professora de confeitaria falou, notei uma certa tensão. Ela disse que as mesas, de fato, haviam ficado muito bem decoradas e que a turma havia feito um bom trabalho em relação a isso. Então, passou a fazer um discurso sobre a importância do curso de forma geral. Disse que havia uma intenção da parte dela, desde que as aulas haviam começado, de que todas estavam ali para aprender e esperava que não “estivessem ido para fazer intrigas”. Disse também que muitas não tinham comparecido de forma satisfatória nas aulas e que a turma, de uma forma geral, poderia ter aprendido mais, pois algumas alunas, provavelmente, teriam que fazer o curso novamente. Por fim, disse que estava lá para julgar a apresentação delas e que outros comentários seriam deixados para a próxima semana, quando ainda ocorreriam aulas do curso.

A aplicação de noções de “educação financeira”, pelas palavras da professora, junto a um curso profissionalizante, demonstra um interesse de agregação dos conhecimentos sobre empreendedorismo contíguo aos contextos de trabalho que, aparentemente, não costumavam abordar o assunto. Isto se devia, em certa medida, a um esforço da própria professora em levar as turmas para assistirem às palestras fora do SENAC, onde tanto ela quanto a turma poderiam agregar novos conhecimentos. Esta também se torna uma necessidade evidenciada por uma mudança no mercado de trabalho, fazendo com que quem buscasse um curso na área de confeitaria tivesse que lidar cada vez mais com o trabalho autônomo e, conseqüentemente, com

o empreendedorismo.

A presença dos temas relativos ao empreendedorismo, na aula do SENAC, corresponde a uma mudança no contexto de trabalho, o que era evidenciada dentro do próprio curso. Assim, era dito que a confeitaria era uma profissão que cada vez mais contava com trabalho autônomo em comparação àquele com carteira assinada. Desse modo, mesmo que não fosse fato presente nas linhas gerais de um curso profissionalizante, empreender foi algo com o qual se precisou lidar em decorrência de mudanças no próprio mercado de trabalho. Entretanto, o modo pelo qual estes processos são capazes de alterar a distribuição de Capital, trabalho e meios de produção é um ponto que precisa ser levantado.

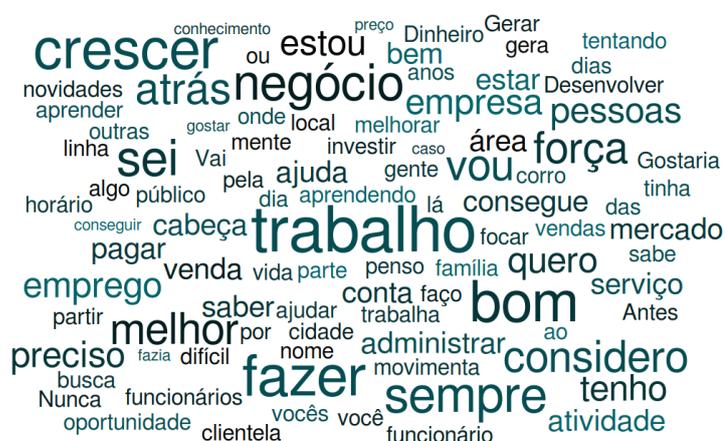
5.3 MEIs e Capital

A inserção dos temas a respeito do empreendedorismo em cursos profissionalizantes evidencia um último aspecto a ser tratado aqui. Este corresponde ao modo pelo qual a utilização do MEI seria capaz de promover uma posse de meios de produção para aqueles que, caso contrário, venderiam sua força de trabalho no mercado. Dito de outra forma: a implementação do MEI, em Santa Maria, estaria contribuindo para uma melhora na condição de vida das pessoas envolvidas nas atividades, pois permitiram-nas serem “donas” dos próprios processos de trabalho?

Primeiramente, não creio que seja possível emitir uma resposta para além do que posso aferir das conversas que tive e dos questionários aplicados. Chego a este ponto evidenciando um desdobramento final da pesquisa para o qual não há dados suficientes para análise de ampla escala, sendo este aqui, justamente, um ponto que pode muito bem ser retomado em análises futuras. O que posso discutir aqui, por sua vez, é como o estudo etnográfico do empreendedorismo permite evidenciar que separações operantes na teoria marxiana e que colocam o trabalho e o Capital, enquanto atribuições individuais, podem “dobrar sobre si mesmas”, operando um avanço das relações de trabalho capitalistas no âmbito das subjetividades.

Esta tese procurou demonstrar que a reordenação da composição entre capital e trabalho não precisa ser uma relação cuja unidade é o indivíduo, podendo ser pensada em termos de duas entidades como atribuições de um mesmo alguém. A ideia de “entidade” remete tanto às entidades jurídicas (CPF E CNPJ) quanto às alegorias fantasmagóricas do Capital (TAUSSIG,

Figura 8 – Nuvem de palavras gerada a partir das respostas dadas às perguntas: “Para você, o que é ser uma pessoa empreendedora? Você se considera uma?”



2010; MURPHY, 2017). É sobre este certo “terror” que pode ser lida a necessidade de se “cuidar” de uma entidade empresarial dentro de si, que não pode ser repartida em sociedade e que vai ter que acessar o “outro lado” de si, seu próprio corpo, primeira fonte de trabalho (em muitas vezes, a única) para o empreendimento⁹.

Dentro das respostas para as perguntas: “Para você, o que é ser uma pessoa empreendedora? Você se considera uma?”, feitas nos questionários, as principais razões para que me dissessem “sim” giravam em torno do reconhecimento do próprio trabalho enquanto bom, por traços de determinação aguerrida e uma vontade de expandir as atividades. Algumas pessoas me disseram serem empreendedoras por terem conhecimento do mercado, o que também poderia significar ser capaz de gerar emprego para mais pessoas, localmente, tanto dentro como fora do grupo familiar.

A valorização dos aspectos do trabalho foi algo mencionado na maioria das respostas a despeito de ter sido mencionada na pergunta. O termo “oportunidade” surgiu somente em duas falas, sendo uma delas que considera empreender como uma forma de “Poder manter o local e dar oportunidade para outras pessoas. Gerar emprego.” E em uma resposta negativa às perguntas feitas inicialmente: “Mais ou menos. Empreendedor é muito assim, como se diz, enxergam a oportunidade muito fácil. Eu sou mais medroso, não arrisco muito.” A tendência observada era de uma valorização do próprio trabalho em meio a um contexto de dificuldade

⁹ Não necessariamente o MEI precisa ser a mão de obra, sendo possível apenas uma contratação. No caso de Santa Maria, não houve uma pessoa que dissesse que apenas cuidava da empresa e confiava todas as atividades de trabalho para uma pessoa contratada formalmente.

onde o sucesso é marcado pela capacidade de contratar mais pessoas e de expandir as atividades, não necessariamente em assumir riscos e buscar novas ideias. A tendência era de focar na relação entre dificuldade/crescimento/qualidade ao falar do trabalho, mais do que na relação incerteza/novidade/oportunidade, comumente operantes em teorias na Ciência Econômica e em especialistas do SEBRAE.

Cabe lembrar que tais questões partem do contexto de Santa Maria, não sendo possível afirmar os MEIs enquanto grupo autônomo, nacionalmente falando. Há uma diferença grande entre uma pessoa que adentra o meio com noções de investimento em um ambiente de mercado, novidade, incerteza e aqueles correspondentes aos casos encontrados por mim, na Sala do Empreendedor. São casos de atividades autônomas mais focadas no próprio processo de trabalho do que nas relações de mercado, ao menos pelo que pude perceber ao levantar questões sobre a valorização pessoal da atividade empreendedora. Deste modo, as categorizações sobre empreendedorismo feito pelo próprio campo de especialistas (operante pela diferença formal/informal, necessidade/oportunidade) não são suficientes para suplantarem classificações estruturantes no mundo do trabalho, pois ser MEI, por si só, não é aqui algo que permite o posicionamento individual numa escala de posse de meios de produção. Questões centrais para a economia capitalista continuam operantes, como é o caso da composição de preço da mercadoria e do valor de troca do trabalho. Uma pessoa que passa a considerar seu trabalho dentro de casa, em termos financeiros, tal como pude observar na etnografia, não se liberta de condições adversas da “informalidade” pela valorização do trabalho já realizado em seus próprios termos, mas pela sujeição deste à lógica de uma entidade a ela, muitas vezes, imposta nos processos de internalização das subjetividades empreendedoras.

De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2013a, p. 297).

Em outras palavras, não é porque existe uma empresa aberta no nome da pessoa que ela teria de fato “posse” do que determinam as condições de exploração do seu trabalho. O autoatendimento mediado, explorado no capítulo anterior, aponta precisamente para como

muitas daquelas atendidas pelo SEBRAE (via Estado) não estavam cientes de serem elas as “donas” de um empreendimento, sendo constantemente preciso reforçar comprometerimentos, principalmente em relação a pagamentos e declarações. A Internet, representada por sites, redes sociais e o próprio celular em si, também mostra outra dimensão da retirada das decisões sobre os processos de trabalho de quem está diretamente envolvido. É necessária para que toda uma cadeia de atividades de empreendedores de pequeno porte possa se manter em Santa Maria. Apesar disso, a compra de um aparelho de celular, de um computador e o pagamento das devidas contas de energia e Internet não garantiriam à pessoa a posse desses meios, pois você pode comprar um aparelho tecnológico e mesmo assim não ter sua posse, assim como é no caso da comunicação pelas redes sociais, cujo uso intenso, junto de aplicativos de mensagem gratuitos como plataformas de trabalho, não é retribuído com a transparência dos processos, pois não são espaços reconhecidos e regulamentados enquanto espaços de trabalho, mas é por onde diversas atividades do MEI ocorrem, como as de divulgação e comunicação.

O que existe, então, é o processo de trabalho conduzido, mas não totalmente possuído pela pessoa que empreende nestes termos. Desta forma, além de trabalhar, a pessoa precisa criar as condições para a produção ocorrer sem de fato ser dona do processo. Este trabalho organizacional ou gerencial não deve ser visto aqui como um suposto trabalho do capitalista em si, que Marx refuta inclusive como sendo uma explicação para a origem do mais-valor (MARX, 2013b). Refiro-me aos trabalhos de vigilância, limpeza, manutenção e uma série de outros afazeres que não dizem respeito aos processos centrais de um ambiente de trabalho e que são acumulados nos empreendimentos individuais, convocando, em muitos casos, familiares como apoio necessário.

Apesar de falas sobre empreendedorismo, apontadas ao longo do texto, frisarem um suposto compartilhamento da condição empresarial em uma comunidade, a nível nacional, para algumas pessoas era muito mais presente a dificuldade em se assimilar os valores de mercado do que para outras. A forma dos exemplos de “casos de sucesso”, utilizados nas palestras, deixavam de apontar uma série de mediações para os retornos financeiros e não contribuía para que pudesse haver compartilhamento substantivo de experiências, reforçando a visão de que investimentos de alto retorno são oriundos de jogadas de sorte, por traços idiossincráticos ou pelo mágico abandono de uma “cultura do atraso”, apresentada como difundida no Brasil, mas que possui marcas históricas, regionais e raciais, como o exemplo dos trabalhadores da Bahia que o primeiro

palestrante evocou para falar de éticas de trabalho.

5.3.1 Encolhimento do Doméstico

Como já foi apontado em outros momentos da tese, a maioria dos MEIs com quem conversei, dependia da casa como um espaço de trabalho. O que entra como meio de produção da economia de mercado é também meio de trabalho de uma economia doméstica. A partir do caso em questão, vejo a relação entre empreendedorismo em trabalho, no ambiente doméstico, não enquanto uma emergência de uma atividade “da casa para o mercado”, mas enquanto um processo inverso, como um transbordamento do mercado para o ambiente doméstico que também significa uma apropriação dos processos de trabalho doméstico (SAHLINS, 2017) como a única condição para que em alguns casos fosse possível empreender.

Conforme apresentam algumas autoras de críticas feministas ao capitalismo, tal processo é fundante do sistema econômico assim como vemos hoje (FEDERICI, 2019; Gibson-Graham, 2006; NAROTZKY, 1997; KASMIR; CARBONELLA, 2014; MURPHY, 2017). O que se estabeleceu inicialmente como um acobertamento das relações no ambiente doméstico de trabalho, numa separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, aqui aparece de forma ainda mais dramática. O ambiente doméstico, ainda não elevado à mesma capacidade de geração de valores sociais na produção e consumo de pessoas e coisas, sofre agora com um “encolhimento” com a entrada, cada vez mais, de modos de relação do mercado capitalista neste ambiente.

Além do próprio trabalho do qual dispõem, o dinheiro enquanto cifra em si é algo existente nas poupanças pessoais e outras formas de acúmulo em virtude de projetos de vida, como a construção de uma casa para alugar, sem necessariamente ocupar a condição de Capital, enquanto um investimento pautado por retornos no mercado. A construção de imóveis, visto como fonte de autoridade econômica numa economia doméstica (Pellandini-Simányi; HAMMER; VARGHA, 2015) também é alvo das relações empreendedoras. Tal processo foi evidenciado quando o palestrante citado aqui comparou o valor que pode retornar da construção de casas para alugar com o que supostamente poderia vir a ser lucro do investimento do mesmo montante em atividades empreendedoras.

Considero que o cenário é tal como aquele apontado por (STANDING, 2016), que diz respeito à distribuição de bens no capitalismo contemporâneo e a diminuição das propriedades dos trabalhadores, do mesmo modo como vinha se estabelecendo durante o século XX, tendo como principal caso a propriedade de imóveis. Há uma erosão do poder de compra das classes trabalhadoras evidenciado pela diminuição dos incentivos na aquisição de patrimônio e por uma preponderância da noção de investimento pessoal no mercado financeiro, enquanto uma alternativa melhor “na ponta do lápis”. A “financeirização” da vida (MARTIN, 2002) passa pela necessidade de que a pessoa lide com o próprio dinheiro sempre em nome dos “melhores investimentos” possíveis de serem feitos, independente dos modos locais de como lidar com os frutos da atividade de trabalho, como se aposentar pelo INSS, construir casas para alugar, etc.. Se serão estas pessoas que colherão os lucros é algo deixado em segundo plano, em nome da própria perpetuação do modo de relação. Já foi apontado no segundo capítulo desta tese que a desvinculação da atividade empreendedora de retornos seguros de investimento e sua aproximação da noção de incerteza servem para justificar condições desfavoráveis encontradas na atividade autônoma de pequeno porte.

Conforme debatido aqui, a partir das análises marxianas, trabalho e dinheiro são duas faces de um mesmo processo. A transformação do trabalho em mercadoria pressupõe a troca por outras mercadorias, no caso, o dinheiro sendo a mercadoria por excelência. O dinheiro apresentado enquanto investimento é o máximo do fetichismo, sob o pressuposto de que ele pode gerar valor por si só e de forma independente da atividade humana reconhecível. É desta forma que trabalho e ócio são atitudes qualificadas pelo empreendedorismo: primeiro é preciso verificar se o dinheiro está aplicado e se ele em si está “ativo”, depois se julga o grau de comprometimento da atividade da pessoa em si. Esta é uma chave lógica que as discussões levantadas sobre empreendedorismo procuram mover. Para tanto, apontei como os recursos linguísticos, tecnológicos, midiáticos e performances públicas são encadeados nas próprias palestras para apontar quais são as fontes de “retorno” em um contexto social marcado pelo fim das relações trabalhistas e seguridade social, e por um Brasil marcado por uma suposta “cultura do atraso”.

Creio que o que está em operação são os processos de apropriação de meios de vida, objetos e pessoas para dentro da economia capitalista e os valores sociais associados a estas passagens. Estes modos de vida são, ao mesmo tempo, periféricos e centrais para a economia capitalista.

“Periféricos” à medida em que ocorrem nos limites do que faz parte da economia de mercado e o que não faz. “Centrais” pelo fato de que o capitalismo depende de uma expansão como forma de resolver suas contradições internas, como foi o caso do capitalismo e o expansionismo colonial (POLANYI, 2000) e é desta forma que o capitalismo recente continua a se manter por processos de expropriação (HARVEY, 2005), de tomada direta (TSING, 2005), de “educação” financeira (SILVA, 2017). Trazer para o mercado os processos de trabalho do ambiente doméstico deve ser entendido, aqui, enquanto uma lógica de expansão da economia capitalista pela expropriação de outros modos de trabalho produtivo.

O cenário da pandemia da COVID-19 e do trabalho remoto tornou este panorama mais acentuado, onde vemos pessoas tendo que se dispor da casa enquanto espaço de trabalho, tornando a manutenção doméstica algo a ser expropriado e pelo qual pouco ou nada se paga. É sobre a possibilidade de se apropriar dos frutos do trabalho realizado sob outras lógicas que empreender se torna uma atividade de autoexploração do trabalho pelas duas entidades na mesma pessoa. Continua, assim, a corresponder com aspirações históricas do mercado de ter seus agentes de expansão. As relações sociais no sistema capitalista não só contribuem para o crescimento do abismo entre a distribuição de bens pela dominação pelo trabalho, mas precisa constantemente trazer elementos para dentro de seu sistema, apropriando-se de outros modos de produção. O que pude observar do MEI não aponta para uma reformulação de relações de trabalho, pois a premissa do preço do trabalho enquanto mercadoria não se altera. O que “empreender” engendra nesses casos é a cisão, em esferas da vida social, entre quais seriam relações mais apropriadas para o mercado ou não. Continuam por tornar velados muitos dos processos de trabalho, quando consideramos que as tecnologias digitais tiram do alcance de quem trabalha qualquer retorno sobre as intermediações. Outras possibilidades de vivência, como ter a casa como um espaço para outras formas de relação (e produção), torna-se cada vez mais difícil, dada a sua diminuição diante dos modos de relação pautados pelo mercado.

Por fim, sigo para as conclusões desta tese, onde retomo todo o argumento apresentado nos capítulos e faço algumas ponderações finais. Considero, para tanto, ser necessário reafirmar a vocação da antropologia como disciplina evidenciadora de mediações das relações sociais e de trabalho, enquanto uma esfera central das relações totalizantes da vida econômica, pressuposto primordial para o modo como o empreendedorismo foi abordado aqui. Diante de um cenário em

que verdadeiras teorias do social se proliferam, a partir da construção das perpétuas e recentes fronteiras do capitalismo, torna-se necessário um posicionamento firme da antropologia a respeito de nossos mitos sobre trabalho, dinheiro e espaço doméstico.

6 Conclusão

O mundo não é feito de ideias, menino rico; no mundo não cabem sonhadores e seus sonhos. São as coisas e seus fabricantes que governam o mundo.

Salman Rushdie, *Os Filhos da Meia-noite*

Conforme já apresentei desde o começo desta tese, esse é um estudo sobre capitalismo a partir dos fatos etnográficos colhidos na Sala do Empreendedor de Santa Maria, Distrito Federal. Já na introdução, apresentada como primeiro capítulo, eu havia pontuado a permeabilidade de conhecimentos de especialistas da área econômica neste espaço, através da relação mantida com o SEBRAE. Tais conhecimentos sobre empreendedorismo possuem, por sua vez, uma história própria, contada na etnografia do pensamento (GEERTZ, 1968) descrita no capítulo 2. Identifiquei, a partir da bibliografia selecionada, uma certa tensão dentro das discussões sobre o papel da atividade empreendedora em relação a sistemas econômicos circulares e incertezas no mercado (SCHUMPETER, 1983), que perpassa a relação entre salário e ganhos por atividades autônomas (PARKER, 2004). Analiso o empreendedorismo a partir de um debate dentro do pensamento econômico (*Economics*) na medida em que este indaga alguns pressupostos utilitaristas, principalmente ao propor que pessoas poderiam se envolver com a economia de mercado não a partir de investimentos com retorno garantido, mas em nome de um senso de autossuficiência e da promoção de novidades no mercado. Sendo uma forma de conceituar trabalho, subsistência e um senso de si, empreender se apresenta enquanto questão ontológica, correspondente à construção (e aceitação) de um regime específico de coisas e pessoas.

O sistema de produção analisado aqui possui como guia os valores construídos nas trocas econômicas entre partes que se tratam como agentes totalmente autônomos no mercado, trocando bens alienáveis de seus contextos originais de produção (GREGORY, 2015). Assume-se, dentro deste sistema de relações, que a forma realmente válida de engajamento com o mundo da reprodução material da vida seria através da compra e venda da força de trabalho como

mercadoria. Como aponta Taussig (2010) na introdução de *The Devil and Commodity Fetishism in South America*, tal sistema de produção estabelece relações que não costumam ser tomadas enquanto construções sociais, mas como condições inerentes à vida.

For our system of industrial production to operate, people's productive capacities and nature's resources have to be organized into markets and rationalized in accord with cost accounting: the unity of production and human life is broken into smaller and smaller quantifiable subcomponents. Labor, an activity of life itself, thus becomes something set apart from life and abstracted into the commodity of labor-time, which can be bought and sold on the labor market. This commodity appears to be substantial and real. No longer an abstraction, it appears to be something natural and immutable, even though it is nothing more than a convention or a social construction emerging from a specific way of organizing persons relative to one another and to nature. I take this process as a paradigm of the object-making process in an industrial capitalist society: specifically, concepts such as labor-time are abstracted from the social context and appear to be real things (TAUSSIG, 2010, p. 15)¹.

A minha saída para análise dos estudos de economia e empreendedorismo, cujas problemáticas são múltiplas, foi adotar o pressuposto de que a economia capitalista trabalha com um senso de equilíbrio de necessidades que nunca se concretizou e deixou de se expandir, sendo esta economia dependente de constantes processos de expropriação de outros modos de produção (HARVEY, 2005; SILVA, 2017). Empreender é definido enquanto atividade particular em relação ao trabalho assalariado e ao investimento de capitais financeiros propriamente dito, mas é igualmente importante para promover a entrada de pessoas e coisas neste modelo de economia.

Desta forma, notei ser necessária a discussão sobre quais ontologias são evocadas dentro do sistema de produção voltado para o mercado. Ao definir as condições de existência da mercadoria, o que etnograficamente aparece em situações de uma pedagogia econômica (SILVA, 2017), especialistas no campo do empreendedorismo as formulavam a partir da desconstrução de outras formas de organização da produção, como a utilização do trabalho de pessoas da família. Pela centralidade que ocupam os processos de trabalho na vida social como um todo, não há como propor novos arranjos produtivos sem se levantar a questão da condição geral de

¹ “Para que nosso sistema de produção industrial funcione, a capacidade produtiva das pessoas e os recursos da natureza têm que ser organizados em mercados e racionalizados de acordo com a contabilidade de custos: a unidade de produção e vida humana é dividida em subcomponentes quantificáveis cada vez menores. O trabalho, uma atividade da própria vida, torna-se assim algo separado da vida e abstraído na mercadoria do tempo de trabalho, que pode ser comprada e vendida no mercado de trabalho. Esta mercadoria parece ser substancial e real. Não mais uma abstração, ela parece ser algo natural e imutável, embora não seja mais do que uma convenção ou uma construção social emergindo de uma forma específica de organização das pessoas em relação umas às outras e à natureza. Eu tomo este processo como um paradigma do processo de fazedura de objetos em uma sociedade capitalista industrial: especificamente, conceitos como tempo de trabalho são abstraídos do contexto social e parecem ser coisas reais (tradução nossa).”

existência das coisas e, neste mesmo processo, das pessoas. Enquanto atividade pessoal que põe em prática projetos de governo e de economias de larga escala, empreendedorismo nos leva a pensar no modo pelo qual o Estado neoliberal opera razões governamentais (FOUCAULT, 1998; FOUCAULT, 2008) que são fundamentais para a formação de sujeitos econômicos qualificados como insuficientes, caso estejam fora deste modo produtivo (POLANYI, 2000).

Tendo discutido características gerais do modo pelo qual são pautados os pressupostos da atividade empreendedora no capitalismo de mercado, foi necessário apresentar quais foram os processos de longa duração a nível local e nacional que criaram espaços onde tal atividade passou a ser discutida, tanto no Brasil como no Distrito Federal. Foi a partir da inscrição da pesquisa etnográfica no contexto local de Santa Maria que pude estabelecer relações entre propostas de atendimento e instrução lá existentes com tensões e ansiedades de estudos propostos no campo do empreendedorismo de forma ampla. Tendo partido de uma necessidade de reflexão acerca do capitalismo enquanto sistema de produção, procurei entender como as práticas econômicas possuem sentidos negociados localmente. Não se trata, portanto, de uma tentativa de encapsular o que seria “o capitalismo” enquanto um guarda-chuva de fenômenos totalizantes. Fazer isso só sugeriria que sua crítica seria no final, impossível (Gibson-Graham, 2006). Além disso, também não tenho como possível este ser um tema deduzível da “soma de olhares de vários ângulos” (COOK; LAIDLAW; MAIR, 2016). O que é colocado aqui é a discussão sobre como sistemas econômicos são construídos a partir não de sujeitos universais e voltados de forma inata para o mercado, mas por aqueles que participam de forma voluntária ou não de uma transformação nas visões de mundo.

The question then becomes, what to do with the monster? Should we refine it, cut it down to size, render it once again acceptable, unremarkable, invisibly visible Should we resituate it among its alter and counter representations, hoping thereby to minimize or mask its presence in social and cultural thought? These are familiar strategies for dealing with something so gauche and ungainly, so clearly and crudely larger than life (Gibson-Graham, 2006, p. 10)².

Sendo “monstruoso” ou não, o capitalismo existe enquanto um modo de ser no mundo ou, mais especificamente, em um mundo aspirado enquanto possível. As fronteiras do capitalismo

² “A questão então se torna: o que fazer com o monstro? Devemos refiná-lo, reduzi-lo ao tamanho, torná-lo mais uma vez aceitável, sem marcas, invisivelmente visível? Devemos re-situá-lo entre suas representações alternativas e contrárias, esperando assim minimizar ou mascarar sua presença no pensamento social e cultural? Estas são estratégias familiares para lidar com algo tão incapaz e desajeitado, tão clara e grosseiramente maior do que a vida (tradução nossa).”

são, ao mesmo tempo, físicas e ontológicas, definem quais modos de relação são possíveis na reprodução da vida material, referenciando, com isso, diversas outras esferas da vida. Participar de um sistema econômico sobre estas bases significa romper não somente com os sentidos contidos nos objetos que agora são mercadorias, mas também nos sentidos do mundo social como um todo.

A formação de um mercado de trabalho nacional³ voltado para uma economia liberal nunca deixou de ser um fenômeno aterrorizante para aqueles que participam desse processo (LOPES, 1976; TAUSSIG, 2010). Tanto em termos de escala das máquinas que moem a cana em escala industrial, como no caso de Leite Lopes, quando no trabalho das populações rurais da Colômbia e Peru por Taussig Taussig (2010), a implementação de uma mão de obra em uma economia industrial (percebida em termos de escala e de um metabolismo material direto) era acompanhada pela instituição do preço da mercadoria (lógica de valor capitalista). As visões diabólicas emergentes nos processos de trabalho demonstram que engajar-se na venda da mão de obra no mercado não deixa dúvidas não só do aspecto totalizante do fenômeno do trabalho, mas de como a quebra do sentido social que ele possui é vivenciada como processo de sofrimento.

É preciso investigar os modos pelos quais o capitalismo se mostra enquanto fenômeno totalizante, não porque de fato seja, mas por que este propõe a totalização e planificação das relações sociais no mercado enquanto algo inerente à reprodução da vida social. É desse modo que se constrói o fim da aposentadoria e de várias outras formas de seguridade social das classes trabalhadoras enquanto fato consumado no contexto brasileiro contemporâneo (ANTUNES, 2020; HOCHMAN, 1990; SANTOS, 1979). Sob a justificativa de que as relações de mercado inevitavelmente irão chegar a todas as esferas da vida social, o discurso de introdução de novas formas de relação econômica se aproveita de momentos de crise para apresentar uma suposta nova realidade econômica ou um novo “espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2007).

Engana-se quem pensa que o estabelecimento de fronteiras do capitalismo de mercado

³ Não somente nacional, como colonial, em muitos casos. Achebe (2009) nos fala como o mundo colonial promoveu verdadeiras tragédias humanas, antes de tudo, por romper com relações sociais básicas para a vida social no continente africano, tal como representado na trajetória do protagonista Okonkwo, do romance *O Mundo se Despedaça*. Foi justamente sobre essas auto proclamadas fronteiras do capitalismo de mercado que processos de destituição dos “outros mundos possíveis” ocorreram no contexto colonial enquanto expensor dos mercados europeus, para citar um caso emblemático (POLANYI, 2000).

depende única e/ou exclusivamente do expansionismo territorial e do subjugo colonial, aos moldes do século XIX e início do século XX. Propus aqui olhar para as relações de produção domésticas enquanto um espaço de uma dessas fronteiras auto proclamadas do capitalismo. A partir das atividades autônomas de pequeno porte, empreender levanta questões dentro da teoria econômica a respeito de quais são as mercadorias e formas de trabalho que podem entrar para o *hall* das relações estabelecidas pelo mercado, conforme apresentei em diversas passagens da tese. Em muitos momentos, então, a questão empreendedora qualifica os objetos e as relações de trabalho do ambiente doméstico, levantando tópicos a respeito de separação de atividades, espaços e pessoas visando o mercado. Argumentei que, embora o MEI possa promover o registro de certas atividades domésticas por ser a modalidade mais barata de contribuição individual para o INSS, não parece se tratar de uma política de reconhecimento destas atividades. De uma forma geral, não ser capaz de criar uma unidade produtiva separada das contas domésticas era apresentado como danoso aos empreendimentos.

Empreendedorismo enquanto uma questão da economia capitalista de mercado, visto a partir do ponto de entrada do MEI, mostra-se como um mecanismo transversal a diferentes modos de trabalho. Há uma tendência das posições colocadas pelos especialistas no campo do empreendedorismo de que não se deveria pautar uma atividade econômica a partir de relações de trabalho entre membros da família pelo fato de não poder estabelecer uma relação “despersonalizada” na contratação e, principalmente, na demissão. Ter que lidar com o trabalho entre pessoas do grupo doméstico significaria estar atento para diferentes posições sociais entre as partes envolvidas (FORTES, 2011). A questão toda passa a ser quais moralidades de trabalho existem em quais contextos, um problema semelhante ao que Bohannan (1955) havia descrito ao perceber o modo pelo qual trocas estabelecem “esferas” onde determinados objetos só podem ser trocados entre outros que compartilham de um mesmo regime de moralidades no contexto estudado entre os Tiv. Assim como a passagem de uma esfera de troca para a outra implica no rompimento de regras de moralidade, o trabalho aqui também parece se apresentar em “esferas” onde formas distintas de organizar a produção material da vida se chocam, conforme a economia de mercado demanda mais mercadorias e mais trabalho.

A tese caminhou da discussão do “lugar” a ser ocupado pelo empreendedorismo dentro de ideias econômicas e de governos nacionais para depois apresentar o MEI enquanto um

instrumento para este posicionamento no Brasil. Conforme a etnografia povoou com os fatos em Santa Maria, também se tornou aparente a necessidade de se compreender como estavam sendo distribuídos os processos de trabalho da atividade empreendedora, a partir de situações de atendimento.

6.1 Mediações

A partir de lógicas do sistema capitalista de produção, visto a partir do MEI, o quanto o engajamento pessoal com processos produtivos consegue ser vetor de sentido socialmente compartilhado é algo depende dos mecanismos de atribuição de valor no mercado. A etnografia desafia o modo pelo qual esta lógica se sustenta. Ela não se estabelece sobre um terreno vazio, sobre pessoas que não tinham a concepção do que seria trabalho. Pelo contrário, a construção do valor do trabalho enquanto mercadoria é, senão, uma das formas pelas quais o trabalho pode existir. Argumentei que, pensando a partir do contexto doméstico, este recebe outros moldes, mas não deixando de ser uma atividade produtiva.

A separação entre o doméstico e o “voltado para o mercado” é conceitualizada basicamente em termos das contratações de pessoas para trabalhar (além de quem comanda o negócio) e do dinheiro (a separação entre dinheiro pessoal e dinheiro da empresa). No capítulo anterior, argumentei como estas metáforas sobre a atividade produtiva criam imagens simplificadas em relação ao trabalho. Montando justificativas para relações díspares entre esforços desprendidos e lucros obtidos, elas servem para esconder uma série de mediações necessárias para que a atividade produtiva possa ocorrer.

Os meios sociais, as relações e as coisas que são mantidas dentro das casas passam a ser em si mesmas algo a se tornar mercadoria à medida em que passam a fazer parte da construção de valor da atividade autônoma. Não são somente os meios de produção empregados nas atividades domésticas, mas as próprias relações de trabalho estabelecidas a partir das residências ajudam a sustentar a atividade autônoma, sem que sejam evidentemente valorizadas. As solidariedades construídas dentro das famílias necessárias para que as atividades de trabalho sejam mantidas são acionadas, por exemplo, quando os MEIs dividem com os cônjuges as atividades de contabilidade, comunicação com clientes, dentre outras.

Conforme também foi discutido no capítulo anterior, ao falar do contexto de empreendedores individuais que usam intensamente o ambiente doméstico, não considero se tratar de acumulação e investimento de capital no sentido marxiano do termo, porque não existe uma relação de compra e venda da força de trabalho no mercado por partes distintas e também não existem meios de produção específicos para a atividade de trabalho voltado para o mercado. É possível qualificar a atividade do empreendedor de pequeno porte enquanto um trabalho autônomo pela ausência de um contrato de trabalho com outra parte. Assim, umas das dimensões da vivência empreendedora é ser “chefe de si mesmo”, o que deveria ser visto como uma vantagem intrínseca ao modelo do MEI, por exemplo.

Não sendo possível encaixar o MEI enquanto uma classe social trabalhadora definida, a partir de sua posição de vendedora de força de trabalho, ele diz respeito à expansão das fronteiras do capitalismo, uma vez que as pessoas e coisas que estão “fora” deste campo de relações são inseridas nele. Trata-se de um modo de relação que coloca o empreendedor próximo àqueles indivíduos envolvidos em atividades extrativistas, por exemplo. Ambos buscam “adestrar” pessoas e coisas para os modos de existência no mercado, atuando sobre estes tipos de fronteiras fictícias. Não creio que o MEI define um grupo homogêneo de pessoas que trabalham sob condições semelhantes, pois como foi falado aqui, muitos casos são observados de pessoas que usam o registro unicamente como forma de acesso a benefícios sociais. O que aponto é que o MEI é uma forma de reorganização de forças produtivas, seja pela incorporação de produtos ou processos de trabalho para dentro do mercado.

Na passagem do trabalho para o espaço doméstico, argumento que ocorre um processo que funde elementos de ambos. Nessa junção, dois aspectos são fundamentais: o primeiro diz respeito a uma certa incompatibilidade na definição do valor do trabalho quando os espaços se fundem, o que resulta em dificuldades de se chegar a um valor do trabalho e da mercadoria. O segundo aspecto, que chamei de um “transbordamento do trabalho” corresponde ao fato de que as relações de trabalho doméstico, como os pequenos afazeres dos filhos, a limpeza da casa, o preparo dos alimentos e a organização financeira passam a ser acionadas para a produção de mercadorias. Há uma dificuldade em se medir o quanto de trabalho passa a ser realizado, pois analisando o caso do trabalho doméstico feminino, tratam-se de atividades historicamente pouco evidenciadas (FEDERICI, 2019). Conforme apontei no começo desta tese, a incorporação do

doméstico não é tema novo para o capitalismo (WILLIAMSON, 1998; RIBEIRO, 2018), mas ganha roupagens específicas em Santa Maria e a partir do MEI.

Ao atravessar os contextos de produção material a partir das casas, o MEI permitiu que novas redes de auxílio financeiro fossem criadas como forma de oferecer algum amparo para atividades historicamente desvalorizadas, tal como no caso de donas de casa que conseguiam auxílio maternidade e aposentadoria básica a partir de pouco mais de 50 reais por mês. Entretanto, não considero que o MEI tenha como objetivos e nem que tenha alcançado a valorização do trabalho doméstico. O exemplo de mulheres que fazem a contribuição sem estarem inseridas no mercado de trabalho revela um problema de desigualdade de gênero sistêmico no contexto brasileiro que não dá às mulheres bases materiais para uma vida segura. Na época em que a pesquisa de campo foi realizada, a forma mais “barata” de cobertura previdenciária era via MEI, e a adesão de donas de casa e outras pessoas apenas como forma de contribuição para o INSS era qualificada, localmente, como uma forma de fornecer alguma ajuda a pessoas desassistidas.

É pelo transbordamento do volume de trabalho para o espaço doméstico que os meios de produção e os modos de organização do trabalho são apropriados pela economia capitalista. É desta forma que o trabalho entre membros do grupo familiar no contexto do MEI é amplamente empregado, ao mesmo tempo em que é continuamente dito que não se deveria empregar membros da família, seja da mesma casa ou não. Considero que o transbordamento seja uma apropriação porque aumenta-se a produtividade no trabalho voltado para o mercado à medida que a produtividade do trabalho doméstico é comprometida.

A subordinação do esforço físico ao valor de mercado retira do engajamento suas mediações. É somente assim que é possível pensar em como uma pessoa pode ficar rica sem precisar trabalhar, exemplo da “independência financeira” no capítulo 5, já que as atividades intermediárias não estão evidenciadas. A financeirização das relações de trabalho e da vida social como um todo (MARTIN, 2002) pode ser uma pista para os modos pelos quais as mediações deixam de estar presentes.

Cito aqui um exemplo contemporâneo. Esconder as mediações presentes no contexto de trabalho é aspecto central que Antunes e Praun (2020) apontam no que atualmente se chama de “uberização” do trabalho, a partir do nome de uma grande empresa de aplicativos de transporte de passageiros e *delivery* de comida que contrata massivamente motoristas e

entregadores sem que a mesma precise estar presente enquanto garantidora de condições de trabalho através de um modelo de intermediação. Com isso, uma arquitetura de dados complexa (e fechada ao trabalhador por meio da propriedade sobre a tecnologia) é empregada para interligar todo o processo de trabalho, de modo que é impossível para quem adota este sistema de “compartilhamento” de veículos saber quais critérios são efetivamente utilizados para calcular o valor do trabalho. O modelo de negócio do Uber mirou na criação de um novo produto: o transporte de passageiros por usuários que supostamente estariam “fazendo um dinheiro extra”, compartilhando o seu carro com pessoas atrás de corridas. Enquanto uma atividade pessoal, locomover-se pela cidade (como durante os transados de trabalho) é tomado como não-trabalho, por isso ter um retorno é tido como um “extra” de um “compartilhamento”. Entretanto, conforme o modelo se estabeleceu, ficou evidente como este passava a ser uma experiência de trabalho, com cada vez mais pessoas atuando exclusivamente como motoristas. Sob a justificativa do compartilhamento, a empresa não admite estabelecer tal relação, o que a desobriga de garantir qualquer condição para a atividade, não só de saúde e aposentadoria, mas dos meios de trabalho em si, já que o carro seria um bem pessoal. O que a empresa faz é organizar toda a comunicação, que vai muito além de confirmação das corridas, mas todo o “ambiente”: mapas, pagamentos, reclamações. A abertura e flexibilização presentes na noção de compartilhamento não acompanham uma flexibilidade no sentido de uma abertura ou tolerância por parte da empresa de tecnologia que não precisa abrir o código que programa o sistema como um todo. Não precisa se preocupar com nada além de como tornar o serviço mais dinâmico, rotativo e cada vez mais conseguir capturar horas de esforço produtivo, sem precisar caracterizar este fenômeno como trabalho.

Este é o meio técnico que cria os “emaranhados” econômicos (CALLON, 1998). Uma marca da relação entre Internet e capitalismo de mercado que permitiu, com a entrada dos computadores conectados aos lares mundiais, por exemplo (MARTIN, 2002), a possibilidade de muitas pessoas se conectarem ao sistema financeiro em tempo integral e se tornarem consumidoras e trabalhadoras sob o signo de “usuários” dentro do modelo do capitalismo eletrônico-informático (RIBEIRO, 2018). Esses meios, expostos enquanto linguagem técnica que os empreendedores deveriam dominar, é também um conjunto de relações bem específicas em que a economia atual construiu as possibilidades de recompensar os esforços pessoais.

O esforço sem mediações evidenciadas cria a ilusão do mercado (MARX, 2013a) de que os valores podem ser criados somente pelo processo de troca, sem precisar estar evidenciados em processos produtivos reconhecíveis. O esforço mediado tem a ver com o engajamento no trabalho, diz respeito à entrada em uma comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991). Costuma ser, por isso, parte central de muitas histórias de trabalho enquanto experiência subjetiva que pude ouvir em campo. Seu caráter intrinsecamente relacionado com memória e construção de “famílias” (MOREL, 1989) também diz respeito aos ciclos de expansão do conceito de cidadania pela promoção do trabalho no Brasil como um todo (SANTOS, 1979).

A partir do que era almejado nos processos de atendimento, instrução e educação financeira em Santa Maria, havia uma hierarquia de valor entre ganhos do dinheiro no mercado financeiro e esforço pessoal, onde o primeiro parecia vir antes do segundo. A ilusão do pensamento capitalista é achar que se muito dinheiro foi gerado no mercado financeiro, este deveria ser oriundo de algo feito pela pessoa que o aplicou, de modo que a efetividade da valoração deveria vir pelo reconhecimento de uma boa “jogada”, uma aplicação com altos rendimentos. Argumento que por trás destas questões está o modo pelo qual trabalho e dinheiro se tornam equacionáveis dentro de um sistema econômico. Enquanto “caixas-pretas” representadas por sistemas informativos e aplicativos privados, os meios tecnológicos têm se provado vias bastante úteis para criar a ilusão de uma ponte direta entre investimento e ganhos. E é na escolha sistemática da omissão das mediações que diversas assimetrias são estabelecidas na economia empreendedora.

Ao percorrer situações em torno de ser empreendedor pelo do registro de MEI em Santa Maria, percebe-se como a separação de atividades voltadas para o mercado daquelas pertencentes a um contexto doméstico combina-se com a ocultação das mediações necessárias para que empreendimentos tragam lucro. Com isso, sedimenta-se, por um lado, uma visão de que as pessoas que buscam atendimento não estariam dispostas a aprender os passos da administração financeira por desinteresse e falta de educação formal e, por outro, de que ainda seriam necessários mais investimentos diretos para a redução de assimetrias entre os “casos de sucesso” e as atividades econômicas vividas localmente. Desencontros que emergiam de situações de atendimento demonstravam as dificuldades em se aproximar os lados diante de propostas econômicas concretas.

Referências

- ACHEBE, C. *O Mundo Se Despedaça*. [S.l.]: Companhia das Letras, 2009.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Lewis morgan, 140 anos dos sistemas de afinidade e consanguinidade da família humana (1871-2011). *Cadernos de Campo*, v. 19, p. 309–322, 2011.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised. Londres: Verso, 2006.
- ANTUNES, R. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1ª edição. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. 1ª edição. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARENDT, H. *The Human Condition*. 2nd ed. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- Bernardino-Costa, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, v. 30, p. 147–163, 2015.
- BIJU, P. R. *Political Internet: State and Politics in the Age of Social Media*. New York: Routledge, 2017.
- BOHANNAN, P. Some principles of exchange and investment among the tiv. *American Anthropologist*, v. 57, n. 1, p. 60–70, 1955.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *The New Spirit of Capitalism*. New York: Verso, 2007.
- BOOKBINDER, D. *Pandemicide*. [S.l.]: Transformations Press, 2020.
- CALLON, M. Introduction: The embeddedness of economic markets in economics. In: *The Sociological Review*. Staffordshire: University of Keele, 1998. v. 46, p. 1–57.
- CASSON, M. Entrepreneurship: Theory, institutions and history. eli F. heckscher lecture, 2009. *Scandinavian Economic History Review*, v. 58, n. 2, p. 139–170, jun. 2010.
- CHARBONNIER, P.; SALMON, G.; SKAFISH, P. *Comparative Metaphysics: Ontology after Anthropology*. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2016. (Reinventing Critical Theory).
- CHOI, Y. B. *Paradigms and Conventions: Uncertainty, Decision Making, and Entrepreneurship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993. (Economics, Cognition, and Society).
- COLLINS, J. L.; GIMENEZ, M. (Ed.). *Work without Wages: Comparative Studies of Domestic Labor and Self-Employment*. Albany: State University of New York Press, 1990. (SUNY Series on Women and Work).
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: A significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.

- COOK, J.; LAIDLAW, J.; MAIR, J. What if there is no elephant? Towards a conception of an un-sited field. In: *Multi-Sited Ethnography: Theory, Praxis and Locality in Contemporary Research*. Oxfordshire: Routledge, 2016.
- DIAS, V. T. *Criação e Trajetória de Uma Agência No Âmbito Do Estado Integral: o Caso Do SEBRAE*. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DIEGUEZ, C. *Bilhões e Lágrimas: A Economia Brasileira e Seus Atores*. Rio de Janeiro: Portfolio-Penguin, 2014.
- DINIUS, O. *Brazil's steel city: developmentalism, strategic power, and industrial relations in volta redonda, 1941-1964*. Redwood City: Stanford University Press, 2020.
- DOUGLAS, M. *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. New York: Routledge & Kegan Paul, 2001.
- DUMONT, L. On value. *Proceedings of the British Academy*, v. 66, p. 207–241, 1980.
- DUMONT, L. *Homo Aequalis : Génesis y Apogeo de La Ideología Económica*. Madrid: Taurus, 1982.
- DUNLEAVY, P. (Ed.). *Digital Era Governance: IT Corporations, the State, and E-government*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador v. 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- ENGELS, F. *The Origin of the Family, Private Property and the State*. Revised. Londres: Penguin Classics, 2010.
- Evans-Pritchard, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia Entre Os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2005.
- FEDERAL, C. d. P. d. D. F. D. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio - Santa Maria*. 2018.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FERGUSON, J. *Give a Man a Fish: Reflections on the New Politics of Distribution*. Durham: Press, Duke University, 2015.
- FERNANDES, V. “*Cuidando Da Saúde Financeira*”: *Uma Etnografia Sobre Endividamento*. Tese (Tese de Doutorado) — Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.
- FORTES, M. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. *Série Tradução*, 2011.
- FOUCAULT, M. *MIcrofísica Do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no collège de france (1978-1979)*. São Paulo: M. Fontes, 2008.
- GEERTZ, C. Thinking as a Moral Act: Ethical Dimensions of Anthropological Fieldwork in the New States. *The Antioch Review*, v. 28, n. 2, p. 139, 1968.

- Gibson-Graham, J. K. *The End of Capitalism (as We Knew It): A Feminist Critique of Political Economy*. 1st university of minnesota press ed., 2006. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.
- GIRALDIN, R. M. *Mapeando o Trabalho Na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): Da Gestão Militar Ao “Modelo Japonês” (1975-2010)*. 2012. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), UnB (Universidade de Brasília), Brasília, Brasil.
- GRAEBER, D. *Debt: The First 5000 Years*. Hoboken: Melville House, 2011.
- GREGORY, C. A. *Gifts and Commodities*. Chicago, IL: HAU Books, 2015.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.
- GUYER, J. I. Wealth in people as wealth in knowledge: Accumulation and composition in equatorial africa. *The Journal of African History*, v. 36, n. 1, p. 91–120, 1995.
- HART, K. Heads or tails? Two sides of the coin. *Man*, v. 21, n. 4, p. 637–637, 1986.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Reprinted. Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.
- HÉBERT, R. F.; LINK, A. N. *A History of Entrepreneurship*. London: Routledge, 2009. ISBN 0-203-87732-2.
- HOCHMAN, G. *De Inapinários a Cardeais Da Previdência Social - A Lógica Da Ação de Uma Elite Burocrática*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- HULL, M. S. *Government of Paper: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 2012.
- INGOLD, T. Materials against materiality. *Archaeological Dialogues*, v. 14, n. 1, p. 38–38, abr. 2007.
- JACQUETTE, D. *Ontology (Central Problems of Philosophy)*. London: Acumen, 2002.
- KASMIR, S.; CARBONELLA, A. *Blood and Fire: Toward a Global Anthropology of Labor*. New York: Berghahn Books, 2014.
- KIMMEL, M. S. *Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era*. New York: Nation Books, 2013.
- KORDELA, A. K. Introduction. In: KORDELA, A. K. (Ed.). *Being, Time, Bios: Capitalism and Ontology*. New York: State University of New York Press, 2013.
- LAPLANTINE, F. *A Descrição Etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- LATOURE, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

- LAZONICK, W. Innovative enterprise and economic development. In: NAUDÉ, W. (Ed.). *Entrepreneurship and Economic Development*. Houndmills, Basingstoke ; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2011.
- LAZZARATO, M. *The Making of the Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition*. Los Angeles: Semiotext(E), 2012.
- LOPES, J. *O Vapor Do Diabo: o Trabalho Dos Operários Do Açúcar*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- MALINOWSKI, B. *Os Pensadores - Argonautas Do Pacífico Ocidental*. 1ª edição. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARTIN, R. *Financialization of Daily Life*. Philadelphia: Press, Temple University, 2002.
- MARX, K. *O Capital - Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O Capital - Livro 3*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MAZZUCATO, M. *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Rio de Janeiro: Portfolio-Penguin, 2014.
- MEILLASSOUX, C. From reproduction to production: A Marxist approach to economic anthropology. *Economy and Society*, v. 1, n. 1, p. 93–105, 1972.
- MOREL, R. L. d. M. *A Ferro e Fogo. Construção Da “Família Siderúrgica”: o Caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese (Tese de Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- MOURA, S. d. O. *Dentro da usina mas fora da “família”: trabalhadores e terceirização na CSN*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MURPHY, M. *The Economization of Life*. Durham & London: Duke University Press, 2017.
- NAROTZKY, S. *New Directions in Economic Anthropology*. London ; Chicago, IL: Pluto Press, 1997.
- NAROTZKY, S. Rethinking the concept of labour: Rethinking the concept of labour. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 24, n. S1, p. 29–43, abr. 2018.
- NAUDÉ, W. A. (Ed.). *Entrepreneurship and Economic Development*. Houndmills, Basingstoke ; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2011.
- NEIBURG, F. Economists and economic cultures in brazil and argentina: Toward a comparison on heterodoxies. *Tempo Social*, Tempo Social, v. 16, n. 2, p. 177–202, nov. 2004.
- PARKER, S. C. *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*. First. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- Pellandini-Simányi, L.; HAMMER, F.; VARGHA, Z. The financialization of everyday life or the domestication of finance?: How mortgages engage with borrowers’ temporal horizons, relationships and rationality in hungary. *Cultural Studies*, v. 29, n. 5-6, p. 733–759, set. 2015.

- POCHMANN, M. *Nova Classe Média?* 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens Da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- Radcliffe-Brown, A. *African Systems of Kiship and Marriage*. Oxford: Oxford University Press, 1950.
- RANGEL, F. *A Empresarização do Comércio Popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. Tese (Doutorado) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos, 2019.
- RIBEIRO, G. L. Global flows of development models global flows of development models 1. *Anthropological Forum: A Journal of Social Anthropology and Comparative Sociology*, v. 23, n. 2, p. 121–141, 2013.
- RIBEIRO, G. L. O Preço da Palavra: A Hegemonia do Capitalismo Eletrônico-Informático e o Googleismo. *Mundaú*, n. 5, p. 28, 2018.
- RODNEY, W. *Como a Europa Subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- SAHLINS, M. *Stone Age Economics*. London ; New York, NY: Routledge Classics, 2017.
- SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social Na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. New Brunswick, N.J: Transaction Books, 1983. (Social science classics series).
- SILVA, K. Managing persons, resources and rituals. economic pedagogy as government. p. 1–31, 2017.
- SMITH, D. E. (Ed.). *Institutional Ethnography as Practice*. Lanham: Rowman & Litterfield, 2006.
- SOUZA, J. *A Elite Do Atraso: Da Escravidão a Bolsonaro (Edição Revista e Ampliada)*. Rio de Janeiro: Sextante, Estação Brasil, 2019.
- STANDING, G. *The Corruption of Capitalism: Why Rentiers Thrive and Work Does Not Pay*. London: Biteback Publishing, 2016.
- STRATHERN, M. *After Nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- STRATHERN, M. *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaio*s. São Paulo: Cosac Naif, 2014.
- TAUSSIG, M. *The Devil and Commodity Fetishism in South America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.
- TOMMASI, L. D. Culto da Performance e Performance da Cultura: O Produtores Culturais Periféricos e seus Múltiplos Agenciamentos. *Crítica e Sociedade*, n. Dossiê Maio, 2016.
- TORRES, R. S. *Estudo de impacto do programa de treinamento comportamental em empreendedorismo - EMPRETEC*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TSING, A. Sorting out commodities: How capitalist value is made through gifts. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 3, n. 1, p. 21–43, jun. 2013.

TSING, A. L. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

VACCARO, S. B. Karl marx e hannah arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho. *Sociologias*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS, v. 17, p. 358–378, 2015–Sep–Dec.

VATIN, F. En Deça du Marche: Redefinir l’Economie et Revisiter le Travail / Abaixo do Mercado: Redefinir a Economia e Revisitar o Trabalho. *Trabalho & Educação*, v. 23, n. 1, p. 13–35, abr. 2014.

Viveiros de Castro, E. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113–148, 2002.

Viveiros de Castro, E. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, p. 2–22, 2004.

WAGNER, R. Are there social groups in the new guinea highlands ? In: *Frontiers of Anthropology*. New York: D. van Nostrand Co., 1974.

WAGNER, R. Analogic kinship : A daribi example. *American Ethnologist*, v. 4, n. 4, p. 623–642, 1977.

WAGNER, R. *A Invenção Da Cultura*. São Paulo: Cosac e Naif, 2010.

WEBER, F. Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo. *Mana*, v. 8, n. 2, p. 151–182, 2002.

WEST, D. M. *Digital Government: Technology and Public Sector Performance*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WILLIAMSON, O. E. *The Economic Institutions of Capitalism*. Beijing: China Social Sciences Publishing House, 1998.